CONGRESSO NACIONAL DE COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES

FÓRUM LISBOA

7 NOVEMBRO 2015

EDIÇÃO
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE
Confederação Portuguesa
das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

FOTOGRAFIA
Carlos Manuel Vieira Pinto
e Nuno Agostinho

**CONCEPÇÃO GRÁFICA
E PAGINAÇÃO**
4iD

IMPRESSÃO:
Gráfica Jorge Fernandes, Lda.

TIRAGEM
1.000 exemplares

ISBN –

DEPÓSITO LEGAL
??????/16

Impresso em Julho de 2016

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação em artigos e estudos - sem prévia autorização dos autores.

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor.

ÍNDICE

005 **NOTA DE ABERTURA**

007 **ESTRUTURA ORGANIZATIVA NACIONAL**

009 **MEMORANDO ASSOCIATIVO**
011 **INTRODUÇÃO**
012 **LEGISLAÇÃO, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PODER LOCAL ASSOCIATIVO E SOCIEDADE CIVIL**
SER PARCEIRO SOCIAL É UM ACTO DE JUSTIÇA
022 **DIRIGENTES ASSOCIATIVOS, VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS**
MOTIVAÇÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
028 **CULTURA, RECREIO E DESPORTO**
CRIAÇÃO, REPRODUÇÃO, EXCELÊNCIA E ÉTICA
036 **ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO**
IDENTIDADE E SOBERANIA
040 **REGULAMENTO DO CONGRESSO**

041 **FÓRUM LISBOA - 7 NOV. 2015**
042 **SESSÃO DE ABERTURA**
042 FRANCISCO BARBOSA DA COSTA
044 AUGUSTO FLOR
046 FERNANDO MEDINA
048 GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS

053 **PAINEL 1**
LEGISLAÇÃO, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PODER LOCAL ASSOCIATIVO E SOCIEDADE CIVIL
SER PARCEIRO SOCIAL É UM ACTO DE JUSTIÇA
054 JOSÉ RIBEIRO E CASTRO
057 ROQUE AMARO
057 AUGUSTO FIGUEIREDO
058 ALFREDO CARDOSO
059 CÉSAR OLIVEIRA
060 CLEMENTINA HENRIQUES
062 FERNANDO VAZ
063 JACINTO DOMINGOS
065 LUCAS SERRA
067 LUÍS QUINAZ
069 MARTINHO CAETANO
071 PEDRO FRANCO
072 SÉRGIO PRATAS

077 **PAINEL 2**
DIRIGENTES ASSOCIATIVOS, VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS
MOTIVAÇÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
078 MANUEL MOREIRA
083 SÉRGIO RIBEIRO
084 ANDRÉ ROSADO
085 ARTUR MARTINS
087 DEOLINDA NUNES
090 HÉLDER ROSA
091 JORGE LUÍS OLIVEIRA
093 JOSÉ ALBERTO FRANCO
094 JOSÉ ARMANDO ROMEIRA
095 JOSÉ LUÍS TAVARES
096 STEPHEN HUGMAN
097 TRISTÃO NOGUEIRA
098 VÍTOR AGOSTINHO

101 **PAINEL 3**
CULTURA, RECREIO E DESPORTO
CRIAÇÃO, REPRODUÇÃO, EXCELÊNCIA E ÉTICA
102 JOSÉ MANUEL CONSTANTINO
104 COSTA PINTO
107 ALFREDO FLORES
107 AUGUSTO FIGUEIREDO
108 DIANA COSTA
110 FILIPE PARRA MARTINS
112 JOÃO ALEXANDRE
112 LUÍS CALEIA RODRIGUES
115 MANUEL CUSTÓDIO DE JESUS

119 **PAINEL 4**
ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO
IDENTIDADE E SOBERANIA
120 FRANCISCO SALES DINIZ
123 ILDA FIGUEIREDO
124 CARLOS PAULA CARDOSO
124 LUÍS SANTOS JORGE
125 ANA CANHOTO
127 BESSA CARVALHO
129 DEOLINDA MACHADO
130 JOÃO ALVES PEREIRA
131 LUÍS DUARTE
132 MARIA CELESTINA GOMES
132 PEDRO ASUAR ORTIZ
133 RAÚL LOPES

136 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**
136 EUGÉNIO DA FONSECA
137 CESÁRIO BORGA
142 ADELINO DOMINGUES - Síntese do Painel 1
143 DANIEL CAFÉ - Síntese do Painel 2
145 LUÍS MENDES - Síntese do Painel 3
146 JOÃO TEIXEIRA - Síntese do Painel 4
147 PAULO SOUSA E SUSANA QUEIROGA - Comissão de Redacção

148 **MANIFESTO ASSOCIATIVO 2015**
RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

155 **HINO "IDEAL ASSOCIATIVO"**

161 **ESTATÍSTICA DO CONGRESSO**
162 ORIGEM DAS COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES, NO CONGRESSO
163 GÉNERO
163 ESCALÕES ETÁRIOS
164 HABILITAÇÕES ACADÉMICAS
165 SÓCIO PROFISSIONAL
165 EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA

166 **ENTIDADES PARTICIPANTES**

170 **AGRADECIMENTOS**

173 **CNAP - MANIFESTAÇÃO DE ADESÃO**

184 **ANEXOS /** MATERIAS GRÁFICOS

NOTA DE ABERTURA

CONGRESSO NACIONAL DE COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES

MOMENTO HISTÓRICO NA VIDA ASSOCIATIVA NACIONAL.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A realização do Congresso Nacional de Colectividades em 1993 (Almada) foi de singular importância dado terem passado cerca de 20 anos da Revolução do 25 de Abril e se sentir a necessidade de "arrumar a casa associativa". O Congresso Nacional de Colectividades em 2001 (Loures) veio confirmar a necessidade e importância deste tipo de iniciativas e, nas suas recomendações, deixou pistas para uma maior intervenção político-social do associativismo na sociedade portuguesa. Entre 1993 e 2001, foram feitos grandes esforços mas os resultados foram mínimos. Apenas foi conseguida a recuperação do IVA para a Bandas Filarmónicas em forma de subsídio previstas na Lei 123/99 de 20 Agosto.

Entre 2001 e 2015 conseguiu-se estruturar o associativismo transformando a Federação das Colectividades em Confederação; criar Federações Distritais e Associações Concelhias; duplicar o número de filiadas; o Estatuto de Parceiro Social; o Dia Nacional das Colectividades; o Dia das Bandas Filarmónicas; o Estatuto do Dirigente Associativo; estabelecer protocolos com Universidades; realizar e publicar estudos científicos que dão credibilidade e visibilidade ao associativismo; intervir nas Leis de Bases do Desporto e na Lei de Bases da Economia Social; participar no Ano Europeu do Voluntariado; ser reconhecidos pelo INE como a maior rede de entidades da economia social e do voluntariado a nível nacional; ter assento no Conselho Nacional da Economia Social e no Conselho Nacional do Desporto; estabelecer relações internacionais a vários níveis; desenvolver projectos nacionais com apoio de fundações e empresas e construir pontes e consensos entre entidades (famílias) associativas.

Partindo desta situação, o Programa de Acção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto para o mandato 2013/2016, continha como um dos seus grandes objectos, a possível realização do Congresso Nacional de Colectividades à semelhança dos Congressos Nacionais por si realizados em Almada (1993) e Loures (2001). Em Julho de 2014, partindo da análise objectiva da situação do país e do movimento associativo popular, e tendo em conta as recomendações saídas do Congresso de Loures, o Conselho Nacional da Confederação das Colectividades, reunido em Miragaia (Porto), decidiu dar cumprimento ao compromisso programático.

UM IMPORTANTE PASSO NA COESÃO DO ASSOCIATIVISMO

Entre Outubro e Dezembro de 2014, a Confederação Portuguesa das Colectividades fez contactos com um conjunto de Federações e Confederações de âmbito nacional convidando estas a constituírem/integrarem uma Comissão Organizadora do Congresso Nacional. Os contactos surtiram efeito e foi assim dado um importante passo na organização conjunta e coesão do associativismo.

Entre Janeiro e Março de 2015, realizaram-se várias reuniões por todo o país onde foi discutido o modelo de Congresso e feito o levantamento dos temas e assuntos a debater. Foram recenseados mais de 60 temas.

Entre Abril e Outubro, realizaram-se dezenas de iniciativas com o empenho de todas as entidades da Comissão Organizadora, monitorizadas por uma Comissão de Redacção que, com base nas opiniões e sugestões recolhidas, elaborou um Memorando Associativo onde se fez - pela primeira vez na história do associativismo popular - uma radiografia do movimento associativo em todas as áreas e sectores. Este documento trata de forma analítica 78 assuntos. Entretanto, os aspectos técnicos e logísticos foram acompanhados por um Secretariado Técnico composto por dirigentes da Confederação das Colectividades.

O FUTURO ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS

Os Congressos de 1993 em Almada e 2001 em Loures já tinham apontado um conjunto de recomendações e reivindicações que foram o mote de muitas lutas, muitos contactos institucionais, muitas denúncias, muitas insistências junto dos vários poderes instituídos.

A sessão de encerramento do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, realizada a 7 de Novembro no Fórum Lisboa, com a participação de 614 Delegados e cerca de 50 Convidados, reflectiu e aprofundou temas e matérias associativas em duas Conferências temáticas e quatro Painéis com a participação de mais de 60 intervenções. Concebeu e aprovou por unanimidade e aclamação o Manifesto – recomendações estratégicas a 6 poderes, para um período de, pelo menos, 12 anos.

As Recomendações Estratégicas 2015 aos vários poderes instituídos são muito claras e começam, desde logo, pelo próprio poder associativo onde, enquanto poder real e simbólico, temos que pensar e agir como exemplo para os restantes poderes. Contudo, o que está em causa não é o tempo, mas sim a determinação e as condições objectivas que entretanto sejam criadas. Poderão muitas das recomendações ser alcançadas antes desse prazo.

Nesta publicação, que consideramos da maior importância para o presente e o futuro do Associativismo Popular em Portugal, estão inseridas intervenções e documentos que farão, para sempre, parte da nossa História. As Declarações de Adesão para a constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular a quem caberá no presente e no futuro, levar por diante as Recomendações saídas do Congresso Nacional 2015, são um bom exemplo disso.

A experiência do passado mostra que somos capazes de enfrentar e vencer grandes desafios.
Juntos, havemos de conseguir!
Unidos, conseguiremos!

A Comissão Organizadora

ESTRUTURA ORGANIZATIVA NACIONAL

COMISSÃO ORGANIZADORA

- **Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto**
- **Confederação Portuguesa do Voluntariado**
- **Confederação do Desporto de Portugal**
- **Confederação Musical Portuguesa**
- **Federação Portuguesa de Teatro**
- **Federação do Folclore Português**
- **Confederação Portuguesa das Casas do Povo**
- **Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal**
- **Federação Portuguesa de Cineclubes**

COMISSÃO ORGANIZADORA E DE REDACÇÃO

- **Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto:**
  Augusto Flor, Clementina Henriques, Sónia Silva, Bessa Carvalho, João Alexandre, Sérgio Pratas e Artur Martins
- **Confederação Portuguesa do Voluntariado:** Susana Queiroga
- **Confederação do Desporto de Portugal:** Caleia Rodrigues
- **Confederação Musical Portuguesa:** Tristão Nogueira e Martinho Caetano
- **Federação Portuguesa de Teatro:** Luís Mendes e Bruno Gomes
- **Federação do Folclore Português:** Daniel Café
- **Confederação das Casas do Povo:** Francisco Rodrigues
- **Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal:** Paulo Sousa e Mário Perdigão
- **Federação Portuguesa de Cineclubes:** Manuel Rodrigues Neves

SECRETARIADO TÉCNICO

- **Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto:**
  Direcção: Fernando Vaz (coordenador), Ema Borrego e João Alexandre
  Mesa do Congresso: Jaime Salomão e Vítor Agostinho
  Conselheiros: Francisco Teófilo, Jacinto Domingos, Joaquim Pinho, Manuel Custódio, Maria João Santos e Vítor Rosa
- **Federação das Colectividades do Distrito de Lisboa:**
  José Henriques e Gustavo Estevens
- **Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa:**
  Albano Ginja
- **Associação das Colectividades do Concelho de Loures:**
  José Eduardo

CONGRESSO NACIONAL DAS COLECTIVIDADES ASSOCIAÇÕES E CLUBES

FORUM LISBOA
AV. ROMA

ASSOCIATIVISMO POPULAR
uma força social
com visão
e com futuro!

7 NOV.
2015

Reflectir
sobre o modelo
do Associativismo
e o seu papel
na sociedade
portuguesa.

Dar visibilidade
ao Associativismo
e valorizar
o papel
dos Dirigentes.

Demonstrar a vitalidade
e potencialidades do Associativismo
nos planos económico, cultural e social.

MEMORANDO ASSOCIATIVO 2015

Ser parceiro social é um acto de justiça

Sem nós não há associativismo

Criação, reprodução, excelência e ética

Identidade e soberania

ÍNDICE DO MEMORANDO

INTRODUÇÃO

LEGISLAÇÃO, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PODER LOCAL ASSOCIATIVO E SOCIEDADE CIVIL
Ser parceiro social é um acto de justiça
01. Declaração Universal dos Direitos do Homem
02. Associativismo popular e Constituição da República Portuguesa
03. Lei de Bases da Economia Social
04. Legislação aplicável ao associativismo popular
05. Lei 34/2003 de 22 de Agosto
06. Enquadramento contabilístico e prestação de contas
07. Enquadramento fiscal e principais isenções de IRC
08. Enquadramento fiscal e principais isenções de IVA
09. Enquadramento fiscal e principais isenções de IMI
10. Outras isenções de impostos e benefícios fiscais
11. Gestão, financiamento e transparência
12. Responsabilidade civil e criminal dos Dirigentes
13. Relações com os órgãos de poder político
14. Representação nos Órgãos Consultivos do Poder Central
15. Constituição do Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP)
16. Relações com o Poder Local Autárquico
17. O Associativismo como Poder Local
18. Processo de adaptação ou de transformação
19. Modelo de financiamento e sustentabilidade financeira
20. Do escudo ao euro
21. Dos Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC's) à Lei compromisso
22. Subsidiodependência ou contribuinte líquido do Orçamento de Estado (OE)
23. Diversificação das fontes de financiamento do MAP
24. Candidaturas do MAP ao Portugal 2020
25. Realimentação da Economia Social
26. Relações com Movimentos Sociais de cidadãos, famílias associativas e outras dimensões da sociedade civil
27. Relações com as empresas
28. Comunicação Social – valorização e visibilidade do MAP
29. Dias Nacionais – evocações e legítimas expectativas

DIRIGENTES ASSOCIATIVOS, VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS MOTIVAÇÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
Sem nós não há associativismo
30. Acto voluntário e/ou voluntariado
31. Voluntariado e/ou substituição de empregos efectivos
32. Dirigentes benévolos e/ou remunerados
33. Natureza das relações de trabalho em Portugal e implicações no Associativismo
34. Lei 20/2004 de 5 de Junho – Estatuto do Dirigente Associativo
35. Mulheres no Associativismo
36. Jovens no Associativismo
37. Renovação e rejuvenescimento dos dirigentes
38. Valor Económico do Trabalho Voluntário
39. A importância de se estudar o valor do trabalho voluntário
40. Experiência e evolução tecnológica e científica dos Dirigentes
41. Formação e qualificação dos dirigentes
42. As Tecnologias de Informação e Comunicação nas Colectividades
43. Relações entre DAV´s e técnicos – centros de decisão
44. Universidades – objecto de estudo e empregabilidade
45. Investigação, estudos e publicações

CULTURA, RECREIO E DESPORTO
Criação, reprodução, excelência e ética
46. Políticas públicas para a cultura
47. Ensino público das artes e cooperação do MAP
48. Criação e fruição cultural associativa
49. Mitos e preconceitos sobre a cultura popular
50. Entretenimento
51. Música filarmónica
52. Música tradicional
53. Folclore e etnografia
54. Teatro de amadores
55. Movimento cineclubista
56. Património Associativo
57. Casas do Povo – património associativo
58. Regionalismo associativo
59. Jogos tradicionais e identidades
60. Políticas públicas para o desporto
61. O desporto como factor de desenvolvimento económico
62. O desporto como factor de aumento da produtividade
63. O desporto como factor de melhoria da saúde e do bem-estar social
64. Desporto como formação
65. Actividade física e recreativa
66. Desporto de competição - excelência desportiva
67. O desporto como factor de coesão social
68. Desporto adaptado
69. Desporto para todos
70. Movimento Campista
71. Ética desportiva

ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO
Identidade e soberania
72. Associativismo português na diáspora/emigração
73. Associativismo imigrante em Portugal
74. Relações com o Conselho das Comunidades Portuguesas
75. Relações com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa
76. Experiências e necessidades de internacionalização
77. Relações com a Obra das Migrações
78. O Voluntariado europeu e o papel de Portugal na UE

ÍNDICE DAS SIGLAS

ACIDI :: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural
AICEP :: Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa
AR :: Assembleia da República
AT :: Autoridade Tributária
CDP :: Confederação do Desporto de Portugal
CEP :: Conferência Episcopal Portuguesa
CEPSMH :: Comissão Episcopal da Pastoral Social e da Mobilidade Humana
CES :: Conselho Económico e Social
CEV :: Centro Europeu de Voluntariado
CISM :: Confederação Internacional das Sociedades Musicais
CNAP :: Conselho Nacional do Associativismo Popular
CNC :: Conselho Nacional da Cultura
CNC :: Conselho Normalização Contabilística
CND :: Conselho Nacional do Desporto
CNES :: Conselho Nacional da Economia Social
CNPV :: Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CPCCRD :: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto
CPLP :: Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPV :: Confederação Portuguesa do Voluntariado
CRP :: Constituição da República Portuguesa
DAV's :: Dirigentes Associativos Voluntários
ESNL :: Entidades do Sector Não Lucrativo
IPSS :: Instituição Particular de Solidariedade Social
MAP :: Movimento Associativo Popular
OCPM :: Obra Católica Portuguesa para as Migrações
OE :: Orçamento de Estado
ONU :: Organização das Nações Unidas
PEC :: Plano de Estabilidade e Crescimento
POISE :: Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PR :: Presidente da República
SECP :: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
SNC :: Sistema de Normalização Contabilística
UE :: União Europeia

AUTORES

· Ana Canhoto · Artur Martins · Augusto Flor · Bessa Carvalho · Caleia Rodrigues · Cármen Correia · Clementina Henriques · Daniel Café · Fernando Vaz · Filipe Parra · Francisco Rodrigues · João Alexandre · João Teixeira · Manuel Neves · Maria João Santos · Martinho Caetano · Paulo Sousa · Porfírio Lopes · Sérgio Pratas · Susana Queiroga · Tristão Nogueira ·

INTRODUÇÃO

MEMORANDO ASSOCIATIVO 2015

CONGRESSO NACIONAL DAS COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES

Associativismo Popular, uma força social com visão e com futuro!

Lisboa, 7 Novembro 2015

Aspecto de uma reunião da Comissão Organizadora

A realização do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, constitui uma necessidade identificada pelo MAP – Movimento Associativo Popular, considerando que o último Congresso se realizou em 2001 e, desde então, foram muitas as alterações que se verificaram na sociedade portuguesa com profundas consequências para as colectividades, associações e clubes de que se destacam as leis laborais, aumento e intensificação das acções inspectivas, redução de receitas e aumento das despesas, mudanças na estrutura económica e social por via das políticas públicas.

Por outro lado, neste período (2001/2015), foram dados passos decisivos na estruturação, organização, resposta e relacionamento interassociativo o que veio permitir que, pela primeira vez, o Congresso Nacional seja organizado por todas as entidades de âmbito nacional especialmente dedicadas à Cultura, Recreio e Desporto.

A extraordinária dimensão deste movimento – mais de 30.000 entidades e cerca de 425.000 Dirigentes Voluntários e Benévolos - veio a ser confirmada pelo INE - Instituto Nacional de Estatística através de estudos, caso da Conta Satélite da Economia Social, que têm sido afinados e que, tendencialmente, demonstrarão todo o nosso potencial.

Os poderes públicos, nomeadamente os governos, pressionados pelas lutas de mais de 20 anos, influenciados pelos dados exaltados pelo Ano Europeu do Voluntariado (2011) e pelos incontestados dados estatísticos do INE (2013), acabaram por admitir que este movimento tem uma enorme influência na sociedade, reconhecendo e integrando várias entidades do Movimento Associativo Popular (MAP) nos órgãos de aconselhamento do Governo, como são os casos do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), Conselho Nacional do Desporto (CND), Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV).

Por razões culturais e de opção política, a importância da acção preventiva do MAP, ainda não é completamente percebida por muitos cidadãos e certos decisores políticos. Continua a vigorar o modelo de remediação em lugar da prevenção, traduzida numa política assistencialista de recurso e apoio aos casos sociais agudos (fome, dependências, sem abrigo, isolamento, comportamentos sociais desviantes, etc.) com custos humanos, sociais e económicos elevadíssimos, em vez de políticas preventivas pela via da intervenção prévia junto das crianças, jovens, adultos e idosos.

O presente Memorando Associativo 2015, fruto de uma ampla e diversificada recolha e reflexão nacional em várias fases, tem por objectivo identificar a actual situação do MAP em todas as suas áreas, constituindo um documento para memória futura. Este documento será a base do Manifesto - Recomendações Estratégicas a sair do Congresso.

A sua realização em Lisboa, constitui uma feliz coincidência com a designação de "Lisboa - Capital Europeia do Voluntariado 2015".

LEGISLAÇÃO, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PODER LOCAL ASSOCIATIVO E SOCIEDADE CIVIL

"Ser parceiro social é um acto de justiça"

01. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

Não obstante já existir o Associativismo, a sua importância determinou o seu acolhimento na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), quando no seu Artigo 20.º se diz:*"1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas; 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação."*

02. ASSOCIATIVISMO POPULAR E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

A Constituição portuguesa (CRP) consagra o direito ao lazer e o direito à cultura e ao desporto. E estabelece que é ao Estado que cabe, em primeira instância, assegurar tais direitos; devendo, no entanto, actuar em cooperação ou colaboração com um conjunto de outras entidades. Não obstante o exposto na CRP, o Estado tem vindo a desempenhar as suas responsabilidades de forma muito deficitária; e muitas vezes através de políticas contrárias aos princípios e valores inscritos na Constituição.

Para além disso, a CRP define quatro garantias fundamentais do associativismo popular (liberdade de associação; participação no processo de democratização da cultura e do desporto; discriminação positiva; e participação das populações na vida administrativa local); que continuam esquecidas ou por concretizar.

Neste quadro, resulta claro que o Estado deve assumir um outro papel no desenho e promoção das políticas públicas para estas áreas – da cultura, do desporto e do lazer. E fica também evidente a necessidade de uma profunda reforma do quadro legal e institucional aplicável ao associativismo popular.

03. LEI DE BASES DA ECONOMIA SOCIAL

Fruto de uma longa negociação, a Lei de Bases da Economia Social acabaria por ser aprovada por unanimidade na Assembleia da República; sendo depois publicada, em Diário da República, no dia 8 de Maio de 2013 (Lei n.º 30/2013).

Esta lei é da maior importância para o associativismo popular. Desde logo, porque deixa claro que as associações com fins altruísticos e com actuação em determinados âmbitos (cultural, recreativo, desportivo, do desenvolvimento local) integram a economia social, questão que até então suscitava muitas dúvidas. Depois, por estabelecer que as entidades da economia social beneficiam de um estatuto fiscal mais favorável – matéria que está ainda por regulamentar. Finalmente, por determinar a obrigatoriedade de revisão da legislação aplicável ao associativismo popular – revisão que deveria ter ocorrido no prazo de 180 dias e que continua por concretizar.

04. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO ASSOCIATIVISMO POPULAR

A legislação aplicável ao associativismo popular – legislação geral e legislação específica – apresenta lacunas, incongruências e um forte desfasamento relativamente à vida e necessidades das associações. Para além disso, importa cumprir e respeitar as garantias fundamentais, inscritas na Constituição.

Impõe-se, assim, uma profunda reforma do quadro legal em vigor, nomeadamente na participação no desenho das políticas públicas; reforço das parcerias público-sociais; descriminação positiva das Associações e simplificação da legislação.

05. LEI 34/2003 DE 22 DE AGOSTO

Tendo esta lei sido aprovada há mais de 12 anos, continuam por cumprir, essencialmente, os artigos 2º e 3º no que respeita ao Estatuto de Parceiro Social e ao apoio técnico, logístico e financeiro do Estado como a própria lei prevê.

No caso do Estatuto de Parceiro Social, deverá este ser aplicado na íntegra, inserindo a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD) no Conselho Económico e Social (CES), para além do Conselho Nacional da Economia Social (CNES), Conselho Nacional do Desporto (CND) e Conselho Nacional de Cultura (CNC). No caso dos apoios técnicos, logísticos e financeiros, deverá o Estado inscrever verbas próprias no Orçamento de Estado (OE), à semelhança do que acontece para as associações com estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e para a Fundação INATEL, podendo as mesmas serem canalizadas para o Associativismo pela via das autarquias, enquanto verba consignada.

06. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

As colectividades, associações, clubes, fundações, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e outras entidades e estruturas associativas, federativas e confederativas, vulgarmente conhecidas como "instituições sem fins lucrativos", constituem um importante sector sócio-económico do país, designado actualmente na legislação de

Encontro de Serpa

âmbito contabilístico-fiscal como "sector não lucrativo".

Estas entidades são definidas na legislação como "entidades do sector não lucrativo" e abreviadamente designadas pela sigla "ESNL", aplicando-se-lhes um regime de Contabilidade específico – o Regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) –, aprovado pelo D. L. n.º 36-A/2011, de 9/03, e que é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística nacional (vulgo SNC), aprovado pelo D. L. n.º 158/2009, de 13/07.

Estas regras contabilísticas específicas, estabelecidas no Anexo II do D. L. n.º 36-A/2011, de 9/03, constituem o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL), são de adopção obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012 e são aplicáveis às pessoas colectivas que prossigam principalmente actividades sem fins lucrativos, que não possam, legal e/ou estatutariamente, distribuir qualquer ganho económico e financeiro directo aos seus associados, membros, contribuintes, sócios ou filiados.

A sua aplicação pressupõe a existência da chamada "contabilizada organizada", elaborada de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), constante do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14/03, e que é parte integrante do SNC-ESNL, que deverá ser executada e assinada por um Contabilista Certificado (anteriormente designado por Técnico Oficial de Contas), inscrito na respectiva Ordem, devido à sua complexidade técnica.

Daí resulta a elaboração do clássico Balancete analítico mensal e a apresentação de demonstrações financeiras anuais (Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções e Demonstração dos fluxos de caixa), que deverão apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho operacional e os fluxos de caixa, bem como o respectivo Anexo, com as adequadas notas de divulgação das bases de preparação das demonstrações financeiras, das políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

Em face da grande diversidade, da reduzida dimensão e das dificuldades próprias de muitas entidades do sector, o legislador dispensou da aplicação do regime de normalização contabilística para as ESNL as instituições sem fins lucrativos que em nenhum dos 2 anos anteriores tenham realizado vendas e outros rendimentos que excedam 150.000€.

As entidades sem fins lucrativos que obtenham anualmente

um volume de rendimentos igual ou inferior a 150.000€ e que não optem pela aplicação do referido regime contabilístico, são obrigadas à "prestação de contas em regime de caixa", por força do n.º 3 do Art.º 10.º do D. L. n.º 36-A/2011, de 09/03., devendo proceder ao tradicional registo de receitas e despesas mensais, com base nos documentos de suporte comprovativos da sua realização.
A apresentação de contas em "regime de caixa" é feita através de mapas de contas anuais, que deverão conter a adequada desagregação por rubricas e respectivos valores, apurados no fim de cada exercício, e que evidenciem a seguinte informação:

- Recebimentos e pagamentos realizados em cada ano;
- Bens que constituem o património fixo (imóveis, instalações, veículos e equipamentos duradouros de toda a espécie);
- Direitos (dívidas a receber e outros direitos);
- Compromissos futuros (dívidas a pagar e outras obrigações).

Estes mapas de prestação de contas obrigatórios são elaborados e apresentados anualmente pela Direcção de cada entidade sem fins lucrativos, conjuntamente com o respectivo Relatório de Actividades, formando um documento único habitualmente designado por "Relatório e Contas".
Nos termos do disposto do n.º 4 do Art.º 11.º do D. L. n.º 36-A/2011, de 9/03, as entidades públicas financiadoras das instituições do sector não lucrativo podem ainda exigir outros mapas e informações, designadamente para efeitos de controlo orçamental.

07. ENQUADRAMENTO FISCAL E PRINCIPAIS ISENÇÕES DE IRC

Estão isentas de tributação em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), ao abrigo do Art.º 10.º do Código do IRC (CIRC), as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa (isenção automática, isto é, decorre directamente da lei), as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), bem como as pessoas colectivas legalmente equiparadas a IPSS (isenção automática).
Estão também isentas de IRC as pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente (isenção dependente de reconhecimento pela AT).
É de salientar que estas isenções não abrangem os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.
Por exemplo, os rendimentos obtidos por uma IPSS decorrentes da cedência de exploração de um recinto desportivo ou os rendimentos obtidos por uma Colectividade no âmbito do arrendamento ou exploração de um bar por terceiros, não estão isentos de IRC.
Nos termos do Art.º 11.º do Código do IRC, estão ainda isentos os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas, auferidos por associações legalmente constituídas para exercerem estes fins (isenção automática).
Não se consideram rendimentos directamente derivados do exercício das actividades culturais, recreativas e desportivas, para efeitos da isenção de IRC, os provenientes de qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola exercida, ainda que a título acessório, em ligação com essas actividades e, nomeadamente, os provenientes de publicidade, direitos respeitantes a qualquer forma de transmissão, bens imóveis, aplicações financeiras e jogo do bingo.
No entanto, ao abrigo do Art.º 54.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), ficam isentos de IRC todos os rendimentos brutos sujeitos a tributação das Colectividades desportivas, de cultura e recreio, desde que não excedam o montante anual de 7.500€.
Finalmente, não são sequer sujeitos a IRC os seguintes rendimentos:

- As quotas pagas pelos associados em conformidade com os estatutos; e
- Os subsídios destinados a financiar a realização de fins estatutários.

Em face da actual redacção das normas que estabelecem as obrigações declarativas em sede de IRC, tanto as entidades que usufruam rendimentos não sujeitos, como as entidades que obtenham rendimentos isentos de IRC, devem entregar a declaração periódica de rendimentos (vulgo Modelo 22), prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 117.º do Código do IRC.

08. ENQUADRAMENTO FISCAL E PRINCIPAIS ISENÇÕES DE IVA

O Código do IVA (CIVA) prevê a aplicação de isenções relativamente a operações consideradas de interesse geral ou social, estando nesta categoria as actividades definidas no Artigo 9.º do Código do IVA.
Trata-se de isenções chamadas simples ou incompletas, que se caracterizam pela não liquidação do IVA por parte da entidade que vende os bens ou presta os serviços, não conferindo, em contrapartida, o direito à dedução do IVA suportado nas suas aquisições e consumos intermédios.
Assim, desde que prossigam actividades sem finalidade lucrativa, estas entidades estão isentas de IVA, por exemplo:

- Nas transmissões de bens e prestações de serviços ligadas à segurança e assistência sociais e as transmissões de bens com elas conexas;
- Nas prestações de serviços e nas transmissões de bens estreitamente conexas, efectuadas no exercício da sua actividade habitual por creches, jardins-de-infância, centros de actividade de tempos livres, estabelecimentos para crianças e jovens desprovidos de meio familiar normal, lares residenciais, casas de trabalho, estabelecimentos para crianças e jovens deficientes, centros de reabilitação de inválidos, lares de idosos, centros de dia e centros de convívio para idosos, colónias de férias, albergues de juventude ou outros equipamentos sociais, ainda que os serviços sejam prestados fora das suas instalações;
- Nas prestações de serviços e transmissões de bens com elas conexas efectuadas no interesse colectivo dos seus associados, desde que os organismos prossigam objectivos de natureza, nomeadamente, religiosa, humanitária, filantrópica, cultural, recreativa e desportiva e a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos estatutos;
- Nas transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas aquando de manifestações ocasionais destinadas à angariação de fundos em proveito exclusivo das entidades, desde que esta isenção não provoque distorções de concorrência (devem ser observados os requisitos estabelecidos no Despacho Normativo n.º 118/85, de 31/12, que fixa em 8 o número anual de manifestações ocasionais);
- Outras transmissões de bens e prestações de serviços que estejam expressamente previstas na lei como beneficiando de isenção em sede de IVA, nomeadamente nos sectores das actividades de saúde e de educação.

Encontro no Barreiro

Estão também isentas de IVA, ao abrigo do Art.º 9.º do Código do IVA, as seguintes prestações de serviços efectuadas por organismos sem finalidade lucrativa:

- As prestações de serviços no âmbito da exploração de estabelecimentos ou instalações destinados à prática de actividades artísticas, desportivas, recreativas e de educação física a pessoas que pratiquem essas actividades;
- As locações de livros e outras publicações, partituras musicais, discos, bandas magnéticas e outros suportes de cultura e, em geral, as prestações de serviços e transmissões de bens com aquelas estreitamente conexas;
- As prestações de serviços que consistam em proporcionar a visita a bibliotecas, arquivos, museus, galerias de arte, castelos, palácios, monumentos, parques, perímetros florestais, jardins botânicos, zoológicos e semelhantes, pertencentes a organismos sem finalidade lucrativa;
- As prestações de serviços e as transmissões de bens com elas conexas, relativas a congressos, colóquios, conferências, seminários, cursos e manifestações análogas de natureza científica, cultural, educativa ou técnica;
- As seguintes prestações de serviços, quando levadas a cabo por organismos sem finalidade lucrativa que sejam associações de cultura e recreio: cedência de bandas de música, sessões de teatro e ensino de ballet e de música.

Ao abrigo do D. L. n.º 128/2001, de 17/04, as colectividades que tenham bandas filarmónicas, escolas de música, tunas, fanfarras, ranchos folclóricos e outros agrupamentos culturais, podem candidatar-se anualmente e obter um subsídio em valor equivalente ao IVA pago na aquisição de instrumentos, respectivo material consumível, fardamentos e trajes usados nas suas actuações.
O D. L. n.º 20/90, de 13/01, concede algumas isenções de IVA à Igreja Católica e outras Comunidades Religiosas, bem como às instituições particulares de solidariedade social (IPSS), através da restituição do IVA suportado em algumas importações e aquisições de bens e serviços essenciais á prossecução das suas actividades, sendo todo o processo de restituição tratado junto da AT.

09. ENQUADRAMENTO FISCAL E PRINCIPAIS ISENÇÕES DE IMI

Estão isentas de Imposto municipal sobre imóveis (IMI) as seguintes entidades:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e as de mera utilidade pública, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins;
b) As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e as pessoas colectivas a elas legalmente equiparadas, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins;
c) As misericórdias, relativamente a quaisquer prédios de que sejam proprietárias;
d) As associações desportivas e as associações juvenis legalmente constituídas, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins;
e) As colectividades de cultura e recreio, as organizações não governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios utilizados como sede destas entidades, e mediante deliberação da assembleia municipal da autarquia onde os mesmos se situem;

Estas isenções são reconhecidas pela AT após a realização da prova relativa à verificação dos pressupostos, devendo a entidade interessada, nos casos descritos nas alíneas d) e e), apresentar requerimento devidamente documentado.

10. OUTRAS ISENÇÕES DE IMPOSTOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

As entidades sem fins lucrativos gozam ainda de outras isenções de impostos e outros benefícios fiscais de carácter mais pontual e casuístico, consagrados no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), nos vários códigos fiscais ou na legislação avulsa.

11. GESTÃO, FINANCIAMENTO E TRANSPARÊNCIA

Dando um enquadramento económico-jurídico às associações, dir-se-ia que se caracterizam como entidades organizadas e que desenvolvem a sua actividade no bem-estar social, na oferta de bens e serviços quase-públicos, com respeito pelo princípio-regra da não distribuição dos eventuais lucros/saldos gerados. O sector não Lucrativo situa-se, pois, entre os sectores públicos e privados, encontrando-se numa posição de complementaridade, ou mesmo de substituição do papel e actividades públicas, nomeadamente na área social.

É, pois, com um enorme esforço, dedicação e empenho por parte dos dirigentes das associações do nosso país, que estas instituições têm sobrevivido às alterações bruscas e repentinas que foram impostas a nível contabilístico e fiscal ao movimento associativo. As alterações no cumprimento das obrigações fiscais foram acrescidas nos últimos anos, provocando alguma insegurança e receios aos dirigentes. Esta insegurança e os receios, devem-se sobretudo à falta de esclarecimento, à falta de informação e à falta de orientação que o movimento associativo enfrenta quando procura um esclarecimento mais técnico. A informação fornecida pelos Serviços Tributários é enquadrada, grande parte dela, na legislação para as entidades do sector lucrativo, encaminhando, erradamente, para procedimentos fiscais mais penalizadores.

As dificuldades financeiras são eminentes e muito sentidas por estas entidades, pois dedicam-se, essencialmente, aos serviços social e comunitário e como sabemos, a conjuntura do nosso país tem vindo a desfragmentar-se afectando gravemente, as classes baixa e média, cidadão comum que frequenta as associações. Por outro lado, temos a figura do Estado, que infelizmente, deixa muito aquém as necessidades destas instituições, obrigando, desta forma, a que as Entidades do Sector Não Lucrativo, promovam iniciativas e integrem em projectos para fazerem face às suas necessidades e às dos seus associados.

A abordagem sobre estas Entidades que parecem tão esquecidas, deve centrar-se nas boas práticas da gestão voluntária, financiamento sustentado e transparente considerando a realidade e o enquadramento económico do nosso país, pelo papel que desempenham no

Encontro em Abrantes

enquadramento económico-social do nosso país.

Proveniente das dificuldades financeiras, as Associações são obrigadas a dinamizar outro tipo de actividades (comerciais) para além das estatutárias para fazer face às necessidades, à manutenção e pagamentos eminentes. Porque será, que a Taxa de IRC (Imposto Sobre Pessoas Colectivas) aplicada às Entidades do Sector Não Lucrativo é de 21.5%, percentagem superior à das Entidades do Sector Lucrativo que é 17%?

12. RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS DIRIGENTES

O dirigente associativo voluntário, no âmbito das suas funções na colectividade é responsável pelo "comportamento" da associação, pela forma como esta se relaciona do ponto de vista interno (com associados, atletas, trabalhadores, etc.) e externamente com terceiros e com o Estado, as autoridades.

Esta responsabilidade varia, naturalmente, de acordo com a função exercida e o tipo de competências (executivo/direcção, deliberativa ou de fiscalização), mas está sempre presente e tem reflexos na esfera jurídica de cada dirigente. Não são assim tão raros os casos de dirigentes que acabam com o seu património penhorado ou que têm de representar a associação em tribunal e mesmo a serem demandados pessoalmente.

Por exemplo em caso de dívidas o primeiro património a responder é o da colectividade, mas se este não for suficiente, os dirigentes podem ver o seu património em risco. Por outro lado em caso de ilícito criminal, situações em que a conduta da colectividade é ilegal, é crime, os responsáveis são os dirigentes que aprovaram/praticaram tal comportamento, desde logo o Presidente da Direcção.

13. RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DE PODER POLÍTICO

Pela sua dimensão, o Movimento Associativo Popular (MAP) deveria ter acesso mais regular aos órgãos de soberania. A diversidade do MAP tem sido a desculpa para que tal não aconteça.

O Presidente da República (PR) não tem mostrado sensibilidade para este sector à excepção de momentos em que algumas expressões associativas são convocadas para recepções de boas vindas locais. A Assembleia da República (AR) não tem mostrado disponibilidade para corrigir legislação que é aplicada ao MAP mas que tem origem nas empresas, caso do Código Civil e Código Comercial. Os Governos, mantêm políticas que na sua essência agridem o MAP e os seus dirigentes como são os casos da precariedade laboral desregulação de horários, deslocalização dos locais de trabalho, agravamento da carga fiscal, aumentos das rendas, aumentos dos bens de consumo e funcionamento associativo.

As autarquias locais continuam a ser o principal parceiro do MAP mas têm visto os seus recursos reduzidos por falta de verbas do OE-transferências para as Autarquias; fusão de freguesias e responsabilização de novas áreas sem os correspondentes recursos. As autarquias e o MAP, por serem oriundos das mesmas áreas sociológicas e pela proximidade que têm entre si e as populações, são os dois poderes locais que melhor e mais eficazmente respondem às necessidades dos cidadãos, funcionado muita vezes como amortecedor e reparador das políticas centrais/governamentais. Esta relação traduz-se, muitas vezes, numa dependência inconsciente e injustificada dos dirigentes associativos face às autarquias.

14. REPRESENTAÇÃO NOS ÓRGÃOS CONSULTIVOS DO PODER CENTRAL

A lei 34/2003 de 22 de Agosto determina que o MAP é um Parceiro Social. Esperava-se que esta lei fosse regulamentada e cumprida pelos Governos, integrando a Confederação Portuguesa das Colectividades no CES o que nunca aconteceu. Só em 2012, o governo chamou a CPCCRD a integrar o CNES e o CND. No caso da Confederação do Desporto de Portugal (CDP), já integrava o CND desde a sua constituição inicial. Relativamente ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), a Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) integra o mesmo com o estatuto de observador. Quanto ao CN Cultura não integra nenhumas das expressões associavas do MAP.

Relativamente à representação no CNPV, que teve um funcionamento muito irregular, o movimento associativo no que respeita à sua dimensão de voluntariado, sempre reivindicou presença naquele órgão de consulta. Tal pretensão, nunca foi considerada, nem mesmo no Ano Internacional do Voluntariado (2011) em que o voluntariado associativo (425.000) foi reconhecido e integrado para efeitos estatísticos. A criação da CPV poderia ter sido uma resposta possível. No entanto, à CPV só foi concedido um lugar de observador.

15. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR (CNAP)

Pelo atrás descrito, percebe-se a necessidade de constituição de um órgão próprio junto do Estado, CNAP, podendo o mesmo ser de aconselhamento do Governo, da Assembleia da República ou mesmo do PR, com uma constituição representativa de todas as famílias associativas e que, no fundamental, são as que constituem a Comissão Organizadora deste Congresso, podendo contudo ser alargado.

Na ausência da decisão política de constituição deste órgão, deverão as entidades interessadas tomar a iniciativa de se auto organizar de forma a corresponderem a esta necessidade e preencherem esta lacuna.

16. RELAÇÕES COM O PODER LOCAL AUTÁRQUICO

Não descurando que, por razões sociológicas, se trata do principal parceiro do MAP, existe ainda um elevado grau de dependência afectiva do MAP face às autarquias. As mudanças políticas e partidárias que se operam no final de cada mandato autárquico, são muitas vezes vistas como uma "perda" ou "ganho" de novas relações em função de quem saiu ou entrou para os órgãos autárquicos.

O associativismo deverá respeitar as decisões políticas do eleitorado, mantendo o distanciamento necessário para que a relação seja, de facto, entre parceiros, com deveres e direitos e não de subalternização. O apoio financeiro prestado não pode ser visto de forma isolada da estrutura de receitas e despesas do associativismo. O apoio financeiro destina-se à comparticipação nos custos das actividades que, regra geral, deveriam ser realizadas pelas próprias autarquias. Ao ser o MAP a faze-lo, fica mais barato e com menos constrangimentos.

As relações entre estes dois poderes deverão ser de cooperação na auscultação prévia das políticas culturais, recreativas e desportivas locais e na programação integrada de eventos de forma a aumentar a oferta, diversificar a actividade e proporcionar a criação e fruição ao maior número de cidadãos, reduzindo custos financeiros e recursos logísticos e humanos.

Em alguns municípios já se verifica a representação do MAP nos seus órgãos de consulta, como seja Conselho Municipal do Associativismo, Conselho Municipal do Desporto, Conselho Municipal da Cultura, Conselho Municipal de Educação, o que deve ser alargado à generalidade do poder autárquico.

Por outro lado, a lei permite a representação do MAP nas Comissões Sociais e Comissões de Crianças e Jovens também de nível concelhio o que deve ser levado em conta pelo MAP.

17. O ASSOCIATIVISMO COMO PODER LOCAL

Pela sua expressão quantitativa e qualitativa, o MAP constitui um poder local com intervenção e influência na vida cultural, económica, social e política. Os DAV's são eleitos por Assembleias Gerais a quem prestam contas da sua actividade com a regularidade anual numa clara manifestação de democracia participativa. Dinamizam e interagem directa e indirectamente com a economia local, decisores políticos, representantes religiosos e comunicação social. Prestam relevantes serviços aos seus associados mas também à comunidade em geral. Fazem-no, essencialmente, em regime de voluntariado.

De harmonia com estes fundamentos, o Associativismo enforma em valores de que destacamos: solidariedade e fraternidade; liberdade, democracia e cidadania; independência e autonomia; responsabilidade e transparência; trabalho voluntário e benévolo.

O poder do Associativismo advém-lhe da sua capacidade de decisão e de influência, em diferentes medidas, de colaborar no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida das populações das comunidades de que emanam as associações.

A sua acção é essencial para a coesão social das comunidades, e o seu poder real e simbólico é de tal forma manifesto que o seu prestígio os torna em líderes comunitários. A comprovar esta afirmação, temos o facto de muitos autarcas terem sido DAV's e vice-versa.

O poder local associativo deverá continuar a afirmar-se de forma autónoma e colaborativa com os restantes poderes locais. Não por ser melhor ou pior mas por ser essencial e complementar para a resolução dos problemas das populações, para a melhoria das suas condições de vida e para a qualidade da democracia.

18. PROCESSO DE ADAPTAÇÃO OU DE TRANSFORMAÇÃO

Não são raras as vezes que ouvimos que "os tempos são outros e como tal temos que nos adaptar". Aparentemente assim é, no entanto, há que ter em conta de que mudanças nos estão a falar. Não podemos aceitar as mudanças impostas por interesses que não são os do associativismo.

A mudança é, simultaneamente, objectiva e subjectiva, opera-se em função das causas externas ao movimento mas também das nossas atitudes e comportamentos. O Associativismo deu provas da sua capacidade adaptativa consciente e coerente ao longo da sua vida. A corrente associativa deverá defender o trabalho e responsabilidade colectiva, os valores da solidariedade, do respeito mútuo, da justiça social e da equidade. Deverá saber distinguir a responsabilidade que cada poder local, regional ou nacional tem e a influência que podem ter no associativismo.

O associativismo deverá tomar consciência do seu papel enquanto dinamizador das actividades associativas estatutárias mas também da sua capacidade e responsabilidade transformadora da sociedade.

19. MODELO DE FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O modelo de financiamento do MAP, sendo muito diversificado de acordo com cada família associativa, assenta essencialmente numa estrutura de receitas próprias e estatutárias (quotas, actividades, projectos), não estatutárias (salas de convívio, bares, alugueres de espaço, publicidade a empresas), subsídios/comparticipações públicas (contratos programa).

As despesas de funcionamento (rendas, consumíveis, energia, comunicações, licenças) são, entre outras, a maior fatia. Os custos com pessoal são reduzidos uma vez que o MAP funciona essencialmente com trabalho voluntário dos dirigentes, seccionistas e activistas associativos.

As receitas próprias variam entre os 70 e 80%. As receitas provenientes de terceiros – empresas 4%. As receitas provenientes do Estado, essencialmente as autarquias, entre 15 e 20%.

O MAP tem demonstrado muitas dificuldades em diversificar as fontes de receita, aceder a financiamentos privados de empresas e fundações por falta de capacitação própria e falta de legislação adequada à sua diversificada dimensão. Por outro lado, estima-se que mais de 60% das colectividades a nível nacional não tenham qualquer apoio do Estado, incluindo autarquias, por falta de meios para se candidatarem e falta de capacitação e organização contabilística.

20. DO ESCUDO AO EURO

A passagem do Escudo para o Euro, em 1 de Janeiro de 2002, trouxe ao MAP um conjunto de dificuldades que se traduziram, essencialmente, no sistema de transacções financeiras e de variação de preços de compra de bens e serviços para o seu funcionamento e, ao mesmo tempo, uma enorme incapacidade de correcção/aumento nos serviços associativos prestados. Não estando calculados de forma precisa, esta é uma das causas do desequilíbrio financeiro de muitas entidades associativas.

Pela simples mudança de moeda, estima-se que muitas famílias retiraram os filhos das actividades associativas, por estas não constituírem prioridade perante a falta de meios financeiros para a alimentação, vestuário e despesas de educação.

Contudo, as grandes dificuldades surgiram com a actual crise económica e financeira que teve início em 2009. Se com o euro surgiram dificuldades, foi com a actual crise que se sentiu o afastamento de muitos praticantes, diminuição dos apoios, patrocínios, etc.

Encontro de Sintra

21. DOS PLANOS DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC'S) À LEI COMPROMISSO

Não obstante poderem existir cerca de 60% de colectividades que por incapacidades própria não acedem a apoios do Estado, leia-se autarquias, os eleitos autárquicos, por razões de grande proximidade com os DAV's, garantem a principal parceria quer no plano das iniciativas quer no plano dos apoios financeiros públicos. As federações desportivas, pela via dos apoios do governo a projectos e programas de desenvolvimento desportivo, canalizam para os clubes alguns apoios essenciais para as actividades essencialmente nas áreas da iniciação/formação.

Esta relação e formas de apoio foram diferentes em diferentes períodos, não tanto por razões de alteração das equipas/eleitos, mas pela implementação generalizada de Regulamentos Municipais de Apoio ao Associativismo, a que muitos DAV's não sabem aceder, e a institucionalização da figura "Contratos Programa" no mandato 2005/2009. No mandato 2009/2013, bem como no actual, confirmou-se e acentuou-se a redução das transferências do OE – Orçamento do Estado para as Autarquias. A conjugação destes factores veio pôr em causa a sustentabilidade de muitas entidades associativas que até então recebiam apoios financeiros das autarquias na ordem dos 15 a 20% da sua estrutura de receitas.

No seguimento dos Programas de Estabilidade e Crescimento e das medidas de austeridade impostas ao povo e ao país desde 2011, a implementação da (LCPA) Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro conhecida por Lei do Compromisso, foi evocada como uma nova dificuldade do apoio ao associativismo por parte das autarquias, muitas delas com PAEL- Programa de Apoio à Economia Local, considerando o seu elevado grau de endividamento.

Não estando contabilizadas em pormenor, estima-se em vários milhões de euros os compromissos assumidos e assinados antes de cada acto eleitoral, de Contratos Programa que, resultando na falta de pagamentos às colectividades, estas tiveram que suportar perante fornecedores, gerando dificuldades ou mesmo pondo em causa a sua existência, transformando proveitos em imparidades/prejuízos por incumprimento normalmente injustificadamente incobrável dada a natureza tutelar dos detentores do poder que não cumprem com as suas obrigações.

22. SUBSIDIODEPENDÊNCIA OU CONTRIBUINTE LÍQUIDO DO ORÇAMENTO DE ESTADO (OE)

Havendo uma ideia generalizada quer de alguns governantes, alguns eleitos autarcas e mesmo de alguns dirigentes associativos que o MAP é financeiramente subsídio-dependente, importa esclarecer que os estudos parcelares existentes demonstram que o MAP é um contribuinte líquido do OE-Orçamento de Estado, não só porque o valor anual de "negócios" é muito expressivo e, como tal, tem um profundo reflexo na economia com o consequentemente pagamento de impostos directos e indirectos. Basta verificar as contas anuais das colectividades para confirmar esta afirmação.

À excepção da actividade musical em que é concedido um subsídio de igual valor do IVA pago na aquisição de bens referentes à respectiva actividade, todas as outras actividades estão sujeitas a este imposto, quer sejam estatutárias ou não e que corresponde a um valor médio superior ao dos eventuais apoios financeiros que algumas associações recebem. Em casos especiais ficam as entidades sujeitas ao entendimento e sensibilidade de um qualquer Chefe de Repartição de Finanças.

23. DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO MAP

Até ao final do mandato autárquico que terminou em 2009, pode afirmar-se que a principal fonte de receita externa do MAP seriam as autarquias. Por razões que já antes foram aduzidas, este modelo de financiamento público esgotou-se e em muitos casos as colectividades não foram capazes de aceder a outras formas de financiamento.

De acordo com um estudo recente, estima-se que as entidades da Economia Social, da qual mais de 50% são de cultura, recreio e desporto, necessitem de cerca de 750 milhões de euros, havendo disponibilidade de várias entidades tais como empresas, fundações, fundos nacionais e europeus na ordem de 1.250 milhões de euros.

Impõe-se como tal que o MAP perceba a necessidade de diversificar as fontes de financiamento e de se qualificar/capacitar tecnicamente de forma a ser capaz de obter informação regular e atempada, saber apresentar e fundamentar as candidaturas, apresentar as contas e medir os impactos das medidas e projectos.

Por seu lado, as instituições com disponibilidade, vocação e meios de financiamento, deverão ser mais abertas e

facilitadoras dos processos de candidatura, devendo publicitar melhor as oportunidades, facilitar os formulários, responder de forma mais pedagógica e menos administrativa.

24. CANDIDATURAS DO MAP AO PORTUGAL 2020

O actual quadro de financiamento comunitário, traduzido no Portugal 2020 de que o PO.ISE é a principal ferramenta para o nosso sector, pelo que o MAP deverá conhecer e apresentar em tempo útil e fundamentado o maior número de candidaturas para que os apoios sejam estruturantes a curto, médio e longo prazo.
As candidaturas deverão estar em consonância com o mais detalhado diagnóstico e com as medidas necessárias para a solução dos grandes e estruturantes problemas associativos.
O investimento futuro deverá ir ao encontro da formação e qualificação dos DAV's, da qualificação das instituições, das condições de emprego e de vida dos trabalhadores das colectividades, da modernização administrativa, da renovação dos meios logísticos, da visibilidade das actividades e da sustentabilidade associativa, económica e financeira para o futuro.
Torna-se particularmente importante saber criar uma rede interassociativa onde o princípio da parceria potencie as candidaturas, diversifique as experiências e crie sinergias capazes de projectar o MAP para um novo modelo de relacionamento e funcionamento interassociativo.

25. REALIMENTAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL

A Conta Satélite da Economia Social, demonstra a elevada diversidade de entidades que a compõem, havendo a expectativa de a economia social ser bem maior e com maior peso económico e financeiro que aquele que, por ora, lhe é atribuído.
É conhecido que a economia social tende a alargar os seus campos de intervenção, quer pelas políticas públicas que paulatinamente vêm transferindo responsabilidades do Estado para a sociedade civil, quer porque o Estado ao não garantir a satisfação das necessidades dos cidadãos, obriga a que estes se organizem em associações colectivas e privadas sem fins lucrativos.
Porque a economia social já hoje tem uma complexa rede de instituições que garantem um alargado conjunto de bens e serviços, parece ser essencial e urgente que o MAP desenvolva uma corrente de pensamento e acção de realimentação do sector da economia social, ou seja, que a montante e a jusante das suas actividades, dê prioridade às entidades da economia social. Tal modelo não fecha as portas às relações económicas e financeiras com as empresas ou com o Estado.

Encontro de Gaia

26. RELAÇÕES COM MOVIMENTOS SOCIAIS DE CIDADÃOS, FAMÍLIAS ASSOCIATIVAS E OUTRAS DIMENSÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Os movimentos sociais no nosso País, onde se integra o Movimento Associativo Popular, como expressão de acções colectivas do exercício da cidadania, procuram normalmente a transformação de uma realidade que lhes é adversa, através da defesa de direitos que são pertença de uma comunidade ou de uma camada social.
As colectividades, associações e clubes inserem-se num tecido social diversificado e complexo onde ombreiam com outras famílias associativas como as cooperativas, misericórdias, montepios, instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, associações de bombeiros, associações de pais enquanto entidades da economia social com estatuto e missão diversa mas, regra geral, formalmente constituídas.
O Movimento Associativo Popular e os restantes Movimentos Sociais, interligam-se pela defesa comum de interesses das populações locais, nomeadamente nas áreas económica, ambiental, recursos naturais, serviços públicos, defesa da Paz e da Democracia.
Por outro lado, vão surgindo espontaneamente e casuisticamente, outras formas de associação e de intervenção social como as comissões de utentes de defesa de transportes públicos, da água pública, de centros de saúde, de estabelecimentos de ensino, do meio ambiente, dos tribunais, dos correios, etc que no fundo representam interesses comuns aos do associativismo formalmente constituído, apesar de serem de duração variada e quase sempre efémera.
O associativismo tem tudo a ganhar em estabelecer contactos e formas de cooperação com estes movimentos e famílias associativas uma vez que os problemas são comuns e muitos deles, não sendo problemas do associativismo acabam por ter reflexo na vida associativa. Por outro lado, porque muitos dos problemas que afectam o mundo associativo só terão solução quando estiverem resolvidos na sociedade.
A criação de sinergias em redor dessas e de outras temáticas, reforça a possibilidade da sua solução, a fim de promover a ligação e a solidariedade do Movimento Associativo Popular aos Movimentos Sociais que objectivem a defesa de interesses comuns, integrando a sua organização, participando nas suas acções concretas, como forma de fortalecer as lutas para ultrapassagem de dificuldades que cada movimento isoladamente não consegue ultrapassar.

27. RELAÇÕES COM AS EMPRESAS

Ao analisarmos a estrutura de despesas de uma dada associação, logo se percebe o conjunto de relações que a mesma tem com um vasto conjunto de entidades da economia lucrativa. São exemplo disso as várias formas de energia, as comunicações, os equipamentos, os consumíveis, materiais para as actividades estatutárias, entre muitos outros.
O associativismo é um elemento essencial no desenvolvimento da economia local, regional e nacional. Como tal, as relações com as empresas são normais no dia-a-dia de cada instituição pelo que essas relações deverão ser encaradas com naturalidade mas também com a perspectiva de não se limitarem à prestação de bens e serviços em troca de valores financeiros ou económicos.
Importa aprofundar as formas de cooperação entre o associativismo e as empresas para que estas possam, pela via do mecenato, apoiar de facto o associativismo, desenvolvendo efectivamente a sua função e responsabilidade social.

28. COMUNICAÇÃO SOCIAL – VALORIZAÇÃO E VISIBILIDADE DO MAP

As cerca de 30.000 colectividades, associações e clubes existentes em Portugal desempenham um papel insubstituível na sociedade portuguesa, reconhecida por todos os poderes e pelos cidadãos de uma forma generalizada. Contudo, não têm qualquer visibilidade nos meios de comunicação social, à excepção de algum caso insólito.
Muitas vezes, assistimos à divulgação de um acto voluntário esporádico como grande acontecimento social, esquecendo por completo os milhares de homens, mulheres e jovens que dia-a-dia desenvolvem um papel regular e insubstituível junto de crianças, jovens, adultos e idosos.
Sem pôr em causa a oportunidade da notícia que gera o interesse do público e por isso "vende", há que ter em conta que o associativismo cultural, recreativo e desportivo é

Encontro no Barreiro

promovido e desenvolvido por voluntários e benévolos que merecem o devido destaque, sensibilidade e divulgação da sua actividade nos meios de comunicação social.
Os parcos meios utilizados pelo associativismo não são suficientes nem eficazes para chegar ao grande público. Os órgãos de comunicação social local ou regional são, ainda assim, os que mostram mais sensibilidade para com o associativismo.

29. DIAS NACIONAIS – EVOCAÇÕES E LEGÍTIMAS EXPECTATIVAS

As práticas sociais dedicadas à cultura, recreio e desporto de raiz popular são muitas vezes vistas como episódicas e sem visibilidade nos grandes meios de comunicação social. Os seus praticantes e sobretudo os seus dinamizadores mais regulares, organizam-se de forma a reivindicar que essas práticas tenham, pelo menos, um dia dedicado. Esse objectivo uma vez atingido, confere alguma visibilidade e gera alguma expectativa.
A comemoração de uma data implica reflexão sobre o passado, sobre o presente mas também sobre o futuro. Nesse sentido, ao assinalar um determinado dia, os dirigentes e activistas vêm estes dias como uma oportunidade de realçar e valorizar o seu papel e da sua actividade na sociedade e o momento de apresentar as suas expectativas para o futuro.
Importa por isso, registar neste momento de reflexão e de recomendações para o futuro, algumas datas já conseguidas como "Dia Nacional", associando-as ou relacionando-as com "Dia Europeu"; "Dia Internacional"; "Dia Mundial" como já acontece em alguns casos.

:: **Dia Mundial do Teatro** - 27 Março
:: **Dia Internacional do Desporto** - 12 de Abril
:: **Dia Nacional do Folclore** - Último domingo de Maio
:: **Dia Nacional das Colectividades** - 31 de Maio
:: **Dia Nacional das Bandas Filarmónicas** - 1 de Setembro
:: **Dia Mundial da Música** - 1 de Outubro
:: **Dia Mundial do Cinema** - 5 de Novembro
:: **Dia Internacional dos Voluntários** - 5 de Dezembro

DIRIGENTES ASSOCIATIVOS, VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS

MOTIVAÇÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

> *"Sem nós não há associativismo"*

30. ACTO VOLUNTÁRIO E/OU VOLUNTARIADO

O debate que circunda este tema tem tanto de vasto como de actual. Num pensamento mais restritivo poderíamos pensar no conceito de voluntariado a partir da definição legal (Lei nº 71/98 de 3 de Novembro), ou seja, o voluntariado como "*uma actividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução de problemas que afectam a sociedade em geral*". Esta forma de definir voluntariado remete-nos para a noção de solidariedade que, evoluindo dos princípios estandartes da Revolução Francesa, apresenta-se hoje como um veículo de coesão e integração social, com uma base comum de progressos políticos e reformas sociais.

Mas o voluntariado, que na prática transcende muito o conceito de solidariedade, é habitualmente enquadrado no âmbito do terceiro sector. Este enquadramento coloca o voluntariado na senda da resolução de situações para as quais a intervenção política e a sociedade de consumo não sabem nem têm como dar resposta. No entanto, o enquadramento do voluntariado no terceiro sector, na medida em que emerge da capacidade associativa dos indivíduos, fica aquém do seu real alcance. Será assim mais correcto enquadrá-lo no contexto do "privado social" (esfera do social na qual se constituem relações sociais *sui generis* que dão vida a relações de carácter associativo, privadas no modo de constituir-se e gerir-se, mas pro-sociais nos seus valores e acções). Deste modo, consideramos o voluntariado, mais do que um corpo imediato, uma visão alternativa de construir o sistema social.

As diferentes manifestações de voluntariado que encontramos actualmente devem sustentar, acima de tudo, não uma fórmula ou conceito comum, mas um forte contexto representativo da acção voluntária e do voluntariado. Valerá a pena referir ainda que voluntariado "as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança" (Lei 71/98), considerando que a questão de acto voluntário versus voluntariado também está muito relacionada com a continuidade da acção e o compromisso assumido necessário em voluntariado e o seu carácter desinteressado, no que se refere ao apoio ao próximo, com quem não se tem ligação de nenhuma natureza.

31. VOLUNTARIADO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE EMPREGOS EFECTIVOS

O enquadramento do qual se fazia jus no ponto anterior "choca de frente" com a substituição de empregos por voluntariado. As organizações que se regem por um pensamento ético, devem questionar-se acerca da ideal medida entre os recursos necessários para o desempenho da sua missão e, por conseguinte, o que é que é desenvolvido através de voluntariado.

Encontro de Miragaia

As organizações promotoras do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes defendem liminarmente não só a distinção clara entre emprego assalariado e voluntariado de acordo com a missão da organização, como também repudiam todas as formas de abuso neste contexto.

Assim, considera-se importante que na definição da missão e do projecto/programa de voluntariado da organização esteja patente a distinção entre tarefas realizadas por voluntários e por profissionais, para evitar dúvidas sobre a existência de voluntários a substituir profissionais e não devem ser consideradas de voluntariado as tarefas asseguradas em continuidade que implicam a presença de alguém a tempo inteiro na instituição.

32. DIRIGENTES BENÉVOLOS E/OU REMUNERADOS

Sempre que a situação social se agrava ou o tempo disponível para a actividade associativa escasseia, há uma certa tendência para certas correntes reclamarem que os Dirigentes Associativos deveriam ser profissionalizados. Há quem defenda que estes ocupam postos de trabalho efectivos e por isso, seria preferível assumirem a profissionalização. Há ainda quem defenda que só com a profissionalização se atingiria a qualidade e excelência dos dirigentes uma vez que a profissionalização obriga, pelo menos, a 35 horas/ano de formação.

Na auscultação/reflexão que se faz regularmente e sobretudo na fase preparatória deste congresso, fica claro que os Dirigentes Associativos continuam a considerar que a sua função deverá permanecer voluntária e benévola. A eventual profissionalização dos Dirigentes Associativos não só seria incomportavelmente dispendiosa como afectaria de forma irreversível as relações de cooperação interassociativas de entrega e de dedicação à causa associativa que tem mais de 200 anos.

A solução poderá passar pela profissionalização de elementos contratados para as várias tarefas de suporte à actividade associativa, sejam estatutárias ou não estatutárias, como administrativos ou técnicos, de forma a compensar a menor ou falta de disponibilidade dos dirigentes mas mantendo os Dirigentes Voluntários e Benévolos que deverão aumentar a sua capacitação através da formação e qualificação de base mas também certificada e mesmo académica.

33. NATUREZA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM PORTUGAL E IMPLICAÇÕES NO ASSOCIATIVISMO

Vários estudos apontam uma estrutura social dos dirigentes associativos da seguinte ordem: 53% trabalhadores por conta de outrem; 14% conta própria; 26% reformados; 6 % desempregados e 1% estudantes. Trata-se de uma constatação sociológica que ajuda a compreender a natureza social dos dirigentes e dos associados mas não explica, só por si, porque é que tem aumentado as dificuldades em encontrar pessoas disponíveis para os órgãos sociais das colectividades, associações e clubes.

Cremos que a explicação estará no modelo de relações sociais e laborais existentes em Portugal e que se têm traduzido nos últimos 20 anos na precariedade, na desregulação dos horários de trabalho, na deslocalização das empresas, nos baixos salários, na elevada taxa de desemprego e mais recentemente na emigração. Estas condições, têm reflexo directo na aceitação de cargos executivos (direcção) por instabilidade emocional, falta de tempo ao final do dia e do fim-de-semana, sobre emprego e ausência temporária pondo em causa o quórum dos órgãos sociais.

Considerando ainda a reduzida utilização da Lei 20/2004 (Estatuto do Dirigente Associativo) por falta de sensibilidade e mesmo negação do direito a trabalhadores precários, é evidente que a falta de disponibilidade para assumirem os cargos dirigentes, não depende da sua vontade mas sim das condições laborais existentes e que têm que ser alteradas, uma vez que em muitos casos assentam na chantagem e no medo.

Os Dirigentes Associativos deverão ter condições para assumir os seus cargos de forma a não perderem os seus direitos laborais. Pelo contrário, deverão ver reconhecidos esses direitos e respeitados uma vez que um dirigente associativo, pela sua experiência e prática, é um trabalhador mais respeitado, mais activo, mais responsável e participativo.

34. LEI 20/2004 DE 5 DE JUNHO – ESTATUTO DO DIRIGENTE ASSOCIATIVO

A Lei 20/2004 de 5 de Junho – Estatuto do Dirigente Associativo foi uma conquista que levou vários anos de luta para ser conseguida. Após inúmeras acções de sensibilização dos deputados das várias maiorias parlamentares, só a existência de um estatuto semelhante nos Açores, abriu o caminho para o Estatuto do DAV.

Não tendo sido necessária qualquer regulamentação complementar, foi imediatamente divulgada e considerada uma peça fundamental na disponibilidade dos dirigentes associativos voluntários. Contudo, com a sua aplicação, surgiram vários problemas: falta de sensibilidade das entidades empregadores privadas; falta de conhecimento e reacção negativa de algumas entidades empregadoras públicas; falta de condições objectivas de muitos dirigentes em usarem esta lei por serem chantageados ou ameaçados de forma mais ou menos subtil.

Contudo, em certos casos, a lei foi aplicada e usada e os benefícios foram evidentes. Há ainda a considerar a necessidade de algumas correcções à lei que, em sede de regulamentação da Lei de Bases da Economia Social, deveria ser objecto de reanálise e alteração.

35. MULHERES NO ASSOCIATIVISMO

O número de mulheres no associativismo teve um grande incremento sobretudo pós 25 de Abril. Até então, muitos estatutos associativos, com base no Código Civil, impediam as mulheres de ser associadas, excepto se autorizadas por escrito pelos pais ou maridos.

Com o desenrolar do processo democrático em Portugal e com as lutas das mulheres por uma verdadeira emancipação e igualdade de oportunidades, surgiram de forma natural e legítima em todo o tipo de associações e de actividades associativas. Vários estudos apontam para que actualmente cerca de 30% dos filiados em colectividades sejam mulheres mas só cerca de 16% desempenhem cargos dirigentes.

Na prática, está demonstrado que as mulheres têm as mesmas condições que os homens, para o desempenho de tarefas e cargos associativos a todos os níveis. As condições de vida e de trabalho, a estrutura e apoio familiar são determinantes para que as mulheres possam assumir cargos dirigentes no associativismo.

Importa criar as condições de base familiares, profissional e social para que as mulheres assumam o seu papel de forma natural e legitima no movimento associativo, dado que os valores e princípios que lhe estão subjacentes, correspondem aos do associativismo.

36. JOVENS NO ASSOCIATIVISMO

Se há estrutura social onde os jovens tenham presença maioritária, essa estrutura é o associativismo popular. Ao olharmos as nossas actividades estatutárias, facilmente percebemos que a grande maioria dos utentes das nossas actividades são crianças e jovens entre os 4 e os 25 anos.

Também sabemos que a idade compreendida entre os 15 e os 35 anos é muito exigente do ponto de vista do sistema de ensino, mas também muito apelativa do ponto de vista dos interesses e da diversidade que a sociedade de consumo hoje impõe. Em muitos casos, assistimos a debandadas de jovens que até certo momento frequentavam as actividades estatutárias e, de repente, vêem-se obrigados a migrar para centros urbanos ou grandes metrópoles à procura de emprego ou de local para estudar ou mesmo a emigrar.

Se a questão estruturante não são os jovens e a sua vontade, mas as condições sociais que determinam estas flutuações ou movimentos pendulares, temos então um problema de fixação e de oportunidade que deve ser considerada. O rejuvenescimento dos órgãos sociais das colectividades, associações e clubes deverá ser contínua e regular.

A questão central a resolver poderá ser a passagem de utentes a seccionistas e destes a dirigentes. Teremos que confiar e apostar mais na qualidade dos nossos jovens que, enquadrados em colectivos experientes, poderão desenvolver todo o seu potencial de energia, inovação, imaginação e iniciativa.

37. RENOVAÇÃO E REJUVENESCIMENTO DOS DIRIGENTES

A renovação e rejuvenescimento dos dirigentes associativos é muito maior do que parece à primeira vista. Há mesmo casos em que os dirigentes rodam de mandato para mandato de forma tão rápida que se perde a capacidade de desenvolver projectos de médio (3 anos) ou longo prazo (10 anos).

Deve entender-se por rejuvenescimento, o facto de a idade média dos dirigentes de um determinado órgão ter reduzido 3 ou 5 anos relativamente ao mandato anterior caso o mandato seja de 3 anos. Deve entender-se por renovação, o facto de pelo menos 25% dos dirigentes de determinado mandato, serem substituídos por outros dirigentes. Em qualquer caso, estes indicadores não podem ser vistos de forma administrativa. O que deve ser tido em conta são as disponibilidades, capacidades, experiência e a vontade de trabalhar colectivamente para a causa associativa.

Não havendo "receitas ideais" para o rejuvenescimento e renovação associativa, importa ter em conta também as características sociológicas dos associados/filiados e do meio em que a instituição se insere, sem esquecer a importância da inter-geracionalidade e género.

A abordagem dos milhares de jovens que despertaram para o associativismo ganhando consciência da sua importância ao integrarem as Associações estudantis deve ser aproveitada para o MAP.

38. VALOR ECONÓMICO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário é, por definição e prática, o trabalho não remunerado feito por vontade própria. É o tempo que a pessoa dedica, sem ser paga, a actividades no seio de uma organização, ou directamente a outros fora de casa, sem qualquer compensação, de natureza material. Porém, tal não significa que o mesmo não tenha um valor económico (considera-se que o valor do trabalho voluntário corresponde ao valor que seria necessário pagar para que a mesma tarefa fosse executada por um trabalhador remunerado), quantificável, para além das compensações imateriais, de larga dimensão.

Durante várias décadas, não obstante o entendimento muito generalizado da importância do voluntariado na promoção do bem-estar, individual e colectivo, na afirmação e reprodução das identidades, na coesão social, na animação cultural e recreativa, e a afirmação, nos vários domínios da sociedade, de que "o voluntariado não é apenas a "espinha dorsal" das organizações da sociedade civil e movimentos sociais e políticos, mas também de muitos programas de saúde, educação, habitação e ambiente e, ainda, de um conjunto de outros programas da sociedade civil, do sector público e privado, pelo mundo, mas uma parte integrante de qualquer sociedade" sendo o pilar do Associativismo, em todas as suas perspectivas e asserções, a discussão sobre o seu significado e peso na economia não tem merecido a adequada e necessária atenção dos órgãos competentes.

O voluntariado contribui para uma "sociedade mais estável e coesa"; "acrescenta valor aos serviços prestados pelo Estado" e estima-se, com suporte em estudos académicos que lhe conferem legitimidade científica, que contribui significativamente para o PIB.

Só nas (3051) colectividades filiadas na CPCCRD em 2011, foram praticadas 147.000 horas de trabalho voluntário o que equivale ao trabalho de 25 a 35 mil trabalhadores a tempo inteiro, ou seja, 0,5% dos postos de trabalho (53.124) em Portugal valorado em mais de 300 milhões de euros avaliados pelo método 'custo de reposição'. Embora a inferência para a generalidade da população comporte alguma margem de erro, significa que, se assumirmos um total, em 2011, de 26.779 colectividades (o que ficará aquém do real) dir-se-á que foram oferecidos à sociedade mais de 350 mil postos de trabalho a tempo inteiro, 2,7 mil milhões de euros.

Já no que respeita ao global da economia social e segundo dados do INE, conta satélite da economia social, estas entidades assumem 5,5% do emprego remunerado nacional, equivalente a 226.047 indivíduos do total de 4.138,163 da população activa, e um peso no VAB de 2,8%, do total.

Esta é uma área a aprofundar dada a sua significância, contribuindo para uma representação mais real das organizações da economia social como agentes de desenvolvimento e promotoras de uma sociedade mais justa e equitativa.

Encontro de Ourém

39. A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR O VALOR DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

O estudo do valor económico do voluntariado assumiu, nos últimos anos, uma relevante dimensão. Ao nível internacional, partindo das parcerias estabelecidas entre a Universidade John Hopkins (EUA) e a Organização Internacional do Trabalho, estão inclusive em curso medidas de universalização da contabilização do tempo utilizado em voluntariado, conferindo-lhe toda uma outra dimensão desconsiderada até agora.

Estamos, no entanto, muito aquém de conseguir definir com a maior precisão possível qual o valor exacto, ficando os estudos mais rigorosos com uma aproximação relativa ao real. Mas o interesse mantém-se, na medida em que, se pensarmos apenas no movimento associativo, o número de voluntários é de cerca de 425.000 dirigentes voluntários, estimando-se que o número total a nível nacional de portugueses dedicados ao Voluntariado se aproxime de um milhão.

Neste sentido, é da maior relevância, o apoio que deve ser dado aos estudos e investigações que vão sendo elaborados, bem como a disseminação dos seus resultados.

40. EXPERIÊNCIA E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA DOS DIRIGENTES

O grau de exigência dos associados e das entidades fiscalizadoras obriga a uma elevada qualificação dos dirigentes nos dias de hoje. Não é possível nem aceitável o conceito de "carola" que há anos significava apenas, dedicação e amor à causa.

Ser dirigente na actualidade implica ter noção precisa das necessidades e potencialidades do associativismo, da sua relação interassociativa e com o mundo externo, da sua importância na sociedade e influência no meio em que se insere e, por outro lado, na falta de cumprimento de deveres que se podem traduzir em consequências muito graves para a entidade e para os próprios dirigentes, seus bens e sua família.
O recurso à experiência (empirismo) que trouxe este movimento até nós, pode não ser suficiente para encontrar soluções para os problemas actuais. Não sendo indispensável ter formação académica superior ou especializada, importa que os dirigentes assumam como natural, a formação associativa regular de forma a manterem-se actualizados quanto à legislação, às técnicas e métodos de gestão, formas de comunicação e informação, resolução de conflitos e promoção e segurança dos eventos que organiza.
Só uma formação e qualificação apropriadas, onde se combinem a experiência e o conhecimento técnico e científico, podem dar a segurança e confiança necessárias aos dirigentes para enfrentar as dificuldades impostas de fora do associativismo e as inerentes ao próprio associativismo e suas particularidades. A formação e qualificação é ainda essencial para combater as tendências de profissionalização dos dirigentes e para estes orientarem e dirigirem com maior eficácia os técnicos que trabalham nas colectividades, associações e clubes.

41. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

Nos últimos anos a formação dos Dirigentes Associativos assume, aos poucos, uma constante na acção estratégica das colectividades, associações e clubes, procurando melhorar a qualificação dos dirigentes associativos, capacitando-os para diferentes, novos, e cada vez mais exigentes, desafios, com vista à melhoria do impacte social destes dirigentes e à eficiente e eficaz gestão das suas organizações.
Para além de uma necessidade assume enorme relevo na sustentabilidade das associações é estruturante para a vida e futuro do associativismo popular. Cada vez mais a realidade exige competências especificas e acrescidas a que os DAV só poderão responder, por um lado com base na experiência, mas, fundamentalmente com o aprofundamento do saber em variadíssimos domínios mas em que a gestão, a fiscalidade, a comunicação, a qualidade e outras “boas práticas” avocam grande pertinência e dimensão.
O conhecimento deve ser um pressuposto para a resolução de muitos problemas existentes, assim o exige o rigor e a própria Lei. Com parcerias existentes e outras criadas para o efeito, as organizações associativas tentam responder às várias entidades, com necessidades manifestas de actualização, recorrendo a diferentes matrizes de formação, desde a formação mais básica em área de planeamento, liderança, gestão, qualidade e desempenho etc. passando pela formação modular certificada (UFCD, mínimo de 10 horas) de acordo com necessidades identificadas, à formação académica.
Existem, no entanto, constrangimentos relacionados com reduzida resposta das colectividades à oferta formativa, em termos gerais. É preciso envolver as nossas organizações, filiadas ou não, de modo a alargar a sensibilização para a importância da mesma no desenvolvimento do trabalho associativo. É preciso melhorar a acção, com práticas mais dirigidas, partilhadas e eficazes, procurando envolver mais DAV no processo formativo, capacitando-os para responder a novas necessidades. Importante, também, alargar a bolsa de formadores na área da Economia Social.
A experiência adquirida ao longo dos últimos anos mostra a necessidade de uma maior diversificação da oferta e de uma mais eficaz motivação para a formação e qualificação.

42. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS COLECTIVIDADES

Na chamada sociedade da informação em que hoje vivemos, torna-se fundamental estar informado e comunicar com rapidez. A Internet dispõe de um conjunto de recursos relativamente à recepção, transmissão e difusão de mensagens e à capacidade de interacção, possibilitando uma rápida difusão da informação, que permite aumentar o conhecimento e habilitar os Dirigentes Associativos para um maior e melhor desempenho.
A Internet apresenta-se hoje como um meio muitas vezes obrigatório/exclusivo para tratar de processos, obter, preencher e enviar documentação indispensável à vida das Colectividades quer no plano das relações com as entidades públicas, quer com privados, tendo-se registado um aumento exponencial nos últimos anos do seu uso, através de contas das instituições ou contas de dirigentes.
Ainda assim estima-se que mais de 50% das 30.000 Colectividades existentes no País não possuem equipamento informático, facto que condiciona a possibilidade de obter, produzir e partilhar informação, quer entre Colectividades, quer com suas as Estruturas representativas, e também interagir com os organismos do Estado o que as coloca numa preocupante situação de exclusão.
Importa por isso, estabelecer com o Governo um acordo protocolar visando a informatização das Colectividades, com o objectivo de até 2020 reduzir em 50% as Colectividades sem meios informáticos, envolvendo no projecto empresas privadas do ramo informático para redução de custos, as Autarquias, através da Associação Nacional de Municípios e ANAFRE, para colaborar na formação dos Dirigentes Associativos.

Encontro de Marco de Canaveses

43. RELAÇÕES ENTRE DAV´S E TÉCNICOS – CENTROS DE DECISÃO

Durante muitas décadas o nosso movimento associativo foi gerido por um certo empirismo, apesar da preocupação da autoformação dos dirigentes voluntários e benévolos, por via do trabalho colectivo dos órgãos sociais.
A evolução da sociedade, mormente no que respeita ao novo enquadramento legislativo, veio mostrar-nos a necessidade de dirigentes com competências que possam dar resposta aos problemas que são colocados actualmente.
Aliás, tem passado pela discussão em alguns fóruns a questão da profissionalização dos dirigentes. No entanto, a percepção existente não passa por dirigentes profissionais, mantendo-se a actual situação de voluntariado que é o principal capital do associativismo.
Para fazer face a alguma debilidade de conhecimentos necessários a uma gestão eficiente devem ser criadas condições para o recrutamento de trabalhadores, nomeadamente das áreas técnicas.
O relacionamento entre os DAV's e os técnicos terá de assentar na divisão de papéis, sendo que a decisão será sempre de quem está democraticamente investido.

44. UNIVERSIDADES – OBJECTO DE ESTUDO E EMPREGABILIDADE

Se olharmos para o Associativismo com alguma profundidade vemos nos seus fundamentos e prática uma avultada base científica que em termos muito sintéticos podemos referir: abordagem antropológica: factores de identidade cultural, tradição e rituais; abordagem psicológica: importância no desenvolvimento comunitário e saúde mental das populações; abordagem sociológica: evolução quantitativa do Associativismo Popular, diversidade e respostas aos problemas; abordagem económica: importância económica do voluntariado e do Associativismo Popular e abordagem político-associativa: O Associativismo Popular enquanto poder real e simbólico.
Nestas circunstâncias facilmente se conclui pelo potencial interesse que a Universidade tem e poderá aprofundar no movimento associativo, nomeadamente através de importantes estudos sobre as suas várias vertentes.
Esses estudos realizados e em curso assentam em protocolos estabelecidos entre as duas entidades.
Ao abrigo desses protocolos os dirigentes associativos têm oportunidade de alcançar classificações que podem desencadear processos de empregabilidade.

45. INVESTIGAÇÃO, ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

Uma das principais lacunas do MAP tem a ver com o fraco reconhecimento deste fenómeno social pela sociedade em geral.
Para se ultrapassar essa debilidade devemos investir na investigação, estudos e publicações, por forma a influenciar uma nova política pública para os sectores envolvidos, com especial enfoque na cultura e no desporto.
Através da investigação será produzido conhecimento que, no actual contexto, é o maior capital.
A publicação de estudos e investigações trazem ao conhecimento público as evidências científicas que deverão ser canalizadas para aprovação de políticas públicas.

CULTURA, RECREIO E DESPORTO

“Criação, reprodução, excelência e ética”

46. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

O desinvestimento do Estado na cultura tem, nos últimos anos, atingido transversalmente todos os sectores ligados à produção e criação cultural. As dificuldades a que a generalidade das famílias foram sujeitas, levaram por outro lado a que a possibilidade de acesso à cultura, enquanto fruição, tenha sido reduzida drasticamente, em particular na área do espectáculo ou outras onde o custo do ingresso ou a própria deslocação até ao local onde é apresentado, é limitativo à participação.

A evolução das políticas públicas centrais de apoio à cultura tem como elemento simbólico e representativo a extinção do Ministério da Cultura a favor da figura única do Secretário de Estado da Cultura, e como elemento concreto a redução do financiamento generalizado à cultura, cuja cifra de 0,1% do Orçamento de Estado destinado à cultura, é expressão.

Ainda que de forma assimétrica no território (fruto de felizes opções do poder local que contraria o desinvestimento central), a redução da programação cultural é notória, com a tendência de se ir resumindo a uma série de eventos de entretimento, mascarados de eventos culturais, e que geralmente enchem as agendas culturais nos períodos festivos. A cultura, tem sido tratada mais como um mecanismo de atracão turística, sendo esvaziada dos seus reais objectivo, de factor de emancipação individual, social e nacional, de desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade, um poderoso incentivo ao diálogo das culturas.

É neste quadro que o MAP, apesar de profundamente afectado pela situação económica e social, demonstra a sua capacidade de responder às dificuldades, criando condições para o prosseguimento e apresentação do trabalho de associados, secções ou grupos informais. Ex: Bandas Filarmónicas, Grupos Etnográficos, Grupos de Teatro, Cineclubes, Associações de Defesa do Património e outras associações culturais com intervenção na dança, música, teatro ou artes plásticas.

É importante ter em conta que, apesar desta resiliência do MAP, a escassez de financiamento e outras dificuldades sentidas por dirigentes e massa associativa tem levado à redução ou mesmo suspensão da actividade de muitas colectividades.

Outras estruturas profissionais como são exemplo os conservatórios de Música e Dança, companhias de teatro, orquestras e outros que têm um papel relevante nas suas áreas de intervenção, persistem com significativas carências de apoio estatal que lhes permita uma estabilidade que não ponha em causa anos, ou décadas de trabalho em formação de utentes e públicos, em simultâneo com o aumento generalizada da carga fiscal, com medidas que incidem directamente sobre a cultura como é o caso do aumento da taxa de IVA de bilheteira para 13%.

Apesar de outras formas de financiamento deverem ser potenciadas (o mecenato, o patrocínio ou mais recentemente o CrowdFunding - financiamento colectivo), a responsabilidade constitucional de apoio e financiamento à cultura deverá ser um princípio assumido pelo poder central, com a devida descentralização, tendo no MAP em elemento fundamental para a promoção da democratização do acesso à cultura.

47. ENSINO PÚBLICO DAS ARTES E COOPERAÇÃO DO MAP

Com uma rede de instituições de ensino artístico público (conservatórios) manifestamente insuficiente para cobrir o território e cuja rede privada, que sendo mais alargada, limita a frequência também pelo número de vagas, mas sobretudo por motivos económicos das famílias, que é agravado pela permanente redução da comparticipação estatal às instituições e aos alunos, o ensino das artes é, em grande medida, feito por colectividades que ao longo dos tempos foram surgindo como resposta à inexistência da prática e do ensino das mais variadas expressões artísticas.

Assim como na prática do desporto, o MAP historicamente teve e tem um papel decisivo no alargamento do acesso dos cidadãos à formação artística. Do exemplo da banda filarmónica até ao grupo de teatro de amadores, como verdadeiras escolas, é generalizado o relato de figuras consagradas no meio artístico terem iniciado as suas carreiras nestas estruturas associativas locais. Mas de maior importância social é o facto de ter sido o MAP a permitir o contacto e o acesso de gerações não só à fruição, mas também à criação artística e cultural.

48. CRIAÇÃO E FRUIÇÃO CULTURAL ASSOCIATIVA

Quer pela sua actividade própria, quer pela disponibilização de recursos (instalações, equipamentos ou conhecimento) a outras instituições ou grupos informais, as colectividades continuam a desempenhar um papel essencial na democratização do acesso à criação e fruição cultural.

Nas últimas duas décadas, a multiplicação de estruturas locais de apoio à cultura (em particular bibliotecas, auditórios e teatros municipais) permitiram alargar essa rede, mas esta não passou, necessariamente, à disponibilidade dos grupos ou estruturas culturais populares (grupos de dança, teatro de amadores, bandas, marchas populares ou grupos de carnaval).

São generalizados os exemplos de colectividades que, dentro e fora dos grandes centros urbanos, promovem ou acolhem localmente em suas instalações, a maior fatia da criação e fruição cultural. São factores predominantes nesta questão a fraca resposta das instituições estatais e privadas às necessidades dos criadores e das colectividades e a elevada carga burocrática que está associada à solicitação de apoios financeiros ou logísticos, mesmo quando pontuais.

Encontro de Sintra

49. MITOS E PRECONCEITOS SOBRE A CULTURA POPULAR

Apesar de constituir um importante e vasto campo do movimento associativo português (atraindo um número significativo de membros praticantes, apoiantes e simpatizantes), a cultura popular tem padecido de alguma incompreensão por parte de alguns sectores da sociedade. Muitas vezes considerada uma área cultural menor, a cultura popular e tradicional tem sido alvo de referências menos abonatórias por parte de políticos, jornalistas, actores e outros membros da sociedade detentores de responsabilidades sociais.

Em grande medida, esta atitude fica a dever-se à prestação muitas vezes pouco fundada de instituições que se designam de «fiéis representantes» da cultura tradicional e popular. Contudo, sem, por um lado, o necessário fundamento científico para um processo sério de investigação sociológica, etnográfica e antropológica, salvaguarda e divulgação da cultura tradicional e popular e, por outro lado, um trabalho de reprodução e representação assente na ética e na excelência, não poderá haver a desejada qualidade que será garante de uma imagem digna para este sector do movimento associativo português e as suas manifestações culturais.

50. ENTRETENIMENTO

Não são raras as vezes que se confundem conceitos como “cultura popular e entretenimento”. Importa fazer a distinção não porque não sejam ambas importantes mas quando se confundem estas duas áreas, prevalece a tendência para minimizar a actividade cultural associativa dando-lhe um carácter efémero, burlesco e desnecessário. Existem mesmo muitos exemplos em que, o entretenimento, utiliza expressões e práticas próximas da cultura popular para fazer passar a mensagem junto de públicos sensíveis a esta área. Certos programas de televisão com grandes audiências usam, frequentemente, esta técnica.

O entretenimento é essencial para a ocupação dos tempos livres mas não produz a massa crítica e criativa que a cultura popular produz. Traduz-se essencialmente no consumo de actos que se esgotam no momento e pouco deixam para o

futuro. A ideologia que está associada ao entretenimento assenta na cultura enquanto indústria que pode potenciar a manipulação, a alienação e o lucro, como é o caso dos programas que servem essencialmente para promover marcas e produtos e "oferecem" milhares de euros em troca de um simples telefonema que aproveita às operadoras de comunicação e às entidades emissoras.

51. MÚSICA FILARMÓNICA

As Bandas Filarmónicas estão enquadradas naquilo que hoje se convenciona chamar: as "Práticas Culturais Amadoras". Portugal teve a sorte de não sofrer a devastação que os Países Europeus sofreram com a Segunda Guerra Mundial, apenas as Guerras do Ultramar causaram alguns problemas na quantidade e qualidade dos músicos nas Filarmónicas e, é assim que temos hoje um património cultural ímpar na Europa: (750 Bandas Filarmónicas, 1.200 Escolas de Música e 50 Orquestras Ligeiras sem paralelismo pedagógico.

Reconhecidas por uns, desprezadas por outros, as Bandas Filarmónicas, na sua maioria centenárias, sobreviveram ao longo dos tempos por obra e arte de arreigado bairrismo e carolice de muitos dirigentes, músicos, mecenas e população anónima. As Bandas Filarmónicas com as suas Associações Recreativas e Culturais, criaram ao longo de anos um património incalculável em sedes, instrumentos, fardamentos, arquivos, bares e salas de espectáculo.

Têm um sistema económico, um sistema de ensino e de gestão, de diversão e animação muito próprios. Exercem a democracia directa com regras aceites e consentidas e nelas convivem diferentes gerações, com o constante ensinamento dos mais velhos, num convívio a que nenhum outro sistema se assemelha. Sempre independentes do poder político, necessitam muitas vezes dele para sobreviverem, através dos subsídios que Governos e Autarquias lhes concedem de forma arbitrária, sem atenderem às suas reais necessidades.

Por acção das suas Confederações e Federações, conseguiram nos últimos tempos algumas vitórias e notoriedade: Reembolso do IVA sobre Instrumentos, acessórios e fardamentos; participação de uma forma inédita em toda a Europa e no Mundo, nas Comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma; Comemorações dos 100 anos da implantação da República; institucionalização do Dia Nacional das Bandas Filarmónicas – 1 de Setembro -, fixação do princípio da atribuição de Medalhas de Mérito Cultural para Bandas Filarmónicas, compositores, dirigentes associativos e músicos e mais recentemente a criação do "Núcleo Central de Partituras" - Biblioteca Central de Partituras, que está adstrita ao Museu da Música. Falta agora Regulamentar o sector, e criar juntamente com várias entidades públicas, um Plano Nacional Anual de Apoio em Instrumentos, Fardamentos e Instalações.

Actualmente, Portugal tem Bandas Filarmónicas com elevado nível artístico e era importante que se internacionalizassem, participando nos grandes festivais mundiais. Para tal, há necessidade das Confederações estabelecerem Protocolos com as congéneres europeias e mundiais, nomeadamente a C.I.S.M. (Confederação Internacional das Sociedades Musicais).

Acabar com uma Banda Filarmónica leva meia hora. Formar uma Banda Filarmónica leva muitos anos. Saibamos pois conservar e preservar este importante movimento associativo musical e dar-lhe os devidos reconhecimento e meios de sobrevivência.

52. MÚSICA TRADICIONAL

Dentro daquilo que hoje se convenciona chamar: as "Práticas Culturais Amadoras", temos os Grupos Etnográficos e Folclóricos e os Agrupamentos Musicais Variados. A música popular é a música das pessoas comuns passada de pessoa para pessoa e a sua origem é geralmente difícil de traçar. Fala-se então por vezes em - Música Tradicional.

Um dos aspectos mais interessantes da música tradicional portuguesa é a sua enorme variedade de géneros e de estilos, exemplo: fandango, vira, corridinho, bailinho que se conectam com a comunidade rural isolada, mas também temos o cante popular alentejano, e, como de tradição puramente urbana, o fado. Normalmente à música tradicional estão associados instrumentos em vias de extinção e temos casos de muitos que já nos são familiares como: o adufe, a guitarra portuguesa, inúmeros tipos de viola, os cavaquinhos. Ao longo da história, a música popular teve influência sobre a música erudita como as cantigas de amigo dos trovadores galaico-portugueses e mais tarde com Bartók, Kodaly e Lopes Graça.

Em Portugal, a partir dos anos 30 do século passado, para além das recolhas escritas foram também realizados registos sonoros e é de realçar as recolhas de Kurt Schindler, Armando Leça, Artur Santos, Vergílio Pereira, Michel Giacometti, José Alberto Sardinha, Anne Caufriez, João Ranita Tiago Pinto e Max Peter Bauman. Em 1995 foi criado o Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa que tem vindo a fazer de investigação, recolha e arquivo sonoro.

Após o 25 de Abril de 1974 surgiram numerosos agrupamentos musicais, que utilizando instrumentos populares portugueses, se dedicavam também à recolha e recriação de música tradicional portuguesa, apresentando-se em palco e em disco, como por exemplo a Brigada Vitor Jara, o grupo Vai de Roda, o grupo Almanaque, entre outros.

Portugal é um País com muita riqueza no que diz respeito à música tradicional e à dança, mas a questão é de saber se seremos capazes de sensibilizar os Ministérios para se encontrar formas de tratar com todas estas questões complexas que se colocam para salvaguardar a música tradicional. Há muitas Associações que tem vindo a criarem os seus grupos de Música Popular, mas a maioria dos 3.500 Agrupamentos de Música Popular Variada, não estão formalmente constituídos como associações sem fins lucrativos, pelo que se torna legalmente impossível a atribuição por parte do Estado e Autarquias de qualquer apoio para investigação, recolha e publicação escrita ou sonora.

O Núcleo Central de Partituras (Biblioteca Central de Partituras) do Museu da Música está apto a guardar arquivos escritos e sonoros. O ideal seria que de todas as recolhas fosse obrigatório um depósito legal, como acontece para os livros, caso contrário veremos perder-se para sempre este património, dada a dispersão que se verifica com vários investigadores e entidades.

Encontro de Santarém

53. FOLCLORE E ETNOGRAFIA

O folclore e a etnografia constituem, hoje, um campo de crescente simbolismo na sociedade portuguesa, enquanto aspectos valorizadores e vivificadores de uma inalienável vertente da cultura portuguesa, promovendo um sentimento patriótico nacional, relevando o que se poderá apelidar por «alma» das gentes portuguesas ou sentimento / estado de espírito a que alguns académicos apelidam de «portugalidade».

Este campo do associativismo português centra-se na consciencialização social para que todos os portugueses se reconheçam e se sintam integrados enquanto membros de uma cultura colectiva, partes integrantes do rico e diversificado mosaico cultural português consolidativo de uma cultura nacional que se deseja viva e se perpetue frente à avassalante força uniformizadora da globalização.

É neste contexto que no passado mês de Julho foi criado pela Assembleia da República o Dia Nacional do Folclore Português no último domingo de maio da cada ano enquanto momento, por um lado, revestido de simbolismo cultural e histórico para os portugueses valorizando a sua cultura e história tradicional e popular e, por outro lado, integrado na conjuntura da própria história específica do movimento de defesa, salvaguarda e divulgação do folclore nacional.

O movimento associativo assente da vertente do folclore e da etnografia procura servir, sobretudo, para abrir uma via de esperança futura na sociedade portuguesa de afirmação identitária e cultural frente às pressões e desafios hegemónicos da globalização ao lançar a reflexão, consciencialização e acção para as questões da cultura tradicional e popular portuguesa e do folclore português, aquilo que, afinal, nos distingue dos nossos concidadãos europeus mas, também, simultaneamente, contribui para edificar e consolidar a diversidade e riqueza cultural deste nosso espaço partilhado que é a Europa.

54. TEATRO DE AMADORES

Falar do movimento de teatro de amadores, ou do teatro associativo, como hoje também é designado, é falar de um património valioso, incalculável e insubstituível que tem marcado e valorizado, de modo determinante, muitas décadas da vida cultural deste país, quer nos locais mais recônditos e ignorados, quer em áreas mais citadinas onde, porventura, tudo parece mais facilitado e as soluções técnicas e artísticas estão mais à mão.

É um património que emerge um pouco por todo o lado, tanto em processos isolados, solitários, por vezes, submersos no completo desconhecimento do público, como organizando-se em dinâmicas de comunhão de esforços, de ideias e de projectos, onde a promoção é mais facilitada e eficaz.

Cresce a convicção que o resultado destas estruturas tem feito ampliar a consciencialização sobre o papel inquestionável do teatro de amadores e contribuído notoriamente para a melhoria dos projectos que vão subindo ao palco, assim como a forma de os realizar. Existe sempre algum efeito de osmose no contacto directo com novos modelos e diferentes métodos de pensar e de criar o acto teatral.

Nestes tempos de fracos recursos e de um crescente individualismo, a velha máxima do "a união faz a força" parece ter adquirido sentido para algumas largas dezenas de grupos de teatro, que de norte a sul do país, se vão conhecendo e envolvendo no sentido de defenderem questões e projectos essenciais e comuns que interessam e favorecem a todos.

55. MOVIMENTO CINECLUBISTA

Em Portugal, não obstante o nascimento de alguns cineclubes já nos anos 30-40, o cineclubismo expandiu-se no imediato pós-guerra com características de movimento cultural e confrontando-se com o obscurantismo dominante. Em consequência do seu carácter de massas, politicamente independente e tendencialmente antifascista, o movimento desde os seus primórdios foi alvo de estreita vigilância e repressão, a partir das estruturas oficiais da cultura popular (SNI) e da polícia política.

Trata-se de uma maneira nova e esteticamente diversificada de realizar cinema. Nela estão envolvidos novos cineastas (maioritariamente ligados ao movimento cineclubista ou minoritariamente por ele influenciados) e um novo público (também por ele formado ou influenciado).

É a partir daí que o cinema português pôde, passo a passo, alcandorar-se à modernidade, internacionalizar-se, equiparar-se com as correntes estéticas do cinema moderno (neo-realismo, "nouvelle vague", documentarismo), triunfar em festivais por todo o mundo. O cineclubismo, tal como os demais movimentos associativos de carácter cultural, debate-se com uma sociedade em rápida mutação.

No campo do audiovisual, o digital operou modificações radicais tanto nos processos de produção da imagem em movimento, como na forma de distribuição-exibição, e respectivo consumo. O fenómeno tem nítidas incidências sobre a actividade cineclubista, com a queda em desuso dos projectores de película, dando lugar ao vídeo (Alta definição, DVD e Internet).

A Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema está confinada às suas próprias salas, impedindo a divulgação e o estudo do próprio cinema nacional. O Plano Nacional de Cinema não cumpre os apregoados objectivos de formação de jovens espectadores, além de ser discriminatório em relação aos cineclubes.

56. PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO

As temáticas da identidade e do património andam de mãos dadas pois uma parte daquilo que se apelida por «identidade» resulta do que nós enquanto indivíduos ou membros de uma comunidade elegemos enquanto património. Por sua vez, o património também é reflexo daquilo que determinados indivíduos ou comunidades reconhecem como parte integrante da sua identidade, uma vez que para além de ser adquirido por "herança" é também o que nos distingue de outros.

Num período da história em que se assiste a verdadeiros atentados contra o património – material e imaterial - e as identidades (ambos aspectos que a UNESCO decretou como inalienáveis dos direitos do ser humano) constata-se que o movimento associativo português tem procurado, pelos mais variados meios, valorizar os bens culturais e manter vivas (no seio das comunidades) as características

Encontro de Grândola

definidoras da identidade de cada lugar.

O poder local e o poder central deverão saber apoiar e estimular este fenómeno que é garante da transmissão de valores e sentimentos intergeracionais, processo sem o qual os portugueses correrão sérios riscos de paulatinamente desvanecer cultural e identitariamente no *melting pot* global que é a tendência da sociedade da nossa era.

57. CASAS DO POVO – PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO

As Casas do Povo foram criadas pelo Decreto-Lei 23051/33, de 23 de Setembro de 1933, destinadas a servir o Estado Novo e o seu sistema corporativo. Em 1974 existiam em funcionamento cerca de 1.172 Casas do Povo.

Até 1980, existiam 3 tipos de associados. O associado beneficiário (trabalhadores rurais) que tinham direito a assistência médica e medicamentosa (só em 1990, estes trabalhadores foram integrados na segurança social como elementos de pleno direito); O associado contribuinte, (obrigatório) proprietários de prédios rústicos, que tinham os mesmos direitos que o associado beneficiário, desde que fosse feita prova de que as suas terras apenas serviam para agricultura de subsistência e delas não obtinha outros rendimentos; O associado protector, todos os que o pretendessem e apenas beneficiavam das actividades, culturais, desportivas e de lazer.

Em Janeiro de 1982, foram consideradas os principais polos de atracção cultural do país, tendo pelo decreto 4/82, sido classificadas como pessoas colectivas de utilidade publica. Importa salientar que estas instituições, com uma pesada herança do passado, souberam ajustar-se às grandes transformações do país em geral e da sua área de influência em particular, continuando a responder às grandes necessidades das populações, no campo social, cultural e desportivo.

Actualmente existem pouco mais de 600, sendo que muitas transformaram-se em IPSS, mantendo as actividades originais, intervindo essencialmente nas áreas de apoio à infância e 3ª idade.

58. REGIONALISMO ASSOCIATIVO

Os processos migratórios, pendulares ou definitivos, promoveram a deslocação de milhares de portugueses do interior para o litoral e de Norte para Sul acabando por se concentrar essencialmente junto das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Muitos foram os que, procurando reconstituir as suas relações socioculturais das origens, se organizaram em grupos informais de amigos e ou conterrâneos que mais tarde formalizaram através da constituição de associações regionalistas.

Particularmente na região da grande Lisboa, concentram-se grande maioria das Casas Concelhias ou Regionais, havendo mesmo uma cultura organizativa própria e uma relação privilegiada entre elas, apesar de terem uma fortíssima relação com o restante movimento associativo.

Sendo muito diversificada a sua actividade, regra geral, divide-se na melhoria das condições de vida na origem através de comissões de melhoramentos das aldeias e vilas, mas também das actividades nos locais onde estão sedeadas, através de reencontros, tertúlias, gastronomia, folclore, música tradicional entre outros. Gozam, em alguns casos, do apoio das empresas e autarquias de origem.

59. JOGOS TRADICIONAIS E IDENTIDADES

Os Jogos Tradicionais, constituem práticas ancestrais que dividem os estudiosos entre aqueles que defendem que estes são cultura e os que defendem ser desporto. À parte destas questões mais filosóficas, importa centrarmos a nossa atenção no Jogo enquanto prática humana essencial à socialização dos indivíduos e muitas vezes associados ao prolongamento das actividades laborais.

Muitos dos Jogos existentes, estão claramente associados aos materiais a que as pessoas têm acesso, construindo de forma material os jogos e de forma imaterial os seus regulamentos e práticas diversas.

Sendo práticas transversais a todas as idades e grupos sociais, estando na origem de modalidades desportivas e em muitos casos contribuem para fenómenos de alta competição existe hoje uma forte tendência para os salvaguardar e promover como forma de garantir a identidade do povo e defender dos processos intrusivos de uma globalização que acultura. No fundo, os Jogos Tradicionais são para além de expressão da cultura popular e tradicional, uma forma de defender a soberania nacional.

60. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESPORTO

Ao longo do último século o desporto foi alvo de diferentes políticas públicas com especial relevância no reconhecimento da importância dos Jogos Olímpicos que vieram estimular a prática desportiva com um conceito de prática desportiva amadora, aproveitando as diferentes características do indivíduo e realçando como exemplo o perfil dos vencedores até que nos finais do século passado se passou a levar o exemplo da prática desportiva ao seu extremo com o objectivo de criar atletas perfeitos através do desenvolvimento do treino intensivo de alto rendimento afastando-os da generalidade dos praticantes e elegendo-os como demonstradores da evolução das nações.

Assim as políticas públicas desportivas foram elegendo o apoio aos praticantes de alta competição, deusificando os campeões e descurando a base dos praticantes e as vantagens da prática desportiva generalizada. Transformando a generalidade dos cidadãos em "desportistas de bancada" satisfeitos com os êxitos obtidos pelos seus "ídolos".

No nosso país, salvo algumas medidas pontuais com o intuito de massificar a prática desportiva, a política desportiva em geral tem apoiado especialmente a alta competição bem como os seus praticantes que pelos resultados alcançados dignificam o nosso país nos eventos internacionais mas tem descurando uma base indefinida de praticantes desportivos, na sua generalidade sem qualquer enquadramento, apoio, orientação ou definição de objectivos.

Assim temos um desequilíbrio entre o apoio ao desporto de competição organizada, enquadrada no objectivo de eleger os mais dotados em detrimento do chamado Desporto para Todos que cria riqueza directa e indirectamente.

61. O DESPORTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A necessidade de prática desportiva é reconhecida pela generalidade dos cidadãos. Assim e sem ainda ter sido elaborada a "Conta satélite" do desporto pode-se afirmar por defeito que ela constitui cerca de 20% do produto interno bruto (investimento em instalações, instrumentos e equipamentos desportivos) e ainda no volume de empregos criados para a sua manutenção.

Devemos salientar as dezenas de milhares de colaboradores benévolos que põem esta enorme máquina em funcionamento estimando que cerca de 25% da população pratica desporto/actividade física com maior ou menor regularidade, embora segundo o euro barómetro esta percentagem nos coloca nos últimos lugares nos países da União Europeia (EU).

O legado que os grandes eventos deixam quando bem planeados, quer ao nível das infra-estruturas, quer mesmo ao nível do impacto económico positivo deve de merecer igualmente uma justa referência ainda que se deva de reconhecer que nem sempre foram até hoje devidamente acauteladas as questões relacionadas quer com o custo/proveito quer com o custo/manutenção.

62. O DESPORTO COMO FACTOR DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Está também demonstrado que a massificação de uma correta prática desportiva contribui para a melhoria da condição física, gera um aumento de produtividade reduz o absentismo bem como os custos do Estado com a saúde.

63. O DESPORTO COMO FACTOR DE MELHORIA DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR SOCIAL

A prática desportiva gera condições para uma melhoria da condição física, é factor de aumento da auto estima, o que cria no indivíduo um equilíbrio de satisfação das suas necessidades.
A generalização da prática desportiva, ao multiplicar estas condições, transforma-se num factor de melhoria do bem-estar social e são múltiplos os estudos que apontam para que cada euro gasto na prática desportiva, representa uma economia de três euros em diversas doenças provocadas pelo sedentarismo.
A ONU insiste no desporto como factor de desenvolvimento social. Muitas organizações são disso um bom exemplo: Rigth To Play, SportandDev, Hops 4 hope, Laureus Sport for Good Foundation, etc, etc.

64. DESPORTO COMO FORMAÇÃO

O Desporto de formação ficou restringido essencialmente ao praticado nas escolas e este também sem grande orientação pois acabou por ser influenciado pelo conceito geral de identificar potenciais campeões e criar até uma mentalidade nos praticantes contrária à que deveria prevalecer: massificar a prática desportiva.

65. ACTIVIDADE FÍSICA E RECREATIVA

Faces da mesma moeda, as terminologias vulgarmente utilizadas de actividade física e/ou recreativa, mais não expressam do que a actividade que de uma forma lúdica se pratica com o único objectivo de melhorar a nossa condição física e psíquica dando-nos melhores condições para suportar as dificuldades do dia-a-dia.
Neste segmento é normalmente junto do MAP que os cidadãos encontram formas de se organizarem e praticarem a sua actividade física/recreativa.

66. DESPORTO DE COMPETIÇÃO – EXCELÊNCIA DESPORTIVA

O Desporto de competição é todo aquele que de uma forma organizada é acompanhado tecnicamente pelas Associações Desportivas com competência para o efeito. Congrega mais de 400.000 praticantes e tem como principal objectivo a detecção de praticantes de alta competição.
Este segmento tem sido o alvo mais apontado nas últimas décadas como o aferidor da nossa competência desportiva pelo número de campeões internacionais que conquista e pela glorificação da nossa imagem.
Ao contrário do que devia ser a nossa excelência desportiva não está no número de praticantes, na regularidade da prática desportiva, nos benefícios que traz para os próprios e para a sociedade mas é normalmente associada às grandes figuras que atingiram os maiores lugares na prática da sua modalidade que devia ser e por vezes é, reconhecida pela atracção que provoca em novos praticantes logo no alargamento da prática desportiva.

67. O DESPORTO COMO FACTOR DE COESÃO SOCIAL

O Desporto como factor de inclusão contribui fortemente para o respeito por todos os praticantes independentemente da sua etnia, credo ou opção política mas deixa de fora todos os que parecem não reunir os predicados necessários para a alta competição. Contudo o movimento associativo popular, ou a própria vontade individual, vão contrariando este estado de coisas demonstrando que o conceito de prática desportiva é transversal e factor de desenvolvimento do bem-estar.
O fenómeno desportivo é em si um elemento importante, criador de sinergias que produzem um desenvolvimento de factores de coesão social pois visa integrar na sua prática todos os cidadãos, independentemente dos seus credos, culturais, etnias ou origens sociais.
E que melhor exemplo disto mesmo do que a final histórica do mundial de Rugby de 1995, um ano depois da eleição de Nelson Mandela, classificado ainda hoje como um dia absolutamente decisivo na pacificação e unificação da história da África do Sul.

68. DESPORTO ADAPTADO

Como tem sido referido ao longo deste documento quanto à prática desportiva o aumento da visibilidade do "Desporto Adaptado" não é mais do que a concretização de um dos objectivos do desporto como factor de coesão social.
Pelo elevado esforço de décadas dos seus dirigentes desportivos veio este segmento a desenvolver-se chegando cada vez mais longe, conquistando um número imenso de justas vitórias em competições internacionais alargando o

Encontro de Viana do Alentejo

número de modalidades desportivas em que se encontra inserido e essencialmente, trabalhando para que o desporto possa ser um veículo de melhoria das condições de vida da pessoa deficiente pois consegue reunir meios para dar resposta a todos os graus de deficiência desde aquela em que o praticante tem dificuldade de relacionamento utilizando-se modalidades individuais, a outra em que a terapia com a ajuda de equitação traz mais confiança, à evolução através da adaptação aos desportos colectivos promovendo a integração do individuo no meio social ou demonstrando que a deficiência não é incapacitante conforme se viu no número de medalhas de ouro mundiais ganhas por invisuais.

69. DESPORTO PARA TODOS

A maior dificuldade que temos presentemente é a concretização de um verdadeiro programa de Desporto para Todos. Existe unanimidade, até nos representantes de todos os partidos com acento parlamentar nestas eleições que se realizaram recentemente, que o Desporto para Todos e os Clubes são a principal base da pirâmide que neste momento se encontra invertida.
Hoje os praticantes desportivos anónimos (mais de 2.000.000) fazem-no porque conscientemente sentem que lhes faz bem, se sentem melhor e com melhor espírito de vida, mas fazem-no sem apoios nomeadamente técnicos, uns correm sem saber se os ritmos são os mais adequados à sua saúde, outros jogam futebol aos fins-de-semana sem saberem se os picos de esforço a que se sujeitam estão de acordo com as suas condições físicas e o mesmo se poderá dizer pela generalidade das modalidades praticadas.
Inclusivamente os jovens numa idade em que o mais importante na sua formação desportiva, no ganho pelo gosto da pratica desportiva é a forma como despertam e descobrem o desporto, estão deficientemente acompanhados e não é por falta de técnicos especializados muitos deles no desemprego, mais uma vez onde a procura de novos talentos está contra o verdadeiro conceito de prática desportiva que devia estar subordinada ao tema "desporto como factor de coesão social" onde tem de haver lugar para todos, os mais aptos ou menos aptos os que pretendem abraçar uma carreira desportiva cheia de escolhos que não lhes são informados, ou os que deveriam poder abraçar uma actividade desportiva só porque gostam dela e porque com ela podem vir a ser melhores cidadãos mais integrados no bem comum, mais respeitadores das normas que a todos nos regem.

70. MOVIMENTO CAMPISTA

Hoje em dia o movimento campista associativo conta com cerca de 550 clubes e associações filiadas na Federação, representando cerca de 32.000 atletas federados, que se dedicam ao exercício da disciplina do campismo e montanhismo, e igualmente a todo um conjunto crescente de modalidades com elas ligadas, como sendo o Alpinismo, Autocaravanismo, Caravanismo, Canyoning, Escalada, Esqui-Montanhismo, Pedestrianismo e Skyrunning.
No seio do campismo e montanhismo consegue-se praticar desporto junto da natureza, cultivando-se igualmente a mente com actividades de cultura e recreio sendo exemplos pragmáticos disso a realização de jogos tradicionais e "fogos de campo" culturais nos acampamentos. Esta é sem dúvida uma actividade transversal da nossa sociedade uma vez que abraça a cultura, o desporto e o lazer, num movimento voluntarioso e solidário.
Ao mesmo tempo, que se desenvolve em palcos associativos e sociais também as empresas e organismos se dedicam à sua prática. Toda esta conjuntura de formas de desenvolvimento da actividade campista e montanhista, com todas as suas valências, tem provocado alguns problemas de definição entre quem tutela ou deixa de tutelar determinada modalidade, divergindo assim o movimento ao invés de se unir. É pois necessário criar novas regras que venham ao encontro do desenvolvimento harmonioso desta actividade e deste imprescindível movimento associativo.

71. ÉTICA DESPORTIVA

Não podemos deixar de reconhecer o contributo do Desporto na luta que tem sido travada para o enaltecimento da ética desportiva pois esta contribui não só para a verdade da competição como manifesta a necessidade de combater o uso de substâncias que a desvirtuam, sendo um factor de exemplo social importante pois leva estes conceitos para o dia-a-dia dos cidadãos inculcando neles um princípio de que nem todos os meios justificam os fins. A ética desportiva apela ainda ao combate contra as práticas ilegais dos resultados combinados ou da xenofobia, racismo ou violência no desporto. Reconhecendo que se trata de valores civilizacionais de grande alcance, importa referir que a constituição de uma estrutura nacional e de um plano nacional de ética no desporto pode ter sido um passo importante que se deve reforçar em meios humanos e materiais.

ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO

"Identidade e soberania"

72. ASSOCIATIVISMO PORTUGUÊS NA DIÁSPORA/EMIGRAÇÃO

Quem conhece a realidade das Comunidades Portuguesas pelo Mundo, sabe que existem três importantes Identidades: a comunidade emergente na Europa, com uma identidade bem fresca e rebelde e com soberania relativa; a comunidade consolidada, que navega ao sabor do passado com o olhar amargo para o futuro que nem o "Portugal no Coração" resolve, instalada nas Américas e em África, mas com uma real soberania instalada; a comunidade da saudade que tem uma assertiva identidade com mais de 500 anos, com soberania relativa e que vinga pela India - Goa, Damão, Diu, em Myanmar, em Malaca, na Ilha das Flores (Indonésia) e noutras partes do Globo que vale a pena conhecer melhor mantendo e respeitando quer as entidades locais quer as diferenças e semelhanças que ainda mantêm e os ligam, afectivamente, com Portugal.

Esta é a realidade do Associativismo na Diáspora, em que a emigração encontra o seu porto de abrigo, de instalação e adaptação, de consulta e aconselhamento. As associações de portugueses espalhados pelo mundo, têm conseguido, regra geral, nos países de acolhimento a cedência de imóveis com boas condições para instalações associativas onde se promove com regularidade o encontro, a gastronomia e a língua portuguesa.

Constata-se contudo que, em muitas associações de portugueses, as camadas jovens (2ª e 3ª gerações) não sentem as mesmas necessidades dos seus pais em se associar. As suas necessidades são diferentes tais como as suas relações sociais uma vez que ali frequentaram as escolas e estabeleceram relações com os naturais. São contudo as actividades desportivas e culturais as que mais mobilizam os portugueses em torno das suas associações, havendo mesmo as que se dedicam a actividades políticas, económicas e sociais que muito contribuem para a integração plena dos emigrantes.

A realidade de cada país e mesmo de cada região onde existem comunidades portuguesas ligadas por meios associativos é muito diversa. Contudo, a sua relação com o associativismo português, em Portugal, pode ser explorado e desenvolvido através de uma plataforma associativa, prioritariamente ibérica e europeia sem esquecer o resto do Mundo.

73. ASSOCIATIVISMO IMIGRANTE EM PORTUGAL

A emergência do associativismo imigrante no contexto português encontra-se directamente relacionada com a história dos movimentos imigratórios e respectivas dinâmicas após 1974. Com o crescente incremento das comunidades imigrantes, concretamente durante os anos 90, ocorreu a necessidade do aparecimento de associações cujo objectivo primário fundava-se no acolhimento e auxilio aos processos de integração dos imigrantes.

Encontro de Esgueira

Com o objectivo primário da mobilização e fortalecimento das relações intra e intergrupais, através do estímulo ao reconhecimento e manutenção dos traços culturais dos países de origem, com o enquadramento legal reconhecido a 3 de Agosto de 1999 pela Lei n.º 115, as associações imigrantes foram aumentando e foram-se consolidando.

A organização de festas, celebrações e práticas rituais centradas apenas na coesão dos grupos de imigrantes, tem-se vindo a modificar à medida que alteram as dinâmicas da sociedade vigente. Hoje, são várias as dimensões das associações de imigrantes conforme os lugares de implantação e os terrenos em que atuam, porém é visível que a prerrogativa da intervenção social se centra na revindicação dos direitos de cidadania de imigrantes e seus descendentes.

Informa o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), que no fim de 2012 existiam 131 associações de imigrantes, espalhadas por todo o território português, com representatividade reconhecida pelo Alto Comissariado para as Migrações. Com diversificadas actividades, incluindo a realização de eventos culturais, o ensino da língua portuguesa, o apoio jurídico e a luta contra a discriminação, destaca-se um crescente número de associações cuja actividade se centra na intervenção social e política, concretamente no estímulo à criação de estratégias de promoção de uma vida participativa social e politicamente por parte de imigrantes e seus descendentes.

Com escassos meios para se manter activo, o movimento associativo imigrante não se distingue do movimento associativo no seu geral, lutando actualmente para se renovar numa sociedade se encontra em profunda mudança.

A necessidade da intervenção dos jovens descendentes de imigrantes e novas comunidades de imigrantes é hoje uma prioridade para a afirmar o movimento associativo imigrante, pelo que urge criar redes de associações de forma a incrementar o poder dos imigrantes no contexto político português.

74. RELAÇÕES COM O CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

O Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão de aconselhamento do Governo e da Assembleia da República mas autónomo porque é eleito directamente pelos emigrantes, está estruturado em várias comissões sendo uma delas a da "Comunicação Social e Associativismo".

Através desta comissão, têm sido estabelecidas visibilidade uma vez que os portugueses emigrados continuam a aumentar e com esse aumento, surgem novas dificuldades mas também novas oportunidades e potencialidades de relação. A composição social, etária e de género também tem sofrido alterações para as quais devemos estar atentos.

As relações com o Conselho das Comunidades Portuguesas devem assentar essencialmente no princípio da troca de experiências e opiniões e, nalguns casos, em acções conjuntas de pressão junto dos poderes instituídos em defesa de causas comuns como a cultura e tradição portuguesa enquanto elemento identitário do nosso povo e do nosso país como é o caso da língua portuguesa.

Encontro de Coimbra

As trocas de iniciativas como deslocações de Folclore, Bandas, Fado, Desporto entre outras, poderão ser igualmente, motivo de aproximação e cooperação interassociativa a explorar e a reforçar no futuro. Existem já hoje experiências em que são as colectividades que, ao se deslocarem a países a convite das associações de emigrantes, se fazem acompanhar de embaixadas económicas e empresariais.

75. RELAÇÕES COM A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sendo a CPLP uma entidade que tem por objectivos coordenar e articular os países que usam e defendem a língua portuguesa é suposto que através do diálogo, se influenciem outras esferas de interesse mútuo no campo das relações bilaterais ou multilaterais.
Com a Comissão Cultural da CPLP está a ser levado a cabo um trabalho de registo das Tradições Populares de que são exemplo os Jogos Tradicionais para complementar com os já registados em Portugal pretendendo-se com este trabalho, para além da ponte entre povos que falam a nossa língua, desenvolver, defender e registar, a história de um povo e de uma nação, na intrínseca defesa do valor humano e dos valores civilizacionais.
Não duvidamos da sua importância mas temos a noção de que a defesa da cultura de um povo não tem preço e está associada ao seu saber ser e saber olhar o futuro com confiança e conhecimento do desenvolvimento natural de uma região e de um povo.
Os Jogos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se realizam de 4 em 4 anos, são uma importante troca de experiências e formação na unidade de língua, sendo uma fonte importante para o conhecimento dos jovens que neles participam.

76. EXPERIÊNCIAS E NECESSIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Visitar, conhecer, apoiar e orientar as Associações Lusas na Europa é um "caso de estudo" pela dinâmica que os dirigentes oferecem ao Movimento Associativo tendo em conta a razão fulcral no país de acolhimento. Sendo geridos por 2 ou 3 voluntários com elevado grau de compromisso, para além da defesa da cultura e das tradições lusas, servem de "porto de abrigo" para outros lusos que partem de Portugal na procura de melhor oportunidade.
Engane-se quem pensa que são voluntários com pouca formação académica e para isso basta ver o trabalho desenvolvido pelas inúmeras Associações / Federações portuguesas e pela PARSUK (Londres) formada por jovens doutorados. Estas comunidades emigratórias buscam no espaço europeu melhores condições de vida. É importante anotar que, se são dirigentes cá, sê-lo-ão lá, acumulando ainda uma soberba paixão lusa contribuindo por isso, para a divulgação de Portugal e das suas potencialidades culturais, comerciais e turísticas.
Não será por isso de estranhar o movimento de associações que mensalmente se deslocam na Europa para participarem nas Festas Portuguesas, com elevados custos para as Associações que se deslocam e as que recepcionam, sem qualquer contrapartidas por parte dos organismos que localmente representam Portugal, nomeadamente o Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP) a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) e o serviço Diplomático, onde nunca se conhece a dotação orçamental pra o efeito.
Em segundo plano e não menos importante, temos o Movimento Associativo estabilizado e consolidado como é o caso das Américas, da Oceânia e da África no caso específico da África do Sul, dotados de excelentes instalações, centrados em meios urbanos. Esta é uma comunidade associativa a precisar com urgência de uma atenção especial. Necessita urgentemente de uma intervenção das Associações, Culturais, Recreativas e Desportivas nas suas festas e arraiais lusos de forma a cativar a comunidade de lusodescendentes que foi afastada por gerações que entenderam que as festas deviam ser feitas por portugueses e para portugueses olvidando a implicação dos lusodescendentes na comunidade local e na envolvência generalizada na vida local.

77. RELAÇÕES COM A OBRA DAS MIGRAÇÕES

A Obra Católica Portuguesa para as Migrações (OCPM) é o secretariado executivo da Pastoral da Mobilidade Humana, pertencente à Comissão Episcopal da Pastoral Social e da Mobilidade Humana (CEPSMH) da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e foi criada em 1962. O seu objectivo é prestar apoio a todas as dioceses, Missões e Comunidades católicas de língua portuguesa, das Comunidades de outras nacionalidades em Portugal, dos refugiados e requerentes de Asilo, Congregações Missionárias e Movimentos Eclesiais.
A complexidade dos acontecimentos migratórios dos últimos tempos, sejam os que dizem respeito à emigração de portugueses que procuram melhores condições de vida, motivados pelas condições económicas adversas, sejam os acontecimentos migratórios motivados pela falta de condições de segurança nos países de origem, resultando num fenómeno de imigração massiva, sobretudo no espaço europeu, colocou na praça pública o debate sobre os desafios que são colocados a todos os actores do espaço social.
Neste sentido, é fundamental a articulação entre todas as organizações da sociedade civil, entre as quais a OCPM, na sua vertente nacional e internacional, e todo o movimento associativo nas suas diversas manifestações, não só por terem a capacidade de mobilização de esforços, mas também por serem o elo de ligação mais eficaz entre quem precisa de apoio e quem apoia, para os que partem e para os que chegam.

Encontro do Porto

78. O VOLUNTARIADO EUROPEU E O PAPEL DE PORTUGAL NA UE

Mais de 100 milhões de europeus envolvem-se, anualmente, em actividades de voluntariado, vivendo a solidariedade e, consequentemente, fazendo 'a' diferença na nossa sociedade. Apesar da existência de conceitos e tipologias vários quanto ao voluntariado, um pouco por todo o lado – mesmo dentro de plataformas de voluntariado –, a verdade é que o voluntariado, expressão maior da cidadania activa, beneficia tanto os destinatários das acções – a sociedade como um todo – como aqueles que as levam a cabo – os voluntários –, reforçando a coesão social de modo significativo.
A nível europeu, há várias plataformas que congregam organizações baseadas, enquadradoras ou promotoras de voluntariado, de tipologias diversas e de amplitudes territoriais várias.
O Centro Europeu de Voluntariado (CEV) é uma dessas plataformas, que leva já 22 anos de existência. É uma rede de mais de 80 entidades de voluntariado ou de apoio a voluntários, de âmbito nacional e regional, espalhadas por toda a Europa, dotadas de personalidade jurídica e sem fins lucrativos. O CEV é parceiro da Comissão Europeia em vários domínios que, transversalmente, se cruzam com o tema objecto da sua acção: o voluntariado e a cidadania activa.
Portugal está presente no CEV através da Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), membro de pleno direito e com um dirigente seu na direcção do CEV, com funções de Vice-Presidente, até 2017. São ainda membros associados do CEV a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Delegação Sul, o Banco de Voluntariado de Tavira, a Fundação Eugénio de Almeida e o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.
O CEV tem beneficiado de um empenho activo da CPV, que acolheu, em Outubro de 2012, a sua assembleia geral e conferência de capacitação de Outono, no Concelho de Cascais, e que está, ainda, envolvida no estudo europeu sobre o valor económico do voluntariado, para além de ter em curso vários contactos com outros membros do CEV para o desenvolvimento de parcerias internacionais, multilaterais.
Esta é uma consequência natural do trabalho a nível europeu, promotor de sinergias e parcerias, cujo trabalho e resultados visam construir uma Europa mais solidária, mais coesa, preocupada com o bem comum, através do voluntariado.

Lisboa, 16 Outubro 2015

NOTA: O texto não observa o acordo ortográfico.

REGULAMENTO

NORMAS DE FUNCIONAMENTO

1. Todos os Delegados devem apresentar o Cartão à entrada ou sempre que solicitado pela Organização;
2. O Congresso funcionará em plenário na abertura (09:30h.) e no encerramento (após as 16:45h.).
3. O Congresso funcionará em dois Painéis simultâneos de manhã até à hora do almoço e outros dois após a hora do almoço até à sessão de encerramento;
4. Não há intervalos dos trabalhos no período dos Painéis;
5. As entradas e saídas das salas devem ser feitas de forma a não perturbar o funcionamento dos trabalhos. Os Delegados deverão cumprir com os horários definidos pela Organização;
6. A inscrição para uso da palavra nos Painéis pode ser feita antecipadamente até dia 30 de Outubro por via electrónica ou postal e terão prioridade. Deverá ser identificado o Painel onde pretende intervir. O tempo máximo de intervenção é de 7 minutos sob pena de retirada do uso da palavra;
7. A inscrição no dia 7 Novembro só poderá ser feita no momento definido pela mesa de cada Painel. Só haverá uma série de inscrições. As intervenções/comunicações não poderão exceder os 5 minutos, sob pena de retirada do uso da palavra;
8. Caberá ao Moderador a decisão de conceder, limitar ou retirar o uso da palavra;
9. Todas as intervenções fornecidas em formato digital, serão integradas no Livro do Congresso a editar posteriormente;
10. Só será votado um documento: **Manifesto – Recomendações Estratégicas** no final do Congresso.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO

09:00h. Abertura do Secretariado/Credenciação

09:30h. Saudação do Presidente da Mesa do Congresso após composição da Mesa

09:35h. Saudação da Câmara Municipal de Lisboa

09:45h. Intervenção da Comissão Organizadora

10:00h. Conferência de Abertura "Associativismo e Voluntariado em Portugal"

10:35h. Início dos Painéis 1 e 2

12:45h. Intervalo para almoço (livre)

14:30h. Início dos Painéis 3 e 4

16.45h. Conferência de encerramento "O Associativismo na Comunicação Social"

17.15h. Apresentação das sínteses dos painéis

17:45h. Leitura e votação do "Manifesto – Recomendações Estratégicas"

18:00h. Encerramento pelo membro do Governo

18:15h. Encerramento pelo Presidente da Mesa do Congresso

18:30h. Final do Congresso

Nota: Este horário pode sofrer alterações por motivos imprevistos. Recomenda-se como hora de partida as 19 horas.

FÓRUM LISBOA
7 NOVEMBRO 2015

SESSÃO DE ABERTURA

Mesa (da esquerda para a direita): Barbosa da Costa (CPCCRD), a usar da palavra, Francisco Rodrigues (CPCP), Daniel Café (FFP), Martinho Caetano (CMP), Guilherme d'Oliveira Martins (CNC), Eugénio da Fonseca (CPV), Augusto Flor (CPCCRD), Fernando Medina (CML), Caleia Rodrigues (CDP), João Queirós (FPCMP), Luís Mendes (FPTA) e Manuel Neves (FPC)

FRANCISCO BARBOSA DA COSTA
Presidente da Mesa do Congresso
da Confederação Portuguesa das Coletividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Senhor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins
Senhoras e Senhores Conferencistas
Caras e Caros Dirigentes e Associativistas
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Saudamos fraternalmente as confederações e federações nacionais que nos acompanham solidariamente na organização e na efetivação deste congresso.

Agradecemos a participação das personalidades de vários quadrantes da vida política, social, cultural, desportiva e económica, da comunicação social que nos dão a honra de virem a este fórum partilhar o seu saber, a sua experiência, veiculados pelo seu incontestável prestígio e reconhecimento públicos.

Registamos gratificados a fundamental participação logística e financeira do patrocinador oficial deste evento, bem como de todas as instituições que nos deram o seu indispensável apoio.

Prestamos o nosso reconhecimento à comunicação social aqui presente apelando à sua sensibilidade e saber para informar a opinião pública sobre a realidade associativa portuguesa, em todas as suas dimensões, e que estará patente neste magno encontro. Esperamos que, por vosso intermédio, o país saiba, de facto e com verdade, o que somos e o que fazemos.

Comungamos a nossa profunda amizade e solidariedade com todos os congressistas que, vindos de todo o país e dos núcleos associativos existentes na Europa e no Mundo, quiseram estar, aqui, hoje, depois de um longo e frutuoso debate nas suas associações e federações, realizado ao longo de vários meses, desde o mês de janeiro.

Este congresso, cuja sessão magna ora se inicia, desenvolveu-se ao longo de três fases, envolvendo as nove entidades que compõem a Comissão Organizadora e centenas de Dirigentes de todo o país e mesmo do estrangeiro, possibilitando a participação e a reflexão sustentada que não seria possível em dois, três ou quatro dias do Congresso.

Na primeira, foram identificadas cerca de 60 questões, em que participaram 150 dirigentes de todo o país;

Na segunda, desenvolveu-se uma reflexão aprofundada, através de sugestões individuais e sobretudo coletivas, em seminários e debates diversos;

Na terceira, fez-se a sistematização e conclusão de todos os contributos das fases precedentes e que foram projetadas nas teses associativas.

Procuramos, desta forma, dar visibilidade ao Associativismo, valorizar o papel dos Dirigentes, refletir sobre o modelo de Associativismo e o seu papel na sociedade portuguesa e demonstrar a vitalidade e potencialidades do Associativismo no plano económico, cultural e social.

Somos algumas dezenas de milhares de associações, quatro centenas de milhares de dirigentes, cerca de três milhões de associados, de vários níveis etários, de variados tipos de formação educativa, cultural e profissional, mas todos imbuídos da indómita vontade de servir as comunidades onde estamos inseridos, com total empenhamento, em regime de voluntariado.

Felizmente que, nos últimos tempos, pela ação continuada e persistente dos seus órgãos sociais, o movimento associativo tem vindo a ser reconhecido, por mérito próprio, como parceiro indispensável de vários organismos do Estado, designadamente, integrando os Conselhos Nacionais de Economia e de Desporto, mantendo uma ligação regular com a Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

As nossas associações têm sido e continuarão a ser escolas de cidadania, viveiros de músicos e de atores, guardiãs de tradições das comunidades e alfobres de sindicalistas e de autarcas.

Sem o movimento associativo popular, as aldeias estariam mais isoladas, os centros históricos das cidades estariam mais abandonados, o diálogo intergeracional seria mais difícil, a energia comunitária seria mais mitigada, o egoísmo entre as pessoas agravar-se-ia.

Procuram ativamente, multiplicar afetos, semear o sonho da fraternidade, lançar laços de solidariedade, ser paradigmas de atos de cidadania e evidenciar que vale a pena a dedicação às grandes causas do voluntariado.

Este trabalho desenvolve-se, muitas vezes, com o contributo e ação de dirigentes e animadores, na dramática situação de desemprego e de precária situação económica e social de familiares próximos, pela mesma razão. A nova vaga emigratória tem levado muitos dos nossos melhores para a nova diáspora, onde teimam em manter a chama associativista, através da criação de novas instituições.

É com o coração a sangrar que continuam a dedicar-se, com o empenho de sempre, às suas instituições e comunidades.

Dedicamos a nossa atenção e trabalho para que haja em cada comunidade espaço para a formação humana, através da animação cultural, desportiva e recreativa, sempre numa dimensão de solidariedade social.

Temos consciência de sermos, no Portugal de hoje, assoberbado com velhos e novos problemas, agravados ou criados com a crise em que vivemos, em muitos casos, o único ombro que sustenta e ampara pessoas e grupos, quando, um pouco por todo o país, sobretudo no mundo rural, se vêm destruídos ou desativados os suportes oficiais e institucionais que o espírito de solidariedade e coesão nacionais obrigariam a permanecer e a melhorar.

Se hoje é o momento de chegada de um longo e, por vezes, penoso percurso, é sobretudo o início de um tempo novo, de esperança e de concretização de projetos destinados a dignificar, a congregar, a promover e a animar as pessoas e as comunidades para uma vida melhor.

Assim o esperamos e desejamos.

AUGUSTO FLOR
Presidente da Direcção da CPCCRD

Distintos convidados,
Caros Amigos e colegas Delegados
Minhas senhoras e meus senhores

Mais de 180 dias de Congresso

Após as duas excelentes experiências que foram os Congressos de 1993 em Almada e 2001 em Loures, estamos no último dia de um Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes que teve o seu início a 6 de Abril 2013 quando, em Lisboa, o Congresso Eleitoral da Confederação das Colectividades aprovou o Programa de Acção para o mandato 2013-2016 onde se previa a realização deste Congresso.

A 12 de Julho de 2014, em Miragaia - Porto, o Conselho Nacional da Confederação das Colectividades, não obstante as dificuldades que se viviam, confirmou a sua realização através da aprovação de uma Resolução Associativa. Foi, sem dúvida, uma decisão corajosa.

Entre Outubro e Dezembro de 2014, a Confederação das Colectividades estabeleceu contactos com as 8 Federações e Confederações que, em boa hora, aceitaram juntar-se a nós para realizar este Congresso, constituindo-se assim na Comissão Organizadora que, por sua vez, criou uma Comissão de Redacção e um Secretariado Técnico. Pela primeira vez na história do movimento associativo de cultura, recreio e desporto, estavam juntas todas as estruturas de nível nacional. Podendo parecer um pequeno passo para cada um de nós, é contudo, um grande passo para o futuro do associativismo. Estamos todos de parabéns.

Entre Janeiro e Março de 2015, percorremos o país para definir o modelo e temas a levar ao Congresso. Em Abril, estavam definidos 63 temas que foram sistematizados em quatro áreas e, a partir desse momento, deu-se início à fase de debate e reflexão que contou com 27 encontros, reuniões temáticas, acções de formação adaptadas e contributos individuais com a participação de cerca de 560 Dirigentes Associativos. Infelizmente, nem todos podem estar aqui connosco. A todos saudamos e desejamos as maiores felicidades.

Desta fase, Abril/Outubro 2015, resultou o "Memorando Associativo" onde é feita, uma "radiografia ao associativismo" e onde são analisados 78 temas. A sua sistematização contou com 21 autores que constam da ficha técnica. A Comissão Organizadora, validou e aprovou este documento no dia 23 de Outubro de 2015.

Pela primeira vez na história do nosso movimento, temos uma análise tão profunda e diversificada. Trata-se de um documento que servirá para o nosso dia-a-dia mas também para a médio e longo prazo ser objecto de comparação e avaliação.

Pensarmos que este Congresso é só de um dia, seria redutor e profundamente errado. Tivemos 180 dias úteis, em que podemos, entre nós dirigentes associativos, promover o debate, a reflexão colectiva, a troca de experiências e o convívio que nos trouxe até aqui, mais informados, mais conscientes e mais fortes.

O dia de hoje é dedicado aos Delegados que puderam deslocar-se, não obstante as muitas dificuldades que muitos tiveram que ultrapassar. Ainda assim, houve muitos colegas dirigentes que não puderam vir por falta de condições básicas como o transporte e a alimentação que a organização do Congresso não pôde assegurar. Importa aqui relevar o apoio concedido por muitas autarquias no transporte colectivo dos Delegados.

O dia de hoje, é nosso!

O dia de hoje é nosso, é dos associativistas e dirigentes associativos mas, como não podemos nem devemos ficar fechados em nós próprios, decidimos convidar um conjunto de personalidades da sociedade portuguesa que trarão os seus contributos, as suas reflexões e saber. Desejamos com este modelo, por um lado, mostrar à sociedade o que é o movimento associativo, e dar-lhe a visibilidade que lhe falta. Por outro lado, incorporar tanto quanto possível opiniões e reflexões dos nossos convidados que, em debate com os Delegados, contribuirão certamente para encontrarmos novas soluções. A todos, o nosso reconhecimento e nosso aplauso.

Quando falamos de debate, desejamos que este se centre nas questões essenciais do movimento a partir da experiência de cada Delegado, sem perder de vista a realidade concreta. Desejamos um debate elevado, franco e directo como é próprio do nosso movimento. Desejamos um debate onde consigamos fazer a identificação dos problemas quer sejam exclusivos do associativismo, quer sejam da sociedade em geral e se reflictam no associativismo, mas também apresentar propostas de solução.

Sem esquecer ou reduzir a importância de outros assuntos, parece-nos que as questões centrais, andarão à volta do modelo económico e social existente; das relações entre as várias famílias associativas; das relações do poder associativo com os restantes poderes; das relações do associativismo com as demais áreas da vida social; do papel do dirigente associativo voluntário e benévolo; da formação e qualificação dos dirigentes; do modelo de financiamento do associativismo; do associativismo no território nacional ou na diáspora.

É colocado à consideração dos Delegados, o documento "Manifesto – Recomendações Estratégicas", podendo ser feitas sugestões de alteração ou adendas que caberá à Comissão de Redacção analisar. Será o único documento votado neste Congresso e constituirá o farol do associativismo para o futuro. Por isso mesmo, começa por fazer recomendações ao próprio poder associativo.

Saberemos certamente aproveitar todo o potencial humano instalado e concentrado neste *Fórum Lisboa*, transformando este dia num momento histórico para a cidade de Lisboa que este ano é Capital Europeia do Voluntariado e para o associativismo nacional.

Em nome da Comissão Organizadora deste Congresso que hoje encerra, cumpre-me agradecer a todas as entidades públicas e privadas que de alguma forma contribuíram para a sua realização e que constam dos materiais distribuídos. Lamentamos que o governo do nosso país não tenha tido a sensibilidade e disponibilidade para apoiar este Congresso.

O nosso dia decorrerá com alegria, convívio e muita participação cívica e associativa. Estamos certos que terminará com uma enorme satisfação e com o sentimento do dever cumprido (temos uma surpresa para o encerramento).

Sairemos daqui mais fortes e mais determinados. A vida não começa nem termina hoje mas, a partir deste Congresso, estaremos em melhores condições de enfrentar o futuro, porque somos gente que faz com pouco, aquilo que outros não fazem com muito. Porque somos dirigentes e líderes comunitários que, através do nosso trabalho voluntário, contribuímos para uma sociedade mais solidária, mais equitativa, mais justa, mais participativa e somos capazes de contribuir para a transformação social.

O Movimento Associativo Popular é um poder que tem tudo, para ser quase tudo!

Viva o Movimento Associativo Popular!
Viva o Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes!

Viva Portugal!

FERNANDO MEDINA
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Senhor Presidente da Mesa do Congresso

Permita-me que saúde em seu nome todos os dirigentes, todos os convidados, todos os oradores, todos os presentes neste congresso e que a todos dê as boas vindas a Lisboa.
É um grande gosto para nós poder acolher este Congresso tão representativo, de tanta e grande vitalidade no nosso país. A norte e sul do país mas também uma vitalidade que se vê e se demonstra em todos os sectores da nossa vida e da nossa vida colectiva.
Eu gostava de vos dirigir esta saudação muito particular, vi com pena o vosso programa que é de tal forma extenso e intenso que muitos que vem de fora não vão conseguir usufruir da cidade, tenho pena, talvez possam tentar ficar para amanhã ou durante o fim-de-semana.
Mas gostava de vos dirigir esta saudação muito em particular por este congresso encerrar em Lisboa, mas gostava também de voz dizer a importância que atribuímos a todo o movimento refletido neste congresso que eu acho que de forma muito feliz está escolhido como lema e como eixo central ali daquela circunferência do logotipo deste congresso do "Associativo Popular, uma força social com visão e com futuro".
Pois eu creio que é mesmo isso que está em causa, e talvez esta frase sintetize bem aquilo que é hoje é uma realidade de maior importância para a governação de uma sociedade cada vez mais complexa. E quero-vos falar, permitam-me, uns minutos de Lisboa. Porque a governação participada e o estímulo do trabalho em conjunto com todo o tipo e com a mais diversidade, com a diversidade das Organizações, das Associações, das Colectividades, dos Clubes de todo o tipo de instituições com representatividade e implementação social faz parte integrante do programa do governo da Cidade.
É-lhe mesmo dedicado um capítulo próprio, a par da melhoria da qualidade de vida, a par da coesão social, a par das melhorias ambientais um capítulo no programa do governo na cidade que é precisamente uma governação mais próxima e participada onde se incluem o reforço e relação da Câmara Municipal de Lisboa com todo o tipo e com o leque de entidades e instituições que hoje estão representadas neste Congresso.
E nós fazemo-lo não por nenhuma razão de simpatiza particular que temos, mas fazemo-lo por uma outra constatação é que não é possível governar hoje uma cidade com a complexidade da cidade de Lisboa no modelo clássico de pensarmos que é na base de uma administração pública, neste caso de uma Câmara Municipal, que no topo de uma estrutura relativamente opaca tem um presidente da câmara, tem uns vereadores, tem uns departamentos e tem no fundo uma estrutura que tem e acumulou ao longo de vários séculos muito poder pois temos a consciência que não é na base dessa realidade que nós bem podemos governar a cidade de Lisboa, não é possível.
A Cidade de Lisboa é hoje - e quem fala da Cidade de Lisboa hoje falará com mais propriedade de outras dimensões do país de uma realidade de tal forma complexa - de tal forma heterogénia onde os problemas se colocam com uma enormíssima diversidade em tantas e tantas áreas que é impossível obter uma boa governação, isto é, satisfazer as necessidades das populações com uma governação de modelo centralizado, opaco, fechado com mais ao menos iluminismo do presidente que a cada momento ocupa o cargo. Quem pensa assim, quem pensa que tudo isto depende do iluminismo daquele que se vota de quatro em quatro anos eu acho que falhará rotundamente a governação do que é uma realidade complexa como a cidade de Lisboa e nós vemos isto em múltiplas - diria eu em quase todas - as áreas da actuação que o município abrange e que o Município toca. Falemos do desporto, quem são hoje as grandes forças motoras do desporto e da prática desportiva da Cidade, eu falo da competição até da alta competição naturalmente mas falo daquilo que são as actividades de lazer de recreio que vão até ao simples actividade de bem-estar não pode ser uma Câmara centralizada que faz programa que quer de certa forma mandar ou ter um certo sentido de comando sobre essa realidade. Não, o papel que nós temos que assumir é, precisamente, dar força a que as instituições, os clubes as colectividades, associações promovam essas actividades, mas vou a áreas talvez mais diria eu emblemáticas do ponto de vista da manutenção de vida de uma cidade, toda a área da inclusão social não é possível lidar com os problemas da exclusão social ou com os desafios da inclusão social para todos numa cidade como a cidade de Lisboa se nós não contarmos como parte integrante de solução, um governo de governação que seja aberto, participado e que inclua na formulação das políticas e na execução das políticas as próprias instituições de base local que estão no terreno e junto das Colectividades e que podem ajudar a resolver os problemas, isto é, com elas próprias parte de encontrarmos a solução, parte do diagnóstico do problema, parte do desenho da solução e parte central da execução dessa solução. Nós temos ao longo dos últimos anos e no programa que se vem desenvolvendo desde o mandato anterior um programa do zip-zip que tem um caracter particularmente emblemático aqueles que em conhecem e conhecem bem a cidade de Lisboa nós no pais falamos muitas vezes dos problemas do interior, das aldeias e são problemas próprios específicos. As grandes cidades tem outros tipos de problemas de inclusão associados com as questões da habitação e todo o processo que a nossa sociedade viveu no período do pós 25 de Abril quer com o processo de descolonização quer também com os processos de imigração para o litoral e para as cidades colocaram desafios do ponto de vista da inclusão extraordinariamente significativos. Ora se nós hoje circularmos por Lisboa, reparamos que os grandes desafios hoje colocam-se não do ponto de vista da construção de betão, não do ponto de vista da construção, isto é já eliminamos o fundamental das barracas há uns bons anos atrás, o que foi um grande feito da democracia portuguesa. Mas hoje os desafios da inclusão colocam-se muito menos no sentido material dessas condições materiais mas colocam-se no sentido da vida das comunidades que não podem ser excluídas da vida de uma cidade e talvez por vezes sejam esses os problemas da exclusão mais profunda que se gera dentro daquilo que é o mesmo espaço geográfico porque julgamos que estamos todos juntos mas verdadeiramente quando olhamos com atenção uma parte dessa comunidades não estão devidamente, não participam não integram não são parte de corpo inteiro de uma comunidade mais vasta que é a cidade de Lisboa, o Município de Lisboa. Ora, quando se constata este problema, quando se constata esta realidade, chegou-se a uma conclusão foi naturalmente difícil porque obrigou a mudança, obrigou a roturas do ponto de vista da Câmara pensar mas que só com os autores locais, com os clubes, com as colectividades, com as associações com a dinamização e dar força a todas essas instituições no terreno para que pudessem elas próprias dizer que iniciativas, que programas, que acções poderíamos nós fazer tendo em conta o objectivo comum que era incluir cada vez mais pessoas dentro do que é a vida normal da cidadania da cidade de Lisboa.
Hoje é reconhecido que todo o terceiro sector, o amplo terceiro sector, onde todas estas instituições e todo este universo se integra é hoje um espaço nuclear da formação cidadã para uma sociedade avançada. Hoje desenvolvem-se, hoje a educação não é vista nunca pode ser vista, não é hoje já não poderia antes no passado, mas hoje cada vez mais nós ganhamos essas competências acrescidas para uma perfeita integração numa sociedade avançada através de múltiplas instituições e da participação em múltiplas entidades.
Creio que o papel que o Associativismo e como bem aqui foi referido, talvez este lema seja um lema particularmente feliz "O Associativo Popular uma força social com visão e com futuro" é perfeitamente ajustado talvez ilustrativo do papel insubstituível que todas as vossas Colectividades, Associações e Clubes, desempenham na formação e no apoio à formação de cidadãos de pleno direito. Não se trata da educação formal nesse sentido estrito, mas trata-se da formação para que são os valores absolutamente centrais do que é uma vida em sociedade do que é uma vida cada vez mais exigente do ponto de vista da participação cívica, do ponto de vista da participação politica e que cujo eixo de fomento e incentivo, tem que ser naturalmente o eixo de que é uma moderna governação é isso que entendemos aqui como o nosso papel indeterminado na cidade de Lisboa.
Fazer deste grande universo representado neste Congresso não só e terminava como comecei. Não é um gesto de simpatia da Câmara de Lisboa, acima de tudo, é um gesto de reconhecimento de uma parceria de quem constata que sem a participação activa de todas essas instituições não será possível no Estado Português obter uma boa governação ao serviço dos cidadãos e ao serviço de todos os portugueses.
Muitas Felicidades para este Congresso e que tragam destas conclusões, contributos para fazermos ainda melhor no futuro.

Muito obrigado!

Nota: Texto editado a partir de intervenção espontânea

GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS
Presidente do Centro Nacional de Cultura

CONFERÊNCIA
"Associativismo e Voluntariado em Portugal"

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, meu querido amigo Dr. Fernando Medina.
Meu querido Barbosa da Costa, nós temos um conhecimento antigo, de 40 anos de companheirismo.
Uma saudação especial a todos quantos constituem a mesa e tem responsabilidades na organização, na concretização deste congresso.
Minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar gostaria de exprimir o grande gosto e honra que tenho em poder partilhar convosco algumas reflexões sobre o voluntariado e o associativismo.
Começarei por vos dizer que a crise financeira cujos efeitos ainda se fazem sentir, pode ser respondida adequadamente na nossa sociedade graças a sociedade civil, graças à responsabilidade e ao sentido cívico de todos os cidadãos portugueses e se eu começo por esta referência é porque isso se deve à força maior do que muitas vezes se refere da sociedade civil portuguesa dos cidadãos, do associativismo e do voluntariado. Como já ficou dito aqui nas intervenções que ouvimos, a generosidade de quantos se entregam de alma e coração ao serviço dos outros e da sociedade é algo que não apenas merece o nosso reconhecimento, mas corresponde a um momento especialmente significativo da maturidade da sociedade portuguesa.
Nove seculos de história, estes nove seculos de história apenas são possíveis graças a um grande sentido de solidariedade. Sabemos tantas vezes que o individualismo pesa, nós próprios na ação quotidiana nas associações e no voluntariado percebemos que há resistências, resistências naturais mas, o sentido solidário, o sentido cívico têm sabido prevalecer e nesse sentido a história portuguesa deve-se fundamentalmente a esta vontade, este empenhamento solidário e fraterno dos portugueses. Numa identidade aberta, numa identidade complexa, não fechada sobre si mesma, aberta às diferentes influências, aberta ao dar e ao receber os grandes investigadores, intelectuais, historiadores que se tem debruçado sobre a realidade portuguesa tem salientado a força deste caminho de várias influências, desde Orlando Ribeiro a José Matoso está clara a influência positiva deste cadinho que a história foi fazendo e que permite que a nossa sociedade é tanto mais forte, mais aberta, tanto mais forte, quanto mais consciente da sua própria força. O Estado precedeu a nação, sabemo-lo, mas verdadeiramente se olharmos o Estado democrático e se olharmos aquilo que se passou nos últimos anos designadamente desde a revolução democrática 25 de Abril de 1974 com a descentralização, com o reforço do poder local, com o reforço do associativo e do voluntariado, é indispensável percebermos que a sociedade portuguesa tem sabido corresponder ao desafios fundamentais que são lançados graça à cidadania, graças à tomada de consciência do todo, de que sós e isolados nada conseguimos em resposta as questões fundamentais perante as quais nos encontramos, questões politicas, económicas, sociais, culturais dai a importância deste Congresso. Dai a importância do tema fundamental que aqui nos alude, dai a importância do que já o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina aqui nos referiu sobre o Associativismo Popular, força social com visão e com futuro. Já vimos daquilo que acabei de vos dizer que esta visão e este futuro são fortemente enraizados num caminho, caminho que nos últimos anos tem sido feito com bastante consistência e determinação.
A democracia portuguesa o Estado democrático contemporâneo, tudo aquilo que eles significam, corresponde exatamente a essa congregação de esforços e a esse sentido fraterno.
Falar neste Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes é falar da liberdade associativa, é falar da força da solidariedade social e da solidariedade voluntária. Esta ideia da solidariedade voluntaria é uma ideia extraordinariamente importante e fecunda uma vez que, quando falamos do associativismo, quando falamos do voluntariado, falamos dos impulsos que vêm dos próprios cidadãos, e nesse sentido há pouco eu dizia que a democracia portuguesa assenta neste triângulo fundamental: primeiro, o estado democrático aberto e pluralista; segundo, um poder local forte e afirmativo; terceiro, um voluntariado e uma solidariedade que se tem afirmado e consolidado ao longo do tempo.
Falar do estado democrático é falar da legitimidade, é falar da legitimidade do voto, naturalmente, da legitimidade que vem do primado da lei, lei geral e abstrata para todos, mas ao falarmos na vida associativa ao falarmos no voluntariado é falar da legitimidade democrática do exercício, o que isto significa, é a legitimidade que é conquistada dia a dia, é a legitimidade que é conquistada na prestação de contas, nos vários responsáveis, uma vez que a sociedade democrática precisa a cada momento de uma prestação de contas oportuna e de uma prestação de contas que conduza à real participação e à real representação de todos os cidadãos.
A democracia moderna, baseia-se justamente nesta ideia de legitimidade democrática do exercício, e baseia-se nesta ideia de sentido de comunidade e o sentido de comunidade só existe a partir da iniciativa, a partir da congregação de todos os cidadãos.
Se insisto nesta ideia da legitimidade do exercício é para dar nota de que tantas vezes nos perguntamos se não está em crise a representatividade democrática, e eu digo, a representatividade democrática só estaria em crise se os cidadãos não continuassem atentos, se os cidadãos não permanecessem na primeira linha da solução das suas próprias responsabilidades. E é nesse sentido que ao falarmos de Associativismo Popular com visão e com futuro nós exprimimos a esperança, exprimimos a certeza e a determinação de que a força da sociedade portuguesa, a resposta às dificuldades e às crises dever-se-á basicamente ao reforço da cidadania.
Isto leva-nos aos conceitos de bem comum, de interesse de todos de cooperação de cuidado e atenção. É o bem comum que determina a nossa acção e o olhar da sociedade, não como uma sociedade fragmentada, não como uma sociedade abstrata, mas como uma sociedade de valores baseada na consciência do outro e baseada na noção da complementaridade e de entre-ajuda, quando falamos de bem comum, falamos do interesse de todos, nunca esqueço quando assumi a responsabilidades na educação, foi momento em que a UNESCO proclamou como primeiro objectivo Mundial da educação, a educação de qualidade para todos, e esta é uma noção que não podemos esquecer ao falar de bem comum do interesse de todos, e ao falarmos do associativismo e do voluntariado.
É o bem comum, o interesse de todos que estão verdadeiramente em causa, depois a noção fundamental de cooperação, esta noção de cooperação obriga naturalmente a dar e a receber e todos nós sabemos que é essa relação biunívoca que faz a força da solidariedade dar e receber. Luísa da Costa, a grande escritora que nos deixou há alguns meses costumava dizer: "Quando saio da sala de aula eu não sei quem ganhou mais, se fui eu se foram os meus alunos", e ela dizia-o porquê, porque a relação de aprendizagem é uma relação de aprendizagem, de troca, porque a relação social é necessariamente esta relação, Luísa da Costa respondia a maior parte das vezes são os meus alunos os beneficiários, por isso eu sou professora, eles são estudantes, mas tantas vezes são eles que me ensinaram, com a sua curiosidade, com a sua generosidade, capacidade de entender o mundo, são eles que me indicam novos e fecundos caminhos.
Depois duas noções, a noção de cuidado e esta noção de cuidado é uma noção extraordinariamente rica. É uma noção que temos devolvido, designadamente o meu querido amigo prof. Eugénio da Fonseca que também eu saúdo porque é o presidente da minha Confederação, pois bem, quantas vezes falamos desta noção de cuidado. O que é o cuidado? O cuidado é estarmos atentos perante aqueles que estão ao nosso lado, é a capacidade de nos darmos mas, contrariar a ideia de indiferença, a indiferença é o contrário do valor fundamental que temos que prosseguir no voluntariado e no associativismo. É a indiferença que temos que contrapor a essa capacidade do cuidado. E hoje a sociedade apresenta-nos novos desafios relativamente ao cuidado, novos desafios extremamente exigentes, o alargamento da esperança média de vida, a diversidade de situações perante as quais nós nos encontramos, tudo isso obriga a ter um cuidado redobrado. Só há responsabilidade se houver atenção relativamente aquele que está ao nosso lado e pede a nossa ajuda, atenção e cuidado, depois liberdade. Comecei por vos dizer que só há associativismo e só há voluntariado através da liberdade de iniciativa. Pois bem, a Liberdade

é crucial, a Liberdade é na sociedade contemporânea e na democracia que tem que responder novos caminhos aos desafios sempre a Liberdade tem que ser sempre aquilo que Norberto Bobbio dizia, "liberdade igual e igualdade livre". Liberdade igual e igualdade livre é simultaneamente a complementaridade entre igualdade e diferença é compreender afinal o primeiro artigo dos direitos humanos: "todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos". Igualdade não significa igualitarismo, não significa tratarmos todos, como realidades abstratas, não, igualdade é tratarmos todos como seres irrepetíveis, como pessoas, dai que por exemplo da relação educativa ou a relação no domínio da saúde só possa fazer-se se nós nos olharmos olhos nos olhos, dermos uma resposta, aquela pessoa, aquela pessoa concreta ao seu problema que é diferente da outra pessoa.

Liberdade e igual, igualdade livre, igualdade e diferença, esta é a nota fundamental de uma República moderna e não podemos esquecer aquilo que tantas vezes se esquece que é a metodologia da palavra liberdade. Tantas vezes me tenho lembrado, *libertas, libertas*, significa na metodologia antiga da língua latina a qualidade da balança livre quando está destravada, equilibrada e porque está equilibrada esta balança, porque os dois pratos nós temos eu e o outro, eu e o outro, o outro é a outra metade de nós mesmos, não há liberdade sem a tomada de consciência destas duas dimensões e do equilíbrio fundamental entre eu e o outro. De que na saúde ou na educação a relação fundamental e a relação interpessoal, nós podemos ter instrumentos fantásticos, podemos ter os melhores computadores, podemos ter as melhores máquinas, mas a relação fundamental faz-se olhos nos olhos, a relação fundamental faz-se pessoa a pessoa, esta é que é a relação fundamental, esta é que é a força do voluntariado, esta é que é a força da liberdade de iniciativa, esta é que é a força afinal da tomada de consciência da solidariedade.

Por outro lado, temos ainda de entender a força e no sentido daquilo que é a interajuda e a cooperação de que a pouco vos falei, neste momento a sociedade europeia está confrontada perante o problema dos refugiados. O problema dos refugiados é um problema extraordinariamente complexo, é um problema que tem a sua base numa situação extremamente difícil no mediterrâneo oriental, extremamente difícil que obriga a respostas, respostas internacionais, da comunidade internacional, respostas políticas, mas simultaneamente ao efeito que é naturalmente a existência desse terrível flagelo que são os refugiados. Capacidade de os acolher, capacidade de os compreender, mas capacidade também de encontrar respostas integradas uma vez que os refugiados são vítimas da situação de guerra, da situação de instabilidade, da situação de pobreza e tudo isso obriga a resposta da Comunidade Internacional.

Não há amor abstrato da humanidade, há amor concreto às pessoas, esta é que a questão fundamental e nós sabemos isso, sabemos isso a cada passo, sabemos isso nas nossas instituições, sabemos que o difícil é proclamar o grande princípio, o difícil é fazer do exemplo a consequência prática relativamente ao princípio que defendemos. E é nesse sentido que se torna absolutamente, indispensável perceber que a solidariedade, a interajuda, a reciprocidade, o respeito mútuo, a não indiferença tudo isso obriga afinal a compreendermos a sociedade diversa, complexa perante a qual nos encontramos, problemas novos, incertos para responder.

Hospitalidade, a sociedade humana deve de ser uma sociedade capaz de receber, mas de perceber também, que a vida em comunidade é conflitual e por isso temos que prevenir os conflitos, regular os conflitos, não é encarando a sociedade como uma sociedade abstrata até porque etimologicamente a palavra hospitalidade, tem outra palavra bem próxima com a mesma origem, mas sentido inverso, a hostilidade, e afinal temos que prevenir sempre a hostilidade através da hospitalidade, e isto obriga naturalmente a empenharmos ao compromisso, é essa a questão fundamental, ao compromisso e esse compromisso obriga a compreender, obriga a dar e a receber, obriga afinal a percebemos que a sociedade solidaria é uma sociedade de exigência e de trabalho, de empenhamento, de dificuldade.

Sabemo-lo dia-a-dia ao longo da reflecção que agora culmina todos chamaram a atenção para as dificuldades quotidianas, dificuldades quotidianas relativamente ao modo de mobilizar os recursos de chamar atenção para a importância destas actividades e de simultaneamente também de encontrarmos condições para utilizarmos da melhor maneira esses recursos e faze-los chegar a quem deles precisa.

Termino dizendo que a autonomia individual, o bem comum, a cidadania ativa, determinam afinal que olhemos, olhemos a sociedade em que vivemos, como uma sociedade que não pode esquecer a eminente dignidade da pessoa humana, de todos os seres humanos e simultaneamente perceber que a cidadania activa se faz através do empenhamento quotidiano e a tomada de consciência quotidiana daquilo que se põe à nossa responsabilidade, que a responsabilidade é ter resposta, ter resposta humana, justa, relativamente, aquilo que nos é pedido.

Minhas Senhoras
Meus Senhores
Meus queridos amigos

Sabemos as dificuldades, sabemos que o empenhamento, o trabalho, a exigência, ai estão, mas que há esperança, esperança forte, esperança que nos é dada também, pelas raízes, pelos séculos vários da sociedade em que vivemos, e pela capacidade foi sempre, sendo manifestada pelos momentos mais difíceis, pelos nossos cidadãos relativamente aquilo que se lhes pede, serem mais solidários, serem mais conscientes do outro para defender e salvaguardar a liberdade e a dignidade humana.

Muito obrigado!

Nota: Texto editado a partir de intervenção espontânea

Mesa (da esquerda para a direita): José Ribeiro e Castro, Paulo Sousa (FPCMP), Pedro Tadeu (Jornalista/moderador), Adelino Domingues (CMP) e Roque Amaro

PAINEL 1

LEGISLAÇÃO, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PODER LOCAL ASSOCIATIVO E SOCIEDADE CIVIL

SER PARCEIRO SOCIAL É UM ACTO DE JUSTIÇA

PEDRO TADEU
Jornalista
MODERADOR

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO
Advogado
CONVIDADO

Em primeiro lugar, muito bom dia.

Cumprimento a organização do Congresso e as diferentes Colectividades aqui representadas, cumprimento os meus colegas de mesa e cumprimento também os diferentes ramos que estão simbolizados no conjunto de logótipos que nós vimos debaixo do cartaz do Congresso.

E já agora, uma vez que foi a minha relação mais recente, justamente através do movimento 1º de Dezembro que foi iniciado em 2012 e pela relação muito estreita que construímos com as Bandas Filarmónicas e a com a Confederação Musical Portuguesa. O meu instrumento é mesmo só os ferrinhos e a organização. Nós organizamos todos os anos, desde 2012, um grande Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas na Avenida da Liberdade e Praça dos Restauradores no 1º de Dezembro ou no domingo mais próximo até voltar a ser feriado, o que acontecerá já para o ano, e portanto ficam desde já convidados para o Domingo, dia 29 de Novembro numa grande organização com a Câmara Municipal de Lisboa com a EGEAC, que eu agradeço, e que decorrerá na Avenida da Liberdade a partir da Estátua dos Combatentes aos Restauradores entre às 15 e as 17 horas e com Bandas de todo o País.

A realidade destas Colectividades é muito diversa, portanto eu creio que é muito difícil que elas todas possam ser satisfeitas por uma legislação uniforme a não ser a legislação do Código Civil, que nós devemos proteger. Eu creio que o que devemos proteger é o caracter associativo destas colectividades e a sua liberdade civil. Eu creio que isso é um bem precioso, independentemente das relações com o Estado e com as autarquias. Creio que as devemos favorecer, e talvez possa haver afinações no regime das autarquias locais. Eu creio que estas Colectividades, também de diferentes naturezas, se devem ligar mais às autarquias locais do que propriamente ao Estado ou aos departamentos do Estado e, portanto, o Estado deve apoiar as Autarquias locais para que possam apoiar mais estas colectividades. Pode haver outros casos, por exemplo os cineclubes, não tenho experiência mas recordo-me, quando era jovem, que havia muitos cineclubes ligados a universidades e a escolas e portanto aí há uma ou outra capilaridade de base, portanto convinha examinar isso, se há cineclubes escolares ou a nível nomeadamente de escolas secundárias, que têm alunos mais velhos, ou com universidades e portanto aí são umas autarquias de outro tipo, são as autarquias educativas. Talvez valesse a pena examinar mas são coisas muito diferenciadas.

Onde creio que pode haver progressos uniformes é na melhoria legislativa dos instrumentos de cooperação das autarquias com esta realidade, acho que isso deve ser estimulado e no sistema fiscal que falou. O IMI é uma revindicação clássica e eu não compreendo que existam isenções que são inacreditáveis, como por exemplo, os fundos de investimento do imobiliário têm isenções, e há imóveis de interesse público que são titulados como muitos destas colectividades, não só as suas sedes mas às vezes instalações, aliás não sei o que é que se passa nos pavilhões de Casas do Povo, que se calhar algumas ainda têm essas isenções, mas creio que as isenções nomeadamente ao nível do IMI, alguns actos tributários que poderiam ser, tributados, alguns espectáculos públicos, etc., mas se calhar aquilo que já se aplica noutros actos o regime forfetário, simplificava bastante, vê-se consoante o movimento - dados públicos, abertos ao público, às vezes espectáculos, ou outro tipos de actividades - ou então serem isentos. Mas se o Ministério das Finanças resistir à isenção que são espectáculos, pode praticar um regime forfetário, portanto creio que a melhoria do regime fiscal, em geral, seria de facto uma área em que a legislação deveria avançar. A experiência que eu tenho é uma resistência tenaz do Ministério das Finanças, uma enorme insensibilidade. Aliás, para termos uma ideia da insensibilidade do Ministério da Finanças, hão-de se recordar de aqui há dois ou três anos, salvo erro, quando a opinião pública portuguesa conheceu quem era Martin Schulz, que foi líder da candidatura socialista ao Parlamento Europeu e, portanto, poderia ter sido candidato à Comissão Europeia, chamamos-lhe assim, e voltou a ser agora presidente do Parlamento Europeu e quando ele veio a Portugal visitar o parlamento e então foi cumprimentar os feirantes que se manifestavam à frente da Assembleia da República, que com muita razão, reclamavam da insensibilidade fiscal e eu sugeri aí o regime fiscal forfetário, mas ainda não foi adoptado, e que obriga a cada carrinho de choque o pagamento do IVA, a emissão do recibo certificado e, portanto, uma grande burocracia que punha os cabelos em pé, obviamente, aos feirantes, e eu creio que isto é um exemplo, dígamos, da resistência estatutária do Ministério das Finanças, mas creio que não há razão politica para que não haja avanços significativos no IMI e isenção dos imóveis que são usados para fins de interesses públicos que estão reconhecidamente a cargo destas colectividades de diferente natureza e também uma simplificação, dígamos, das relações com o fisco.

Depois também tem sido discutido o regime fiscal do voluntariado mas esse é um problema mais vasto, também tem uma projeção obviamente nesta área.

Esse ponto – que o movimento associativo entre para o Concelho Económico e Social – creio que sim e que há outros conselhos onde o movimento associativo poderia estar também representado. Nalguns casos creio que está, como a Confederação do Desporto que está no Conselho Nacional do Desporto. Eu creio que a reivindicação de que estamos aqui perante um parceiro social e que este deve estar presente num conjunto de instituições de organismos consultivos do Estado, sector a sector, deve ser examinado e reconhecido. E creio que isso poderá ser mais fácil, é uma questão de estas confederações se organizarem e exercerem uma pressão sistemática por projectos legislativos junto dos grupos políticos parlamentares, dentro daquilo que é uma estratégia de persistência. Estas coisas não se conseguem à primeira e água mole em pedra dura, tanto dá até que fura. O mesmo quanto às questões ficais, que eu há pouco referi e na minha experiência parlamentar, houve alguns casos em que eu vi que avançou. Foi aqui referido também questões de direitos de autor e eu acompanhei até como presidente na altura da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, uma reivindicação que tinha a ver com o IVA nos direitos conexos e que acabou por se solucionar mas foi em três rodadas sucessivas. Foi em três orçamentos consecutivos e em três debates. Em 2011 – o orçamento de 2012, em 2012 – o orçamento de 2013 e em 2013 – o de 2014, em que a questão finalmente ficou resolvida porque as Finanças foram cedendo aos poucos e só se conseguiu a solução, nomeadamente, de um passivo de problemas que vinham do passado na ronda final e creio que aqui também era o que deveria ser feito. Felicito a comunicação, não estou de acordo com tudo mas é uma comunicação muito rica, gostava aliás de a poder ler porque é impossível, dada a variedade e a riqueza dos temas que foram abordados, comentar assim de improviso mas creio que, na área fiscal, a sugestão que dou é que trabalhem, até com recurso a um advogado ou fiscalista, propostas que sejam apresentadas aos grupos parlamentares, a todos eles e algum agarrará nisso e isto tem uma janela, que é tendencialmente entre 15 de Outubro e 15 de Novembro – é quando se discutem os orçamentos – e, quanto ao IMI, que se identifique quais são as questões fiscais mais típicas e a ver se conseguem progressos. Creio que isso poderia ser bastante oportuno.

Eu ia comentar um conjunto de intervenções sobre o papel do Estado nesta matéria e até pegando, justamente, nas palavras e nos alertas muito justos e certeiros do Alfredo Cardoso da Conceição na última intervenção e cruzando com a primeira, uma intervenção muito estruturada do Sérgio Pratas, mas que eu creio que encerrava alguns riscos se nós não esclarecemos devidamente a nossa ideia quanto aos limites do papel do Estado nesta matéria. Eu creio, em geral, que independentemente dos segmentos destas associações, clubes, colectividades, a agenda fiscal é de interesse comum. Todas elas têm o mesmo tipo de interesses nas matérias da mesma natureza para que o Estado alivie a carga fiscal e facilite a vida dos dirigentes e das administrações destas variadas agremiações. Mas à parte disto, eu creio que depois as questões devem ser examinadas sector a sector. Por exemplo, o Jacinto Domingos fez uma intervenção muito desenvolvida sobre as associações humanitárias dos bombeiros voluntários e reflectiu, aliás sobre, nomeadamente, o meio urbano, aquele em que ele vive, sobre a evolução que tem e da injustiça de o Estado só suportar 20%, salvo erro, dos custos financeiros dessa associação. E de facto esse é um tipo de colectividade que tem uma função específica muito próxima das IPSS, até se calhar mais exigente. Também faz funções de socorro social e trata

da segurança. Os bombeiros tratam da segurança e a segurança é, por definição, um bem público. E portanto, de facto, essas associações estão tipicamente a substituir-se ao Estado. Não noutras áreas, em que nós devemos, aliás, ter a máxima cautela com a intervenção do Estado, pois como os ingleses dizem "Hands off!", que significa "mãos fora" porque se o Estado mete a mão, começa a apertar e nunca mais tira e começa a regular. Foi o que se passou com as IPSS, eu não conhecia essa legislação nem que já estava nesse extremo mas há alguns anos que isso se começou a passar. Tinham que prestar contas, uma tutela cada vez mais apertada. Depois nos lares o pessoal quer carreiras uniformes. Começa a funcionalizar o regime e às tantas elas perderam por completo a sua liberdade associativa e tornaram-se extensões de prestação de serviços do Estado que mantêm umas réstias de voluntariado e do espírito benévolo que as criou. E isso é com certeza profundamente negativo para a autonomia das instituições. O Sérgio Pratas citou, aliás, no início da sua intervenção, que, repito, estava muito bem estruturada e com muitos pontos com os quais concordo, que a cultura, o desporto, o repouso e o lazer são direitos constitucionais e que o Estado tem de os assegurar. Cautela. Por vezes assegurar é estar quieto e escrever uma lei, por exemplo, a garantir o dia semanal de descanso ou os feriados. Isso é uma forma de o Estado legislar nesse sentido. Não é, necessariamente, organizar actividades ele próprio. Depois disse que face à inoperância do Estado têm sido as autarquias e associações a fazer (e isto ouve-se muito) e eu creio que ainda bem que esses bens sociais são assegurados por determinadas associações que respondem ao impulso dos seus associados e com os apoios das autarquias. Eu considero que é mais saudável para os apoios públicos que eles sejam canalizados através das autarquias locais, que estão numa escala de proximidade com as associações e é mais fácil as colectividades reagirem contra excessos de gerência a uma escala local do que se vierem do Terreiro do Paço, com os mecanismos burocráticos e pesados do Estado. Creio que o ideal é que nós sejamos fiéis também no ideal de organização à expressão "movimento associativo popular". Isto é um movimento, não é um regimento ordenado a partir do Estado. Isto é uma associação, não são impulsos de públicos e são populares, isto é, decorrem do impulso popular de base. Depois, nalgumas áreas pode haver zonas em que estas agremiações entram por áreas de prestação de serviço público somo é o caso das IPSS, dos bombeiros ou outro e portanto o seu convívio com o estado torna-se cada vez mais próximo e intenso e isso representa um risco. Torna-se muito difícil assegurar isso, mas isso tem também a ver com as transformações da sociedade, não só por causa das questões do emprego, mas pelo tipo de novos serviços para que os bombeiros estão a ser solicitados e também as questões da profissionalização, que são desafios novos destas áreas, que têm a ver com necessidades públicas de 1º grau. Uma recomendação que eu faria é que o movimento associativo popular vele de uma forma impecável e exigente por um princípio que é o da subsidiariedade, ou seja, o que puderem desempenhar sozinhos, livremente, com os seus recursos, apenas com o apoio das autarquias é óptimo. Isso é a melhor garantia de que as bandas filarmónicas tocam as músicas que querem e não os hinos que lhes mandam tocar. Porque o Estado é assim, onde põe a mão, não larga. E que nas zonas de convívio com o Estado, que tem a ver com a importância social que esse movimento tem, procurem velar pela sua esfera de autonomia e de preservação.

Muito Obrigado!

Nota: Texto editado a partir de intervenção espontânea

ROQUE AMARO
Professor Universitário
CONVIDADO

O Professor Roque Amaro desenvolveu o conceito de Economia Solidária em contraposição e complementaridade com a Economia Social, esta redutora, dentro do conceito de Economia, por se preocupar especificamente do aspeto económico propriamente dito, na incapacidade de edificar a vida e respeitar o ambiente.
"Estamos hoje a assistir a uma crise da democracia representativa, que precisa de ser revitalizada, precisa de ser fecundada, nomeadamente como forma de participação mais próxima das populações".

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

AUGUSTO FIGUEIREDO
Escola de Música da Asseiceira
DELEGADO

Augusto Figueiredo – Escola de Música da Asseiceira, afirmou que sem nós, Dirigentes e Colectividades, o País seria mais triste e mais cinzento. Defendeu o relacionamento entre o Poder Local e o Movimento Associativo, considerando que estes estão condenados a entenderem-se, por que são poderes assentes na proximidade às populações, têm objectivos comuns.
Será um acto de inteligência do Poder Autárquico, trabalhar em rede com o MAP, para um melhor território.

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

ALFREDO CARDOSO
Associação de Solidariedade Social Cultural e Recreativa de Sta. Maria de Braga

DELEGADO

Caros/as Amigos e Amigas

Há mais mundo associativo para além deste movimento associativo, que hoje, pretende neste conclave balizar fronteiras e ir mais além na produção da doutrina, que evita confusões e principalmente afirma a sua independência em relação aos partidos, mas particularmente em relação ao Estado.
A nossa participação neste evento decorre de sermos uma IPSS, que nos seus objectivos e âmbito, para além da Solidariedade tem inscritas a cultura, o desporto e o lazer entre outras. Porém acho que quem analisa o movimento associativo não tem dúvidas que as IPSS, de uma forma geral tratam a solidariedade e as outras componentes são parentes pobres desta vida associativa, sendo que, muitas destas Instituições não descuram a cultura, o lazer e o desporto, não só para os utentes, mas também para os associados.
No entanto, é claro, que as componentes estatuárias para além da solidariedade, não se encontram fechadas, tendo em conta a escassez de recursos a elas destinadas.
Ora, o movimento associativo português sendo tão rico, diverso e plural, tem de encontrar formas de representação institucional que cubra, se possível cubras todas as vertentes, acrescentando à economia social e solidária, que tem já assegurada representação Institucional, esta economia de dinâmica não capitalista, afirmando a sua importância na economia nacional e libertando todo o seu potencial no actual contexto económico e social.
Amigos e amigas;
Não à democracia que resista à inexistência de uma sociedade civil, forte e independente, que questionou a todo o momento, qual será, por exemplo, o nosso papel nas oportunidades do Programa Portugal 2020, que importância teremos na definição de políticas públicas e encontrar a este nível, particularmente junto do Poder Local, sinergias, para o desenvolvimento de actividades centradas nas pessoas que evitem que todos façam o mesmo, apenas porque algumas Instituições e Poderes, tem muitas necessidades de fazerem Prova de Vida.
Poder-se - á afirmar que ao longo dos últimos séculos, o movimento associativo tem desempenhado um papel determinante na defesa dos seus associados, poder-se-á também afirmar que a falta de memória colectiva e associativa, tem levado nos últimos anos, a serem colocados em causa muitos dos direitos e valores associativos e por isso terão de ser travados novos e renovados combates em prol do fortalecimento das nossas colectividades, com a ideia de que hoje não nos poderemos desligar do impacto brutal que assumem as novas formas de comunicação, paradigma que coloca outros problemas, designadamente, aquele que define que a acção e tempo em movimento e as profundas crises em algumas identidades, associadas á amnésia histórica que se força todos os dias, não ajudarão em nada ao nosso papel na consolidação de Estado Social.
Não temos dúvidas em afirmar que, no respeito dos nossos diversos graus de desenvolvimento (grandes e pequenas associações) tem nascido novas formas de organização e de associações que se libertam do arcaísmo das fórmulas tradicionais e foram capazes de se reinventarem e de perceberem os sinais dos tempos, dando um contributo inestimável e impagável à modernização da Sociedade.

Muito obrigado!

CÉSAR OLIVEIRA
Associação das Coletividades de Vila Nova de Gaia

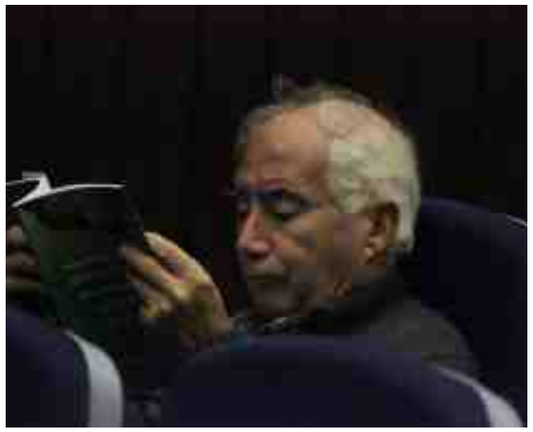
DELEGADO

Senhor Presidente, senhoras e senhores congressistas,

Vive o Movimento Associativo em particular e a sociedade portuguesa em geral, insuficiências de personalidade e reconhecimento, faltas de meios e caracterização que interessa refletir e evidenciar nesta e noutras abordagens de maior proximidade com vista à resolução de muitos problemas que afligem o dia a dia dos dirigentes associativos e dos diversos agentes do poder instituído em Portugal.
Assim reveste-se da maior importância as relações com o poder local autárquico na interligação que este Poder pode proporcionar quer nas parcerias que possa estabelecer com as Associações quer nas pontes que possibilitem a proximidade com outros poderes, especialmente com a Administração Central.
Discute-se muito no Poder Local que as Associações não devem ser subsídio-dependentes que pelo contrário devem procurar as suas sustentabilidades, estamos completamente de acordo, mas também pensamos e provamos no dia a dia da nossa atividade que somos credores junto dos vários poderes, pelos serviços que praticamos em favor do coletivo, com atividades desenvolvidas de cultura, recreio, desporto e consequentemente por nos mantermos ativos, prestamos apoio Social aos nossos sócios e suas famílias que muitas vezes atingem dimensões de grande alcance e sensibilidades.
Penso ser indiscutíveis estes créditos, ora se assim é, não será justo que o Poder Local possa criar mecanismos de compensação financeira de forma a que as Associações possam fazer face a custos de logística e investimento material? Não será suficiente pela parte das Associações, Dirigentes, Associados e Colaboradores, o trabalho benévolo que desenvolvem todos os dias e a toda a hora? E se juntarmos a essa disponibilidade o prejuízo pelas suas ocupações pessoais e profissionais e até financeiras que distendem?
Somos claramente credores e muito merecedores não na lógica do subsídio mas sim das compensações que possam ser protocolizadas com as nossas Coletividades na lógica realista que somos parceiros insubstituíveis para pelo menos ajudarmos a ter as nossas comunidades mais desenvolvidas, mais justas e solidárias.
Nesta oportunidade, faz bem lembrar que neste universo, somos mais de 30.000 associações e cerca de 400.000 dirigentes e também faz bem lembrar que geramos com as nossas atividades um movimento e criação de riqueza com larga expressão na nossa economia, também faz bem lembrar que trabalhamos benevolamente para que o Estado crie e cobre taxas sobre matérias muitos discutíveis que carecem urgentemente de ser revistas.
Não é neste tema que estou abordar, que caberá referir a especificidade dos articulados legais existentes como sendo o do Dirigente Associativo, consignado no dec. Lei 20 de 5 de Junho de 2004 mas tenho de afirmar que é claramente insuficiente ou incompleto e carece urgentemente de ser ajustado e implementado e agilizado nomeadamente junto dos parceiros sociais, pois caso contrário corre-se o risco do Movimento Associativo se ir desmembrando, lembro estarmos no início de mais uma legislatura e teremos de lembrar e recorrer ao trabalho dos senhores deputados de todas as sensibilidades políticas que têm de nos ajudar, não basta dizê-lo nas campanhas eleitorais têm de fazê-lo no exercício das suas legítimas competências. O dec. Lei 34/2003, confere ao Movimento Associativo português o estatuto de parceiro social, mas falta a definição e aplicação do articulado respectivo. Neste mesmo decreto lei, foi consignado o dia 31 de Maio como o Dia Nacional das Coletividades que é o mesmo que dizer o dia de todos os dirigentes associativos, procuremos valorizá-lo com ações de diversa ordem, mas que envolvam o povo das nossas comunidades em ambiente de festa e que tenham repercussão junto dos órgãos de informação.
Por outro lado, permitam-me senhor presidente e

senhores congressistas, lembrar a todos os dirigentes associativos que temos de estar no exercício das nossas competências, acima da política partidária, não procurando dividendos para as nossas simpatias políticas, mas sim para o exclusivo interesse das nossas Associações.
Represento a Associação das Coletividades de Vila Nova de Gaia e suas Associadas, estão aqui 45 Delegados de V. N. de Gaia, um Concelho que acolhe mais de 350 Associações Culturais, Desportivas, Recreativas e Sociais que procuramos interpretar e representar na plenitude de que são os seus interesses e objetivos, independentemente de serem sócios ou não e nesta sequência, apresento as nossas disponibilidades para todos juntos conseguirmos um melhor e maior Movimento Associativo para Portugal em todas as áreas que todos os dias abraçamos.

Viva o Movimento Associativo, viva Portugal.



CLEMENTINA HENRIQUES
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

Sustentabilidade e Financiamento do MAP "Subsídio dependência"; realimentação da E. S.; Portugal 2020;

É comum, ainda, ouvir referenciar os ativistas do MAP, os DAV, como uns tantos "carolas" que, vivendo de subsídios, animam algumas coletividades.
Esquece-se que esses "carolas", de acordo com uma análise produzida sobre uma amostra suportada nos Relatórios e Contas dos anos de 2009/10/11, com um IC de 95%, as movimentações financeiras das 30.000 colectividades existentes em Portugal, rondaram os 33 mil milhões de euros.
Infere-se, com base nos dados, reais, que 87% são receitas próprias (decorrentes de atividades estatutárias); 0,85% são receitas privadas e 12,15% receitas públicas. Destas mais de 95% são receitas provenientes de contratos programa celebradas com autarquias.
Ou seja, os ditos "carolas" que afinal são pessoas cada vez mais qualificadas e com competências, gerem, sob uma matriz de voluntariado benévolo, um Movimento que não é subsidiodependente, mas um contribuinte líquido do OE, com pagamento de impostos diretos e indiretos que suporta e induz.
Tenhamos em conta que as actividades associativas, mesmo as exclusivamente estatutárias, são tributadas a 23% IVA, que o emprego gerado paga IRS, que as entidades estão sujeitas a IRC como qualquer unidade da economia produtiva, a TSU, o IMI, e outras taxas e licenças aplicáveis, pode-se afirmar que o associativismo, para além da importância social, por todos reconhecidos, é um dinamizador da economia local, regional e nacional, assumindo um papel insubstituível na economia e na sociedade.
A dependência financeira do MAP, relativamente aos poderes públicos, não é real. Não há dependência há cooperação e trabalho em parceria. Seria bom a inversão do discurso, e a consciencialização de que as verbas descentralizadas para o MAP não são um custo mas um investimento, gerador de bem-estar, promotor de qualidade de vida e de inclusão social. O seu retorno pode ser observável em termos quantitativos, qualitativos e de impacte.
A vitalidade do MAP não é compaginável com políticas agressivas e constrangedoras que, continuadas, podem por em causa a sua sustentabilidade. Estas organizações tem de ser financiadas tanto a nível de lógicas de investimento como em medidas de criação de liquidez, fundamental para a viabilização de candidaturas a projetos, nacionais e/ou comunitários, muitas vezes, para colmatar atrasos em reembolsos e liquidação de compromissos celebrados com entidades públicas.
Se, por um lado, há consciência das dificuldades, de âmbito financeiro, que dificultam um trabalho mais eficaz, há perfeita noção das oportunidades que em termos globais existem. Por exemplo o Quadro Comunitário em vigor. Vulgo **Portugal 2020.** Porém, lembro que as oportunidades existentes são seletivas. Quer pelo grau de exigência de competências, que grande parte das associações não possuem, quer pela complexidade dos processos de candidatura, quer, ainda, pela tesouraria necessária para arranque dos projetos. Reitero que esta oportunidade é seletiva, não abrange todas as necessidades, nem se aplica a todas as instituições.
Fundamental refletir sobre a estratégia de sustentabilidade. E nesta lógica é preciso garantir o acesso ao financiamento mas procurando equilíbrios, evitando endividamentos. Há alguns recursos, disponíveis, fontes de financiamento privado, que, conjugados, em parcerias ou protocolos, podem materializar uma eficiente e eficaz resposta: falo da **Criação de linhas de crédito para o MAP,** tanto de tesouraria, de curto prazo, como de investimento em equipamentos para respostas sociais, a juros controlados, onde as instituições financeiras teriam um papel estruturante no progresso das organizações da Economia Social. Numa ação sistémica, intervinham, por um lado resolvendo e/ou apoiando na solução de problemas, por outro, fortalecendo a sua rede de clientes, parceiros preferenciais.
Esta dinâmica já é utilizada com alguns atores da economia social e com bons resultados. Pois que seja uma boa prática a disseminar pelas diversas organizações do setor. Creio que este pode ser um jogo de soma positiva, onde todos ganham. Instituições financeiras, falo claramente das parceiras da Economia Social, ganham as entidades, com menores constrangimentos ao financiamento, ganha a comunidade com o alargamento de produtos e serviços emanados do MAP e que o poder político não oferece.
Mas a sustentabilidade não se consegue, apenas, organizando o lado da receita. E em termos da despesa, e nomeadamente na estrutura de custos fixos, áreas existem que não dependem dos modelos de gestão e organizacionais das nossas entidades. São imperativas políticas públicas que descriminem positivamente este movimento. Poderia lembrar, por exemplo, a redução dos custos energéticos, das taxas de resíduos sólidos urbanos, bem como todo o tipo de licenças obrigatórias; a redução do IVA no MAP, sobretudo nas atividades estatutárias exclusivas a sócios, como a prática desportiva, cultural e/ou recreativa, fundamentais a uma vida saudável, e em espetáculos próprios. E porque não a Isenção do **IMI e** de **IMT** na aquisição de imobiliário para atividades próprias do MAP? E a **regulação da avaliação Patrimonial** de modo a que os valores patrimoniais tributários do imobiliário não sejam superiores aos valores praticada no mercado? A sustentabilidade do MAP não passa por atribuição, pontual, muitas vezes arbitrária de apoios. Passa pela definição de políticas concretas, viáveis, justas e equitativas que viabilizem e dignifique a grandeza do trabalho desenvolvido por estas organizações.

FERNANDO VAZ
Liga dos Amigos das Minas de São Domingos
D E L E G A D O

O ASSOCIATIVO POPULAR E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

Numa sociedade democrática, as organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção da solidariedade, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania.
Por isso, após um longo período de repressão, foi após o 25 Abril de 1974 que foram criadas mais de metade das 30.000 Colectividades existentes no nosso País.
Pelas suas características e natureza, o Movimento Associativo Popular desenvolve as suas actividades e iniciativas com uma grande proximidade às populações. É por isso e por si só, um grande potencial de denúncia de problemas, de esclarecimento e mobilização, com capacidade para promover, organizar e liderar movimentos e luta reivindicativa para a solução dos problemas concretos das comunidades onde se insere.
Esta capacidade de organização e de luta em torno de problemas concretos, é o caminho para a consciencialização das populações para os problemas de âmbito mais geral que interferem com as suas condições de vida. Mas mesmo com esta acção insubstituível das Colectividades, *Como disse Karl Marx, as mudanças na sociedade ocorrem a partir da ebulição dos movimentos sociais.*
Com a conquista da liberdade, outras formas de associativismo se têm vindo a constituir, com mais ou menos formalidade, mas igualmente como exercício de cidadania. Outros Movimentos Sociais, colectivos que se organizam em redor de problemas e objectivos específicos, tais como a defesa da gestão publica da água, pela qualidade dos transportes ou do sistema de saúde, do ensino público, defesa da Paz, defesa da Constituição da República, da Democracia, defesa das conquistas de Abril.
Por isso, nós, Dirigentes Associativos, não nos devemos desligar do mundo que nos rodeia, daquilo que está em volta das nossas Colectividades, das nossas Associações, dos nossos Clubes.
Dispomos do nosso campo de intervenção, que pode sair reforçado, se nos aliarmos a outros movimentos, integrar e interagir com outros grupos organizados ou espontâneos, com outras famílias associativas, criando sinergias na procura de mudanças, nas reivindicações específicas em que as populações locais se revejam, ou nos objectivos que nos sejam comuns.
A prática tem vindo a demonstrar que com a nossa acção aliada a outros movimentos é possível contrariar medidas ou desejos de poderes instalados que defendem interesses que não os nossos, enquanto Dirigentes Associativos, enquanto cidadãos conscientes e activos.
O reforço e valorização do Movimento Associativo Popular estará tanto mais ao nosso alcance, se não nos isolarmos uns dos outros, se nos unirmos, com respeito pelas nossas diferenças, pelas autonomias.
Colectividades, Associações, Clubes, Movimentos Informais, somos todos Associativismo.
A organização que esteve na base deste Congresso, é disso exemplo.

Bom trabalho!

JACINTO DOMINGOS
Associação Humanitária de Bombeiros
Voluntários de Algueirão – Mem Martins
D E L E G A D O

O FUTURO DAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E O SEU FINANCIAMENTO.

Exmos senhores e senhoras congressistas, entidades convidadas, entidades organizadoras do congresso, dirigentes, colaboradores do movimento associativo.
A todos muito bom dia.

– É para mim uma honra intervir neste congresso.
Começo por referir que, as associações de bombeiros voluntários, nem sempre são vistas como fazendo parte do movimento associativo popular e de base, o que é um erro, uma vez que as mesmas são criadas e extintas, na base dos mesmos princípios de qualquer outra associação, a grande diferença, é serem detentoras de um corpo de bombeiros com autonomia operacional que é gerido por um comando próprio em cada associação.
As associações de bombeiros voluntários, são um dos principais elos da proteção civil em Portugal.
São chamadas para as situações mais díspares, desde uma situação de calamidade pública, até à retirada de um gato duma árvore ou de um telhado.
– 435 Associações Humanitárias;
– Mais de 30.000 bombeiros no quadro ativo;
– Cerca de 30.000 bombeiros nos quadros de Reserva e de Honra;
– Cerca de 1 milhão de sócios;
– Mais de 4.500 dirigentes voluntários e benévolos, dos quais 2.150 são órgãos executivos.
É esta a constituição deste segmento do movimento associativo popular e de base.

O FINANCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS E OS SEUS CORPOS DE BOMBEIROS

– Diz-se que o financiamento das associações humanitárias, enquanto detentoras de corpos de bombeiros voluntários, assenta prioritariamente em três vetores fundamentais – O poder central – O poder local e a sociedade civil
– Desde 2007, com revisão em 2012 e até este ano, as corporações de bombeiros estavam a ser financiadas por uma solução provisória, o "PROGRAMA PERMANENTE DE COOPERAÇÃO", que herdou o apoio anterior que assentava em algumas vertentes, como o pagamento da segurança social dos profissionais das associações por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil.
– Há muitos anos que, em congressos, reuniões, plenários, encontros e até individualmente, que as associações de bombeiros, reivindicavam uma lei de financiamento que lhes garantisse as condições adequadas para assegurarem o socorro às populações e lhes permitisse uma gestão financeira equilibrada, com padrões de qualidade compatíveis com as exigências dos dias de hoje, duma população mais exigente, mais conhecedora e ciente dos seus direitos.
– Esta nossa reivindicação, levou a que diversos membros dos governos, ano após ano, tenham vindo a prometer legislação sobre o financiamento das associações detentoras de corpos de bombeiros.
– Instituições que, asseguram o socorro de pessoas e bens, inseridas nas populações locais, as quais sentem um carinho muito grande por esta atividade, pelos homens e mulheres "os bombeiros", que estão sempre disponíveis para fazer o bem, sem pedir nada em troca. As populações têm uma confiança, que diria ilimitada e de gratidão para com os seus bombeiros.
– Esta nossa reivindicação, não tem sido fácil e tem sido sistematicamente esquecida por quem de direito, o governo, que na altura dos fogos florestais e das calamidades públicas, chora lágrimas de crocodilo, esfolhando um rol de promessas, que são logo esquecidas assim que passam as ocorrências.
– Recentemente foi publicada legislação sofre esta matéria que deixa tudo mais ou menos na mesma e que em alguns casos ainda agrava a situação.
É minha opinião.

Que a legislação publicada e anunciada com popa e

circunstância, é insuficiente porque se limita a aspetos financeiros, deixando tudo na mesma ou pior e não clarifica por parte estado, o que quer dos bombeiros voluntários e das suas associações.

– É necessário encontrar-se outra formulação da lei que, salvaguarde a atualização dos apoios financeiros e que impossibilite a sua diminuição nos anos futuros.

Sendo esta uma atividade constitucionalmente da responsabilidade do estado, não se percebe que o estado só financie 20% das necessidades financeiras das associações através do orçamento do estado, tendo que as mesmos procurar captar os outros 80%, do financiamento necessário e imprescindível para a atividade operacional de apoio a pessoas e bens, junto de outras entidades e da sociedade civil.

– O envolvimento dos destinatários desses apoios, as Associações Humanitárias de bombeiros Voluntários, não foram suficientemente ouvidas na legislação publicada.

– Efetivamente, os destinatários, deveriam de ter sido mais ouvidos, convidados a dar sugestões, ou seja, convidados a participar mais num assunto que é estruturante e pode levar, ou não, as associações a poderem programar melhor a sua estrutura, programar os seus investimentos, no fundo, programar melhor toda a atividade do corpo de bombeiros, para estarem melhor preparados para as situações de emergência.

– Os bombeiros, que dão tudo quanto podem, muitas vezes a própria vida, não podem, não devem, não é justo, é uma aberração, andarem a mendigar de porta e porta, para conseguirem ter meios operacionais para poderem socorrer e acudir às populações e bens em perigo.

– Nós recusamos essa ideia, nós lutaremos com todas as nossas forças para que a situação se altere.

O FUTURO DAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

– A questão do futuro das associações de bombeiros voluntários, é uma matéria que me apaixona e me faz pensar.

– Não tenho dúvidas que as associações de bombeiros se irão manter.

– Agora se, com este tipo de cariz voluntário e de solidariedade, emanadas da vontade popular, é que se me coloca algumas interrogações.

– Será que este tipo de associações irão manter a matriz popular que as caracteriza, ou se pelo contrário evoluem para associações mistas ou mesmo profissionais.

– Será que elas, as associações, ainda estão ligadas ou continuarão ligadas às populações, ao meio que as envolve, como acontece hoje, ou se pelo contrário, se estão a transformar em prestadoras de serviços na área do socorro e apoio às populações, (Muitos serviços de apoio ás populações, por insuficiente financiamento do estado, já estão hoje ser pagos pelos utentes, como por exemplo a maioria dos transportes de doentes não urgentes).

– Será que as associações de Bombeiros voluntários, não são hoje na sua maioria, detentoras de corpos de bombeiros mistos.

– Será que, a sociedade moderna, com as dificuldades de emprego, a emigração dos jovens, os ataques sistemáticos dos diversos governos aos direitos dos trabalhadores na área do emprego, dos salários, da saúde, a repressão e tantos.

outros casos, não está a ter uma influência negativa e determinante no voluntariado.

– Será que, com este panorama, a sociedade civil consegue continuar a alimentar o voluntariado dos corpos de bombeiros.

Esta situação social cria dificuldades.

– Que disponibilidade mental tem uma pessoa, que está desempregada, sem dinheiro para pagar as suas obrigações, alguns deles com processos de despejo, alguns com duplo emprego para conseguirem pagar as suas obrigações, todos mal pagos e sem direitos, explorados e com dúvidas e preocupações com a continuidade do seu emprego.

– Quantos trabalhadores hoje, que não sejam empregados nas camaras ou empresas por elas tuteladas, saem do seu local de trabalho para responder a uma chamada de emergência.

– Com esta realidade, onde sobra disponibilidade mental ou tempo para o voluntariado,

– Estas e outras questões, na minha modesta opinião, têm que ser tratadas, discutidas, aprofundadas e encontradas soluções justas.

– Efetivamente hoje, as grandes associações nos grandes centros urbanos e não só, são entidades mistas, o nº de funcionários a tempo inteiro aproxima-se ou ultrapassa mesmo o nº de voluntários, que não sejam do quadro das associações.

– Aliás, essa é uma realidade que se vem acentuando e tende cada vez mais a ter essa configuração.

Concluindo

– **Sobre esta matéria** não tenho respostas nem certezas.

– O que sei, é que estamos numa encruzilhada complexa.

– Ou mudamos a sociedade em que vivemos, fazendo uma rutura com o passado ou a situação tende a agravar-se.

LUCAS SERRA
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

Muito obrigado à CPCCRD pela oportunidade de intervir neste Congresso. É para mim uma grande honra e começo por dizer que tenho um aspecto comum ao Dr. José Ribeiro e Castro: já estive, como ele, do outro lado da barricada e também já fui dirigente associativo. Neste momento não sou mas, para aqueles que não me conhecem que serão a maioria seguramente, eu sou a pessoa que durante muitos anos fui responsável pela cobrança de direitos de autor na SPA e, como tal, tive oportunidade de contactar com a Confederação e com diversos dirigentes associativos, que me manifestaram as suas preocupações e me elucidaram sobre a realidade das associações, que eu não conhecia tão bem.

Quero chamar-vos a atenção para um aspecto que é muito importante e que é a necessidade de cumprimento das obrigações no respeitante quer a Direitos de Autor, quer a Direitos Conexos, sendo que esta última é uma realidade relativamente recente. O Direito de Autor é um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artº 27º e também na Constituição da República Portuguesa, no artº 42º. Nem sempre é entendido pelos dirigentes associativos que, dadas as suas características de gente com muita abnegação, muito altruísmo e também com uma dose muito grande de filantropismo dirige as associações, aliás como já aqui ficou sobejamente dito e demonstrado. E como nem sempre isso é compreendido, algumas vezes caiem-se em situações desagradáveis, que eu tive oportunidade de constactar directamente, também como advogado, que é serem alvo de processos judiciais, cíveis e até criminais. Tive oportunidade de assistir, já há

bastantes, anos à situação desagradável do julgamento de toda a Direcção de uma associação do interior do país, que estava acusada criminalmente pela prática do crime de usurpação de obras protegidas pelo Direito de Autor. Há que ter cuidado e precaverem-se contra isso porque efectivamente a Lei assim o diz e nem sempre há consciência de que se está a violar a Lei. Há um princípio fundamental que é a necessidade de autorização dos detentores de direitos, dos autores ou dos seus representantes, dos conexos também – como há pouco fiz referência e sublinho este aspecto, porque é uma realidade relativamente recente com a qual os senhores não lidavam antigamente. Há portanto uma necessidade imperiosa de obterem essa autorização, para que nas vossas colectividades se possa utilizar obras musicais ou dramático-musicais que são aquelas que mais comumente são utilizadas. E não havendo essa autorização pode-se cair na situação de tipificação de um crime, que vem previsto no Código do Direito de Autor.

Por outro lado chamo-vos também a atenção para um aspecto que muitos de vós não conhecem e que vos é favorável: é que se por um lado eu disse que existe a necessidade de autorização dos autores e que essa autorização se presume onerosa relativamente à grande maioria das utilizações, relativamente ao teatro representado por amadores a presunção é que não é onerosa – e sabe-se que existe um número muito significativo de associações dedicadas a este género cultural. Neste caso há que fazer valer os vossos direitos, os senhores podem fazer valer, devem fazer valer essa presunção a vosso favor e aqui contrariamente aos interesses das entidades que representam os autores das obras representadas.

Um outro aspecto que vos é favorável, fruto de legislação recente – estou-me a referir à Lei 26/2015, de 14 de Abril, e ao seu artº 29º, nº 4 – as Entidades de Gestão Colectiva devem estabelecer nos seus regulamentos tarifas especiais reduzidas a aplicar a pessoas colectivas de fins não lucrativos quando as respectivas actividades se realizem em locais cujo acesso não seja remunerado. Tal acontece num número muito significativo de situações que ocorrem no seio das colectividades de cultura e recreio e os Senhores podem também, e devem, fazer valer esta norma junto daquelas entidades.

Outra situação contemplada na mesma Lei, de que não vou alongar muito mas que daria para falar durante mais tempo, prende-se com factos com os quais eu fui frequentemente confrontado e que é o seguinte: muitas vezes alguém nas colectividades conhece algum autor, ou titulares de direitos, os sucessores dos autores no caso deles já terem falecido - ou próprio autor é membro da colectividade – e por esse facto estaria em condições de conseguir uma tarifa mais favorável para a utilização das respectivas obras, para aquela actividade. Pois bem, as Entidades de Gestão Colectiva criaram um espartilho enorme, através de disposições estatutárias, relativamente à liberdade que estes titulares de direitos (não) têm, que impedem que o autor estabeleça directamente com a colectividade a tarifa que entenda mais conveniente e que melhor defenda os seus interesses. Neste momento e também em consequência da mesma Lei que acabei de citar (nº 5 do artº 31º), estas entidades já não podem impedir o autor, ou titular de direitos, de negociar com a colectividade a tarifa que este entenda ser mais justa para si, sem haver possibilidade daquelas interferirem como intermediárias do autor na situação em concreto.

São estes aspectos que desta forma breve gostaria de vos alertar, chamando-vos também a atenção para a necessidade de se unirem em torno da Confederação, no sentido de conseguirem tarifas mais favoráveis, independentemente daquelas que a Lei obriga. O protocolo existente foi denunciado, já recomeçaram as negociações e é importante que os senhores se unam em torno da Confederação e lhe deem o apoio necessário, para que seja estabelecido um outro protocolo mais favorável aos vossos interesses.

LUÍS QUINAZ
Revisor Oficial de Contas
Federação Portuguesa de Ciclismo
DELEGADO

A busca da excelência levou a que as Associações tivessem que procurar nas **Boas Práticas da Gestão Empresarial**, os elementos de inspiração para a adopção de procedimentos para as suas finanças. Nesse sentido, as bases conceptuais da **Gestão Financeira de uma Associação**, que se pretende actual e dinâmica, terá que assegurar:

(i) Horizonte temporal – **Do** foco no passado, **para** uma Visão e estratégia assente no futuro da Associação;

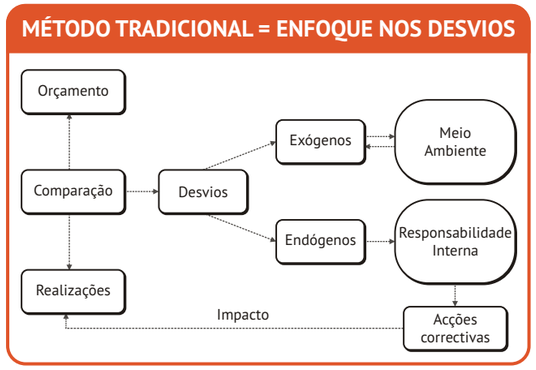
(ii) Origem da informação – **Das** bases internas (foco na contabilidade), **para** os dados internos e externos, financeiros e não financeiros;

(iii) Modelo organizacional – **De** uma ferramenta meramente financeira, alimentada por dados contabilísticos, **para** um Instrumento de gestão estratégico, envolvendo toda a Associação.

O **Modelo de Controlo Financeiro da Actividade Associativa**, no que concerne às tarefas conducentes à elaboração do **Orçamento Anual**, tradicionalmente é caracterizado por um conjunto de tarefas que devem ser feitas, mas nem sempre se identifica quem as possa realizar. O novo modelo de gestão de uma Associação, destaca o momento de elaboração do Orçamento como uma **vantagem competitiva única** na tomada de decisão, reduzindo a incerteza e influindo na acção, melhorando a comunicação em tempo real e reforçando a confiança dos seus Associados. É esse o momento para serem ouvidas as necessidades / vontades dos Associados, aproveitando a ocasião para envolver e motivar a equipa Associativa.

O **Plano de Actividades / Orçamento de uma Associação** deve fornecer as bases para ser aferido o seu desempenho, devendo integrar: (i) um plano de actividades futuras; (ii) uma antevisão do que deverá ocorrer no âmbito dos objectivos gerais da Associação; (iii) constituir um programa-compromisso do que se pretende realizar, bem como as metas a serem atingidas.

Enquanto instrumento de avaliação, o Plano de Actividades\Orçamento deverá balancear as responsabilidades versus desempenho. Nesse sentido o sistema de controlo é, e deve ser, um instrumento de apoio à tomada de decisão, ou seja, evitando-se o processo automático de projecção de verbas, aplicadas indiferenciadamente às diferentes rúbricas de rendimentos e gastos, num + x% ou - y%.



Contudo, a actual realidade revela que não será raro identificar um conjunto de dificuldades de fundo no processo de elaboração orçamental, como sejam: ausência de objectivos; ausência de planos de acção; detalhe excessivo; ausência de negociação (na definição dos objectivos); orçamentos cortados ou almofadas orçamentais! Independente do referido, todos deverão concordar na valia de se poder planear um rumo para o desenvolvimento coordenado das actividades de uma Associação e assim lembrar *Séneca* quando referiu: "**Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir**".

É recomendável que o plano de acção de uma Associação contenha: (i) Resultado desejado\definindo os objectivos pretendidos; (ii) Diagnóstico da situação actual; (iii) Identificação de possíveis alternativas na actividade; (iv) Decisão a tomar e recursos a afectar

\Selecção tendo por base: Probabilidade de sucesso; Recursos necessários; Potenciais obstáculos.
Concomitantemente a estrutura do Orçamento anual de uma Associação deverá ter presente: (i) As bases conceptuais enquadrando as grandes linhas programáticas; (ii) As Acções \actividades; (iii) O modus de monitorizar e controlar.
A gestão estratégica de uma Associação é um processo contínuo, porque a estratégia definida nem sempre coincide no tempo com a estratégia pretendida, devido nomeadamente aos impactos exógenos à Associação, como sejam as constantes mudanças verificadas na sociedade e na política vigente.
O papel desempenhado pelas Associações é gigante, e a responsabilidade de assegurar a sua continuidade não é menor. Será então oportuno citar *Warren Buffett*, quando refere "**Alguém está sentado na sombra hoje porque alguém plantou uma árvore há muito tempo**".
Em face do supra referido, fica justificada a necessidade da adopção tempestiva de práticas Associativas harmónicas na gestão financeira, de modo a: Analisar e gerir a mudança; Traçar as vias de desenvolvimento coerente; Melhorar o nível de actividade, nomeadamente a satisfação das necessidades dos Associados; Permitir a integração da Associação; Servir de instrumento de aprendizagem.
Enquanto **factores críticos de sucesso** na implementação deste processo, que se pretende de **melhorias continuas**, poderíamos elencar a Comunicação, Envolvimento e Monitorização. De forma a garantir informação de gestão básica e credível é essencial promover e assegurar uma adequada monitorização do sistema de controlo interno. A monitorização do sistema de controlo interno, pode ser conseguida através de: recursos internos, ou recursos externos, desde que assegurada a alocação de recursos humanos com as necessárias competências, conhecimento e experiência, de forma eficiente. Este processo é realizado e alimentado com a ligação directa à realidade contabilística da Associação, ou seja, interagindo com o seu plano de contas e respectivo valor.
A este Modelo de Gestão Associativo, podemos listar os seguintes atributos: Instrumento de descentralização, Instrumento de planeamento, Instrumento de motivação, Instrumento de coordenação e Instrumento de avaliação.
Para além das vantagens que decorrem deste processo, urge salientar, determinadas obrigações de reporte legal, que as Associação estão compelidas.
Com a publicação do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as **entidades do sector não lucrativo** (ESNL), e que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), foram criadas regras próprias, às entidades que: (i) Prossigam, a título principal, actividades sem fins lucrativos; (ii) Não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro directo; (iii) sejam designadamente Associações, Fundações, Clubes Federações e Confederações. Neste contexto foi adoptado este normativo desde o exercício que se iniciou em 1 de Janeiro de 2012, ou facultativamente a partir do exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2011.
Os objectivos e âmbito de aplicação, foram suportados pela criação de regras contabilísticas para as ESNL, dado o reconhecimento da disseminação das Organizações sem Fins Lucrativo em Portugal, bem como pelo **importante peso e papel destas entidades na economia nacional**. Para o legislador houve a necessidade de reforçar a transparência relativa às actividades que realizam e aos recursos que utilizam. Pretendeu a prestação de informação sobre os recursos que lhes são confiados, e os resultados alcançados no desenvolvimento das suas actividades, algumas delas de interesse geral.
A relevância destas entidades exigiu que a prestação de contas adoptasse determinados critérios, de modo a responder à pretensão dos utilizadores / utentes da informação financeira:

- *Os doadores / financiadores / **associados** que visam conhecer o grau de cumprimento dos objectivos pretendidos;*
- *Os **credores** que pretendem obter informação acerca da capacidade da entidade solver os seus compromissos;*
- *Os **membros das ESNL** que pretendem conhecer o modo como os donativos e outros fundos são aplicados nas actividades;*
- *O **Estado**, na medida em que proporciona recursos para a actividade de diversas entidades do sector não lucrativo, com necessidade de assegurar a sua adequada utilização;*
- *O reporte de informação poderá advir de uma obrigação colocada a uma terceira entidade que se apresentou como **promotora de um programa / acção**;*
- *Os **voluntários** que pretendem conhecer os resultados da sua dedicação, bem como os programas realizados e as necessidades de recursos. De sublinhar, que ainda não foi com este normativo, que se verificou a mensuração do nível de envolvimento realizado por estes voluntários;*
- *O **público em geral**, de entre os quais cumpre referir os contribuintes, grupos de interesse ou de pressão, associações de defesa do consumidor e todos os interessados, directa ou indirectamente, no futuro da actividade da ESNL.*

Em suma, a relevância de informação financeira, para além de obrigação legal, pode mensurar de forma clara e objectiva a realidade das Associações e assim serem dadas respostas a terceiros. É claramente a oportunidade para serem divulgadas as boas práticas, ser dado conta das externalidades positivas para a comunidade, decorrente da actividade Associativa.
E já agora, não podemos descurar: **O que não é medido não pode ser bem gerido.**

MARTINHO CAETANO
Confederação Musical Portuguesa
DELEGADO

Caros Congressistas,
A todos muito bom dia.
Excelentíssima mesa,
Oradores, Convidados, Membros deste Painel e para todos os amigos das colectividades nacionais, que aqui estão hoje tão bem representadas, neste Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, um grande abraço.

Estou aqui em representação da Confederação Musical Portuguesa, que aliás tem assento na Comissão Organizadora deste Congresso Nacional das Colectividades e que hoje tantos delegados de toda a parte do país aqui juntou.
A Confederação Musical Portuguesa, que tenho a honra de representar na qualidade de Presidente da sua Direcção, é uma agremiação sem fins lucrativos, com sede em Lisboa e cujos estatutos foram publicados no Diário da República de 29 de Janeiro de 2002. É relativamente recente em comparação com outras Confederações. No entanto, tem por missão nobre dignificar, valorizar e representar institucionalmente as cercas de 750 bandas filarmónicas portuguesas, algumas com quase 300 anos de existência.
A Confederação Musical Portuguesa congrega e representa, assim, Federações e Associações Distritais de Bandas Filarmónicas e, em geral, todas as associações recreativas e culturais e demais instituições nela filiadas que possuem escolas de música e outros agrupamentos musicais e, sobretudo, aquelas que habitualmente conhecemos pela designação de Bandas Filarmónicas.
Bandas Filarmónicas que, há mais de dois séculos, de

forma documentada e de forma inquestionável são uns dos principais pilares da cultura popular portuguesa.
Para além do seu papel de representação institucional, quer a nível nacional, quer a nível internacional, a acção desenvolvida pela Confederação Musical Portuguesa desde a sua fundação teve também como principais objectivos a elevação da qualidade artística e organizativa das Bandas Filarmónicas portuguesas e, ainda, a melhoria da qualidade do ensino nas suas escolas de música.
Para tanto, a Confederação Musical Portuguesa dinamizou e realizou ao longo dos anos vários cursos de formação e aperfeiçoamento técnico e musical, quer para Maestros e Regentes, quer para Jovens Músicos, para Dirigentes Associativos e para Técnicos ligados as Bandas Filarmónicas, por iniciativa própria ou em parceria com outras entidades públicas e privadas da área da música. Mas agora, feita esta passagem pelos aspectos gerais da actividade da Confederação Musical Portuguesa, importa voltar a este Congresso, que tão bem está a decorrer, e que tem documentos de trabalho que foram elaborados na sequência de todo um conjunto de reuniões preparatórias que, como bem foi dito na Sessão de Abertura, decorreram ao longo do último ano.
Nesse aspecto, temos hoje connosco para reflexão e debate um excelente Memorando Associativo 2015, que é, de facto, um documento de enorme qualidade para o qual tive o prazer e o gosto também de contribuir.

Em nome da Confederação Musical Portuguesa, como poderão ver depois no Memorando, apresentei os pontos seis a dez do mesmo. Esses pontos são, essencialmente, pontos relacionados com o enquadramento contabilístico, com o problema da prestação de contas e ainda com o enquadramento fiscal, toda a problemática fiscal e respectivas isenções que cabem às Colectividades portuguesas. Sobretudo, é um tema onde há muito a fazer e muito a explorar, para bem das próprias Colectividades. E, do meu ponto de vista, em duas vertentes: na vertente de se aproveitar cabalmente todo o corpo legislativo, normativo e regulamentar que já existe e que não é ainda cabalmente aproveitado e, sobretudo, no sentido de aprofundar melhorias legislativas e concessão de novos benefícios fiscais que venham tornar justo o quadro fiscal em que se movem as Colectividades portuguesas e, desse ponto de vista, termino esta minha intervenção dizendo que importa relativamente a novas recomendações de âmbito fiscal falar sobre a necessidade imperiosa de aumento de limite de isenção do IRC e a eliminação de certas obrigações declarativas para as Colectividades.
Assim, e tendo em vista o fomento do associativismo cultural, recreativo e desportivo de carácter amador e o reforço desta importante componente da vida em comunidade que se realiza diariamente através da acção altamente meritória das entidades sem fins lucrativos, vulgarmente designadas por colectividades, e ainda tendo em conta a necessidade de apoiar especialmente as pequenas colectividades, as quais ainda são muitas vezes os únicos centros locais de interajuda comunitária e também a única porta de acesso às actividades de cultura, recreio e desporto para as populações mais isoladas e mais carenciadas do nosso País e, ainda, tendo presente que uma da vias mais eficazes para auxiliar as pequenas colectividades e contribuir para a sua sobrevivência económica é a simplificação administrativa, a redução de encargos financeiros e o desagravamento fiscal, trago aqui como recomendação e que mais logo teremos e poderemos ver no documento das Recomendações Estratégicas, três pontos:

- *Que seja revisto e actualizado o limite de isenção do IRC, consagrado no art. 54º dos estatutos dos benefícios fiscais, que já não é actualizado há mais de dez anos e que actualmente é de 7.500 euros, passando a ficar isentos todos os rendimentos brutos sujeitos a tributação das colectividades culturais, recreativas e desportivas, desde que não excedam o montante anual de 30.000 euros;*

- *Que sejam eliminadas todas as obrigações declarativas estipuladas no código do IRC para as colectividades culturais, recreativas e desportivas, cujos rendimentos brutos anuais sujeitos a tributação não excedam o referido limite, que precisa de ser aumentado para trinta mil euros, nomeadamente a obrigação da entrega da declaração anual de rendimentos (vulgo declaração modelo 22);*

- *E por fim, como terceira e última recomendação de âmbito fiscal, que seja atribuída automaticamente às colectividades de cultura, recreio e desporto, sem necessidade de obtenção prévia do reconhecimento de utilidade pública, a isenção do imposto municipal sobre imóveis, vulgarmente conhecido como IMI quanto aos prédios ou parte dos prédios destinados directamente à realização dos seus fins estatutários, nomeadamente as suas sedes e outras instalações de apoio às suas actividades.*

Disse, Sr. Presidente da Mesa.
Muito obrigado a todos.

PEDRO FRANCO
Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa
DELEGADO

UMA NOVA POLÍTICA FISCAL PARA AS ASSOCIAÇÕES NÃO LUCRATIVAS

No imediato, e enquanto não é definido um quadro legal específico para a actividade económica das associações não lucrativas, é urgente corrigir a inaceitável carga fiscal a que estão sujeitas as actividades do associativismo popular, na realização dos seus fins em prol dos seus associados, da população e do desenvolvimento comunitário em geral. Trata-se de desagravar toda uma actividade económica não lucrativa em que todos os proveitos são reinvestidos socialmente nas actividades e no património colectivo das associações.
Entre outros benefícios e isenções fiscais, torna-se indispensável assegurar ao Movimento Associativo Popular:

- *Reembolso do IVA, no que respeita aos montantes que incidam sobre aquisições de bens duradouros destinados ao seu funcionamento administrativo, instrumentos musicais destinados a actividades próprias, aparelhagens sonoras e demais equipamentos para salas de espectáculos e auditórios destinados a actividades próprias, livros destinados a bibliotecas próprias, material desportivo e recreativo, investimentos em infra-estruturas próprias, outras aquisições comprovadamente destinadas às actividades próprias das associações e que não tenham fins lucrativos;*
- *Isenção do pagamento de quaisquer emolumentos ou taxas pela inscrição no ficheiro central de*

pessoas colectivas e requisição do respectivo cartão de identificação, publicação gratuita no Diário da República dos estatutos e alterações estatutárias, isenção da contribuição autárquica, do imposto de selo, do imposto sobre sucessões e doações e da sisa pela aquisição dos imóveis destinados à realização dos seus fins;

- *Isenção do IRC respeitante às receitas de publicidade em recintos fechados, em actividades sem entradas pagas;*
- *Acesso ao mecenato associativo em sede de IRS e IRC, no que respeita às contribuições e apoios de pessoas singulares e colectivas, respectivamente;*
- *Porte pago para as suas publicações;*
- *Ajustamento do direito de autor à realidade e fins das actividades associativas;*
- *Outros benefícios e isenções no que respeita a encargos com licenciamento e policiamento das suas actividades públicas, custas e preparos judiciais, custos dos consumos de água, energia eléctrica, telecomunicações, combustíveis (designadamente para aquecimento das piscinas);*
- *Uma nova política fiscal para as associações não lucrativas é uma questão de justiça face ao serviço público que prestam, uma questão de sobrevivência económica para muitas associações e ainda um importante ponto de partida para iniciar a clara separação de águas entre o enquadramento fiscal das entidades com fins lucrativos e as entidades sem fins lucrativos como é o caso do movimento associativo popular.*

SÉRGIO PRATAS
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

POLÍTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS E ASSOCIATIVISMO POPULAR

1.

A Constituição portuguesa consagra o direito ao repouso e ao lazer e o direito (de todos) à cultura e ao desporto, como direitos fundamentais. E estabelece, nos três casos, que é ao Estado que compete em primeira instância assegurar tais direitos; devendo atuar em cooperação ou colaboração com um conjunto de outras entidades.

O Estado tem, pois, uma responsabilidade especial na salvaguarda e defesa desses direitos, não comparável a nenhuma outra entidade. E como é que tem vindo a assumir e a desempenhar esse papel?

A resposta não é difícil. De forma muito deficitária; e muitas vezes através de políticas contrárias aos princípios e valores inscritos na Constituição. É assim na cultura onde, só nos últimos 5 anos, o apoio às artes perdeu 75% do seu orçamento; onde se acelerou o desmantelamento e aniquilação das estruturas públicas de apoio à atividade cultural; onde o OE para 2015 reservou, para o conjunto da política cultural, o elucidativo valor de uma décima percentual.

E é assim, também, no desporto, face à desvalorização da prática desportiva de massas; e também à inexistência de um programa de desenvolvimento consistente que assegure a democratização da prática desportiva, a par do apoio ao desporto federado e de alta competição.

E não é diferente na área do lazer. A Constituição refere que incumbe ao Estado *"o desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais"*. E essa rede até existe, fruto do trabalho da Fundação INATEL. No entanto, os preços praticados são inacessíveis para a maioria dos portugueses; situação que merece, no mínimo, alguma reflexão.

2.

Assim, face à inoperância do Estado, do poder central, têm sido as autarquias e o movimento associativo os grandes protagonistas das respostas às necessidades das populações em termos culturais, recreativos e desportivos.

O movimento associativo popular, constituído por cerca de 30.000 associações, assume hoje um papel e uma importância capitais na sociedade portuguesa. No plano da inclusão; no plano das respostas a necessidades coletivas (de lazer, cultura e desporto); e até como escola de democracia, desenvolvendo atitudes de confiança e capacitando muitos dirigentes para a intervenção na esfera pública.

E isto num quadro de grandes adversidades; e de esquecimento e desrespeito pelas garantias constitucionais do associativismo popular.

E que garantias são essas?

a) 1.ª GARANTIA: liberdade de associação

É comum associar-se esta garantia apenas a uma das suas vertentes: a da liberdade de constituir associações. Há, no entanto, uma segunda vertente, da maior importância: as associações têm o direito de prosseguir livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas. É o que se afirma no n.º 2 do artigo 46.º da Constituição.

Ora, as atividades desenvolvidas pelo associativismo popular são hoje fortemente reguladas, sendo necessário obter licenças para tudo. A lei é complexa, de difícil apreensão, por vezes incompreensível. O Estado está em todo o lado, criando sérias dificuldades às associações.

Pergunta-se: esta omnipresença e interferência do Estado são aceitáveis?

b) 2.ª GARANTIA: participação no processo de democratização da cultura e do desporto

O investimento na democratização da cultura e do desporto por parte do Estado é incipiente e passa, fundamentalmente, pelo trabalho da Fundação Inatel, herdeira da FNAT (Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho).

A FNAT nasce num contexto e com objetivos muito claros. O salazarismo vai tentar impor a sua conceção do mundo, do Homem e do social, moldando todos os níveis da sociedade civil em conformidade com esses valores. A FNAT era um instrumento ao serviço desse objetivo.

Com a revolução de abril e a democratização da sociedade esse caminho deixa de ser defensável. E a Constituição de 1976 veio tomar posição, definindo o caminho a prosseguir: o do trabalho em parceria com o associativismo popular. Pareceria que está claramente por concretizar.

c) 3.ª GARANTIA: discriminação positiva

O artigo 80.º da Constituição consagra o princípio da discriminação positiva (ou da proteção) das entidades da economia social, incluindo-se aí o associativismo popular.

Esse é outro princípio que está por cumprir. Seria da maior importância (e da maior justiça) assegurar uma discriminação positiva do associativismo popular, designadamente:

- Na área fiscal;
- Nos pagamentos referentes a direitos de autor e direitos conexos;
- No que respeita ao estatuto do dirigente associativo voluntário.

d) 4.ª GARANTIA: participação das populações na vida administrativa local

A Constituição integra um conjunto de normas que visam intensificar a participação das populações na vida administrativa local.

Essa é, no entanto, uma matéria que continua por aprofundar, quer no plano da legislação ordinária quer no da prática e cultura locais.

Importa pois tomar medidas, designadamente no plano legislativo, com vista a garantir e operacionalizar esses mecanismos de participação.

3.

Pode assim concluir-se:

1. Que a Constituição portuguesa consagra o direito ao lazer e o direito (de todos) à cultura e ao

desporto. E estabelece que é ao Estado que cabe, em primeira instância, assegurar tais direitos.

2. Que o Estado tem vindo a desempenhar as suas responsabilidades de forma muito deficitária; e muitas vezes através de políticas contrárias aos princípios e valores inscritos na Constituição.
3. Que a Constituição define quatro garantias fundamentais do associativismo popular; e que continuam esquecidas ou por concretizar.

Neste quadro, resulta claro que o Estado deve assumir um outro papel no desenho e promoção das políticas públicas para estas áreas – da cultura, do desporto e do lazer. Para além disso, fica também evidente a necessidade de uma profunda reforma do quadro legal e institucional aplicável ao associativismo popular.

Não é este o momento para desenvolver aprofundadamente o sentido e conteúdo dessa reforma, aplicável ao associativismo popular. Não obstante, gostaria de concluir esta minha intervenção apresentado, em traços largos, os pilares centrais em que a mesma deve assentar.

Em minha opinião, devem ser três os pilares (ou direções fundamentais) desta reforma:

A) 1.º Pilar

Reforço da participação do associativismo popular no desenho e implementação das políticas públicas para as áreas da cultura, desporto e lazer.

O que implica:

a) Desenvolver um conjunto de mecanismos que garantam a participação das populações na vida administrativa local, designadamente através de uma alteração à lei das autarquias locais;
b) E assegurar a participação das estruturas representativas do associativismo popular quer no desenho e implementação das políticas públicas para a área da cultura, quer no Conselho Económico e Social.

B) 2.º Pilar

Reforço das parcerias público-sociais a estabelecer com o associativismo popular.

Implica, por exemplo, retirar parte das atuais atribuições da Fundação INATEL e alocar os recursos correspondentes à concretização de parcerias público-socais com o associativismo popular.

C) 3.º Pilar

Reforma do regime legal aplicável ao associativismo popular.

Pressupõe, designadamente:

a) A discriminação positiva das associações (e dos dirigentes associativos voluntários), como estabelece a Constituição; e
b) Uma menor intervenção na atividade das associações e a simplificação da legislação e exigências legais. Poderia passar pela criação de um SIMPLEX para o associativismo popular.

Fica o contributo para o debate. E fica a minha total disponibilidade para a participação nesse debate.

Viva o Congresso Nacional de Coletividades!
Viva o Movimento Associativo Popular!

Mesa (da esquerda para a direita): Sérgio Ribeiro, Daniel Café (FFP), Ana Goulart (Jornalista/moderadora), Francisco Rodrigues (CPCP) e Manuel Moreira

PAINEL 2

DIRIGENTES ASSOCIATIVOS, VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS

MOTIVAÇÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

ANA GOULART
Jornalista
MODERADORA

MANUEL MOREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses
CONVIDADO

Começo por saudar a Mesa, nas pessoas de:
- Moderadora, Ana Goulart
- Francisco Rodrigues, da Confederação Portuguesa das Casas do Povo
- Daniel Café, da Federação de Folclore Português
- Dr. Sérgio Ribeiro, antigo colega Deputado da Assembleia da República
- Caras e Caros Congressistas

É com imenso gosto e prazer que estou hoje aqui presente, na realização deste Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clube e, por isso, gostaria desde já de agradecer o convite que me foi endereçado pelo Senhor Presidente da Confederação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Dr. Augusto Flor, e que muito me honra.

Foi-me, então, solicitado que viesse dar-vos o meu depoimento à luz da temática **"Dirigentes Associativos, voluntários e benévolos. Motivação, compromisso e responsabilidade. Sem nós não há associativismo"**.

É, sem dúvida, um tema abrangente e que toca a esfera política, pública e social, numa transversalidade singular que o associativismo representa na sociedade.

O associativismo é um assunto que muito me diz até, a nível pessoal, porque desde muito novinho que faço parte de associações e colectividades, e ao longo da minha vida de associativista fui lutando, promovendo e criando algumas associações, e hoje continuo um convicto defensor do associativismo, do movimento associativo e dos associativistas: os homens e mulheres que, de forma voluntária, generosa e *despretensiosa, se entregam de corpo e alma ao associativismo, num excepcional e notório exercício da sua cidadania, participação cívica e serviço público.*

*Mas permitam-me, a*ntes de mais, que faça um breve enquadramento da evolução do movimento associativo em Portugal.

Este teve, nos primórdios do século XIX, o seu primeiro momento de implantação e expansão. Abolidas que foram as Corporações (por decreto de 1834, no contexto da revolução liberal), e iniciado então um tímido surto industrial, começam a surgir associações populares para responder às dificuldades quotidianas dos trabalhadores.

Não admira, portanto, que as associações voluntárias sejam caracterizadas pelos sociólogos e historiadores como uma forma inovadora de organização da vida colectiva, tradutora da crescente diferenciação social e funcional própria das sociedades modernas.

Nos países onde a mudança social foi mais lenta e tardia, como é o caso de Portugal, o associativismo teria menor expressão, embora os cidadãos mais esclarecidos apontassem as vantagens das associações para o progresso da Nação.

Com a implantação do Regime Liberal, em Portugal, no início do século XIX, a importância do princípio da associação entrou no horizonte dos propósitos legislativos do Estado. Porém, só com a modificação institucional subsequente se criaram as condições adequadas para a concretização de propostas desta natureza, nomeadamente pela emergência do conceito de cidadão enquanto indivíduo dotado de direitos e liberdades, entre os quais se foi afirmando o direito e a liberdade de associação.

O direito de associação, embora fosse apresentado como parte dos direitos e liberdades dos cidadãos, era olhado com reservas. Por exemplo, as associações e as sociedades de utilidade pública que se dedicavam a fins económicos, culturais e recreativos, ainda que do ponto de vista dos princípios fossem consideradas desejáveis, não tiveram durante muito tempo um quadro legal adequado. A sua existência formal dependia da publicação de Decretos e Portarias para a aprovação dos respectivos estatutos, o que sucedia de modo casuístico. Apenas em 1867, com a publicação do Código Civil, passou a existir um enquadramento jurídico sistematizado e uniforme sobre o assunto. Quanto às associações e sociedades com fins particulares, sobretudo as constituídas com finalidade económica, gozavam do devido suporte jurídico desde 1833, data da publicação do Código Comercial.

É portanto compreensível que, no início do século XX, o número de associações existentes em Portugal fosse reduzido e pouco diversificado nos seus fins. Com a instauração da República, o associativismo ganhou novo impulso, designadamente no apoio aos sindicatos agrícolas enquanto entidades de crédito agrícola.

O Estado Novo aproveitou o potencial do movimento associativo, enquanto instrumento de organização social para submeter os cidadãos a um sistema rígido de controlo, com a criação de "organizações estatais" de adesão obrigatória, por vezes com dispensa da necessidade de inscrição. São disso exemplo incontornável os Grémios da Lavoura, as Casas do Povo e as Casas de Pescadores.

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, abrem-se novos horizontes ao associativismo. Para lá do estímulo à participação popular, verifica-se um reconhecimento efectivo de liberdades e direitos de cidadania, patente na eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações.

Não surpreende, pois, que em pleno período revolucionário tenham surgido também diversas associações e movimentos políticos, um resultado directo e imediato da conquista da liberdade de expressão e reunião.

Contudo, ao nível local, em meio rural, apenas foram surgindo algumas iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas das vezes por fragmentação das organizações existentes: ou era o grupo desportivo, o rancho folclórico ou o grupo de cantares que, saído da Casa do Povo, se autonomizava e, nalgum dado momento, se legalizava. Noutras ocasiões, tratava-se de grupos que surgiam como novas iniciativas, quase sempre na forma de associações culturais, desportivas e recreativas.

As "organizações estatais" do Estado Novo sofrem grandes alterações, mas o Estado pós-revolução do 25 de Abril não remete para o povo a decisão do rumo a seguir, impõe inicialmente um caminho. As Casas do Povo vêm os seus fins reformulados, os Grémios da Lavoura são extintos e transformados em cooperativas agrícolas. Depois de um longo período de negação dos direitos de expressão e reunião nos quase 50 anos do regime salazarista, é natural que o número de iniciativas não fosse abundante nem diverso.

Volvidos 41 anos sobre a conquista da liberdade e da democracia, existem actualmente em Portugal cerca de 29 mil associações culturais, recreativas e desportivas, dirigidas por cerca de 425 mil dirigentes, sendo que cerca de metade dessas mesmas associações se constituíram após o 25 de Abril de 1974.

A par das associações de cultura, recreio e desporto, muitas das quais diversificaram as suas actividades, emergiram outros tipos de associativismo. Por exemplo, de defesa do património, dos consumidores e dos moradores bem como de apoio às vítimas. Refira-se ainda o associativismo juvenil e de estudantes ou o centrado no ambiente e ecologia, bem como as associações de pais e de famílias e ainda de pessoas com deficiência.

No começo da década de 80 do século XX, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's). No final da década, fundam-se as primeiras organizações focadas nas preocupações de desenvolvimento integrado, rural, local, comunitário, social, etc.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, multiplicaram-se as oportunidades de participação da sociedade civil, através das suas organizações em projectos e acções que foram sendo patenteadas sucessivamente nos regulamentos dos quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do País.

O reconhecimento da importância das organizações da sociedade civil cresce e alastra, e sinal disso mesmo se encontra, de modo bem patente, no preâmbulo do parecer do Comité Económico e Social Europeu (2006). Aqui se lavrou a seguinte declaração e passo a citar: *"nos últimos 10 a 15 anos, o interesse das instituições europeias por um diálogo com a sociedade civil, em particular a sociedade civil organizada europeia, não parou de aumentar. De facto, as instituições reconheceram que não pode haver boas decisões políticas sem que os cidadãos sejam ouvidos e sem que as pessoas, a quem as decisões comunitárias dizem respeito, participem no processo e dêem o seu aval".*

A emergência e a maior visibilidade social das organizações da sociedade civil nas suas várias formas e denominações (associações, fundações, federações, cooperativas, etc), frequentemente agrupadas como "Organizações Não Governamentais" (ONG), constituindo o chamado terceiro sector – ou seja,

aquelas organizações que não sendo Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, embora sejam privadas, não têm como objectivo principal a apropriação individual do lucro - tem duas "causas" principais.
Por um lado, a necessidade de superação da dualidade público/privado e, por outro lado, a crença de que este novo sector pode dar as respostas que o Estado (primeiro sector) já não dá nem pode dar, e que o mercado (segundo sector) não procura dar.

Caras e caros congressistas,
Neste ano de 2015, celebramos os 41 anos da Liberdade e da Democracia, reconquistada em 25 de Abril de 1974. Deste modo, os Portugueses reassumiram a sua plena cidadania.
O Movimento Associativo no nosso País, neste novo tempo, ganhou outra força, dinâmica e responsabilidade. Os cidadãos sentiram um impulso natural para se associarem, criando novas instituições e colectividades em Portugal – no plano cultural, social, desportivo, recreativo e humanitário – ou tornando-se sócios das já existentes dando-lhes um novo ímpeto e vitalidade.
Assim, milhares e milhares de Portugueses sentiram a liberdade e a necessidade de participarem, exercendo voluntariamente a sua cidadania como associados e dirigentes no Movimento Associativo.
O Movimento Associativo em Portugal procurou, ao longo dos anos, conseguir o reconhecimento e a valorização por parte dos poderes públicos instituídos, com a consagração do **Estatuto de Parceiro Social** (Lei 34/2003 de 22 de Agosto), do Estatuto de **Dirigente Associativo Voluntário** (Lei n.º 20/2004 de 05 Junho), e também do **Dia Nacional das Colectividades,** a 31 de Maio (Lei 34/2003 de 22 de Agosto).
Procurou-se, igualmente, melhorar a implantação e a organização, no País, do Movimento Associativo desde a base até à cúpula, com a criação das Associações Concelhias, das Federações Distritais e da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
Querendo contribuir para estes objectivos, como cidadão comprometido com o associativismo e dirigente de várias instituições/colectividades e ainda, nos anos 90 do século passado na altura na qualidade de Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, propus a realização do Encontro Concelhio das Colectividades para reflectir sobre a força e a importância do Movimento Associativo Gaiense e ponderar a criação da Associação das Colectividades de Vila Nova de Gaia, como se veio a concretizar.
Recordo também que, em 2004 e 2005, na minha qualidade de Governador Civil do Distrito do Porto, promovi as duas primeiras Convenções Distritais do Movimento Associativo, respectivamente na cidade do Porto – no Seminário de Vilar – e na cidade de Vila Nova de Gaia – no Auditório Municipal. Nesta última, propus – e foi aprovada – a criação da Academia das Colectividades do Distrito do Porto, como uma escola de formação dos Dirigentes Associativos. Uma escola de formação e qualificação de Dirigentes Associativos, que gostaríamos de ver replicada noutros Distritos ou Regiões de Portugal. Os Dirigentes Associativos devem apostar na sua formação e qualificação para contribuir para a renovação e modernização do Movimento Associativo. Queremos, e precisamos, de um Movimento Associativo do século XXI.
Em 2006, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, promovi igualmente um Encontro Concelhio das Colectividades do Marco de Canaveses para reflectir e decidir - como o fizeram – a criação da Associação das Colectividades do Marco de Canaveses.

Caras e caros congressistas,
Os **dirigentes têm um papel fundamental e insubstituível na nossa sociedade portuguesa**. São o reflexo de uma terra viva, que procura nos seus lugares, nas suas vilas, nas suas cidades, nas suas freguesias e no Concelho manter um movimento associativo dinâmico, assente nas nossas raízes históricas, culturais, recreativas e sociais, e que procuramos transmitir às novas gerações.
A figura do dirigente associativo está ligada à ideia de vivência colectiva, de enriquecimento de conhecimentos, fazendo com que as associações se apresentem, cada vez mais, como espaços de valorização intelectual, cultural e cívica e de reforço da democracia participada.
Os dirigentes assumem uma forma de organização social alternativa intermédia, quando o Estado ou o individuo, por si só, não conseguem resolver os seus problemas. Um trabalho voluntário assente na:

- vontade de resolver colectivamente, necessidades culturais, recreativas, desportivas e sociais que, quer o Estado, quer individualmente, não é possível resolver;
- vontade de livre e espontânea baseada na entre ajuda, fraternidade, solidariedade e participação;
- expressão organizada de indivíduos que se designam por associados e que tenham os mesmos objectivos nos domínios acima enunciados;
- dirigentes associativos voluntários e benévolos legitimados através de eleições democráticas e obrigados à prestação regular de contas.

Ser dirigente é prestar um "trabalho voluntário, **não remunerado e feito por vontade própria. É o tempo que a pessoa dedica, sem ser paga, a actividades no seio de uma organização, ou directamente a outros fora de casa".**
"O voluntariado é uma das formas de expressão mais básicas do ser humano e surge de tradições muito antigas de partilha e trocas recíprocas. No centro estão as relações e o potencial para aumentar o bem-estar dos indivíduos e das comunidades. A coesão social e a verdade, por exemplo, prosperam onde o voluntariado prevalece.
O voluntariado não é apenas a "espinha dorsal" das organizações da sociedade civil e movimentos sociais e políticos, mas também de muitos programas de saúde, educação, habitação e ambiente e ainda um conjunto de outros programas da sociedade civil, do sector público e privado pelo mundo.
É, portanto, uma parte integrante de qualquer sociedade" (United Nations of Volunteers, 2011).
Por isso, saúdo a cidade de Lisboa, onde nos encontramos a realizar este Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes, por este ano ser a Capital Europeia do Voluntariado. É uma excelente oportunidade para fazer a pedagogia do Voluntariado junto dos cidadãos, para que exerçam a sua cidadania como voluntários, como associados e dirigentes associativos.

Caras e caros congressistas,
Os **dirigentes devem cultivar a motivação, o compromisso e a responsabilidade** dos seus associados, fomentando e estimulando as associações enquanto:

- espaços de encontro, convívio, debate e confraternização;
- espaços que permitem o desenvolvimento de potencialidades;
- espaços de educação e formação cívica;
- espaços de aprendizagem e desenvolvimento artístico;
- espaços de formação de líderes (dirigir reuniões, trabalhar em grupo, defender ideias, falar em público, gerir conflitos, construir estratégias);
- espaço de construção de soluções para problemas locais;
- espaço de criação de identidade colectiva;
- espaços de integração social e reivindicação política;
- espaços de criatividade e de difusão cultural;
- espaços de aprendizagem da democracia e de fortalecimento da sociedade civil.

O dirigente associativo tem como missão apelar à participação para conseguir envolver as pessoas na resolução dos seus próprios problemas, desenvolver o potencial que existe em cada associado e promover a consciência crítica e o conhecimento.
É através da participação que as pessoas fazem exigências, se formam e educam, e adquirem competências e recursos. Só, assim, se consegue construir uma atitude de mais compromisso, de mais responsabilidade e de mais envolvimento.

Caras e caros congressistas, em síntese:
As colectividades, associações e clubes locais são, cada vez mais, um elemento fundamental no incremento da participação cívica e, como tal, agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa. Assumem-se, pois, como uma peça importante na participação para o desenvolvimento social dos cidadãos e das comunidades locais.
A participação individual estimula a integração do indivíduo na identificação e selecção das respostas aos seus problemas pessoais, transpondo para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, propiciando a participação colectiva, numa acção organizada em prol do bem comum e da resolução de problemas de ordem social, cultural ou mesmo

económica procurando, naturalmente, respostas de interesse geral.

Para que haja participação é necessária motivação, isto é, comportamentos visando um objectivo. Mas para que estes tenham carácter colectivo, a solução tem de exceder as capacidades individuais, obrigando, para construir respostas, a esforços conjuntos e articulado em torno de objectivos comuns. Dito de outra forma, exigem organização ou mesmo institucionalização da acção para que ela tenha legitimidade e seja reconhecida.

Todos conhecemos a importância económica, social, cultural, política e ideológica da acção do movimento associativo nas respectivas localidades. A importância das Colectividades de Cultura e Recreio, dos Clubes e Associações Desportivas, das Associações Humanitárias de Bombeiros, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Associações de Desenvolvimento Local, das Associações Ambientalistas e de Defesa do Património, do Movimento Associativo de Pais, das Associações de Juventude e de muitas e muitas outras formas de associação pelos mais diversos objectivos.

Trata-se duma gigantesca rede social de milhares de colectividades, associações e clubes de centenas de milhares de dirigentes activistas, de milhões de associados, de muitos milhões de euros movimentados de receitas próprias ou outras, resultantes de apoios do Estado, da União Europeia ou de privados.

Em muitos casos verifica-se que uma associação tem orçamentos muito superiores ao da freguesia em que se insere, e grupos de associações têm orçamentos superiores ao do Município onde desenvolvem a sua

actividade, somando a esta força económica um peso social e político por vezes decisivo, a nível local.

Ignorar esta forma de exercício de poder a nível local, não participar nem intervir nele, não o conhecer nem acompanhar de perto o seu desenvolvimento pode ser fatal para qualquer projecto que tenha como objectivo a solução dos problemas das populações através do exercício do poder local.

O papel do Movimento Associativo e dos seus Dirigentes é a oportunidade de se construir, com alma, tudo aquilo que se faz. Como tantas vezes tenho dito, ao longo da minha vida cívica e política, sem o Movimento Associativo, Portugal seria muito mais pobre, muito mais triste e muito mais descolorido. O Movimento Associativo e os seus Dirigentes são um grande património insubstituível, a nível local, regional e nacional.

O Movimento Associativo, as colectividades, associações e clubes são comunidades de afectos.

Os Dirigentes Associativos são a cidadania em pessoa.

O Movimento Associativo é um parceiro natural do Poder Local.

Os Dirigentes Associativos são também servidores da causa pública.

E, por isso, podemos todos dizer, com toda a nossa razão e convicção que, o Associativismo Popular é uma força social com visão e com futuro, o lema deste Congresso!

E nunca nos esqueçamos, sem **"dirigentes associativos, voluntários e benévolos".** Sem **"motivação, compromisso e responsabilidade". "Sem nós não há associativismo!"**

Obrigado!

SÉRGIO RIBEIRO
Economista
CONVIDADO

Associativismo e voluntariado

O ser humano é um animal social.

Dir-me-ão que todos os animais o são. Que todos os animais são sociais, no sentido lato do termo. Porque se associam, e viriam, em abono da resposta, as formigas, as abelhas, todos os exemplos que esgotariam os caracteres da crónica e que ilustrariam um certo tipo de sociabilidade, de partilha e associação (ou agrupamento).

Mas escrevi social no sentido restrito. Humano, para ser redundante ou circular (tipo pescadinha de rabo na boca): o ser humano é um animal social no sentido humano.

Ora este sentido restrito é, também, diferente. Não é só grupal e de sobrevivência, é (ou vem sendo, ao longo dos séculos) de progresso social, de divisão do/cooperação no trabalho, de constante libertação das contingências do meio ambiente de que o ser humano faz parte (libertação que, tantas vezes, se transforma em agressão a esse meio).

Esse sentido restrito de social apreende-se na relação com a natureza, transmite-se geracionalmente, cria valores humanos como solidariedade, entreajuda, sociabilidade cada vez (cada século ou milénio) mais humana. Também, no decurso do tempo, com períodos de sentido inverso. De "homem lobo do homem", isto é, de passos atrás no caminho da humanização por via, ou em resultado, de perversas relações entre os humanos.

Participei no Congresso Nacional das Colectividades, cabendo-me intervir sobre dirigentes associativos e voluntariado. A minha intervenção baseou-se em quatro pontos:

- não há incompatibilidade entre profissão e voluntariado, há sim entre voluntariado e emprego de força de trabalho como mercadoria;
- há que ocupar o tempo que vá ficando livre do trabalho necessário para a comunidade existir em tempo de trabalho voluntário para melhorar a sociabilidade;
- o associativismo é progressivamente natural ao ser humano, como actividade humana – cultura, recreio, desporto;
- ao prolongar a vida humana, o ser humano tem de encontrar formas de continuar a sua humanização – associativismo sénior (universidades, por exemplo) não como "dádiva" de outros mas como iniciativa e responsabilidade dos próprios, dos... reformados.

Que tem isto a ver com a minha Região? Tudo. Não me vou alongar, mas lembro (-me) que, no Parlamento Europeu, há mais de duas décadas, fui autor, na comissão regional, de um relatório sobre o associativismo como via de fixação de populações em zonas de risco ou em vias de desertificação. Desertificação que toma várias faces (ou caras... nenhuma bonita): envelhecimento, desculturação, abandono de áreas férteis, apagar de tradições e esquecimento da/na História.

Muito obrigado!

ANDRÉ ROSADO
Progresso Futebol Clube
DELEGADO

Exmos. Srs.

O meu nome é André Rosado e sou o Presidente da Direção do Progresso Clube, uma coletividade de Desporto, Recreio e Cultura, sediada no Algueirão, Concelho de Sintra, composta por cerca de 1000 sócios.
São mais de 20 as atividades que o Clube presta aos seus sócios, destacando-se as artes marciais, as atividades de dança, fitness, corpo e mente. Merecem ainda destaque as atividades recreativas e culturais como é o caso do teatro, concertos de música entre outras. Ao nível da competição temos atletas que têm conquistado feitos assinaláveis no Muay Thai, Tenis de Mesa e Andebol.
Os Órgãos Sociais deste clube são sócios voluntários que se reuniram numa lista e por sufrágio interno foram eleitos em assembleia geral para gerir e levar por diante a missão desta coletividade.
Não tem sido um mandato fácil, pois o meio sócio económico envolvente, em linha com a situação atual de crise que se tem vivido nos últimos anos no nosso país, tem condicionado a atividade do Progresso Clube. Muito é devido ao espírito voluntarista e empreendedor dos Órgãos Sociais, que com grande determinação têm levado a cabo uma estratégia de dinamização, criação e divulgação de atividades junto dos sócios e comunidade em geral.
Posso afirmar com orgulho que temos conseguido fazer crescer o clube em número de sócios e de praticantes, fruto da estratégia de divulgação, dinamização e de lançamento de atividades que têm ido ao encontro das expetativas da comunidade.
Um dos nossos objetivos no Progresso Clube tem sido a universalidade. Neste sentido temo-nos aproximado ao meio escolar e às camadas mais jovens, através de demonstrações de atividades e de modalidades como é o caso do Andebol e do Ténis de Mesa. Ao nível da população mais senior temos uma atividade, em parceria com a Junta de Freguesia, de ginástica dirigida com preços acessíveis.
A complexidade da gestão do Progresso Clube, que exige uma organização de funcionamento similar a uma qualquer empresa com a mesma dimensão, torna ainda o desafio mais difícil sendo que a disponibilidade dos Órgãos Sociais é aquela que a sua vida profissional e pessoal permite. Para este desígnio muito agradeço aos funcionários do Progresso Clube, que estão perfeitamente capacitados para responder em primeira linha às solicitações e motivações dos sócios, de acordo com as orientações que vão sendo definidas.
Claro que o desafio tem sido muito gratificante. Considero que este tipo de Instituições representa um papel muito importante na comunidade e que dependerão sempre do espírito altruísta dos sócios que as constituem. Não é preciso ser Órgão Social para ajudar, muito agradeço aos sócios do Progresso Clube que sistematicamente nos ajudam.
Mesmo com boas perspetivas para a continuidade da nossa missão, não posso deixar de partilhar aqui as nossas preocupações com as limitações financeiras a que estamos sujeitos, pois os custos de manutenção são elevados e os preços que praticamos têm que ser reduzidos.
Na nossa missão de serviço público, o apoio da Junta de Freguesia de Algueirão Mem Martins e da Câmara Municipal de Sintra têm sido muito importantes. Para nós, Progresso Clube, estes apoios são um sinal de reconhecimento do trabalho que tem sido levado a cabo em prol da comunidade e do desenvolvimento da nossa freguesia.
A nossa passagem por estas instituições terá sempre a visão do serviço público e ajuda ao próximo, e isto é o voluntariado, ser generoso sem esperar receber nada em troca.

Muito obrigado e bem hajam!

ARTUR MARTINS
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

Mais peso do MAP no Emprego e no Valor Acrescentado Bruto (VAB)

Quadro actual (seguindo alguns estudos)
Nos últimos anos foram desenvolvidos vários estudos sobre as temáticas do voluntariado e do associativismo. Os mais abrangentes foram levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), dado que pretendiam debruçar-se sobre o associativismo e a economia social. O primeiro, referente a 2006 intitulado Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) que constituiu um projecto-piloto e o segundo, com dados de 2010, mais alargado, sob a designação de Conta Satélite da Economia Social, concomitantemente foi realizado o Inquérito Piloto ao Trabalho Voluntário 2012.
Outros estudos que poderemos considerar como complementares, no que respeita ao tema desta comunicação, trazem-nos dados importantes para a análise da actual situação no que concerne aos voluntários e trabalhadores envolvidos na cultura, recreio e desporto.
Da sua análise concluímos que a nossa "família" – cultura, recreio e desporto – não acompanha outros sectores no que respeita ao emprego, uma vez que temos cerca de 12 mil postos de trabalho, o que, segundo a citada Conta Satélite da Economia Social, corresponde a 5,4% dos empregos da economia social em 2010, contra os 48,6% da área da acção social, 15,8% do sector de culto e congregações ou 10,5% no ensino e investigação.
O trabalho voluntário é a imagem de marca da nossa actividade, os dados são eloquentes, cerca de 445 mil voluntários, atentando somente no número de dirigentes, a que devemos acrescentar os/as seccionistas e outros/as activistas que calculamos na ordem das 250 mil pessoas, tendo em atenção os estudos realizados por Simão et al (2009) e Santos (2013).
Obviamente que este trabalho é de suma importância, tanto mais que os dirigentes e outros colaboradores têm a preocupação de melhorar a sua prestação, através do trabalho colectivo e da sua própria formação.
Por outro lado, os estudos publicados pela Confederação Portuguesa das Colectividades (Simão et al. (2009) e Ornelas et al. (2013) apontam para o facto de 53% dos dirigentes serem trabalhadores por conta de outrem, o que no actual quadro laboral dificulta e muito a disponibilidade para o seu efectivo trabalho nas associações.

Breve reflexão
É reconhecido, por todos, que as exigências que se colocam hoje à gestão das nossas associações obrigam à existência de uma gama de conhecimentos que se nos afigura difícil de obter no actual quadro de quase puro voluntariado.
Na reflexão que tem vindo a ser feita sobre esta problemática, nomeadamente no âmbito deste Congresso, através de diversificadas reuniões, é seguro afirmar que os dirigentes voluntários e benévolos pretendem continuar a servir a sociedade nos mesmos moldes em que têm desenvolvido o seu trabalho, ou seja voluntário.
O quadro acima descrito torna bastante frágil a nossa área de intervenção, pois tem um contributo bastante diminuto no que respeita à empregabilidade, 5,4% em relação à Economia Social em Portugal no ano de 2010, o que contrasta com o número de outras entidades mormente os 48,6% da ES por parte da acção social.
Esta reflexão não é nova, atentemos em duas tomadas de posição:

- Em Dezembro 2001, no I Encontro Nacional de Cursos de Animação, organizado pela Escola Superior de Educação de Santarém, apresentamos a comunicação intitulada "Associativismo e Associação", em que defendiamos o seguinte: "O animador não se substitui ao dirigente associativo,

uma vez que a partir do momento em que ajuda a clarificar determinada situação, deixa o grupo livre para determinar o fim a atingir e escolher os meios.
Nestas circunstâncias, parece-nos que o movimento associativo deve tomar consciência da necessidade de melhorar a sua prestação, pelo que deve integrar animadores socioculturais no seu projecto comum."
- Melo Carvalho (2008) defendia a contratação de profissionais dada a variedade de funções que se colocam aos dirigentes associativos, quando assegura: "o dirigente deve possuir competências para desempenhar as tarefas ou que saiba trabalhar com profissionais" e "o dirigente tem de ter conhecimentos técnicos das actividades que organiza, ainda que recorra a especialistas em situações mais complexas", chamando, assim, à atenção para o relacionamento entre estes dois actores (DAV's e técnicos), sendo que o centro de decisão estará sempre, mas sempre, no colectivo dos dirigentes associativos de uma qualquer associação.

Como ultrapassar a situação existente? Promover o emprego no Movimento Associativo Popular (MAP).

Três razões para defendermos o reforço do emprego no Movimento Associativo Popular (MAP).

1.ª – Dar maior peso do emprego na cultura, recreio e desporto de forma a assegurar uma maior quota de trabalhadores remunerados, dando, assim, maior visibilidade ao MAP, o que objectivamente é um dos principais deficits da nossa actividade;

2.ª – As relações de trabalho que se colocam a cerca de 60% dos dirigentes (53% por conta de outrem + 7% desempregados) assentam na precariedade, na desregulação dos horários de trabalho, na deslocalização das empresas, nos baixos salários, na elevada taxa de desemprego e mais recentemente na emigração. Estas condições têm reflexo directo na aceitação de cargos executivos (direcção) por instabilidade emocional, falta de tempo ao final do dia e no fim-de-semana.

Nestas circunstâncias, o recrutamento de trabalhadores, nomeadamente de áreas técnicas virão a colmatar as dificuldades apontadas, uma vez que os dirigentes associativos voluntários (DAV's) passam a desempenhar fundamentalmente a direcção política da associação;

3.ª – Necessidade de apetrechar o MAP com novas capacidades e competências, quer a nível de dar cumprimento à legislação cada vez mais exigente, nomeadamente no que respeita à fiscalidade, quer a nível de uma gestão mais adequada que tenha em vista duas vertentes: a primeira que dê respostas condizentes aos dias de hoje em que os associados e a comunidade esperam iniciativas e acções de qualidade; a segunda que desenvolva projectos que conduzam à sustentabilidade das entidades, através de uma política capaz de angariação de apoios para os mesmos.

Que condições a criar para se atingir este objectivo?

Desde logo permitimo-nos que se apele ao entendimento dos colegas dirigentes associativos para a necessidade de melhorar a nossa já insubstituível intervenção, por forma a satisfazer com qualidade acrescida os nossos associados e as comunidades onde estão inseridas as nossas associações.

Trazer para o seio de MAP um acréscimo de conhecimento determina a qualificação das entidades e dos próprios dirigentes associativos.

Propomos que seja implantado um **Programa Nacional de Emprego para o MAP** com os seguintes contornos:

Os estudos compulsados apontam para que cerca de 50% das associações têm acima dos 300 associados e que destes15% têm entre 600 e 1000 associados e 12% acima dos 1000 associados.

Nestas condições, propõe que o programa assente em três escalões: de 300 a 599 associados, um trabalhador; de 600 a 999 associados, dois trabalhadores e mais de 1000 associados, três trabalhadores. Estamos a falar na contratação de 14530 trabalhadores.

O programa só será viável com o apoio financeiro da Segurança Social para técnicos e administrativos em regime de experiência (6+18 meses), com vista à criação de postos de trabalho efectivos.

Quanto ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) podemos constatar que a nossa parcela no âmbito da economia social é bastante diminuta, $287977*10^3$ € que corresponde a 6,8% do VAB da economia social em 2010, contra os 41,3% da acção social, 13,8% das organizações de culto e congregações ou 12,4% das actividades financeiras.

Sabemos que o maior capital é o conhecimento que reforçado, através do emprego, na cadeia de valor da nossa actividade vem forçosamente a melhorar o VAB e deste modo a aproximar-se da média da economia social, o que conduz a uma maior visibilidade da área da cultura, recreio e desporto

Fontes:

Martins, Artur (2001). Associativismo e Animação. I Encontro Nacional dos Cursos de Animação, organizado pela Escola Superior de Educação de Santarém. Dezembro de 2001. Texto policopiado

Melo de Carvalho, Alfredo (2001). O Clube Desportivo Popular. Porto: Campo das Letras

Gomes, Rui T., Loureço, Vanda e Martinho, Teresa D. (2006). Entidades Culturais e Artísticas em Portugal. Lisboa: Observatório de Actividades Culturais (OAC)

Almeida, Maria dos Anjos (Coord.), Nunes, Sandra, Pais, Susana e Amaro, Teresa P. (2008). Estudo sobre o Voluntariado. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFP).

Melo de Carvalho, Alfredo (2008). O Dirigente Desportivo Voluntário. Lisboa: Livros Horizonte

Leitão, Simão, Pereira, Gustavo, Ramos, Joaquim e Silva, Alexandre (2009). Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

INE (2011). Conta Satélite das Instituições sem fins lucrativos – projecto-piloto, 2006. Consultado em 1 de Novembro de 2015 através de
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...att...n&att...

INE (2012). Destaque: Conta Satélite da Economia Social 2010 Resultados Preliminares. 27 de Dezembro de 2012. Consultado em 1 de Novembro de 2015 através de
www.eapn.pt/download.php?file=1849

Santos, Joana M. A. (2013). Qual o valor económico do trabalho voluntário? : o caso das colectividades de cultura, recreio e desporto em Portugal. Tese de Mestrado em Economia Social apresentada à Universidade Católica – Porto. Consultado em 1 de Novembro de 2015 através de
http://hdl.handle.net/10400.14/15743

Ornelas, José (Coord.), Duarte, Teresa, Seixas, Tiago, Jerónimo, José, Martins, Artur, Matos, Cátia, Nunes, Deolinda, Varela, Faustino e Costa, Luís. Liderança Comunitária – Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos. Lisboa: CPCCRD

INE / CASES (2013). Conta Satélite da Economia Social 2010. Consultado em 1 de Novembro de 2015 através de
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui...

DEOLINDA NUNES
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADA

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

As sociedades contemporâneas apresentam hoje novos desafios, que exigem dos indivíduos, das entidades e das mais diversas organizações dos sectores público, privado e social, um maior conhecimento e competências que permitam dar respostas mais assertivas e imediatas às mais variadas contingências e necessidades.

O Movimento Associativo Popular não escapou a esta nova realidade. As exigências, os procedimentos, as normativas alteraram-se, elevaram-se e colocaram-se nas mais diversificadas áreas da nossa actuação, nas nossas associações, colectividades, clubes e em particular a todos nós dirigentes associativos voluntários.

O sector da Economia Social, tem vindo a demonstrar a sua relevância enquanto sector fundamental para a criação e crescimento de sociedades mais justas, equitativas, sustentáveis e enquanto sector promotor do desenvolvimento económico, social e humano.

A Conta Satélite da Economia Social destaca a sua importância, declarando que em 2010 existiam 55.383 organizações da Economia Social, das quais, cerca de metade 26.779 (48,4%) das mesmas, exerciam actividades nas áreas da cultura, desporto e recreio. Se a estes números juntarmos o facto de que em média temos 15 dirigentes associativos por associação e destes somente 0,8% assumem a função de modo profissional, percebemos a dimensão do nosso Movimento Associativo e do voluntariado a ele associado. Falamos de mais ou menos 400.000 dirigentes. Este universo é

demasiado importante, tendo em consideração o número, o seu impacto social e o papel determinante para o desenvolvimento das comunidades.

Assim torna-se imprescindível, consciencializarmo-nos da necessidade de acedermos à formação adequada, que possibilite apetrechar os dirigentes associativos com ferramentas que permitam proporcionar às organizações, à população e comunidades envolventes o acesso a uma oferta que vá ao encontro das suas reais procuras e carências e simultaneamente que permita uma eficiente e eficaz gestão das suas colectividades.

Existe imperativamente a necessidade de nós, dirigentes associativos, adquirirmos competências específicas, em conformidade com a emergência dos novos paradigmas societais, paradigmas que nos vão colocando questões e situações complexas, nos mais diversificados domínios e níveis, que vão desde a contabilidade, a fiscalidade, a legislação que regula o associativismo, a gestão de recursos humanos, os métodos e processos de liderança, a negociação, mediação e resolução de conflitos, a comunicação inter e intra-institucional, a comunicação de proximidade, a aplicação de boas práticas que vão desde os procedimentos administrativos, até às práticas de higiene e de segurança, a dinamização e reconhecimento dos recursos, a elaboração e candidatura a projectos comunitários e outros, etc.

A experiência empírica dos dirigentes é sem dúvida uma mais-valia que contribui no concreto para a resolução prática de alguns destes novos desafios, mas torna-se muito redutora, conforme nos vamos apercebendo do surgimento de novas situações e da complexidade dos novos modelos de execução e do seu elevado grau de exigência.

Esta realidade está presente em todas as nossas organizações, pelo que para além do nosso sentir individual, é urgente contribuirmos igualmente para a sensibilização dos nossos pares, para a evidência da necessidade de formação e qualificação, que nos permitirá enquanto DAV's e responsáveis legais pelas nossas associações, responder assertivamente e sem prejuízo tanto para as nossas "casas", como para nós dirigentes.

A formação e qualificação dos DAV's promoverá uma maior assertividade e competência na resolução dos problemas e é uma porta aberta para a mobilização de novos associados, novos praticantes, novos modos de "saber" e de "saber-fazer", de enriquecimento e engrandecimento das nossas associações, de auto-sustentabilidade e, consequentemente uma maior asseveração na continuidade da associação e o aparecimento de novos dirigentes associativos, dando espaço a novas ideias, novas formas de estar e à abertura a uma mais abrangente variedade de ofertas, mais adequadas à real procura.

Para nós DAV's existe desde há alguns anos, a possibilidade de usufruirmos de formação através de organizações, tais como a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, a Confederação Portuguesa do Voluntariado, a Confederação do Desporto de Portugal, a Confederação Musical Portuguesa entre outras instituições descentralizadas, tais como as Federações, que reúnem em todo o país, um vasto e diversificado leque de cursos de formação e qualificação que em parceria com as Autarquias e outras entidades administram gratuitamente a fim de transmitirem conhecimento, aumento de competências e capacidades aos dirigentes associativos.

Dos inúmeros projectos de Formação que desde há alguns anos têm vindo a ser ministrados e/ou dinamizados pela CPCCRD destaco alguns que me parecem ser bons exemplos.

Do Relatório de Actividades de 2010 da CPCCRD, aprovado pelo Conselho Nacional, que ocorreu na Universidade Católica no Porto em 26 de Março de 2011, podemos citar:

"Formação Geral Associativa: "(...) foram efectuadas 11 acções de formação (4horas), com uma média de participação de 15 formandos, abrangendo um total de 605 Dirigentes Associativos. Nestas acções de formação participaram ainda vários Técnicos das Autarquias. No total, o volume de formação foi de 2.420 horas.

Com o objectivo de cumprir com os protocolos, transitaram para o ano 2011 (até Março) 15 acções de formação referentes a 2010."

Este projecto acima mencionado, o Q3, é um projecto nacional, que visou desenvolver as competências das pessoas e das organizações, melhorando a qualidade das suas prestações, a eficácia da gestão e contribuir para a sua competitividade e sustentabilidade, através de processos participados e sustentados de consultoria e formação. (Martins, 2011)

A CPCCRD continuou a investir na formação e qualificação dos DAV's, alargando a oferta formativa tornando-a mais específica e mais abrangente, através da criação de parcerias com as autarquias e outras entidades públicas e estabelecendo protocolos com entidades formadoras privadas que oferecem um abrangente programa formativo. Estas parcerias potenciam a diversidade e a especificidade de formação e qualificação, proporcionando aos dirigentes associativos mais do que uma formação direccionada somente para as suas colectividades e funções, mas também uma formação que possa levar para a sua vida profissional e pessoal, podendo inclusive ser uma das opções a considerar pelas colectividades com funcionários e até por empresas, na obrigatoriedade legal das 35 horas de formação anual.

De salientar igualmente os protocolos estabelecidos com entidades do Ensino Superior, que pretendem proporcionar aos DAV's que assim o desejem, aceder com condições especiais à formação académica. Existem protocolos com o ISPA, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, com o ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com a Universidade Católica Portuguesa no Porto, com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e com o ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa, entidades que já receberam e formaram dirigentes associativos.

Considerando alguns resultados obtidos em estudos efectuados, verificamos que a percepção da necessidade de formação existe, mas encontra-se longe das reais necessidades, sendo que a liderança e gestão de equipas e a contabilidade, são as áreas de conhecimento que apresentam uma maior percepção e sensibilidade à necessidade de formação.

Enquanto dirigentes associativos devemos considerar o factor "excelência", como o objectivo maior a atingir em todos os nossos processos, actividades e serviços que prestamos às populações. Obter o nível de "excelência" deverá ser a nossa missão e também a linha delineadora dos nossos objectivos para as nossas colectividades, buscando através da nossa dedicação, conhecimento, competência e prestação de serviços à comunidade de qualidade, a certificação do nosso trabalho e da nossa colectividade, através do preenchimento dos requisitos de excelência exigidos pelas entidades que nos poderão certificar enquanto actores sociais de qualidade e contribuintes activos para a visibilidade e qualidade do movimento associativo popular.

Nós dirigentes associativos que temos a consciencialização da importância da formação e o quanto ela beneficia as nossas associações e associados, temos o dever de ir junto dos nossos colegas e companheiros dirigentes, incentivá-los, mobilizá-los e motivá-los para a procura e frequência de formação e qualificação.

Espero que hoje, neste dia memorável, em que realizamos este extraordinário Congresso saiamos daqui todos mais motivados para a busca de mais conhecimento, mais competências, mais capacidades e mais vontade de aprender e fazer a mudança social efectiva nas nossas colectividades e comunidades. Somos um recurso comunitário, somos um poder local. Ajamos como tal.

Termino a minha intervenção citando dois homens do Associativismo que definiram assim os dirigentes associativos:

Na opinião de Melo Carvalho (1997) o DAV deve ser "O Homem dos sete instrumentos"

Tem de ser um "homem do terreno"
Tem de desempenhar funções formativas
Tem de possuir qualidades de comunicação
Tem de ser gestor de pessoal e de espaços
Tem de promover as actividades
Tem de ser negociador
Tem de ter uma ideia clara da sua função

Ainda segundo o mesmo autor: "o dirigente deve possuir competências para desempenhar as tarefas ou que saiba trabalhar com profissionais."

O dirigente associativo Dagoberto Marujo (2003) defende: "Dois requisitos para se ser dirigente associativo: abertura de espírito e atenção aos sinais" e deve ter as seguintes características: "espírito solidário; humildade; imaginação e determinação".

Muito obrigada!

HÉLDER ROSA
Associação das Colectividades do Concelho do Seixal
DELEGADO

A MULHER NO ASSOCIATIVISMO

Num mundo tendencialmente masculino, onde durante séculos a mulher teve sempre um papel secundário, de apoio à família e de bastidores, e em muitas fases da história sem direitos ou com direitos reduzidos, não se pode hoje deixar de abordar o papel da mulher também no associativismo.

Fazendo um enquadramento geral e até social ainda hoje a taxa de desemprego e a precariedade são superiores nas mulheres, bem como a taxa de desemprego de longa duração. Ao contrário, as mulheres representam quase metade da população ativa e mais de 60% dessas apresenta nível de escolaridade superior.

Não obstante, continuam-se a verificar diferenças salariais significativas ou seja no desempenho de cargos iguais ainda subsistem situações em que só o facto de ser mulher significa ganhar menos.

Também o Movimento Associativo é um mundo tendencialmente masculino onde os homens assumiram um papel preponderante deixando as comissões de bem-fazer, de caridade ou a preparação de beberetes para as mulheres.

O que é certo é que a sociedade evolui e vários sectores da actividade foram-se rendendo às capacidades das mulheres (tão competentes e empenhadas como os homens).

O Associativismo não fugiu à regra, as mulheres começaram a deixar de ser apenas atletas, actrizes ou cantoras e quiseram tomar parte na direcção das associações. Umas foram-se impondo, outras foram sendo convidadas e hoje já contamos com algumas dirigentes associativas.

É claro que nem todo o preconceito passou, as mulheres ainda são olhadas com desconfiança e por vezes os dirigentes (masculinos) ainda se sentem pouco à vontade com a presença feminina, mas tratam-se de situações pontuais e cada vez menos significativas.

De qualquer forma, estima-se que dirigentes no feminino sejam cerca de 10% do total de dirigentes associativos existentes no país. Ora se os homens, regra geral, já aceitam as mulheres, porque são tão poucas?

Talvez porque também as mulheres pensem que ser dirigente associativo é coisa para homens. Não tem a ver com elas e não as cativa. O pior preconceito é aquele que impomos a nós mesmos. Se as mulheres pensarem que o Movimento Associativo não é para elas, convencem-se disso e dificilmente se lançam, se desafiam. Por vezes deixam de tentar porque têm uma ideia completamente diferente do mundo associativo.

É claro que a vida da mulher está, tendencialmente, mais preenchida que a do homem. Normalmente a mulher tem a sua profissão, tem a casa, os filhos, o marido e ainda tem que arranjar tempo para ir até à colectividade ou para levar os atletas às competições ou torneios.

O homem sai do trabalho e pode passar pela colectividade, a mulher sai do emprego e corre para casa, para fazer o jantar. São ritmos diferentes provocados por hábitos sociais com muitos anos.

De facto, o ritmo de homens e mulheres é diferente e as mulheres têm mesmo que fazer magia, caso contrário não conseguem ser esposas, mães, ter uma carreira e ainda poderem apostar num "hobby" como o Movimento Associativo.

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres que aceitam abrir os seus horizontes e tentar a experiência associativa, regra geral, não se arrependem. Trata-se de uma experiência de vida única que enriquece muito.

Claro que, pelo exposto acima, é mais complicado cativar mulheres que homens. O que é uma pena, para já porque se as coletividades conseguissem cativar mais mulheres resolveriam problemas como o da falta de dirigentes.

Como em tudo na vida, aqui só custa o primeiro passo, basta os homens entenderem que as mulheres podem ser dirigentes como eles e as mulheres acreditarem que o movimento associativo também é para elas.

Depois disto, é só preciso manter o equilíbrio. O respeito mútuo e a confiança são a chave. Não nos podemos olhar como homem e mulher, mas sim como dirigentes associativos com problemas comuns que podem e devem ser resolvidos em conjunto.

Provavelmente homens e mulheres agem, pensam e reagem de forma diferente, mas esta realidade não é um problema ou entrave ao trabalho em conjunto, antes pelo contrário, a diversidade é normalmente rica, criadora e produtiva.

Completando-se e temperando-se feitios e modos de encarar o associativismo, podem-se encontrar caminhos inovadores e eficazes de garantir um futuro risonho para o movimento associativo.

Se se pudesse falar de uma receita para o sucesso dir-se-ia que o mais importante é a mulher ser respeitada enquanto pessoa, enquanto dirigente e o facto de ser mulher nem sequer ser questão e nunca um entrave. Deve evitar-se a todo o custo as situações em que a mulher, só por ser mulher, tem que ser ainda melhor no que faz, tem que passar em muitos testes e mostrar que isso de sexo fraco é mesmo ficção.

O preconceito é real em todos os quadrantes da sociedade e também no Associativismo, no entanto são cada vez mais os exemplos de perfeita harmonia entre homens e mulheres, assente no respeito e apoio mútuo.

A verdade é que desde que homens e mulheres se respeitem e trabalhem para um ideal comum tudo corre bem, ambos saem enriquecidos e o Movimento Associativo também. Na diversidade e na igualdade se criarão as condições necessárias para a existência de muitos e bons dirigentes associativos voluntários e benévolos. Sem quotas ou imposições, mas com respeito e motivação.

JORGE LUÍS OLIVEIRA
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

NATUREZA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM PORTUGAL E IMPLICAÇÕES NO ASSOCIATIVISMO

Caros amigos e amigas:

Esta minha intervenção no presente Congresso das Colectividades, cujo tema, Natureza das relações de trabalho em Portugal e implicações no associativismo, que vou abordar, antes de mais com uma saudação de alegria, apesar de vivermos todo um tempo de profunda preocupação. De facto, o Associativismo Português, não trilha um tempo fácil e a esperança nem sempre nos surge como algo claro e luminoso.

A sociedade actual é demasiado egocêntrica e vê-se encerrada numa onda competitiva que anula o solidário esforço de criar algo comum, cerne da associação em que os cidadãos se possam rever e contribuir para o alcance e manutenção dos objectivos traçados. As colectividades, sejam culturais, desportivas ou sociais, devem ser o coração das comunidades locais. Formadas por cidadãos que, em simultâneo, são ou já foram trabalhadores. Primeira escola de cidadania e, por isso, polos de atracção para os mais novos que, naturalmente, deverão assegurar o futuro do corpo associativo, porém...

Sobretudo de 2003 até aos dias de hoje, têm-se verificado um conjunto de alterações laborais que condicionam e desmotivam a participação dos trabalhadores na vida cívica dos seus bairros ou das suas terras. Senão, vejamos: os contratos colectivos de trabalho, entre outras mais-valias, permitiam melhores horários de trabalho que, por sua vez proporcionavam

tempo disponível para a família e para outros interesses como o associativismo. A sua crescente caducidade e até nulidade, permitiu que a lei encarasse a adaptabilidade horária que junta à carga horária diária, mais duas horas.

Já em 2009, a alteração ao Código do Trabalho, introduziu prazos para a caducidade dos contratos colectivos, bancos de horas, generalizando a adaptabilidade horária. Também, horários concentrados que possibilitam que os trabalhadores trabalhem até 13 horas durante 3 dias seguidos e, depois, descansem, outros 3 dias seguidos.

Entre 2012 e 2013, mais alterações surgiram, retirando dias de férias, descanso compensatório, redução de prazos de negociação de contratos colectivos aquando da sua caducidade e redução profunda do valor do trabalho extraordinário.

Na própria administração pública, central e local, além dos cortes salariais, dias de férias e feriados, aumentaram o horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais.

Com toda esta profunda desregulamentação de horários de trabalho, retira-se tempo e disponibilidade aos cidadãos para que possam participar em acções cívicas como é todo o movimento associativo. A diminuição de férias e de feriados também ajuda a esta diminuição.

A própria redução dos salários retiram capacidade financeira aos cidadãos que se coíbem de participar nas Associações ou que gostariam de estar presentes.

Quantos dos nossos amigos e conhecidos perderam condições para sustentar uma quota ou outros contributos e tudo fazem para trabalhar mais horas ou até ter uma segunda ocupação?

A própria emigração de jovens e menos jovens, é uma machadada na participação cívica e Associativa.

Depois da precariedade generalizada, instalou-se uma degradação do estado psicológico dos cidadãos de tal magnitude, que se arredam de participar no colectivo das suas terras ou dos seus bairros.

Urgem, por tudo isto, alterações às leis laborais para que se reponha maior estabilidade emocional e social em todos os cidadãos. Se houver um novo tempo de maior esperança e melhores certezas quanto às vidas de cada um, o movimento associativo poderá ganhar novo fôlego e maior dinâmica. Aliás, o País não pode continuar nesta total alienação de valores. Se o fizer, correrá o risco de se anular. Os diversos poderes, têm que compreender que o Associativismo é e terá que ser sempre uma incubadora de cidadania. Seja pela via cultural, desportiva ou social. Por outro lado, há que encarar, no movimento associativo, a urgência de que homens e mulheres participem em pé de igualdade.

Por tudo isto, tem que haver melhor conhecimento que permita maior e melhor utilização da Lei 20/2004 – Estatuto do Dirigente Associativo e tentar que todos os poderes, sejam eles políticos ou empresariais, entendam, de uma vez por todas, a importância de existir um Movimento Associativo forte, o que implica ter uma organização consentânea com o dinamismo exigível. Por tudo isto é que dizemos que o País, no seu todo, tem que melhorar a sua visão que necessariamente terá que ser colectiva para que todos os aspectos do desenvolvimento possam ser ponderados de igual modo.

É que, quem reconhece o Associativismo e, depois, tudo fazer para o neutralizar, não será propriamente democrático. E daí que tudo esteja interligado. As reivindicações do mundo do trabalho são o oxigénio de toda uma sociedade que não se quer ver afogada nos interesses egocêntricos de um pequeno grupo. Como tal, são peças fundamentais para que o Movimento Associativo se reforce e se revigore. É dele e por ele que se pode e deve percepcionar uma sociedade mais saudável, mais culta, melhor formada e muito mais participativa. Logo, haverá uma sociedade mais e melhor desenvolvida e de forma sustentável.

Por todo o nosso futuro, Viva o Associativismo!

JOSÉ ALBERTO FRANCO
Aldraba-Associação Espaço Património Popular
DELEGADO

As minhas saudações à Mesa e a todos os companheiros que ainda estão a acompanhar e a participar neste painel.

Eu queria utilizar esta intervenção para fazer um apelo numa perspetiva que eu acho que não tem sido suficientemente sublinhada até agora nos nossos trabalhos, que é a da cooperação dos dirigentes e das associações entre si.

É justo, é oportuno que mantenhamos o tom reivindicativo que informa este movimento no sentido de conseguir junto dos poderes públicos condições, reconhecimento que tem faltado, isso é mais que justo, mas não podemos, não devemos ignorar a necessidade de reforçar os laços de cooperação entre as nossas associações e entre os nossos dirigentes.

Nesse sentido, eu e outro ativista associativo que também está aqui presente apresentámos (já redigimos e já entregámos) uma proposta de aditamento, que eu não vou ler, à rubrica que tem que ver com esse tema da cooperação, no âmbito do grupo I das recomendações ao poder associativo.

Era só para aproveitar esta oportunidade para apelar a que nós todos nos capacitemos de que o nosso trabalho, essa é uma das forças do movimento associativo popular, a cooperação, não apenas dos membros da mesma associação entre si, mas, acrescento e sublinho, das associações umas com as outras.

Há que varrer definitivamente o espírito individualista, clubista – no mau sentido do clubismo – que informa ainda muitas associações.

As dificuldades com que todos nos defrontamos relativamente aos meios de trabalho – e eu dou um exemplo, que nos últimos tempos se tem tornado mais preocupante, da falta de instalações físicas, as restrições no arrendamento, os despejos que foram acontecendo e aos quais nós todos resistimos e temos de continuar a resistir -, fazem-nos ter que admitir cada vez mais o papel da cooperação entre associações.

A associação de que eu sou presidente não tem instalações próprias, e tem beneficiado da cooperação de outras associações em cujas instalações nós funcionamos.

Esta cooperação, esta solidariedade entre associações da mesma área geográfica, do mesmo ramo ou da mesma tipologia, tem que ser reforçada.

Eu gostaria que deste Congresso saísse uma recomendação nesse sentido, e, portanto, peço o vosso apoio para quando essa alteração for submetida ao Congresso.

Muito obrigado!

JOSÉ ARMANDO ROMEIRA
Leões do Sul Futebol Clube
DELEGADO

Saúdo a Mesa do Congresso
Saúdo a Comissão Organizadora
Saúdo todos os Congressistas e convidados

Como atrair os jovens para o Associativismo?
Esta é uma pergunta que nós fazemos, muitas vezes, nos Leões do Sul Futebol Clube, mas para a qual não encontrámos ainda resposta. O que trago a este fórum é, pois, a partilha de uma preocupação, que é comum a muitos dos presentes e ao movimento associativo popular, em geral.
Estamos todos de acordo num ponto: **É fundamental a presença dos jovens dentro das coletividades**, com novas ideias mas também com eles próprios a motivarem outros jovens. A integração dos jovens no Movimento Associativo Popular faz com que se desviem de outros caminhos perigosos. É aquilo a que chamamos "sangue novo".
Nos Leões do Sul, em S. Bartolomeu do Sul, concelho de Castro Marim, no Algarve, acompanhamos as tecnologias informáticas, também como forma de atrair os jovens, visto que são eles os mais esclarecidos sobre o assunto. Frequentemente, apelamos à sua participação em ações de formação para dirigentes, ou à sua colaboração na organização e participação em iniciativas de caráter desportivo, recreativo e cultural. Por vezes funciona. O pior mesmo é levá-los a assumir responsabilidades maiores.
Exemplo do que digo é a atual direção. Os dois elementos mais novos da equipa que integro estão na casa dos 40 anos e mesmo eles são os menos ativos. O grosso do trabalho e da responsabilidade recai, há mais de 15 anos, sobre os mais velhos.
O que sentimos é que há um não querer assumir de responsabilidades, uma falta de entusiamo, de empenho e de interesse que seria de esperar dos mais jovens. Não se exige que pensem da mesma maneira, mas exige-se que percebam que a força fundamental deve ser só uma: a força da renovação e da continuidade.
Acredito na educação pelo exemplo. Integrei o movimento associativo popular tinha 16 anos de idade e a ele continuo fiel. Considero ser dever das pessoas fazer algo pelos outros e alguma coisa pela sua terra.
É este o caminho que diariamente procuro mostrar aos mais jovens e não vou desistir agora.
Atrair os mais novos para as nossas coletividades na era da internet e dos jogos digitais não está a ser fácil. Neste mundo globalizado, os jovens têm muitas solicitações. Num mundo menos humanista, como o nosso, os jovens têm preocupações mais individualistas. Num país onde o desemprego é tão elevado, como Portugal, os jovens têm outras prioridades. Estas são a meu ver algumas das razões que afastam os jovens das nossas coletividades.
Nos Leões do Sul, vamos continuar a procurar soluções. O nosso desafio é atrair e reter os jovens. Trabalhar com os jovens e para os jovens é nossa prioridade!

Viva o Movimento Associativo Popular!
Viva o Congresso Nacional das Coletividades!

JOSÉ LUÍS TAVARES
Sociedade Filarmónica Incrível Almadense
DELEGADO

O meu nome é José Luís Tavares e tal como a Mara Martins, Vice-Presidente, estamos neste congresso como delegados, a representar a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, de vida ininterrupta desde 1848 e como Colectividade Presidente da Confederação das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto e saudámos-vos a todos com Amizade.
Senhoras e senhores, mulheres e homens do Movimento Associativo não vos vou transmitir nada de novo. Todos sabemos das dificuldades que todos enfrentamos para dirigir as nossas Colectividades.
O Movimento Associativo é pobre e irá continuar a ser pobre.
É nas dificuldades que encontramos a força necessária para vencer as barreiras que continuadamente nos colocam. Substituímos os governos, nas actividades educacionais, sociais e culturais que desenvolvemos.

Somos uma multidão.
Poderíamos ser uma força grandiosa. Mas não somos.
Porque é que não somos?

Não nos aflige os impostos com que nos oneram? Não nos incomoda que estejamos sujeitos a taxas de IVA quando precisamos de comprar um instrumento para a nossa Banda? Importa-nos que tenhamos que pagar taxas elevadas de direitos de autor quando abrimos as portas para oferecer um espectáculo gratuito aos nossos associados? Decerto que nos preocupa e aflige estas situações para só falar em algumas.
Mas se somos uma força porque é que a não utilizamos?
Cada um por si, naturalmente que nunca conseguirá abrir as portas que façam ouvir as nossas reivindicações.
Assim, está limitado o nosso poder reivindicativo.
Esperamos pois que a Confederação, tendo à sua frente o nosso representante Augusto Flor tenha uma palavra a dizer, inserindo-se nos poderes governamentais e ensine, porque eles não sabem ou não querem saber, os governantes, da realidade do Movimento Associativo e atribuam ao mesmo aquilo que por direito lhe pertence.
As facilidades para poderem desenvolver o seu trabalho. Trabalho gratuito que todos nós oferecemos ao País.
É o terceiro congresso a que assisto e dos dois anteriores, além da confraternização que sempre agradavelmente fazemos nada mais restou. Nada se conquistou.
Nos dias seguintes de tudo só ficaram recordações.
Que a Confederação das Colectividades nos convença que não foi um erro criar no Movimento Associativo um "Governo Central" no que se transformou. O Movimento Associativo sempre se deu mal com governos centrais, tendo retirado poder e competências às Federações Distritais e bem assim às Associações Concelhias, estas sim, próximas das Colectividades.
Espero, pois, que deste terceiro Congresso saiam determinações e responsabilidades concretas de forma a que reivindicando e não mendigando nos sejam atribuídos os direitos que nos cabem e o Governo deve ao Movimento Associativo Português.

Homens e mulheres do Movimento Associativo é tempo de respeitar à letra que nos legou o Mestre Fernando Lopes Graça na sua obra **Acordai!**

STEPHEN HUGMAN
Associação Ambiental A Nossa Terra
DELEGADO

Exmas. Senhoras e Senhores da Mesa,
Caras e caros congressistas.

Este é o meu primeiro congresso das coletividades. Cheguei com muitas expectativas. A entrar no anfiteatro estas expectativas foram amplamente respondidas, fiquei impressionado com o número de dirigentes associativos a participar.
Porém, fiquei um pouco dececionado a ver que a composição da mesa, e também da plateia, não mostrou a diversidade dos membros das associações. Eu estava a esperar de ver jovens, muitas mulheres, imigrantes e pessoas de todas as etnias. Pus-me a pensar. Porque é que sou semelhante à maioria dos dirigentes presentes - masculino, cabelos brancos e de origem europeia? Os membros da associação onde estou dirigente não são assim - há uma maioria de mulheres, muito jovens e várias nacionalidades.
Vou falar do tema 37 - A renovação e rejuvenescimento dos dirigentes, bem como os temas anteriores, nomeadamente: 35 - Mulheres no associativismo e 36 - Jovens no associativismo. Vou, também, propor uma revisão do Manifesto Associativo para especificamente incluir uma recomendação de planificação, promoção e divulgação da diversificação dos Corpos Sociais das nossas associações.
Esta manhã, membros da nossa associação estão ativos na nossa horta comunitária. A maioria são mulheres, há pais jovens, crianças, deficientes e gente de vários países. Porque é que não são um deles aqui no meu lugar. Considero que não sou racista; que não sou sexista; que não sou xenofóbico. Mas claramente a pensar não é suficiente. A nossa associação tem de mostrar e representar a nossa diversidade.
O novo primeiro ministro do Canadá recentemente apareceu na televisão. Ele estava muito orgulhoso da diversidade do seu conselho de ministros. Inclui mais de metade de mulheres e também representantes de muitas das etnias residentes no país. Ele disse que é a primeira vez que o governo é mesmo do Canadá.
Como é que ele conseguiu esta diversidade? Como é que nós podemos conseguir esta diversidade nas nossas associações? Temos de conhecer a diversidade das nossas associações; temos de ter objetivos claros sobre a diversidade nos corpos sociais; temos de analisar as razões porque alguns membros não podem participar na governação da associação; temos de desenvolver planos de rejuvenescimento das direções; temos de motivar os membros a participar e temos de ceder espaço para esta participação.
Concluo agora com o apelo que, além de capacitar dirigentes e qualificar as associações, as associações se preocupem com a criação de condições para a participação ativa de todos os seus membros. Uma associação deve ter um plano de diversidade, que o divulga e promove entre os seus membros para encorajar a participação de todos.

Obrigado pela oportunidade de participar!

TRISTÃO NOGUEIRA
Confederação Musical Portuguesa
DELEGADO

AS ASSOCIAÇÕES, OS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS E OS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE APOIO

Desde há anos a esta parte que a gestão de uma Associação Cultural, Recreativa ou Desportiva era feita pelos chamados "carolas". que melhor ou pior, lá iam aguentando a Associação ao longo dos tempos, e como o Estado e as Autarquias raramente financiavam as Associações, os próprios dirigentes não se preocupavam muito com aspectos legais da sua existência, e do seu funcionamento. Os dirigentes de então nunca se preocuparam em elaborar e aprovar um código próprio, como o fizeram algumas associações profissionais, e, sem se aperceberem, o Código Civil passou a conter normas aplicáveis às Associações. Como todos sabemos, é sempre muito mais difícil modificar qualquer norma do Código Civil, do que modificar ou alterar um Estatuto ou uma Lei de Bases.
Dirigir actualmente uma Associação, já não vai lá com "carolice", muito embora haja uma certa corrente que entende que a Associação deve continuar a ser dirigida por "carolas", e que, se não for assim, estamos a desvirtuar o associativismo. O dirigente associativo tem hoje que saber dominar matérias complexas, tais como: liderança e comunicação entre camadas jovens e adultos; fazer a gestão financeira, organizativa e cultural das Associações; preparar e negociar projectos culturais e financeiros como forma de financiamento e dinamização da Associação; adquirir conhecimentos que lhe permitam lidar facilmente com a vastidão de leis, contabilidade, contractos-programa e apoios monetários; preparar planos de actividade, orçamentos e Assembleias Gerais; tratar de Direitos de Autor; estudar e preparar candidaturas aos apoios comunitários, etc, etc,. Na maioria dos Países Europeus e Mundiais a formação dos dirigentes associativos é dada de forma permanente pelo Estado e Autarquias, com o aval das Confederaçãos, ou em parcerias com várias entidades, nomeadamente Universidades. Em Portugal, o associativismo cultural e recreativo português sofre actualmente de "doença grave" quanto à formação de dirigentes associativos. A falta de dirigentes associativos preparados e com outra visão moderna do associativismo, aliadas à estrutura organizativa então existente antes de 2.000, também não facilitava tratar Sectores com certa especificidade e é o próprio Conselho da Europa que no seu Relatório de 1998 sobre Portugal, que vem dizer "É particularmente surpreendente constatar a ausência de grandes estruturas federativas representativas das diferentes associações culturais" e apontava lacunas graves no sector da formação de animadores culturais, de administradores e gestores culturais.
Foi por falta de visão e de formação, que os dirigentes associativos nunca tomaram iniciativa de aproveitar fundos comunitários, apesar de haver algumas organizações a informarem e a tentarem para que fosse possível levar à prática candidaturas a fundos europeus.
As Associações com Banda Filarmónica pertencentes aos Países membros da União Europeia de Músicos e à CISM (Confederação Internacional das Sociedades Musicais), sempre aproveitaram todos os benefícios que os Quadros Comunitários de Apoio e Programas para a Cultura proporcionavam.
Em Portugal, os dirigentes Associativos, salvo duas ou três raras excepções, viram passar ao lado Quadros Europeus de Apoio e Programas Europeus tais como: IIIº e IVº Q.C.A.; Lider II; Cultura 2000 e Cultura 2007-2013; Connect; Caleidoscópio; Ariane; Rafael; Equal (Minorias étnicas).
Muitas destas candidaturas teriam de abranger um País, uma Região, eram para sectores específicos e nunca poderiam ser feitas individualmente por Associações ou por Federações ou Confederações que não fossem específicas desses sectores. Vem aí brevemente o novo Programa Portugal 2020-2025, mas se a mentalidade e a formação dos dirigentes associativos não sofrer alteração, continuaremos e ver as Associações queixarem-se de tudo e de todos, mas a não tomarem

qualquer iniciativa, para obterem esses fundos comunitários europeus.
Foi importante o estudo que se fez nos últimos anos sobre o associativismo e a importância que lhe deram, atribuindo-lhe a qualificação do - Terceiro Sector ou da Economia Social - , mas também foi um erro não se tratar ao mesmo tempo da Regulamentação dos Sectores. O associativismo tem agora o resultado. Tudo isto foi muito bem aproveitado pelo Estado para a área da fiscalidade, sem trazer grandes benefícios para as Associações. Hoje a responsabilidade dos dirigentes associativos perante a lei e a fiscalidade é tal, que cada vez mais o movimento associativo tem dificuldade em recrutar dirigentes e fala-se agora na "profissionalização dos dirigentes associativos", para colocá-los ao serviço das Associações, será isso o que interessa às Associações? Este tema merece ser amplamente debatido em Encontros e Fóruns.

VÍTOR AGOSTINHO
Sociedade de Instrução e Beneficiência "A Voz do Operário"
DELEGADO

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MAP, CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA O BOM DESEMPENHO DOS DIRIGENTES

O movimento associativo popular tem que encarar a questão da sua modernização administrativa como tarefa prioritária, como necessidade central de ultrapassar muitas situações caducas.

A necessidade dos dirigentes estarem familiarizados com a utilização da informática e dos programas que dai podem advir, trará um melhor desempenho do trabalho burocrático para o qual temos com urgência de iniciar ou atualizarmo-nos com estas novas ferramentas.
Poderemos com esta atitude ter mais tempo para a ação do objeto da nossa coletividade, associação e clubes e com esse tempo pôr-nos na prática enquanto dirigentes no terreno da nossa atividade.
Falamos num **programa de sócios**, que responda eficazmente ao controlo das quotas que seja compatível com **programa de contabilidade** e que simultaneamente possam ter a espaços para caraterizar e qualidade dos sócios, os cargos que ocupam ou ocuparam, os anos de associados, **programa de correspondência**, etc, vai ajuda com certeza a que os associados se citam ainda mais junto da associação a que pertencem.
É necessário e urgente que cada coletividade tenha o seu **endereço eletrónico** facilitando assim o contato entre coletividades, e entre os seus associados.
Temos de entender que o nosso bom desempenho está também relacionado com a forma como nos comportamos ou atualizamos a nossa forma de estar com as novas tecnologias. Dai a necessidade que as nossas organizações de cúpula continuem e intensifique com os órgãos do poder candidaturas para ações de formação na área das tecnologias e que possamos por ao serviço das Associações os vários programas informáticos que em rede poderemos no futuro interagir.
O processo de modernização administrativa associativa poderá igualmente reforçar o nosso conhecimentos pelas atividade que cada um pratica e a trazer troca dessas mesmas atividades e assim enriquecermos os planos de atividades da nossa coletividade.
Estou em crer que esta disponibilidade dos dirigentes na aceitação e formação, trará em conjunto com outras medidas associativas um novo impulso à modernização administrativa e interativa das nossas Associações.

Mesa (da esquerda para a direita): José Manuel Constantino (COP), Luís Mendes (FPTA), Marco Vaza (Jornalista/moderador), Caleia Rodrigues (CDP) e Maestro Costa Pinto

PAINEL 3

CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CRIAÇÃO, REPRODUÇÃO, EXCELÊNCIA E ÉTICA

MARCO VAZA
Jornalista
MODERADOR

JOSÉ MANUEL CONSTANTINO
Presidente do Comité Olímpico de Portugal
CONVIDADO

Boa tarde a todos
Cumprimento os presentes e agradeço o convite dirigido ao Comité Olímpico de Portugal para estar presente nos trabalhos deste encontro.
Vou tentar respeitar o tempo que é dado a cada preletor e procurar responder à questão que me foi colocada contextualizando o tema da minha intervenção, o Desporto, em cinco grandes tópicos.

1.º - O desporto é um bem social público, ou seja, as sociedades crescem melhor e desenvolvem-se melhor se tiverem uma população que é física e desportivamente ativa, obtendo por via disso benefícios no plano da educação, benefícios no plano da formação, benefícios no domínio dos estilos de vida saudável, tudo quando está associado a factores que possam contrariar as chamadas doenças da civilização muito resultantes quer dos estilos de vida, quer dos hábitos alimentares, quer da falta de atividade e movimento; o desporto é também um fator positivo do ponto de vista da entidade nacional e da coesão nacional, portanto as sociedade beneficiam pelo facto de ser possível de ter uma comunidade desportivamente ativa.

2.º - O desporto vale mais do que aquilo que custa, o que significa que a sociedade recebe algo que tem um valor superior aquilo que custa a sua promoção.
Porquê? Porque o Desporto assenta essencialmente na base dos clubes e das organizações desportivas. E o trabalho dos Clubes e das organizações desportivas tem uma forte componente de trabalho voluntário, de trabalho gracioso, de trabalho benévolo e por esse facto as sociedades recebem algo que não têm que pagar por nele estar incorporado uma forte componente de trabalho voluntário.
Os estudos realizados apontam para uma relação de 1 para 3 euros, ou seja, porque para cada euro que se aplica na actividade, na promoção da actividade desportiva, o que a sociedade recebe é correspondente a 3 euros se tivesse que pagar todo o trabalho que está incorporado no seio desta promoção.

3.º - Se assim é, e se tenho razão naquilo que afirmo, as políticas públicas de apoio ao desporto devem de ter como eixo fundamental o apoio às políticas associativas. Particularmente o apoio ao trabalho dos clubes, das associações e das federações, porque é nesse seio e nesse contexto que se gere o desenvolvimento da actividade desportiva nos termos em que referi anteriormente e portanto as políticas, que pretendem aumentar o número daqueles que praticam desporto e desenvolver a respetiva qualidade, devem sobretudo construir ações que vão ao encontro das necessidades de desenvolvimento dos clubes, das associações, das federações, das colectividades, das organizações populares, enfim de todas as organizações no seio das quais se organiza, se pratica e se desenvolve o desporto, repito, como um forte componente de trabalho benévolo que não é apenas do dirigente, mas é do dirigente, é do seccionista, é do treinador.
Nós temos, de acordo com estudos que são organizados em Portugal, cerca de 1%, de treinadores profissionais e se puxarmos a fasquia um pouco para cima e enquadramos pessoas que não sendo profissionais têm todavia alguma remuneração, nós não chegamos aos 10%. O que significa que a maior parte daqueles que preparam as crianças e os jovens para a prática do desporto, os organizam, os treinam ou enquadram, os acompanham às competições, são dirigentes, são treinadores, são homens, são mulheres que exercem aquela actividade em termos de natureza estreitamente benévola. E portanto as políticas de desenvolvimento do desporto tem que ir ao encontro desta componente fundamental do sistema desportivo, que é o benevolato e que é o clube desportivo.

4.º - A atividade que o desporto desenvolve gera benefícios económicos e por força dos benéficos económicos, benefícios fiscais. É naturalmente uma actividade geradora de emprego, é uma actividade que em sim própria aumenta os níveis de produtividade e reduz os níveis de absentismo ao trabalho, mas é também uma actividade que é geradora de benéficos fiscais. Em tese, por cada 100 euros que o Estado transfere para as organizações desportivas, 30 regressam novamente ao Estado sobre a forma de impostos directos e indirectos, portanto o próprio Estado, beneficia com as transferências financeiras que desenvolve para apoio da actividade desportiva.

5.º - No apoio ao associativismo desportivo é determinante o papel das autarquias locais.
O País, hoje, no ponto de vista desportivo, não tem nada a ver com o País antes do 25 de Abril de 1974; a grande democratização que o País assistiu do ponto de vista das actividades físicas e desportivas, deveu-se essencialmente ao insubstituível papel das autarquias, ao insubstituível papel do poder local pela relação de proximidade que estabeleceu com o tecido associativo e pelos meios, pelas condições, pelos apoios que transferiu para o desenvolvimento dessa actividade.
O País seria outro hoje, para pior, se o papel das autarquias não tive sido o que foi e, portanto, reforçar a capacidade de intervenção das autarquias e ajudar a reduzir a precaridade da actividade dos nossos clubes, das nossas colectividades, é ajudar a sua sustentabilidade, é facilitar o trabalho social que eles desenvolvem em torno de um bem social público como é o desporto.
O País atual, não tem nada a ver com o País há vinte anos atrás, nós hoje saímos das cidades e vamos às terras do interior e vimos as pessoas a correr, as pessoas a caminhar, vimos as pessoas a andar de bicicleta, vimos as pessoas a desenvolver uma actividade de natureza física e desportiva, pela sensibilidade e pela perceção que adquiriram da importância que isso reverte para uma vida mais saudável. Que acreditam que essa é uma componente fundamental das cidades modernas e das cidades desenvolvidas e nesse sentido nós temos hoje mais pessoas a praticar desporto.
Naturalmente não podemos ignorar que tivemos clubes que tiveram que encerrar, que tivemos clubes que tiveram que reduzir muitas das suas secções e portanto houve praticantes desportivos que se perderam e que houve clubes que encerraram, enquanto houve outros clubes que nasceram e portanto é um movimento muito assimétrico e desigual.
Não podemos desligar a situação do tecido desportivo da situação que o País viveu nos últimos anos e portanto os problemas que o País viveu naturalmente que se refletiram também no desporto e refletiram-se em sentido negativo, não se refletiram em sentido positivo.
O Desporto não é uma ilha fora do País, e sofremos as consequências da profunda crise social, política, económica que ocorreu e as famílias sentiram de forma cruel, severa, muitas delas com reflexo no abaixamento das suas condições de vida e isso refletiu-se também na ocupação dos tempos livres, nas condições dadas aos seus filhos para praticarem desporto e no abandono de franjas significativas de sectores sociais importantes no domínio da prática desportiva.
Há que reconhecer esse facto, e há que reconhecer outro facto e que é indesmentível: é que apesar de nós termos mudado muito e para melhor, ainda estamos muito afastados do que são os padrões europeus, porque nós partimos de uma base muito baixa, o Pais que nós iniciamos em 1974 era o País mais atrasado da Europa e isso também se refletia nos indicadores de desenvolvimento desportivo.
A recuperação desta decalagem não foi possível ser feita a um ritmo que nos permitisse ficar mais perto daqueles com quem habitualmente nos comparamos, que são sobretudo os outros países europeus; nós crescemos mas não crescemos o suficiente para ficamos aos níveis daquilo que são outros países sobretudo no continente europeu.
E com isto termino a minha intervenção.
Devemos fazer um balanço, que é um balanço positivo do trabalho que realizamos nos últimos trinta anos, do ponto de vista do crescimento, do desenvolvimento desportivo, muito por intervenção dos clubes, das associações, do poder local e em certa medida também de algumas politicas com origem nos governos centrais, mas devemos ter o sentido critico suficiente para verificar por um lado, que aquilo que poderíamos ter atingido poderia ter sido diferente para melhor, se as politicas públicas tivessem sido politicas de maior incentivo, sobretudo ao trabalho que se desenvolve no âmbito do tecido associativo e particularmente dos clubes desportivos e esse sentido crítico não nos deve afastar daquilo que deve de ser o nosso horizonte, que deve ser um horizonte de esperança mas também algo que a mensagem do direito ao desporto para todos incorpora, que é um sentido de luta, de batalha, de combate por um mundo melhor.

Muito obrigado!

COSTA PINTO
Maestro
CONVIDADO

Boa tarde,
Cumprimentos à mesa,
Cumprimentos a todos os presentes,

Naturalmente, há pouco falava com o Dr. Ribeiro e Castro e ele dizia que as Bandas são as escolas de música e eu dizia-lhe que não, as Bandas ainda hoje são as escolas primárias da música e do ensino da música, com uma nuance e eu aproveito já para dizer aqui, uma vez que estão aqui muitos músicos e professores de música: a função realmente essencial e muito meritória das escolas de música das bandas é fundamental continuar, simplesmente tem que adicionar o ensino da música cantada. O primeiro instrumento que nós temos à nossa disposição na música é a voz e o primeiro instrumento para aprender e apreender a técnica musical é através da voz, através do canto. De maneira que ensine-se música, não só o solfejo rezado, mas também o solfejo entoado. Esta é a primeira observação em relação à função primordial que as bandas filarmónicas têm no nosso país. Depois disto, direi o seguinte. As bandas são, muita gente já disse isto aqui hoje e muita gente tem dito isto ao longo dos anos, um alforge de grandes amizades, de comunicabilidade e até de início de famílias. Há cerca de quase 200 anos, tem sido um meio musical que se deve manter e continuar a aperfeiçoar, porque eu tenho uma admiração profunda pelas pessoas que iniciaram este movimento bandístico no século XVIII, seculo XIV aliás, com influência de João Domingos Bomtempo, que trazendo de Londres a ideia da sociedade filarmónica para divulgação da musica clássica, o sistema associativo - sobretudo as pessoas na igreja, os padres nas pequenas aldeias conseguiam reunir as pessoas para fazerem música e as associações - essas que nasceram nessa altura, tomaram realmente a influência da sociedade filarmónica e tomaram o nome da filarmónica, que é sinónimo de amadorismo, do amor à música. Essas pessoas, que inicialmente dirigiam muitas delas com muita carência técnica, mas com muito amor à música, inclusivamente escrevendo rudimentarmente música para tocarem, repertório muito acessível, faziam as festas religiosas, tradição que se mantém hoje. A evolução técnica foi bastante grande e, sobretudo, nos últimos dez, quinze anos em que o ensino profissional tem evoluído muito com o nascimento de escolas profissionais pelo país inteiro. Recordo que, no meu tempo de estudante, havia o Conservatório de Lisboa, Conservatório do Porto, havia a Academia dos Amadores de Música, havia a Academia de Coimbra e havia uma Academia em Faro e havia as bandas, mas escolas profissionais poucas ou nada além destas que eu mencionei. Entretanto hoje existem centenas, felizmente por um lado, por outro lado essas escolas todos os anos debitam centenas ou milhares de músicos jovens de vários instrumentos, de várias áreas, principalmente sopros e percussão, que vão encontrar local para se expressarem nas bandas filarmónicas da terra de onde eles são provenientes - mais do Centro para o Norte do que propriamente do Centro para o Sul (um fenómeno que alguém tem um dia destes que descobrir porque é que há tão poucas bandas na parte do Centro a Sul e há muitas bandas no Centro a Norte). Sobretudo teve uma influência muito grande da queda do muro de Berlim. Toda aquela parte do Leste mudou, todo o seu sistema político e de gestão, que alimentava muito a música e dava muito apoio às Orquestras e aos Conservatórios mas que deixou de dar, deixou de haver suporte estatal para essas instituições. Muito desses músicos daqueles países de Leste tiveram que emigrar, emigraram para muitos países inclusivamente para o outro lado do Atlântico mas muitos vieram para o nosso país. Fizeram parte de orquestras, ainda fazem parte de orquestras mas, sobretudo, desenvolveram grandemente as escolas de ensino. Ainda bem, porque eles estavam muito preparados e preparam muito bem os músicos que hoje estão desenvolvendo profissionalmente a música no nosso país. Alguém dizia também aqui há muito tempo que é um dado adquiro que não existem bandas más mas sim maestros maus. Não é verdade, cuidado que não é verdade. Eu não posso fazer milagres se tiver uma orquestra com músicos medíocres à minha frente. É preciso, portanto, haver as duas componentes, músicos bons, competentes, conhecedores dos instrumentos, conhecedores da História da música, que é um elemento fundamental.

Aqui há alguns anos atrás, eu se quis ter alguma preparação técnica tive que ir para o exterior. Muitos colegas meus tiveram que o fazer no exterior, mas hoje não. Já há escolas no nosso país que, felizmente, tem bons professores de Direcção e têm saído bons maestros para a Direcção de orquestras e de bandas filarmónicas.

Eu tive um programa de rádio, tentei incentivar isso - esta situação de bandas filarmónicas. São realmente já bandas com 50, 60, 70, 80 músicos, porque não passarem para o ponto seguinte, isto é, banda sinfónica? É um aglomerado de músicos que toca música de carácter sinfónico, música já muito mais elaborada, não só a marcha, não só o paso-doble, não só o vira, não só a rapsódia, mas já outro tipo de música que é importante e fundamental. Também é interessante, música de tónica dominante, mas há mais música além desse tipo, que serviu muito nos primórdios do século XX, sobretudo nos primeiros 50 anos. Como eu disse há pouco, havia pouca gente a escrever, eu vou recordar que algumas pessoas contribuíram para a evolução escrita nesse século XX tais como o compositor Joaquim Luís Gomes, que fez obra excelentíssima e era músico da Banda Nacional da Guarda Republicana ou Duarte Pestana, que fez boa música e outros que não me recordo agora. No presente, temos alguns compositores, escritores de música bastante simpáticos e bastante competentes. Lembro-me do Carlos Marques, Luís Cardoso, Afonso Alves, Jorge Salgueiro. São meia dúzia de pessoas que têm dedicado a sua vida a escrever para bandas e que têm um repertório bastante agradável e bastante bom. É preciso as bandas começarem ou continuarem a fazer esse tipo de música para darem ocasião a que as pessoas, nos locais onde estão a ouvir as suas bandas, habituem a audição de obras diferentes daquela que se faria ou se fazia. Os maestros com certeza que têm este conhecimento e esta noção, às vezes lutam com dificuldades da parte da Direcção, que enfim por razões várias, que eu agora não vou enumerar e muitas delas nem conheço e não dou apoio. Outro aspecto muito importante e que me parece fundamental - não é por eu ter estado envolvido nele -, continuo a achar que há uma grande falha nos meios de comunicação social. Já não falo nos meios, dos média escritos, pois pouca ou nenhuma noticia se vê dos media nacionais acerca de bandas, raríssimas são as situações, mas sobretudo na rádio e na televisão é inadmissível, no nosso país, na rádio pública e na televisão pública que não haja uma meia hora que seja por mês, de quinze em quinze dias, que apresente uma banda do nosso país.

São 750 bandas, são 50 mil músicos, são 400 mil dirigentes e pessoas envolvidas. Que falta é esta? Porquê? Eu devo dizer-vos que enquanto tive o meu programa de rádio, durante 6 anos, tentei envolver a televisão nesta área.

É preciso dizer que o presente e o futuro é que nos interessa. As dificuldades, eu creio que não são propriamente financeiras ou de logística, eu penso que são mais de preconceito em relação à música de banda filarmónica. Está ainda no conceito das pessoas uma situação muito dramática, de certo modo que foi hilariante quando nós vimos os filmes, mas que ficou na cabeça de muita gente aquela luta das filarmónicas no filme popular, A Canção de Lisboa, em que as bandas às tantas saiam dos coretos. Aliás, o Fernando Lopes Graça, que foi meu professor, num livro dele, lembrava que em Tomar quando ele era jovem e assistia aos concertos das bandas filarmónicas, às tantas, entravam em luta uns com os outros. E ele acha muita graça, trombones para o ar, tambores para o outro e tal. Na RDP eu tive a experiência que tive durante 6 anos, e porque é que eu tive? - muitas pessoas perguntam. "Você não é dessa área. Você não vem das filarmónicas." Sim, realmente é um facto. Nunca toquei com filarmónicas, nunca tive uma filarmónica. Por quanto o músico que me ensinou as primeiras notas fosse um filarmónico em Cascais - o meu pai era músico - não me ensinou música. O meu avó era músico, também não me ensinou música. Não queriam que eu fosse músico, que é um princípio que ainda hoje existe. "O que é isso de músico? Qual é a sua profissão? O que é que você faz para viver? o que faz para comer, dar de comer?" "Eu sou músico." "Isso dá dinheiro para comer?" Isto é a interrogação que se põe e há muita gente, muito espírito de pais que pensa: filhos para essa profissão, não senhor. Mas então fiz esse programa, porque me entusiasmou. Achei muito interessante fazer um programa sobretudo para dar a conhecer ao grande público da rádio o que se fazia de bom no nosso país, e não há duvida que eu durante seis anos transmiti umas centenas de bandas portuguesas, que ainda existem.

Apesar de serem 750, não são todas famosas, nem são todas do primeiro nível como é lógico e natural. Em todas as actividades há isso, há bom e menos bom e a outra faceta do meu programa era dar a conhecer às pessoas e, sobretudo, aos músicos das filarmónicas que existia música filarmónica no exterior de grande qualidade e, então, apresentei música de vários países, do Norte da América sobretudo, onde têm um grande desenvolvimento nessa área, porque o ensino nesse país é muito evoluído. Também tem a sua razão de ser, nós se pensarmos um pouco verificamos que só em 1836 quando João Domingos Bomtempo consegue fundar o Conservatório - aliás foi Almeida Garrett mas ele foi dirigir a parte da música - que já os países da Europa estavam muito desenvolvidos. Em 1833, já tinha sido feitas centenas de grandes obras de belíssimos compositores. Portanto, o nosso estudo, até ali era feito no seminário da Patriarcal de Lisboa, e nos seminários do modo geral no norte do país. O meu avô, aliás, aprendeu música num seminário. Ele estudou lá, aí é que passou por uma escola dígamos privada e uma escola popular, uma escola profana.

A propósito dos Estados Unidos, eu apresentei grandes bandas de lá e tinham um ensino muito bom por uma razão muito simples: desde o início do século XX eles tiveram sempre grandes músicos europeus a ensinar nos Estados Unidos. Eu lembro-me de Dvorák, que foi convidado para inaugurar o Conservatório de Nova Iorque e esteve lá quatro anos. Aliás, foi aí que ele escreveu grandes obras como a Sinfonia do Mundo. A Guerra de 14-18 provocou alguns, entre eles Ígor Stravinsky, que também foi para os Estados Unidos e ensinou. Mas tiveram músicos como Honneger, Hindemith, grandes músicos europeus que, entretanto, muitos deles saíram antes da guerra ou antes da guerra emigraram por razões várias. Béla Bartók também esteve nos Estados Unidos. Isso era importante, pois criaram escola. Tive oportunidade de ir aos Estados Unidos numa Convenção anual, ao nível da que estamos hoje aqui a ter, a Midwest Clinic, que se realiza em Chicago há 60 anos, em que se reúnem todos os anos as Escolas de todo o País e em que apresentam Orquestras, Conjuntos, Bandas, Grupos e professores. Há muita comunicação e há uma Banda que todos os anos muda, uma Banda profissional, sendo o suprassumo da execução e interpretação bandística. Durante o programa, tive muito feedback de gente que me dizia que não fazia ideia que as bandas tocavam este tipo de música. Pois é, tocam qualquer tipo de música. Sobretudo durante o Século XX, fizeram muitas boas transcrições, muito boas obras dos compositores clássicos e românticos, mas hoje há uma plêiade de compositores a escreverem música, de muita qualidade para Bandas. Nós, como também já mencionei no início, temos alguns compositores que se estão a dedicar a trabalhar música para Bandas já com muito boa qualidade. É preciso criar mais, é preciso fazer mais, mas é claro que a população são 9 milhões num rectângulozinho no final da Europa. Desde há 10 ou 15 anos, a melhoria tem sido evidente e vamos continuar a melhorar e em vez de termos, em 750, 200 ou 250 boas, podemos passar a ter 400 a 500 e com, sobretudo, preocupação dos dirigentes, terem esta noção de que é necessário dar boas condições aos Regentes, aos Maestros, sobretudo gente nova que tem muito boa qualidade para realmente conseguirem um bom trabalho. Só uma última palavra, em relação ao ter terminado o programa na rádio, algo que eu sou o primeiro a lamentar. Segundo me informaram na altura, foram razões económicas que causaram o termo do meu programa. É preciso voltar a ter outro programa na rádio e é preciso ter outro programa na televisão. E é preciso sobretudo que os dirigentes, administrativos e não só, os músicos envolventes, tenham consciência disso e pressionem os media da localidade onde vivem, os media nacionais. Hoje há uma facilidade fantástica com os aparelhos eletrónicos e com a Internet, com o Facebook, com o Twitter. Quer dizer, têm ao serviço umas ferramentas fantásticas para realmente pressionarem aquelas entidades a mostrarem aquilo que é a grande música, a grande qualidade de música do nosso país, que são as bandas filarmónicas.

Muito obrigado!

Nota: Texto editado a partir de intervenção espontânea

ALFREDO FLORES
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

DELEGADO

Manifestou-se contra o "Imposto de luxo" na aquisição de instrumentos musicais.
Defendeu que os reportórios das Bandas devem ser mais cuidados. Sugeriu que os autores dos melhores reportórios sejam premiados, para aumentar a sua qualidade.

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

AUGUSTO FIGUEIREDO
Federação das Colectividades do Distrito de Santarém

DELEGADO

Presidente da Federação das Colectividades do Distrito de Santarém, abordou o tema Excelência do Trabalho Desenvolvido Pelas Colectividades, relevando os Jogos Tradicionais como factor de formação integral das crianças, exemplificando com casos concretos no Distrito de Santarém. Acentuou que as Estruturas devem ser ousadas para reivindicar junto dos Governos.
Deve elevar-se o sonho dos Jogos Tradicionais serem considerados Património Imaterial da Humanidade pela Unesco.

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

DIANA COSTA
Clube Desportivo e Recreativo Águias Unidas
DELEGADA

ACTIVIDADE FÍSICA E RECREATIVA

Ser dirigente associativa ainda é para mim uma experiência muito recente, mas que gradualmente se te vindo a tornar muito gratificante e enriquecedora, enquanto ser humano e cidadã activa.

Vim falar um pouco sobre a minha pouca experiência, na perspectiva de conseguir fazer passar o meu sentimento de gratidão para com o associativismo e igualmente quiçá motivar outros jovens a ingressarem neste movimento que tanto nos dá e que proporciona o acesso à cultura, ao recreio e ao desporto a todos aqueles que se dirigem às nossas colectividades, sem excepções.

Enquanto membro da Direcção do Clube Desportivo e Recreativo Águias Unidas, foi-me proposto assumir a programação, elaboração, organização e execução das Férias Desportivas de 2014. Primeira reacção… medo… mas aceitei.

Pedi ajuda aos meus colegas já mais experientes e comecei a empreitada para a qual tinha sido nomeada.

Verifiquei que tinha pela frente uma tarefa mais complexa do que imaginava mas que a responsabilidade que me tinha sido dada, trazia consigo uma grande dose de confiança e respeito por mim e pelas minhas competências.

O projecto abrangia crianças dos 6 aos 16 anos e era minha função principal promover com elas actividades físicas, recreativas e culturais, respeitando sempre as diferentes idades, gostos, preferências e disponibilidades várias.

Esta diversidade que inicialmente parecia ser um obstáculo veio a revelar-se um dos maiores trunfos deste projecto que é as "Férias desportivas".

Esta tarefa exige do dirigente associativo responsável, criatividade, imaginação, capacidade de negociação, relações de reciprocidade várias, capacidade de comunicação com as mais diversas entidades e pessoas e leva-nos a adquirir e a reconhecer competências e recursos que não sabíamos existir e ter.

Para darmos corpo a este projecto tivemos que estabelecer parcerias, formalizar contactos, firmar contratos, calendarizar e organizar eventos colectivos, reconhecer e rentabilizar recursos comunitários, gerir tempo e espaços com outras organizações, promover e dinamizar actividades e programas inovadores, racionalizar os custos, potenciar os recursos e as capacidades do nosso clube e elaborar um programa de férias diversificado, inovador, sustentável, seguro, apelativo, mobilizador e que fizesse a diferença junto dos beneficiários.

O estabelecimento das parcerias foi o motor que pôs em marcha todo o processo, colaborando cada uma das entidades envolvidas com os seus recursos humanos, logísticos, patrimoniais e outros.

As entidades parceiras foram as autarquias, a Câmara Municipal do Seixal, a Junta de Freguesia de Amora, às quais deixo aqui publicamente um grande Obrigada em meu nome e em nome do Clube que aqui represento, pelo permanente apoio, dinâmica, disponibilidade de pessoas, equipamentos e recursos diversos.

A Junta de Freguesia de Amora, na altura, promoveu o primeiro encontro do movimento associativo da freguesia de Amora, que teve como principal objectivo reunir o maior número de colectividades a fim de estabelecerem programas, projectos, partilhas, saberes e relações de proximidade que permitissem uma mais vasta e abrangente oferta de actividades físicas, recreativas e culturais. Este encontro foi um sucesso. Foi um dia inteiro de bom trabalho que decorreu numa das colectividades da freguesia e em que no final foram partilhadas informações, recomendações e muita vontade de colaborar e trabalhar em colectivo.

Deste encontro saiu a disponibilidade de todos para a prática e partilha de um diversificado leque de actividades ligadas às áreas de actuação de cada uma das colectividades ali representadas e que iam desde a prática de desportos variados, às actividades lúdicas, recreativas e culturais.

Outro dos parceiros que tivemos foi a Cruz Vermelha Portuguesa, núcleo do Seixal. Com a colaboração desta entidade foi-nos possível proporcionar às nossas crianças e jovens um dia de aprendizagem sobre as mais diversas áreas de actuação da Cruz Vermelha, projecto que foi levado a efeito no Parque do Serrado, disponibilizado pela Junta de Freguesia de Amora, para que fosse possível montar todo o equipamento necessário, tais como insufláveis, tendas, viaturas e outros apetrechamentos. De acordo com muitos testemunhos este dia foi diferente, foi único, nunca tinha sido possível levar até aos nossos pequenos utilizadores o conhecimento sobre este trabalho que é feito por uma entidade que está ao serviço das populações e que tem como principal objectivo salvar vidas e melhorar as condições de vida das mesmas.

Várias foram as colectividades que contribuíram e participaram neste dia e evento especial, levando mais uma vez a que os nossos recursos se multiplicassem pelo bem do colectivo.

A actividade física foi diversificada e praticada nos mais diversos contextos ecológicos. O concelho do Seixal é prolífero em diversidade ambiental, o que ajudou a que fosse possível a prática de desportos em mato, polidesportivos abertos, pavilhões, areia, no rio/baía etc.

A actividade recreativa e cultural também foi muito diversificada, pois estabelecemos igualmente contactos e posterior parceria com a Câmara Municipal de Almada, o que proporcionou várias visitas de estudo a museus, exposições e outros espaços de interesse cultural do concelho de Almada.

Claro que também no nosso concelho, o Seixal, tivemos a oportunidade de conhecer vários dos pontos de interesse turístico, recreativo e cultural do concelho, tal como o Moinho de Maré, o Fórum Cultural entre outros.

Os piqueniques, os passeios, as idas à praia, os convívios com outras crianças e jovens de outras colectividades, a troca de experiências e partilhas de conhecimento, o divertimento, a alegria e reciprocidade de que usufruímos, só podia acontecer dentro do associativismo. Só este movimento tem a capacidade de transmitir esta partilha, este bem-estar colectivo e dinâmicas de reciprocidade entre pessoas e entidades simultaneamente.

As parcerias e os vários parceiros, ricos na sua diversidade, acessíveis, dedicados, participativos, promotores de relações de proximidade entre as colectividades, permitiram que os nossos meninos e meninas tivessem a possibilidade de usufruir de variadas actividades, iniciativas, eventos e apreenderem uma panóplia de saberes que sem elas não teriam acontecido.

As parcerias são fundamentais para o crescimento do movimento associativo, das pessoas e das sociedades. Transmitem o sentimento colectivo de que tudo é possível, desde que exista união e coesão. Concorrem para a inclusão social e para a melhoria dos recursos e acessos aos mesmos para todos. Evitam a discriminação pois a diversidade de recursos humanos e de áreas de actuação permite encontrar sempre um "lugar" para uma pessoa no seio de uma rede de parceiros. È fundamental para o associativismo alimentar esta ideia e este recurso.

Se houve lições de vida que retirei deste meu ainda curto percurso enquanto dirigente associativa e enquanto membro responsável pelas Férias desportivas, foi o facto de que colectivamente é mais fácil resolver problemas, encontrar soluções para os problemas mais difíceis, tornar as decisões mais sustentáveis, enfrentar e ultrapassar os obstáculos mais facilmente, transformar os desafios mais complicados em projectos exequíveis, obter os mais variados recursos indispensáveis para a prossecução dos nossos objectivos e sentir o reconhecimento pelo nosso bom trabalho e a satisfação do dever cumprido de forma plena, pois foi efectuado por um conjunto de pessoas que enriqueceram os projectos e as vidas de cada um de nós.

Todos nós procuramos uma forma de estarmos bem, todos procuramos o nosso bem-estar. Estar no associativismo ensinou-me que isso só é possível quando o "outro" está bem, porque a felicidade do "eu" depende disso. Sozinha não conseguirei ser feliz, pois não estarei completa. Falta o meu outro lado. Estar no associativismo é estar sempre acompanhada, mesmo quando estou só. É sabermos que precisamos uns dos outros para conseguirmos atingir o que precisamos, é sabermos que estamos acompanhados na procura do bem comum.

Muito obrigada!

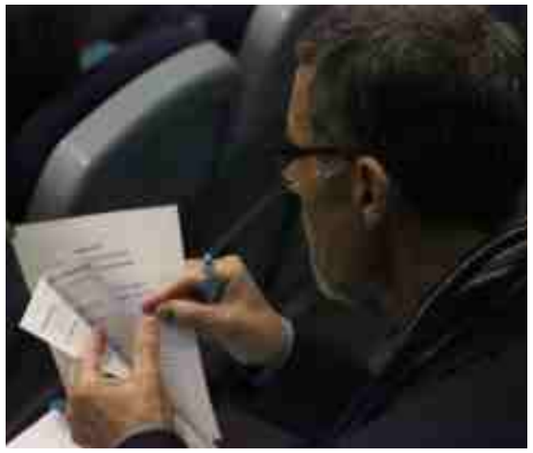
FILIPE PARRA MARTINS
Associação Recreativa e Cultural dos Músicos

DELEGADO

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

Caros colegas dirigentes e activistas associativos,
Começo por saudar a realização deste congresso e a participação de todos aqueles, que ao longo dos últimos meses, contribuíram para a sua preparação.
Saúdo as colectividades, associações e clubes presentes, mas também os dirigentes, que por terem compromissos inadiáveis com a actividade das suas colectividades, não conseguiram garantir a sua presença neste dia em que culminam os trabalhos do congresso.
Caros amigos,

O desinvestimento dos últimos governos na cultura tem, atingido transversalmente todos os sectores ligados, não só à produção e criação, mas também ao próprio acesso à cultura.
Este desinteresse tem sido tão ou mais evidente, como podemos verificar pela extinção do Ministério da Cultura na última legislatura e, mais concretamente pela redução do financiamento generalizado à cultura, cuja cifra de 0,1% do Orçamento de Estado destinado à cultura é expressão.
As dificuldades a que a generalidade das famílias foram sujeitas, levou a que a possibilidade de acesso à cultura, enquanto fruição, tenha sido reduzida drasticamente. Em particular na área do espetáculo, onde o custo do ingresso ou a própria deslocação até ao local onde este é apresentado, é muitas vezes limitativo à participação.
Ainda que de forma assimétrica no território, a redução da programação cultural é notória, essencialmente com a crescente tendência para esta se ir resumindo a uma série de eventos de entretimento, mascarados de eventos culturais, que, geralmente enchem as agendas nos períodos festivos.
Assim, a cultura tem sido tratada mais como um mecanismo de atração turística, esvaziada dos seus reais objetivos, do que como um fator de emancipação individual, social e nacional, de desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade, e um poderoso incentivo ao diálogo das culturas.
Fundamental para uma política cultural consistente, o ensino artístico, que conta com uma rede nacional manifestamente insuficiente, ainda que considerando a rede privada, tem sido de um acesso cada vez mais restrito. Se ao limitado número de vagas do público, acresce a reduzida capacidade económica das famílias para aceder ao privado, em ambos caso, o acesso é estrangulado pela permanente redução da comparticipação estatal às instituições e aos alunos.
Posto isto, o ensino das artes, tem sido assegurado em grande medida, por colectividades que ao longo do tempo, foram surgindo como resposta à inexistência da prática, e do ensino, das mais variadas expressões artísticas. Do exemplo da banda filarmónica até ao grupo de teatro amador, é generalizado o exemplo de figuras consagradas no meio artístico, que iniciaram as suas carreiras nestas estruturas associativas locais. Mas, de maior importância social, é o facto de ter sido o Movimento Associativo Popular, a permitir o contacto e o acesso de gerações, não só à fruição, mas também à criação artística e cultural.
Nas últimas duas décadas, a multiplicação de estruturas locais de apoio à cultura, em particular, bibliotecas, auditórios e teatros municipais, permitiram alargar essa rede. No entanto, estes não passaram necessariamente, a estar disponíveis para os grupos ou estruturas culturais populares. Neste contexto, as colectividades continuam a desempenhar um papel essencial na democratização do acesso à criação e fruição cultural. Quer pela sua actividade própria, quer pela disponibilização de instalações e recursos a outras instituições ou grupos informais. Esta permanente solicitação às coletividades está diretamente relacionada quer com o distanciamento das instituições oficiais das necessidades culturais e recreativas locais, quer com as barreiras burocráticas associadas à solicitação de qualquer apoio, financeiro ou logístico, mesmo quando pontuais.



É neste quadro que o Movimento Associativo Popular, apesar de profundamente afetado pela situação económica e social, tem demonstrado a sua capacidade de responder às dificuldades, criando condições para o desenvolvimento do trabalho de sócios, secções ou grupos informais.
É importante ter com conta que, apesar desta resiliência do Movimento Associativo Popular, a escassez de financiamento e outras dificuldades, sentidas por dirigentes e massa associativa, tem levado à redução ou mesmo suspensão da actividade de muitas colectividades.
Outras estruturas profissionais, como são exemplo, os conservatórios de Música e Dança, companhias de teatro, orquestras e outros com um papel relevante nas suas áreas de intervenção, persistem, apesar de enormes carências de apoio estatal que lhes permita uma estabilidade em simultâneo, com o aumento generalizada da carga fiscal, com medidas que incidem directamente sobre a cultura, como é o caso, do aumento da taxa de IVA de bilheteira para 13%.
Apesar de se poderem potenciar outras formas de financiamento das colectividades, nomeadamente, o mecenato, o patrocínio ou mais recentemente o CrowdFunding, a responsabilidade constitucional de apoio e financiamento à cultura, deverá ser um princípio assumido pelo poder central, com a devida descentralização, tendo no Movimento Associativo Popular um elemento fundamental para a promoção da democratização do acesso à cultura.
No entanto, o caminho que está a ser seguido parece ser o contrário.
A recente iniciativa do governo de promover uma campanha de financiamento colectivo, apelando à contribuição dos cidadãos para a aquisição de uma obra de arte para o Museu Nacional de Arte Antiga, é um alerta sobre a tendência de desresponsabilização do estado nas questões culturais.
Porque, se é de louvar que os cidadãos se mobilizem na salvaguarda de uma importante obra de arte, com vista à sua integração no acervo de um museu público, é por outro lado de elevada preocupação que seja o estado, e em particular a Direção Geral do Património Cultural, a desresponsabilizar-se do seu financiamento.
Esperamos, que num próximo "governo viável", o eventual ressurgimento de um Ministério da Cultura, seja consequente com medidas que lhe justifiquem a designação.
Relembrando que recentes estudos demonstram que o Movimento Associativo Popular é um contribuinte líquido do Orçamento de Estado, que garante actualmente centenas de milhares de postos de trabalho e que tem um profundo reflexo na economia, em particular com o pagamento de impostos directos e indirectos, é com convicção e sem quaisquer complexos que devemos afirmar que um real investimento na cultura e em particular na sua vertente associativa, contribuirá para o desenvolvimento do país, não só social, mas também economicamente.

Viva o Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes!

Viva o Movimento Associativo Popular!

JOÃO ALEXANDRE
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

Membro da Direcção da CPCCRD, abordando a temática Desporto Para Todos, referiu que a maior dificuldade que temos no presente é a concretização de um programa de Desporto Para Todos. Se 60 % da população portuguesa não realiza nenhuma actividade física, muito há a fazer nesta área.

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

LUÍS CALEIA RODRIGUES
Confederação do Desporto de Portugal
DELEGADO

OS BENEFÍCIOS DA ACTIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO PARA TODOS

Confirmado que está em vários aspetos relacionados com o tema do Desporto, aqui referidos, considero importante trazer uma reflexão sobre a situação do Desporto para Todos.

Os benefícios da prática desportiva tanto para os seus autores como para a sociedade em geral, refletem-se na economia pelos meios que gera, na produtividade, nas poupanças nos gastos de saúde e ainda no desenvolvimento do bem-estar geral, hoje um fator tido como de grande relevo para a avaliação da situação económica dos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, são hoje por todos reconhecidos mas não existem medidas concretas para levar à prática esses objetivos reconhecidos na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei 5/2007 de 16 de Janeiro como nas anteriores.

É imprescindível desenvolver programas que alterem esta situação que colocou o nosso País na cauda da Europa em termos de praticantes desportivos.

Através de meras estimativas supõe-se que temos cerca de 2 milhões de pessoas que praticam desporto, ou atividade física, com regularidade encontrando-se na sua grande maioria perfeitamente desenquadrados, sem qualquer apoio técnico ou acompanhamento no sentido de adaptar a sua prática às suas condições físicas e evitar o elevado volume de acidentes que regularmente se registam.

É imperioso que se tomem medidas no sentido de cumprir com as intenções que a legislação prescreve e criar os mecanismos necessários à sua concretização.

O apoio à prática desportiva tem-se limitado ao chamado desporto federado, de competição organizada para os praticantes inscritos nos quadros competitivos federados, com especial reforço para os chamados atletas de alta competição que representam e dignificam o país em competições internacionais.

Mas, sem minimizar a importância deste quadro tanto pelos efeitos de visibilidade internacional como pelos efeitos de exemplo para a restante competição - e reconhece-se que quando temos estrelas em determinada competição internacional, rapidamente existe uma maior procura por aquela modalidade muitas vezes pouco conhecida do grande público até àquela data – é importante referir que está por provar que a prática desportiva de alto rendimento esteja a ser acompanhada no sentido de salvaguardar os aspetos da saúde uma vez que, para se conseguir atingir os elevados resultados que estão consagrados neste tipo de competição, a carga de treino a que os atletas estão sujeitos, é tão elevada que qualquer biólogo afirma ultrapassar as condições humanas de bem-estar.

Então o que falta no nosso sistema desportivo?

Por um lado adequar a prática aos princípios definidos.

Fazem-se as leis que ganham apoios alargados no seio das organizações mas depois não se adotam os regulamentos aos objetivos que se dizem querer prosseguir.

Comecemos pelo desporto nas escolas.

Não só a atividade física que se propõe seja praticada pelos jovens, está assegurada, como no quadro das atividades desportivas começa logo a primeira segregação – os técnicos de desporto orientados para o objetivo dos resultados, têm sempre tendência a eleger os mais dotados em detrimento dos que mais necessidade teriam de uma regular e saudável atividade física.

Quando a lei diz que "*Todos têm direito à actividade física e desportiva,*" devia criar formas de serem enquadrados todos os potenciais praticantes desportivos, mais ou menos dotados, que pretendam ou não enveredar por uma carreira desportiva ou serem meramente praticantes desportivos lúdicos.

Na nossa sociedade, em que se reconhece existir uma baixa taxa de praticantes desportivos e, o que é mais grave, uma falta de sensibilidade para o interesse pela prática desportiva, torna-se necessário tomar medidas no sentido de corrigir a falta de apoios aos praticantes "desenquadrados" e, por outro lado incentivar a organização regular da atividade desportiva lúdica pois é com esta que se poderão atingir os benefícios tão falados, para a economia, para a saúde e para o bem-estar.

Esta mudança de mentalidades tem de ser feita para combater a situação existente em que. por exemplo, os jovens que vão aprender a nadar, terão de imediato pela frente uma carreira pré-definida em que despois de lhes ser ministrado o ensino dos estilos de natação reconhecidos nas competições enquadradas no movimento olímpico, são de seguida encaminhados para os grupos de pré-competição e/ou de competição não deixando saída para os que menos dotados, não conseguem atingir os mais elevados graus de prática da modalidade, isto em detrimento do que é essencial e que corresponde a vários objetivos por muitos defendidos de que todas as crianças deviam saber mover-se na água, com segurança, com perfeita adaptação ao meio aquático.

Este exemplo, que se poderia desenvolver para outras modalidades desportivas, é bem elucidativo da falta de políticas claras que tenham como principal objetivo cumprir com o que é consagrado nos princípios de todas as Leis de Bases que foram publicadas para este sector mas que depois acabam sempre por andar atrás da questão do espetáculo desportivo, da formação dos campeões, como se esse pudesse ser o principal desígnio do desporto.

Os campeões devem surgir naturalmente de uma sociedade em que a prática desportiva é generalizada e não viciando o jogo pela segregação dos menos dotados para conseguir resultados através do encontro precoce de possíveis estrelas.

Este caminho está repleto de jovens, "possíveis grandes estrelas", a quem foram exigidos esforços e treinos continuados, para além das suas naturais condições físicas e que ficaram pelo caminho face a precoces lesões que os impediram de continuar.

Só uma grande campanha em torno da mudança de mentalidades e que passa obrigatoriamente pela definição de políticas de desenvolvimento desportivo que consagrem o apoio ao enquadramento do maior número de praticantes, deixando de apoiar exclusivamente, como praticantes desportivos, os que se encontram enquadrados nos quadros competitivos organizados pelo movimento federado, para que as

mesmas federações possam refletir no seu quadro de atividades o aumento significativo do esforço para enquadrar, apoiar e formar praticantes desportivos lúdicos.

Temos bastos exemplos ao nosso alcance basta reparar em mais um que aqui deixo para reflexão. Todos os anos se realizam grandes provas de atletismo com efeitos muito mediáticos

que juntam mais de 30.000 praticantes (as Meias Maratonas por exemplo) o que corresponde a mais do dobro dos atletas inscritos na respetiva federação.

Quem enquadra estes praticantes? Sim porque não é possível participar numa prova destas mesmo que se fique pela "mini" sem um treino regular!

Não seria muito difícil montar em locais estratégicos, onde com frequência vimos vários cidadãos a exercer atividade desportiva lúdica, postos de apoio para medição de ritmos cardíacos e outro tipo de enquadramento técnico que seria favorável à sua prática, pois um simples olhar técnico basta para poder aconselhar um praticante a corrigir determinados movimentos que lhe podem causar prejuízos à saúde não lhe facilitando a melhor prática que ele pretende desenvolver.

Não pretendendo ser exaustivo pois com um país dotado de uma enorme frente marítima e muitos meios de água no seu interior o incremento de práticas desportivas lúdicas nestes meios conseguiriam por certo combater o número de mortes que todos os anos ouvimos ocorrerem nas praias marítimas ou fluviais.

Termino só com esta referência.

Nos últimos anos o desinvestimento na área da formação está a deixar sinais muito nefastos. Por um lado inviabiliza que se atinjam níveis de praticantes desportivos correspondentes aos que devíamos ter para ir ao encontro dos resultados que tal aumento de praticantes provocaria em todos os níveis, como de início referi, por outro o reflexo negativo no desenvolvimento desportivo e no despontar de novas elites será notório.

Neste momento podemos dizer que as políticas seguidas vão pôr em causa o esforço financeiro e humano com a criação de um maior número de equipamentos desportivos, pois já é notória a falta de utilização ou a subutilização adequada daqueles instrumentos levando a que nesta área se transforme em custo um investimento de longo prazo, indispensável para se conseguir um nível de prática desportiva necessária à população em geral.

De outro modo não é também por falta de meios técnicos pois dispomos deles em quantidade e qualidade, sendo desperdiçado, também aqui, o investimento feito na sua formação, para além de perdermos o valor reprodutivo em detrimento da criação de um cada vez maior número de postos de trabalho precários ou até desemprego que já grassa.

Acho que fica provado que só uma urgente alteração da política desportiva pode inverter esta situação, reforçando o setor da formação desportiva, corrigindo os programas, modificando mentalidades, dignificando e promovendo a prática desportiva **PARA TODOS**.

MANUEL CUSTÓDIO DE JESUS
Clube do Sargento da Armada
DELEGADO

O ASSOCIATIVISMO NAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Mesmo numa estrutura rígida e deveras hierarquizada, como é a Instituição Militar, o Movimento Associativo, não passou nem passa à margem dos militares portugueses.

Antes, o Movimento Associativo sempre recolheu na práxis militar, a devida atenção e a necessária implementação, reconhecendo nele mais que o registo da necessidade, virtudes e grande utilidade.

Assim, logo no Século XIX, na sequência da vitória dos ideais da liberdade, da Revolução Liberal, os oficiais da Armada, em 1866, constituíram o Clube Militar Naval; os sargentos, em 1882, constituem a Fraternidade Naval e, em 1888, é constituído o Clube Náutico dos Oficiais e Aspirantes da Marinha.

Embora a existência destas associações, antes do 25 de Abril, apenas se tenha manifestado na Armada, com o 25 de Abril os militares do Exército e Força Aérea criam também clubes e associações, demonstrando e provando que os militares, abraçaram e abraçam o associativismo por verem nele uma boa forma para a resolução de muitos dos seus problemas.

Hoje, para os dirigentes do associativismo, na área militar, bem como para os outros dirigentes associativos, é consensual que o associativismo surgiu e surge onde e quando o ser humano não consegue sozinho superar as suas dificuldades e onde o Estado não pode ou não quer resolver as suas necessidades.

O Associativismo e a Condição Militar

Se hoje, para qualquer cidadão, desenvolver a altruísta, voluntária e benévola actividade associativa já existem dificuldades, para os militares a vivência da Condição Militar, embora condicione em parte este desenvolvimento, não inibe, porém, tal actividade.

A Lei de Bases Gerais da Condição Militar, Lei 11/89 de 1 Junho de 1989, estabelece no seu art.º 2, o segunte:

Alínea f) Permanente disponibilidade para o serviço, ainda com o prejuízo dos interesses pessoais;

Alínea g) restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades;

Por seu lado, o EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) obriga os militares à isenção politica.

Nas últimas eleições, como o votar é um acto político, alguns militares fizeram requerimentos aos chefes militares, perguntando se podiam votar e não ser castigados.

Os dirigentes associativos militares conhecem bem todas estas limitações, mas também têm consciência da importância que a atividade associativa tem na promoção cívica, moral e intelectual do Cidadão Militar, daí a sua determinação e coragem para continuarem a desenvolver a sua honrosa actividade associativa.

VEJAMOS OS CLUBES E ASSOCIAÇÕES CONSTITUÍDAS POR MILITARES

Clube dos Oficiais da Armada (CMN).

A sua criação é fruto de aspirações de liberdade, de transformação, de justiça, e de razões corporativas (reacção à introdução das promoções por escolha). Hoje, é possuidor de um secular e vasto historial, inscreve como fim estatutário "Fazer convergir os esforços colectivos dos associados para que a Corporação da Armada sirva com abnegação, zelo e denodo o seu país." Tem desenvolvido para os seus, mais de 2.000, associados uma vasta e variada actividade cultural, técnico-profissional, recreio e convívio. Publica, trimestralmente desde 1870, "Os Anais do CMN", uma revista de qualidade no plano técnico e científico. Saliente-se a realização de algumas sessões de apoio, quando da preparação do 25 de Abril de 1974.

Fraternidade Naval (FN) Associação de caracter mutualista

Constituída, em 1882, pelos sargentos, a partir de uma Assembleia Geral. Tinha, como objectivos, segundo o seu artº 3º dos estatutos

Socorrer os sócios na doença, prisão, reforma e invalidez;
Pensionar as viúvas e os filhos menores dos sócios;
Fazer empréstimos aos associados;
Promover todos os melhoramentos das classes de que era composta.
As quotizações eram deduzidas nos vencimentos dos seus associados.
A sua extinção teve lugar em 1936, e a decisão terá sido ordenada, pelo ministro da Marinha, Cap. Ten. Ortis Bettencourt, já em plena consolidação do fascismo.

Clube Náutico dos Oficiais e Aspirantes da Armada

Fundado em 1888, passou a designar-se Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA) a partir de 1938, tal como é hoje conhecido.
Tem como fins, segundo o seu artº 5º dos estatutos, proporcionar aos sócios a prática dos desportos Náuticos com vista à sua valorização pessoal. Onde se destacam participações em campeonatos nacionais, europeus e mundiais, e no plano dos resultados, se relevam campeões nacionais e um campeão mundial de snipes.

Clube do Sargento da Armada (CSA)

Constituído em 22 de Fevereiro de 1975. Os seus estatutos são aprovados por dois mil sargentos fardados. Teve a sua primeira Sede, no Largo Trindade Coelho, em Lisboa.
O CSA tem como objectivo, conforme o artº 2º dos seus estatutos, "a valorização do cidadão sargento, e das suas famílias nas vertentes social, cultural e cívica".
Por acção de despejo interposta no tribunal, pelo senhorio, foi desalojado da sua Sede (mas tanto o alm. Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA), como o Min. da Defesa Nacional da altura, não terão sido estranhos).
Se esta acção, de retirar as instalações da Sede ao CSA, teve como objectivo vergar os sargentos e os fazer desistir da sua actividade associativa, não o conseguiu, antes os estimulou a prosseguir com mais determinação e coragem a sua actividade.
Pois, os dirigentes, por já terem constatado os benefícios do associativismo, ao aperceberem-se do perigo de terem de abandonar as instalações da Sede e tendo em atenção o sentimento e a vontade dos associados, lançam o apelo de um empréstimo/donativo de 5 mil escudos para se adquirir um espaço, na Margem Sul, onde residiam muitos sargentos. E, com o resultado dos donativos entregues pelos sócios, é comprado um espaço, onde, em 1984, é inaugurada a Delegação Nº 1, no Feijó. E antes de se consumar a expulsão da Sede, é lançado mais um novo apelo de um empréstimo/donativo para se adquirir uma Sede, em Lisboa que, com o empréstimo bancário feito, permitiu, comprar a actual nova Sede nas Escolas Gerais, inaugurada em Dezembro de 1994.
O CSA e a vasta actividade social, recreativa, cultural e desportiva, que desenvolve, em prol da sua massa associativa e dos militares em geral, é, hoje, uma referência na instituição militar, reconhecida tanto pelos militares, bem como pela própria Administração da Marinha, que mantém com o CSA uma relação institucional de cooperação e apoio.
É filiado na Confederação e faz parte dos seus actuais Órgãos Sociais.

Clube de Praças da Armada (CPA)

As Praças da Armada, embora já existindo os clubes de oficiais, de cadetes e sargentos, tiveram de vencer mil e uma barreiras, para conseguirem também satisfazer a sua velha aspiração de ter um espaço onde pudessem encontrar-se para conviverem, debaterem e tratarem dos seus problemas. Só em 1983 e com muita luta e determinação conseguiram realizar e ver materializada a sua aspiração, constituindo o seu clube. O Clube de Praças da Armada (CPA) Tem a Sede, na Cova da Piedade, Almada, desenvolve uma vasta actividade associativa, cultural, desportiva e recreativa com vista à valorização social, cultural e cívica das Praças da Armada.
É filiado na Confederação.

O Clube de Sargentos da Força Aérea (CSFA)

Constituído em 10 de Junho de 1986, tem a Sede em Lisboa. Desenvolveu e ainda desenvolve a sua actividade associativa em prol da sua massa associativa e dos militares em geral. Filiou-se logo na Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio, hoje Confederação. Tendo um dos seus dirigentes feito parte dos seus Órgãos Sociais. Editou um Órgão informativo "O Voador", mas dificuldades de vária ordem, impediram de continuar a sua publicação.

O Clube dos Sargentos do Exército.

Constitui-se em 22 de Junho de 1983, com Sede no Porto, desenvolveu a sua actividade associativa, na promoção social e cultural dos seus associados e dos militares em geral e ainda desenvolve alguma actividade ligada às comemorações da Revolução do 31 de Janeiro de 1891, mas actualmente, passa por bastantes dificuldades.

Breve nota sobre os 6 clubes mencionados.

São instituições sem fins lucrativos, de natureza altruísta, prevalece o voluntariado, desenvolvem a sua actividade na área sócio/cultural, recreativa e desportiva, têm identidade própria, não são prolongamentos do poder dos Estados Maiores das Forças Armadas. Têm um funcionamento independente, democrático, regido por estatutos aprovados pelos associados, em assembleias próprias, realizadas para o efeito. São espaços onde se pratica e reclama os direitos à cultura, ao desporto, ao lazer. Nestes clubes não há gerações em conflito, os associados têm igualdade de direitos e, quer sejam novos ou antigos, ambos são chamados a tarefas de direcção. Há mesmo clubes em que dirigentes com posto hierárquico inferior, têm mais responsabilidades que outros de posto hierárquico superior.

Dificuldades e potencialidades do Associativismo.

Nos últimos anos, as suas potencialidades têm sido contrariadas devido à falta de apoio do poder central e da grave crise que atravessa a sociedade, a qual, se reflecte no Associativismo, na medida que este, não é uma ilha.
Mas vença-se a crise e para isso o Movimento Associativo, não deverá ficar à espera, antes, deverá ser chamado a dar o seu contributo e as suas potencialidades, logo se erguerão, pois nele, não há crise nem nos seus princípios, objectivos e valores.

Associativismo de carácter sócio/profissional.

Devido a transformações que se foram operando nas Forças Armadas e constatando que o corte dos seus direitos sociais e profissionais era uma constante, os militares viram-se obrigados a constituírem outras formas de associativismo para defenderem os seus direitos.
Assim os sargentos, dos três ramos das Forças Armadas, num grande encontro, em 1 de Abril de 1989, em que participam mais de 4 mil sargentos decidem constituir a Associação Nacional de Sargentos (ANS). Os oficiais e depois as Praças, constituíram também as suas associações, nomeadamente, a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e a Associação de Praças da Armada que, um pouco mais tarde, se transformou em Associação de Praças (AP) abrangendo todas as praças das Forças Armadas.
Embora constituídas as associações, os militares, só após muitas lutas conseguiram que a Assembleia da República aprovasse as leis orgânicas n.º 3/2001 de 29 de Agosto e a Lei n.º 4/2001 de 30 de Agosto, que consagram esse associativismo, que tomou a designação de Associativismo Sócio/profissional.
São exemplos desse associativismo:

- **A Associação Nacional de Sargentos (ANS)**
- **A Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA)**
- **A Associação de Praças (AP)**

Mas mesmo com a legislação aprovada os militares continuaram e continuam a ter, muitas dificuldades e impedimentos no desenvolvimento da sua actividade associativa, o que prova que a aprovação da legislação não correspondeu à bondade do poder político, mas deveu-se, sim, à luta dos militares.

Os militares ainda constituíram para defesa de direitos, outras Associações:

- A **Liga dos Combatentes,** 1923
- A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) 1974
- A Associação 25 de Abril, constituída por militares, em 1982, podendo, hoje, já serem associados também cidadãos não militares.
- A Associação dos Militares na Reserva e Reforma (ASMIR) 1987

A experiência de mais de um século de associativismo, confirma que a constituição dos clubes e associações não contraria nem põe em causa a disciplina e coesão da Instituição Militar e provou ser um factor importante na promoção social, cultural e intelectual dos cidadãos militares.

VIVA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO!

Mesa (da esquerda para a direita): João Teixeira (CPV), Carlos Paula Cardoso (CDP), Frei Francisco Sales (OCM), Samuel Ornelas (Jornalista/moderador), Tristão Nogueira (CMP) e Ilda Figueiredo (CPPC)

PAINEL 4
ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO
IDENTIDADE E SOBERANIA

SAMUEL ORNELAS
Jornalista
MODERADOR

FRANCISCO SALES DINIZ
Obra Católica das Migrações
CONVIDADO

ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO IDENTIDADE E SOBERANIA

Nota introdutória

Saúdo os membros da Mesa, os Organizadores deste evento, todas as Associações aqui representadas e, em particular cada um de vós.
Ao receber o convite para participar neste Painel questionei-me a mim próprio sobre a razão do convite uma vez que nunca fui emigrante, nunca trabalhei directamente nas Comunidades Portuguesas da Diáspora e todo o trabalho, enquanto Diretor da Obra Católica Portuguesa de Migrações, ter sido essencialmente desenvolvido a partir de Portugal.
Foi este questionamento que me ajudou a orientar esta minha partilha convosco, que é feita a partir do meu conhecimento pessoal, adquirido nas muitas visitas que tenho feito às Missões Católicas da Diáspora Portuguesa, de dado pesquisados na internet, em particular no Portal das Comunidades Portuguesas.
Para facilitar a comunicação, usarei o termo associação para os diversos tipos de associativismo: clubes, confrarias, academias, irmandades...

Amplitude, diversidade de Associações

O elenco das Associações no Portal das Comunidades é bastante longo mas incompleto. Ao percorrê-lo levanta-se a questão se algumas das realidades elencadas serão verdadeiramente Associações.
Em todos os países de destino da emigração portuguesa existe uma grande quantidade e variedade de Associações que, apesar de ser uma classificação redutora, podemos defini-las do seguinte tipo: culturais, desportivas, religiosas, gastronómicas e de beneficência.
As Missões Católicas e Paróquias de Língua Portuguesa aparecem no elenco das Associações do Portal das Comunidades e, de facto, o seu funcionamento equipara-se a uma Associação: membros inscritos, tipo de actividades, órgãos directivos...Saliento o facto de muitas das Associações culturais, desportivas e de cariz religioso terem sido criadas ou são apoiadas pelas Missões Católicas ou Paróquias de língua portuguesa.
Sobressai também o facto de o tipo de associação e as suas actividades nos dizerem muito sobre a área geográfica de Portugal de onde os emigrantes são oriundos. A maioria das Associações são economicamente autónomas, gerando as receitas que lhes permitem funcionar e realizar as suas actividades.

Dimensões que identificam as Associações nas Comunidades Emigrantes.

Muitas das Associações surgiram pela necessidade de criar espaços de encontro com aqueles que falam a mesma língua e se identificam com a mesma cultura, ou seja, como forma de manter a identidade cultural e linguística, por isso, o emigrante transporta para o lugar onde vive a realidade que deixou, procurando recriar as tradições e as festas da sua terra de origem.

Religiosa:

Ao percorrermos o elenco das Associações Portuguesas no Mundo, desde a Europa à África do Sul, da Austrália às Américas, notamos que uma grande percentagem dessas estão ligadas ao religioso católico e que nasceram para promover festas, celebrações, procissões e peregrinações, à semelhança do que se faz em Portugal. É de notar o facto da maioria dessas Associações terem alargando a sua acção a nível cultural e de apoio social, sendo algumas, actualmente, ponto de referência para a comunidade.
Em geral muitas Associações têm um patrono religioso. Nas comunidades maioritariamente oriundas do continente português, Nossa Senhora de Fátima está em primeiro lugar, seguida de uma infinidade de santos, sempre ligados à terra de origem dos emigrantes. Nas comunidades madeirenses é também Nossa Senhora de Fátima a mais invocada, mas ligada à devoção dos madeirenses surge também a Senhora do Monte. O caso mais típico desta realidade está ligado às comunidades açorianas dos Estados Unidos e Canadá onde algumas Associações remontam aos finais do século XIX. Nas comunidades açorianas é raro não encontrarmos uma Associação ligada ao Espírito Santo. Em todas as cidades onde existe uma comunidade portuguesa aí as encontramos e, por vezes mais do que uma Associação na mesma cidade. Depois temos as Associações de Nossa Senhora de Fátima e as do Senhor Santo Cristo dos Milagres, devoção da ilha de S. Miguel.

Cultural:

Outra dimensão que percorre uma boa percentagem das Associações em todo mundo é a dimensão cultural. De todas as actividades desenvolvidas pelas Associações a que mais sobressai é o folclore. Muitas Associações existem exclusivamente devido a esta realidade, como forma de preservar a identidade e de integrar as gerações mais novas já nascidas nos países de emigração.
A nível das Associações de carácter cultural salientam-se as chamadas "Casas", de Portugal, dos Açores, da Madeira e das regiões ou cidades do nosso País, sendo estas as principais promotoras da cultura e da língua portuguesa na comunidade em que se inserem.
Um tipo de Associação cultural interessante é o das Bandas Filarmónicas existentes nas Comunidades Açorianas dos Estados Unidos e Canadá. Sendo esta uma tradição muito enraizada nos Açores, os muitos músicos que foram emigrando foram organizando filarmónicas, as quais são hoje um ponto de referência que dá visibilidade à cultura portuguesa. A título de exemplo, só na Califórnia conheço 13 Bandas Filarmónicas: S. Diego, Chino, Artesia, Tulare, Livingston, Escalon, Tracy, Fremont, Santa Clara, S. Leandro, Petaluma, e 2 em S. José. Estas organizam anualmente um festival de Filarmónicas.

Desportivas:

Outro número elevado de Associações que encontramos nas Comunidades são as desportivas, quase na totalidade ligadas ao futebol. Por todo o lado encontramos muitas casas ou núcleos benfiquistas, sportinguistas, portistas... Salienta-se a existência de inúmeros clubes de futebol, alguns com nomes de equipas portuguesas. Estes promovem campeonatos entre eles, funcionando como autênticas federações de futebol.
Salienta-se que muitas dessas Associações têm outras valências para além do desporto, abrangendo a cultura, a beneficência e o lazer.

Importância do Associativismo nas Comunidades e dificuldades actuais

É inegável que o movimento associativo nas Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo tem uma importância fundamental. Se hoje, a língua e a cultura portuguesa tem alguma visibilidade nos países de acolhimento da nossa emigração deve-se, essencialmente, ao trabalho e à acção das Associações. Se estas não existissem, a maioria dos nossos emigrantes ter-se-iam diluído nas comunidades de acolhimento e não encontraríamos nas gerações de descendentes lusos um certo sentido de pertença à comunidade e à cultura portuguesa.
Salienta-se, no entanto, que a nova geração de emigrantes não sente a necessidade de procurar espaços de encontro com as gerações anteriores. (Uma Associação é sempre um espaço de encontro). Para além disso, muitos dos jovens luso-descendentes integraram-se totalmente no país e na cultura onde nasceram, afastam-se da comunidade e cultura portuguesa para se sentirem inseridos na de acolhimento, o que está a promover algumas dificuldades de continuidade para algumas Associações.
Em países onde existe uma longa tradição de emigração, muitas das Associações são antigas e os emigrantes mais velhos têm dificuldade em dar espaço aos novos, afastando-os, o que põe em risco a continuidade. O exemplo da Califórnia é típico e pode ser visto um pouco como o que poderá acontecer no futuro, em outros países com uma emigração mais recente. A maioria das Associações da Califórnia são centenárias ou estão em vias de celebrar o seu centenário. (A emigração dos portugueses para a Califórnia já data da última metade do século XIX). Salvo raras excepções os jovens têm pouco espaço e se lhes dão alguma abertura é apenas como instrumentos ao serviço dos mais velhos. No próximo ano irei presidir à celebração das festas do Espírito Santo no centenário da MPPA (Modesto Pentecost Portuguese Association), que foi uma Associação de referência no Vale de San Joaquin e que, de momento, está a ter sérias dificuldades, correndo o risco de se extinguir.

Existem, no entanto, Associações antigas que estão cheias de vitalidade. Um exemplo é Luso American Life Insurance Society, mais conhecida como LUSO, que foi fundada no ano de 1868. Trata-se de uma Associação de "beneficência fraternal", que vive da venda de seguros de vida, com a finalidade de apoiar a nível cívico, cultural, social e educacional a comunidade luso-americana. Trata-se de uma estrutura gigantesca, que apesar de ter nascido na Califórnia já se espalhou por outros Estados americanos onde existem Comunidades Portuguesas, particularmente na Costa Leste. Esta tem sempre uma grande visibilidade nas festas portuguesas com a presença dos grupos folclóricos de crianças, adolescentes e jovens.
Dentro da LUSO foram criadas outras Associações para diversas áreas e, se me permitem gostaria de fazer apenas referência a uma delas, a Luso-American Education Fundation, que nasceu em 1963. O seu lema diz-nos tudo sobre esta Associação: "Promover e perpetuar a língua e a cultura portuguesas nos Estados Unidos da América". Das muitas actividades que desenvolvem na área da formação e educação, salienta-se o apoio a estudantes que desejam continuar com estudos superiores, os campos de férias para jovens e a promoção das celebrações do Dia de Portugal.

Novas Associações de carácter social

Actualmente, devido à geração emigrante dos anos sessenta do século passado, que neste momento está envelhecida, começam a surgir Associações para responderem às necessidades dos mais idosos e, também, muitas das Associações existentes começam a criar actividades para irem ao encontro desta faixa etária das Comunidades Portuguesas. Um caso típico desta realidade é a Austrália, que já conta com 5 Associações dedicadas a esta realidade. Também algumas Missões Católicas e Paróquias começam a organizar Associações nesse âmbito, como acontece na Artesia, na Califórnia.

Nota Final

Antes de terminar a minha intervenção permitem-me duas notas, que não são conclusivas mas que pretendem apenas levantar algumas questões sobre a realidade do associativismo nas comunidades emigrantes.
Não há dúvida de que o associativismo nas comunidades é de extrema importância para promover a língua e a cultura portuguesas no mundo, isto é, para dar visibilidade à portugalidade a nível universal. Será que o Estado Português e a nossa sociedade civil têm sabido reconhecer e valorizar esse papel do movimento associativo emigrante?
Existe muito pouco intercâmbio entre as Associações de Portugal e as dos emigrantes, salvo casos pontuais a nível local ou das casas e núcleos desportistas ou regionais. Como promover um maior intercâmbio, uma troca de experiências, uma partilha de recursos? Como promover essa mais-valia? Os emigrantes queixam-se que só os procuram para pedir.
Sentimos no seio das Comunidades Portuguesas a fraca opinião sobre o papel dos nossos Consulados, como uma realidade de mera burocracia, ausente da realidade da vida das Comunidades, que deveria ter um papel mais activo na vida dos emigrante e no apoio ao seu movimento associativo. Como promover uma acção de maior apoio, divulgação e colaboração dos nossos Consulados com o movimento associativo nas Comunidades da diáspora?
Termino, mais uma vez, agradecendo o convite para participar neste painel, esperando não ter frustrado demasiado as vossas expectativas com esta minha pobre partilha. Como cidadão deste País que reconhece a importância das Associações, deixo uma palavra de apreço e gratidão a todos os que, de forma tão generosa, em Portugal e nas Comunidades Emigrantes Portuguesas se dedicam ao bem comum dentro do movimento associativo.

ILDA FIGUEIREDO
Conselho Português para a Paz e Cooperação
CONVIDADA

Agradeço, em nome do Conselho Português para a Paz e Cooperação, o convite para participar no Congresso Nacional das Colectividades e aproveito para saudar todos quantos se empenharam na preparação deste Congresso e todos os emigrantes portugueses que, também no estrangeiro, continuam a trabalhar no movimento associativo, empenhados na cooperação, no progresso e na paz.
O CPPC tem uma permanente actividade de colaboração com as mais diversas colectividades e procura aprofundar o trabalho conjunto com o movimento associativo visando o desenvolvimento de uma cultura de paz. São disso exemplo, quer o Protocolo que assinámos com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, quer as acções que vamos realizando através de Concertos pela Paz, divulgação de exposições versando os temas da Paz, colóquios e tomadas de posição conjuntas de solidariedade com povos vítimas de violência e guerra.
Tendo por base o artigo 7º da Constituição da República Portuguesa, o CPPC empenha-se na defesa dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade, como tem acontecido nas posições de solidariedade com os povos da Palestina, do Sarah Ocidental, de Cuba e tantos outros.
No momento tão complexo como o que estamos a viver, há cada vez mais pessoas a expressar a sua indignação face às guerras de agressão e disponíveis para afirmar a muitas vozes a sua solidariedade com os povos vítimas de actos de ingerência externa e de conflitos armados, de colonialismo, de injustiças e desigualdades sociais, de opressão, do desrespeito da sua soberania e independência nacionais.
Assistimos, com preocupação, à evolução complexa e de grande instabilidade da situação internacional, designadamente na Europa, no Médio Oriente e em África, embora também na América Latina seja preocupante a desestabilização que se faz sentir. Especial preocupação merece a situação das vítimas de ingerências externas, violência e guerras que já provocaram, de acordo com a ONU, mais de 60 milhões de refugiados, dos quais muitas centenas de milhar estão a chegar à Europa em condições de grande precariedade e a exigir a nossa solidariedade, a par com a denúncia das causas e a exigência do fim das guerras, para que possam voltar aos seus países em segurança.
Nos mais diversos locais aumenta a luta e resistência dos povos e das forças progressistas, seja na luta contra políticas antissociais e de subjugação, seja dos trabalhadores em Portugal e noutros países, exigindo uma ruptura com as políticas que agravam desigualdades e aumentam o desemprego e a pobreza para níveis inimagináveis há 20 anos.
O CPPC defende, no plano das relações internacionais, que Portugal realize uma política externa em defesa da Paz, de acordo com os valores de Abril consagrados na Constituição da República Portuguesa, preconizando a abolição de todas as formas de agressão, domínio e exploração entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlada, a dissolução dos blocos político–militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.
Assim, agradecendo mais uma vez a possibilidade de participar nesta sessão, sublinho a disponibilidade do CPPC para aprofundar as relações de amizade e cooperação com a generalidade das colectividades e associações que desenvolvem um precioso trabalho nas mais diversas áreas da cultura, do desporto, da ocupação saudável dos tempos livres, contribuindo para o progresso e o desenvolvimento, condições indispensáveis à paz.

Pela Paz, todos não somos demais.

CARLOS PAULA CARDOSO
Organização Europeia
Não-Governamental dos Desportos
CONVIDADO

O Presidente da Confederação do Desporto de Portugal e Presidente da ENGSO - Organização Europeia Não-Governamental dos Desportos, acentuou a importância do Desporto como elemento fundamental para a integração dos portugueses nas comunidades nos países de acolhimento e para os imigrantes no nosso país.

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

LUÍS SANTOS JORGE
Conselho das Comunidades Portuguesas
CONVIDADO

Através de mensagem via vídeo, o Dr. Luís Santos Jorge, Conselheiro das Comunidades Portuguesas na Venezuela, considerou que o Movimento Associativo é decisivo para afirmação da língua portuguesa junto dos emigrantes e seus descendentes.

ANA CANHOTO
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADA

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ASSOCIATIVO IMIGRANTE EM PORTUGAL

Afirmou Douglas Massey, um famoso sociólogo norte-americano, em 1998, que a integração nas redes de migração envolve um certo nível de participação, ocasionando uma propensão dos indivíduos para se envolverem em acções colectivas, muitas vezes proporcionadas pelas associações voluntárias. Todavia, quando chegam ao país de acolhimento (nem sempre a palavra mais correcta, porque significa "receber com agrado", "amparar", acto de receber com hospitalidade), frequentemente não se integram nas estruturas associativas já existentes.

O associativismo voluntário, enquanto espaço de união de pessoas de diferentes proveniências, etnicidades, classes sociais, níveis de educação, estatutos profissionais, entre outros, que partilham interesses similares, instiga à interacção entre indivíduos e fomenta o desenvolvimento de relações de confiança. Observadas como "centros" de agregação de pessoas, nas associações os membros criam laços e redes sociais, que os capacitam de capital social fundamental para uma cidadania activa.

Muita embora a globalização, como elemento de inquestionável presença na vida quotidiana tenha trazido o consequente incremento das relações transnacionais, o acesso ao exercício da cidadania conserva-se como um contrato de reconhecimento mútuo entre o indivíduo e o Estado cuja condição é sempre antecedida da origem nacional. Ora, trata-se de uma cláusula inacessível a quem tem naturalidade extranacional e para aceder à cidadania só lhe resta o recurso da candidatura à nacionalidade, complexo processo que exige aos indivíduos um capital que à partida nem sempre detêm.

Para este processo, fundamental para a integração dos indivíduos, largamente tem contribuído o movimento associativo imigrante. Com diversificadas actividades, incluindo a realização de eventos culturais, o ensino da língua portuguesa, o apoio jurídico e a luta contra a discriminação, destaca-se uma crescente importância das associações na intervenção social e política, concretamente no estímulo à criação de estratégias de promoção de uma vida participativa, social e política, por parte de imigrantes e seus descendentes.

Hoje já não podemos falar apenas de associações de imigrantes considerando apenas aqueles que pelas mais diversas razões abandonaram os seus países de origem e escolheram Portugal para se fixarem. Tendo em consideração que o contexto socioeconómico demonstra um incremento na emigração e uma clara redução da imigração, comparativamente aos anos 90, não podemos deixar de reconhecer que muitos dos descendentes desses imigrantes se mantêm fixados em Portugal. E as associações, que outrora se constituíram como espaços de fruição cultural, como pontos de ligação à cultura do país de origem, e como apoios nos processos de integração dos imigrantes, hoje são muitas vezes povoadas por crianças, jovens e adultos portugueses, cujo contexto social de transnacionalidade é muitas vezes distinto dos seus ascendentes. Mas a diáspora é constituída não só de imigrantes, como também dos seus descendentes e de todos os envolvidos nos fluxos migratórios, são comunidades transnacionais que partilham uma determinada forma de identidade colectiva que os move à solidariedade e à partilha de valores e símbolos, muitas vezes unificadas pelo associativismo.

Em 2010, e após o reconhecimento das associações como agentes de desenvolvimento das comunidades de imigrantes, ocorrido a 3 de Agosto de 1999 pela Lei n.º 115, o outrora designado Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural (ACIDI) e hoje Alto Comissariado para as Migrações (ACM), apresentava 124 associações imigrantes. Em 2012 o mesmo organismo daria reconhecimento a 131 associações. Todavia, hoje estão identificadas apenas 101 associações de imigrantes, espalhadas por todo o país continental e ilhas.

Encontram-se na sua maioria associadas aos países de origem dos seus fundadores, maioritariamente dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), mas também temos a presença de associações das comunidades chinesa, romena, ucraniana, russa, entre outros países do Leste Europeu, Brasil, de países norte-africanos e de origem árabe.

Podíamos aqui afirmar que a redução de cerca de 22% de associações imigrantes teria apenas origem no contexto socioeconómico do país, quer pelas limitações no que concerne ao acesso a projectos e programas nas parcerias com diversas instituições pública, quer pela redução do número de sócios voluntários, considerando que foram vários os imigrantes que retornaram aos seus países de origem. Contudo, esta parece-nos uma afirmação claramente redutora, tendo em consideração uma diáspora formada por descendentes de imigrantes.

Concretamente, e tendo em conta que todo o MAP se encontra hoje perante o desafio de se manter activo numa sociedade inevitavelmente em plena transformação de valores, vimos aqui destacar alguns desafios a ambos movimentos associativos, popular e imigrante:

- Considerando que as comunidades na diáspora são hoje constituídas maioritariamente por crianças e jovens que se identificam como portugueses, não podemos ignorar que muitos destes jovens poderão hoje já estar integrados nas nossas associações, não encontrando qualquer identificação com as associações de imigrantes. Não será altura de fomentar a criação de uma plataforma que une ambos movimentos, ligando pessoas e criando redes que incentivam à interetnicidade, intergeracionalidade e à participação de todos no desenvolvimento comunitário?

- Considerando o associativismo, quer popular quer imigrante, como um instrumento de desenvolvimento da coesão social e de uma cidadania democrática activa, não será a altura ideal de ambos movimentos aprofundarem relações de cooperação para fazer face a uma clara diminuição no acesso a programas de reconhecimento e de apoios financeiro e não-financeiro? Hoje a maioria dos projectos e programas apelam a parcerias, as quais não podem nem devem assentar apenas em relações com entidades governamentais.

- Ambos movimentos referem estar a braços com uma redução do número de dirigentes associativos, frequentemente relacionada com situações laborais e respectiva legislação que não favorece quem ocupa algum do seu tempo a trabalhar voluntariamente para o desenvolvimento social do país. Não é altura de fomentar a criação de uma agenda comum de clarificação e reforço do papel de ambas associações no desenvolvimento comunitário?

- Consta do Eixo I do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, publicado em Janeiro de 2015, que o Governo Português realizará várias acções de promoção do movimento associativo junto das comunidades imigrantes e seus descendentes, através da divulgação de material informativo e formativo, bem como a sua capacitação através de formação.

- Através do Portal da Juventude percebemos que hoje é fomentada a criação de associações de jovens, sendo reconhecidas associações juvenis, de estudantes, federações, associações socio-profissionais, entre outros grupos formais e informais de jovens. Porém, falamos da mesma época em que se apela à intergeracionalidade e cujos programas e projectos incidem o seu objectivo.

Em consonância com o movimento associativo no seu geral, o movimento associativo imigrante actualmente luta por uma renovação numa sociedade que se encontra em profunda mudança social. A necessidade da intervenção dos jovens descendentes de imigrantes e novas comunidades de imigrantes são hoje as prioridades para a afirmação do movimento associativo imigrante, urgindo a criação de redes de associações, como forma de desenvolvimento e afirmação do poder dos imigrantes no contexto político português.

O Estado Português confere às associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM alguns apoios técnicos e financeiros. Através do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), situado em Lisboa no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, as associações podem apresentar projectos ao abrigo do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante, para efeitos de promoção da integração, dignificação e igualdade de oportunidades, para formação e qualificação profissional, para estimulo de actividades empreendedoras, para a criação de serviços de apoio às famílias, para estabelecimento de intercâmbios junto de associações congéneres estrangeiras e para estudos e investigação na área da discriminação e processos de integração social. Acresce o apoio técnico na capacitação de dirigentes, técnicos e voluntários destas associações, através de acções de formação e acompanhamento dos projectos. Para além do ACM, algumas Câmaras Municipais do país, como Santarém, Setúbal, Albufeira, Santa Maria da Feira, Macedo de Cavaleiros, entre outros, são vários os Municípios que integram Gabinetes de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas, e que auxiliam as Associações de Imigrantes no acesso ao apoio regular no âmbito do Movimento Associativo.

Porém, para serem reconhecidas pelo ACM como associações representativas dos imigrantes e seus descendentes e beneficiar do apoio técnico e financeiro por parte do Estado, estas deverão cumprir a regulamentação do Decreto-Lei 75 de 9 de Maio de 2000. Ora, têm de reunir cumulativamente um conjunto de documentos que exigem disponibilidade temporal dos seus fundadores, bem como recursos financeiros para as respectivas inscrições e publicações exigidas ao Movimento Associativo, que muito embora estejam espelhadas no website do ACM.

BESSA CARVALHO
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
DELEGADO

Tendo o pelouro internacional, parece-me interessante que me debruce, quer pelas experiencias acumuladas nas visitas feitas à India – Bombaim, Goa, Damão, ou a África, através da África do Sul, ou na Europa, em todas as capitais onde existe presença significativa de portugueses.

Confesso que estas 3 realidades emigratórias devem ser lidas distintamente pois encaram realidades e contextos diferentes, nomeadamente a África, as Américas, a Ásia e a Oceânia, onde perduram as grandes Associações Lusas, onde já se fizeram grandes festas de portugueses e para portugueses, onde se olvidou a comunidade local e se desbaratou o capital dos jovens lusodescendentes que pura e simplesmente deixaram de se identificar com as tradições dos seus progenitores.

Por sua vez, a Europa, tendo em conta a flutuação emigratória e a rapidez do está cá está lá, impõem uma realização de eventos mais constante e apoiada localmente.

Com base no exposto é importante frisar de que temos portugueses em todo o mundo, descendentes de portugueses, que sofrem, em todo o mundo, que lutam pela bandeira de Portugal e pela língua de Camões, que assumem o seu papel de "Embaixador local" para rececionar o que se fabrica em Portugal, para divulgar Portugal.

Se na Europa as Associações que Convidam e as que aceitam o Convite assumem os custos de divulgação, Cultural, Industrial e Turística quer fisicamente, quer monetariamente, para as restantes isso já não é tão fácil, apesar de ter a convicção de que uma Associação ida de Portugal que atue em qualquer parte do mundo

fará um trabalho, qual Portugal no Coração, cujo custo irrisório suplantará as grandes missões empresariais pagas pelo erário publico, a empresas de capital privado e com residência fiscal, fora de Portugal. Para os menos atentos, o vigor do 10 de junho em qualquer parte do mundo desde Vicente e Granadinos até ao Brasil ou Newark nos Estados Unidos , a Caracas e Londres a Oceânia, ou seja , dos 192 países da ONU, arrisco que temos portugueses em todos, dada a nossa facilidade de entrosamento com as comunidades locais e capacidade adaptação. Por outro lado, a capacidade de diálogo e de tolerância dos nossos idosos párocos nos pontos mais recônditos do mundo, têm sido sem duvida, uma mais-valia que nós, portugueses residentes em Portugal, jamais pagaremos tal trabalho e dedicação, inclusive, o risco iminente de vida, pois tolerantes só somos nós.

PALOPs ou CPLP tendo em conta o passado recente julgo ser de todo importante implementar uma linha condutora de cultura em rede capaz de defender tradições e culturas de um povo identitária da sua realidade. Estamos a dar os primeiros passos e tudo indica que estamos no Bom caminho.

As Transfronteiriças Ibéricas, que nos propõem uma abertura de comunicação enorme com excelentes resultados na Galiza e na Extremadura e que nos presenteia com a presença física de 2 distintos dirigentes Espanhóis, indicia que este Congresso será testemunha de mais um Grande passo Associativo, numa Europa sem fronteiras mas detentora de uma riqueza imaterial incalculável que uma Federação Ibérica e uma Confederação Europeia salvaguardarão com toda a certeza, assim possamos e tenhamos forças para levar avante tão importantes ações.

O feedback que o mundo luso me comunica da Índia, Myanmar, Macau, Ilha das Flores (Indonésia), Malaca, Singapura e Timor da Austrália, ou Nova Zelândia em África onde todos os países têm portugueses, informa isso mesmo ou seja, necessitam urgentemente de visitas idas de Portugal, de Bandas de música, de Ranchos Folclóricos do Teatro e desporto de base, acima de tudo de Associações de portugueses com o número mínimo de atuantes desprovidos de vaidades, que entendam na plenitude que estão a apoiar uma causa e não a servir-se dela. Temos que fazer uma introspeção muito intensa desta realidade, encarando a razão da permanência lusa e não o que se vê da sua permanência local, tendo em conta que a vida que os nossos lusos têm localmente se reveste duma disciplina férrea de trabalho e não de esbanjamento daí que a sua capacidade voluntária ao serviço de Portugal e de quem os visita, supera a sua realidade diária não só, mas também de incontida alegria de bem-fazer. Esta é na minha opinião a Internacionalização que se pede tendo em conta a realidade de há 530 anos onde voltamos novamente ao nosso pequeno espaço Geográfico com quase 900 anos de profunda e rica História e onde o Movimento Associativo sempre soube dar as mão em bloco de interesses, numa Globalização sustentada no Ser de um povo e na Identidade de uma rica Nação.

As ajudas existem se tivermos em conta que o M. A. P. em Portugal está sincronizado com as relações tributárias e com as legalidades previstas na Lei, para que as Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Cultura, da Economia e Turismo, do Desporto, a par das dotações orçamentais das Embaixadas e dos Consulados Gerais mais o AICEP e termos com toda a certeza apoios que conduzirão as nossas associações e seus intervenientes a ficarem geograficamente, culturalmente e socialmente mais ricas e mais interventivas de lá e de cá. Porque é importante avançamos com a redescoberta de novos mundos, ajudando os que lá estão e ajudando os que cá investem, numa simbiose do valor, que procria valores incalculáveis.

Sejamos sérios e entendamos que os valores associativos geram valores económicos e criam efeitos sociais difíceis de atingir por outras vias bem muito mais baratos. Não custa tentar.

DEOLINDA MACHADO
Movimento Erradicar a Pobreza
DELEGADA

Começo por saudar os presentes e agradecer o convite amavelmente feito ao Movimento Erradicar a Pobreza (MEP) para participar neste Congresso.

Quem somos? Qual o nosso projecto?

Que atividade desenvolvida e a desenvolver?

No decurso desta intervenção procuraremos responder às três questões elencadas.

Quanto à primeira questão, quem somos, e como se afirma no manifesto de lançamento do Movimento, somos pessoas que diariamente intervêm em diferentes áreas sociais, em permanente contacto e confronto com os dramas e os anseios de milhares de portugueses e suas famílias. Somos militantes da defesa dos Direitos Humanos, isto é, da defesa das pessoas, independentemente da sua origem social, de país, língua e cultura, cor da pele ou religião.

Somos cidadãos intervenientes, que se recusam a ficar indiferentes à situação de cerca de 3 milhões de pessoas, que no nosso país, vivem no limiar da pobreza.

Somos um movimento onde apenas participam cidadãos, embora a sua maioria ligados a diferentes organizações, onde predominam as do movimento associativo popular, do movimento sindical e da igreja católica, sem que isso interfira na sua independência, mas o valorize pela soma de experiências e vivências diversas na sociedade portuguesa.

O Movimento, lançado em junho de 2014, tem hoje uma estrutura nacional, com núcleos em todos os distritos, sendo portanto uma estrutura de âmbito nacional.

Relativamente à segunda questão, qual o nosso projecto, está plasmado no Manifesto/Apelo de lançamento e reafirmado no documento síntese final do Encontro Nacional realizado a 16 de Maio passado.

Partimos da realidade, cujo conhecimento vem da vivência dos seus membros, confirmada pelas estatísticas.

Face à abordagem que as entidades responsáveis têm da pobreza e da exclusão social em Portugal, marcada por uma ideologia ligada ao assistencialismo e a medidas de emergência social, que sendo necessária pelas situações dramáticas em que muitos milhares vivem, não conduzem à resolução do problema que é a erradicação da pobreza. Pretendemos contribuir para o despertar das consciências de que importa atacar as causas.

É indispensável que haja uma estratégia de luta contra a pobreza, o que requer medidas de caráter transversal, associados ao desenvolvimento económico e à correção das assimetrias, combatendo as desigualdades.

É indispensável uma política integrada, onde o emprego, os salários, a educação, a saúde, a habitação, a justiça, a ação social, contribuam para a inclusão.

Estamos perante um problema que não é de um ministério, mas de todo um governo.

Temos como objectivo central do Movimento contribuir com a nossa acção, o nosso alerta, a nossa consciencialização, para o problema da pobreza e a sua erradicação.

Por fim, que actividade desenvolvida e a desenvolver.

A primeira foi naturalmente o lançamento do Movimento, com o Manifesto/Apelo, em Junho de 2014, como já referimos.

Ainda em 2014, em Julho promovemos um cordão humano no Rossio sob o lema “dar as mãos” e em Outubro um desfile entre o Chiado e o Rossio, que decorreu em silêncio: “o silêncio também fala”.

Durante todo o período da nossa existência trabalhamos para a criação de uma estrutura nacional a par de contactos para alargar o número de adesões, o que permitiu a realização do primeiro encontro nacional, a 16 de Maio deste ano, como foi referido.

Participamos com uma delegação na manifestação promovida pela CGTP-IN, no dia de 19 de junho passado, em solidariedade com os refugiados.

Assentando a nossa orientação em que a erradicação da pobreza só pode ser conseguida no âmbito de políticas governamentais e considerando que a Assembleia da República, em 2008 aprovou duas resoluções 10/2008 (de 19 de março) e 31/2008 (de 23 de julho), onde decidiu:

- "Assumir a missão específica de observação permanente e acompanhamento da situação da pobreza em Portugal, no âmbito parlamentar"
- "Declarar solenemente que a pobreza conduz à violação dos direitos humanos e recomendar ao governo"
"Que o limiar de pobreza estabelecido sirva de referência obrigatória à definição das políticas públicas de erradicação da pobreza"
Pedimos reuniões a todos os partidos com representação parlamentar e à Presidente da Assembleia das República, Dra. Assunção Esteves, para expor as nossas opiniões sobre o problema da erradicação da pobreza e quais os compromissos que assumiam nesta matéria.
Concretizaram-se apenas as reuniões com o Partido Socialista, o Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista Os Verdes.
Concretizou-se também a reunião com a Provedoria de Justiça.
Relativamente aos outros pedidos não obtivemos resposta.
Nas reuniões havidas foi possível encontrar pontos de entendimentos e compromissos sobre as questões levantadas.
Lançamos uma petição que está em fase de recolha de assinaturas, para levar ao parlamento resultante das últimas eleições de 4 de Outubro, para que o problema da pobreza e da sua erradicação seja discutido e haja tomada de decisões sobre ele. Aqui também pedimos o vosso contributo na assinatura desta petição.
Assinalando o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, os núcleos distritais promoveram recolha de assinaturas assumindo também uma acção de sensibilização para novos apoios ao Movimento com a distribuição de documentos. Defender as funções sociais do Estado, dar combate às causas da pobreza e às desigualdades que não podem ser vistas como se de algo natural se tratasse é o caminho que continuaremos a prosseguir. "É o bem comum, o interesse de todos que está em causa" como refere o Dr. Guilherme Oliveira Martins.

Viva o Movimento Associativo Popular!

JOÃO ALVES PEREIRA
Federação Internacional de Campismo, Caravanismo e Auto-Caravanismo
DELEGADO

Presidente da Federação Internacional de Campismo, Caravanismo e Auto-Caravanismo, acentuou que a falta de renovação de Dirigentes é genérica. Questionou como podem haver mais Dirigentes Associativos no nosso País, se nem empregos há? Defendeu que as Associações que se transformam em prestadoras de serviços são as mais profícuas.

Nota: Autor não forneceu a intervenção em formato digital

LUÍS DUARTE
Clube de Campismo de Lisboa
DELEGADO

O Convite foi efectuado em virtude do signatário ocupar, presentemente, o cargo de Secretário Geral da Federação Internacional de Canyoning – IAAC.
Abordou a problemática do associativismo de portugueses além-fronteiras – na Europa e no resto do Mundo, em duas vertentes:
A vertente dos portugueses eleitos para associações internacionais, quer no desporto, quer na cultura e a vertente dos portugueses que se encontram emigrados e que constituem-se em Clubes e Associações relembrando e exultando as tradições, os usos e os costumes da alma lusa.
Importa também referir que, o associativismo pode ter uma vertente nacional com disseminação internacional, como é o caso do Clube de Campismo de Lisboa que é uma Instituição Desportiva, de Direito Privado, Utilidade Pública, sem fins lucrativos, com 74 anos, que possui várias dezenas de milhares de associados, sócio n.º 1 e fundador da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, e que tem por finalidade a prática, fomento e desenvolvimento do campismo desportivo, a promoção e dinamização da actividade desportiva amadora em geral, a promoção da elevação social e cultural dos seus associados e a salvaguarda de um ambiente humano sadio e ecologicamente equilibrado.
Ainda de referir que o Campismo Associativo/Desportivo que o CCL promove e desenvolve, pertence à via desportiva, sendo filiado numa Federação detentora de Utilidade Pública Desportiva, a sua tutela depende do Instituto Português do Desporto e da Juventude, organismo da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude e da Presidência do Conselho de Ministros.

Importa ainda sublinhar, que os praticantes de campismo associativo/desportivo se agrupam numa Instituição Mundial – Federação Internacional de Campismo, Caravanismo e Autocaravanismo - FICC , num total de cerca de oito milhões de praticantes.
De notar, que o Campismo Desportivo possui importância académica, uma vez que faz parte do programa pedagógico como unidade curricular do Curso Superior de Educação Física, ministrado pelo ISEF – Instituto Superior de Educação Física.
Foi referido também, que decorrente dos seus diversos cargos em Federações Desportivas Internacionais, teve ocasião de vivenciar o espirito excepcional de iniciativa de quem, por vicissitudes da vida em Portugal teve de emigrar mas mantendo sempre a chama viva, através da congregação de patriótica da diáspora portuguesa espalhada pelo Mundo.
Como exemplo paradigmático das características singulares de espirito de iniciativa e de criatividade, dos Portugueses que desempenham cargos nas Instituições Internacionais, onde se aponta o caso do meu antecessor a usar da palavra, Dr. João Pereira, que preside ao mais alto organismo do campismo, caravanismo e autocaravanismo – FICC – tendo sido formado, enquanto jovem, no Associativismo Português, nas escolas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.
Para finalizar uma nota para enaltecer toda a diáspora portuguesa que promove de coração, em Organismos Associativos, por esse Mundo fora, o ADN do Dirigismo Associativo Português.

MARIA CELESTINA GOMES
Associação Lopes Graça
DELEGADA

Muito obrigada pela oportunidade.
Não estava a pensar intervir neste Congresso, mas ao constatar este Painel intitulado Associativismo na Europa e no Mundo, após reflexão, decidi com a ajuda de alguém que faz parte da Mesa, participar nele e transmitir a seguinte comunicação:

- Sou Presidente da Associação Lopes Graça que tem como objecto incrementar o gosto pela música em geral e particularmente a obra musical e literária de Fernando Lopes-Graça, promovendo a sua divulgação.
- Como no mês passado (Outubro), teve lugar no Brasil (S. Paulo), durante 3 dias, uma série de concertos organizados e concretizados pelo excelente pianista brasileiro José Eduardo Martins, de obras inéditas de Lopes Graça, iniciativa apoiada pela Unibes Cultural e o consulado Português em S. Paulo, sem qualquer ajuda da nossa Associação, achei que tinha o dever, no mínimo, de vir sensibilizar o Associativismo da Europa e do Mundo eventualmente, com este exemplo, para a necessidade de virem a conhecer a obra do majestoso músico português Lopes Graça.
- Consequentemente, gostaria imenso que fossemos parceiros de outros grupos associativos da Europa e até do Mundo, pois como afirma aquele ilustre pianista « Quem não conhece Fernando Lopes Graça não é bom músico ».
- Esta nossa Associação é sócia da Confederação, portanto podem solicitar-lhe o nosso contacto, incluindo o meu pessoal, visto não termos ainda página na Net, Mas podem anotar o nosso endereço electrónico que é:
associacaolopesgraca@gmail.com>.

Muito obrigada!

PEDRO ASUAR ORTIZ
Federação Espanhola de Associações de Folclore
DELEGADO

Boa tarde.

Na minha qualidade de representante da Federação Espanhola de Associações de Folclore, Eu quero começar o meu discurso resumo, agradecendo a organização a oportunidade nos proporcionou pela nossa Federação, de lhe falar e mostrar nossas intenções sinceras de colaboração e cooperação ibérica no futuro.
Gostaria também de pedir minhas desculpas para o mau uso da língua Portuguesa, espero pelo menos que eu possa fazê-lo de forma inteligível.
Por algum tempo, tem havido desejo da nossa Federação em comunicação com ambos os grupos espanhóis e internacionais buscando ações e metas comuns com estes e com o objectivo de colaboração e cooperação no desenvolvimento de trabalho conjunto com a obter, novamente, objectivos comuns em as partes em causa.
Neste ponto, e de concentrar a minha presença aqui hoje diante de vós, devemos salientar que há algum tempo temos vindo a falar e gerenciar tanto a nossa Federação e a Confederação Portuguêsa de Colectividades ações ordinárias na crença de que a partir desta cooperação pode alcançar os objectivos comuns de ambas as organizações, tanto com características ibéricas como com os objectivos europeus no horizonte supostos planos de uma tal cooperação por isso vamos explicar, mesmo que brevemente, neste ponto:
Nossa federação agora é o representante em Espanha, de um grande número de grupos que defendem a Património Cultural Imaterial globalmente e, especificamente, na salvaguarda de música e dança tradicionais.
Em 2010, obteve o Congresso dos Deputados de Espanha para aprovar uma "lei do movimento" por unanimidade na defesa e salvaguarda da música e dança tradicionais, de acordo contida na Convenção da UNESCO de Paris de 2003 pela Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. A partir desse momento nós continuamos com trabalho duro aproximando as autoridades patrimônio imaterial responsável em Espanha e na Europa.
Para ser breve, informo que nós fazemos e continuamos a fazer um grande número de reuniões, entrevistas pessoais, reuniões de trabalho, etc. que foram levando para as seguintes resoluções desses organismos oficiais:

- Aprovação pelo Ministério da Cultura da Espanha Plano Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 2011.
- Aprovação pelo Ministério da Cultura da integração da nossa Federação na comissão técnica para o acompanhamento do Plano Nacional de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. 2014.

RAÚL LOPES
Association des Portugais du Coeur de Seine
DELEGADO

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO PORTUGUÊS NA EUROPA

Na Europa, as primeiras associações de portugueses nasceram em França, país para onde os Portugueses emigraram em massa a partir da década de 1960, o país de onde venho e onde sou dirigente associativo. O fenómeno associativo alargou-se a outros países, variando as características das associações pioneiras com o apoio social que cada Estado ou país de acolhimento dispensava.
Os objectivos e as actividades eram imediatos e muito simples, baseados no seguinte conceito: a emigração é provisória, e é necessário estar preparado para regressar em qualquer altura. Com base nessa ideia as associações pediam ao Estado que as acolhia uma sede para jogar cartas, falar de Portugal, comer uns petiscos à portuguesa, ouvir o futebol e as notícias, organizar o serviço religioso, e episodicamente ajudar um ou outro compatriota. Ao Estado português pediam passaportes e a legalização dos clandestinos (recordo que se vivia o tempo da ditadura fascista).
Mais tarde aparecem associações recreativas, desportivas ou de folclore com sede maiores, que ganham dinheiro e alargam a sua influência. Reproduzem Portugal nos seus próprios nomes e nas actividades que desenvolvem. Comemoram as datas festivas de Portugal (por exemplo, o Carnaval e o S. Martinho, mas também o 25 de Abril e o 10 Junho), convidam cantores portugueses (a maior parte da vezes, cantores pimbas, é verdade), assistem às cerimónias e cultos religiosos em português.
Em França – país que melhor conheço – os emigrantes

mantêm uma luta permanente entre conservar ou perder a sua identidade cultural. A segunda geração perde a língua ou deixa-a adulterar muito. Os focos de resistência organizam-se em torno das associações, que incluem nas suas reivindicações ao Estado português o ensino da Língua e Cultura Portuguesas, o qual satisfaz parcialmente essa vontade a partir de 1986, repartindo as responsabilidades com algumas associações, muitas vezes criadas para o efeito. Mas entretanto, sobretudo a partir de 2011, a pretexto da crise e da austeridade, fortes machadadas são dadas no Ensino do Português no Estrangeiro (EPE), com uma forte redução do número de professores, com uma significativa diminuição da oferta de cursos e a introdução do pagamento da propinas, o que consideramos inconstitucional.

Actualmente, é frequente a afirmação de que o movimento associativo português em França está em crise. Efectivamente, deve reconhecer-se que maioria da população portuguesa residente em França não frequenta as associações e não se revê nas suas actividades, que muitas vezes apelida depreciativamente de "cultura do copo", pois geralmente a venda de bebidas é a forma de prover o seu auto-financiamento. Outros problemas emergentes são o envelhecimento dos seus dirigentes e a baixa representatividade feminina nestes cargos; o desinteresse dos jovens pelas iniciativas associativas que não vão ao encontro dos seus interesses; a concentração geográfica que cria rivalidades entre associações; o permanente problema do financiamento; a ausência de locais próprios (para a maioria das associações, os espaços são apenas disponibilizados pelas autarquias aos fins de semana) e, por vezes, a pouca abertura à sociedade francesa. É claro que, também em França, há excepções (mas são verdadeiramente excepções), existindo algumas dinâmicas análogas às existentes notros países europeus a que vou referir-me a seguir.

Nos outros países da Europa o associativismo seguiu caminhos um pouco diferentes. Os apoios dos Estados belga, luxemburguês, holandês e alemão prestavam-se de forma diferente. Os emigrantes portugueses desse países não perdem o uso da Língua Portuguesa, e os estados põem à disposição das associações outros meios. A própria ideia de integração é diferente e como as línguas oficiais desses países não são latinas, a identidade cultural não se confunde. Nestes países, onde os apoios sociais estavam já em prática, os portugueses incluem-se rapidamente em sindicatos e outras organizações laborais.

As permanentes transformações sofridas pelas mais diversas comunidades levam este movimento associativo a evoluir, sendo imperativo o envolvimento das gerações mais novas, já nascidas nos países de acolhimento. O associativismo recente nas comunidades portuguesas no resto da Europa, com as ditas excepções observadas em França, o das segundas e terceiras gerações, centra a sua atenção em dois grandes domínios:

- Domínio sociopolítico, que se concretiza no apelo à participação da comunidade em acções assentes na informação sobre os direitos e os deveres dos imigrantes, em acções para a sociedade em geral e o Estado em particular, na defesa e representação dos interesses das comunidades, assumindo-se como interlocutores entre a população imigrante e os estados de acolhimento. É o apelo à cidadania, a inscrição nas listas eleitorais, à inscrição nas comissões de escola e dos sindicatos, em movimentos cívicos e humanitários, enfim, a alargar o peso político e social das comunidades.
- Domínio cultural e recreativo, que se traduz na organização de actividades culturais como forma de conservar e transmitir uma identidade cultural, baseado no princípio "todos iguais, todos diferentes". Frequentemente este domínio articula-se com o domínio educativo, formal e informal. Formal porque exigem a existência de cursos da língua materna, apoiando-se nas directivas comunitárias. Informal porque muitas vezes as associações se candidatam a fundos comunitários para realizarem ateliers para crianças, grupos de dança ou de teatro, de formação profissional, e prestação de outros serviços. Neste domínio recreativo entra a formação de clubes desportivos, principalmente de futebol.

Apesar do diagnóstico - um tanto negativo, é certo - que fiz para a situação associativa em França, continuo a achar (e estou certo de não me enganar) que as associações e colectividades portuguesas no estrangeiro, são motores de dinamismo. A sua energia

catapulta ideias e objectivos. Agem por convicção, por amor à causa e contribuem para a integração, a socialização e a dinamização das populações. A sua identidade na emigração refere-se, na maior parte das vezes, aos aspectos culturais, políticos e nacionais portugueses.

O movimento associativo das comunidades portuguesas possui uma extraordinária importância federadora e socializadora dos portugueses residentes no estrangeiro, cumprindo importantes funções de índole social, educativa, política, cultural e económica, substitituindo-se na prática, lá como cá, ao que era obrigação do Estado Português promover.

Em resumo, são funções das associações: a promoção da participação política e social dos jovens lusodescendentes; a promoção do convívio e da vivência em comunidade; a promoção da ocupação dos tempos livres, pelo desporto, o folclore, etc.; a difusão da língua e da cultura portuguesas; a preservação da identidade, raízes e tradições (locais, regionais ou nacionais).

As associações de portugueses sempre constituíram – repito - um significativo factor de integração (que não é sinónimo de assimilação, diga-se) nas sociedades dos países de acolhimento, ao mesmo tempo que contribuíram para a afirmação e a manutenção de uma identidade ligada à cultura de origem, o que é de assinalar e relevar, mas sistematicamente ignorado ou desvalorizado por quem tem responsabilidades governativas no nosso País, malgrado os discursos floridos de alguns.

Num tempo em assistimos a novos e grandes fluxos migratórios de Portugal Europa, as associações poderão e deverão continuar a ser espaços de contacto, de socialização e de solidariedade, de ligação e divulgação da cultura portuguesa, mas também favorecerem a integração económica e social dos portugueses em geral e especialmente dos recém-chegados tantas vezes em situação de grande precariedade. Estou certo que assim será!

Viva o movimento associativo português no estrangeiro!

Viva o Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes!

Viva Portugal!

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Mesa (da esquerda para a direita): Barbosa da Costa (CPCCRD), a usar da palavra, Francisco Rodrigues (CPCP), Daniel Café (FFP), Martinho Caetano (CMP), Guilherme d'Oliveira Martins (CNC), Eugénio da Fonseca (CPV), Augusto Flor (CPCCRD), Fernando Medina (CML), Caleia Rodrigues (CDP), João Queirós (FPCMP), Luís Mendes (FPTA) e Manuel Neves (FPC)

EUGÉNIO DA FONSECA
Presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado

Caros congressistas,

Vamos, então, para a reta final deste Congresso. Não se esqueçam que logo no início deste magno encontro, foi anunciada uma surpresa. Fiquemos todos nessa expetativa. Por isso, apesar do adiantado da hora, iremos manter-nos participantes até ao fim dos trabalhos. Procuraremos, mesmo assim, que esta sessão decorra com a fluidez necessária, para que possamos participar, com todo o interesse nesta última sessão, por ser bastante pertinente e implicar todas as instituições que representamos. Começo por apresentar a mesa: minha própria pessoa, Eugénio Fonseca, agradeço a honra que me é concedida de presidir a esta sessão de encerramento na qualidade de Presidente da Confederação Portuguesa de Voluntariado; o nosso presidente do congresso, o senhor Barbosa da Costa; Augusto Flor, presidente da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto; Caleira Rodrigues, que representa a Confederação do Desporto de Portugal; Francisco Rodrigues, Presidente da Confederação Portuguesa das Casas do Povo; Martinho Caetano, Presidente da Confederação Musical Portuguesa; Daniel Café, Vice-Presidente da Federação de Folclore Português; João Queirós, Presidente da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal; Luis Mendes, Presidente da Federação Portuguesa de Teatro; Manuel Neves, Presidente do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Cineclubes. Para escutarmos agora, com muita atenção, o nosso já mui conhecido, não tão aparecido quanto desejaríamos nos últimos tempos, o Cesário Borga. Sobre ele, apesar de ser conhecido, como já referi, sinto que é muito proveitoso lembrar algumas notas do seu vastíssimo curriculum: é jornalista, freelancer desde 2010, mas até aí, durante 45 anos, foi repórter, chefe de redação, diretor de informação e correspondente, como todos sabemos, no país vizinho, em Espanha. A sua vida profissional começou, em 1964, quando tinha apenas 20 anos, na revista Flama. Continuou a colaborar, na então, A Capital, no *Diário de Lisboa*, a partir de 74, na *RTP*. Colaborou no semanário *O Jornal*, nos anos 80, mas já desenvolvia atividade associativa quando chegou ao jornalismo, incentivado pela JOC (Juventude Operária Católica). Foi sócio da Pragma, foi delegado sindical, membro de Conselhos de Redação. E em 1982, chegou a presidente do Sindicato dos Jornalistas. É Vice- Presidente do Clube dos Jornalistas. E é autor de muitos escritos, mas sem esquecer que foi precursor na arte de passarmos a ter jornalistas a escreverem romances. Realço os seguintes títulos: "*Ethel: amanhã em Lisboa*"; "*O Agente da Catalunha*" e, com Avelino Rodrigues e Mário Cardoso, "*O Movimento dos Capitães e o 25 de abril*". E é mestre em comunicação pelo ISC. Cá estamos para aprender , muito com a reflexão que nos irá ser proposta por Cesário Borga.

Nota: Texto editado a partir de intervenção espontânea

CESÁRIO BORGA
Jornalista

CONFERÊNCIA
"O Associativismo e o Voluntariado na Comunicação Social"

Ora boa tarde, penso que ainda é boa tarde.

Muito obrigado pelas palavras de apresentação, quero saudar-vos a todos e sobretudo nesta grande realização do Congresso de Colectividades Populares que a todos nós, os que estão como vocês nas Colectividades estão empenhados e eu passei por algumas, sabemos bem a importância que tem.

A minha intervenção neste Congresso de colaboração está aqui anunciada como Associativismo e o Voluntariado na Comunicação Social. Isto dava uma verdadeira tese.

Eu não tenho condições para preparar uma tese a este nível. Aquilo que eu queria fazer aqui é adaptar de alguma maneira este objectivo, ou seja, apresentar algumas ideias sobre aquilo que as colectividades, as pessoas que trabalham nas associações podem esperar e como podem também um pouco lidar com a comunicação, com os meios de comunicação, seja com os jornais, com a rádio, com a televisão e naturalmente com aquilo que agora se chama as redes sociais.

E esta reflexão pretende sobretudo chegar aí. Eu tirei algumas notas, tenho aqui uma cábula, mas devo dizer que já tem tantos gatafunhos que eu não sei se a vou conseguir interpretar.

Quando certamente aqui há uns meses, porque eu penso que este Congresso começou a ser preparado com bastantes meses de antecedência, provavelmente os responsáveis desta Confederação se pensassem ou se imaginassem ou se adivinhassem que este Congresso

precisamente ia ser nesta data provavelmente ficaram a pensar duas vezes porque como nós sabemos isto calhou justamente nos dias em que praticamente a actualidade está dominada por, dígamos, as noticias os noticiários, os telejornais, os programas de informação de rádio estão dominados pela actualidade politica, eu penso que isso é positivo naturalmente, provavelmente até de alguma maneira necessário ao nosso futuro, mas a verdade é que quando acontecem dias como agora o espaço que fica para realizações importantes como estas é muito reduzido. Mesmo assim esta realização teve, tem tido alguma expressão mediática e isso é extremamente assinalável, porque em dias como este, em que a actualidade está tão preenchida, é salutar ouvir que apesar de tudo há notícias sobre este congresso a declarações e isso é vantajoso e dígamos assim é de alguma maneira razão para que estejam contentes.

Estes panoramas, quando acontecem estas situações e estes dias assim como eu estava a dizer, naturalmente, outro tipo de realizações tem dificuldade em ter mais expressão. Saber porque isto acontece, porque isto é assim, era uma reflexão que queria aqui abordar um pouco convosco. A explicação é clássica, é normalmente pensar que quando uma coisa corre bem, sobretudo uma grande estrutura como esta, que se pode associar às grandes estruturas, eu sei lá, como as grandes Universidades ou como as grandes empresas ou como outro tipo de Confederações deste tipo. Quando tudo corre bem o natural é que nas redações, os Jornalistas, as pessoas que estão a fazer comunicação pensem que, bom, se está tudo bem então é porque não há notícias isto é está tudo bem está tudo normal corre tudo bem isto significa que quando estas coisas acontecem assim há mais dificuldade em poderem ser noticiadas é uma explicação clássica, porquê, porque a pergunta é: bom, como, as coisas estão a acontecer, não há dissidências sonantes, não há problemas, toda a gente se sente bem, então a gente não vai fazer uma notícia sobre isso. No entanto quando se começa, se for possível falar com esta gente, estou-me a referir a esta gente, uma maneira de dizer o meio onde estou incorporado e conseguir dar-lhe a ideia das vivências que estão aqui representadas dos milhares de pessoas, de casos de situações como de resto já foram aqui relatados, a situação pode ser ligeiramente focada, modificada, isto portanto acontece como estava a dizer sobretudo com as grandes estruturas, por exemplo por uma grande universidade. Quando é que uma grande universidade é notícia? Uma grande universidade é notícia quando faz uma grande descoberta ou porque de repente aconteceu algum problema, por exemplo alunos que ficaram sem aulas, um problema desse tipo. Uma grande empresa, um pouco a mesma coisa, ou porque começa a ter problemas e tem que despedir pessoas ou por contrário, que faz um avanço na sua actividade e consegue novos contratos e contratar novos trabalhadores, por exemplo nós temos agora um caso que é bem evidente como aparentemente uma pequena pode lançar uma grande estrutura dígamos assim problemas complicados o caso por exemplo da Volkswagen em que a manipulação das emissões dos gazes fez o quê, fez tremer a empresa a Direcção já foi ao ar, a própria Volkswagen como grande motor da industria Alemã começa a criar problemas ao próprio país e isto tudo é agora o que é ouvido sobre esta empresa, o resto vai demorar muito a que volte a ser noticia ou uma história a ser contada.

As estruturas destas instituições portanto aqui o que nós podemos focar por exemplo no caso da Volkswagen é que aquilo que efectivamente criou o problema é o que está no terreno e aqui é uma lei e esta é uma lei que serve para quase tudo ao nível da comunicação.

A possibilidade de ser noticiado para o bem para o mal depende de vários factores, mas há um que de facto é indispensável, é estar no terreno fazer a coisa agir, sem isso não há possibilidade de se ser falado, noticiado, ser conhecido, a recolha de informação não é hierárquica é até muito caótica por vezes numa instituição que tem um determinada história, está muito bem estruturada, o que vai apanhar é uma pequena coisa talvez feita por um funcionário menos importante que estava ali. Isto porque ao nível da comunicação o que é importante é o que acontece e necessariamente, aquilo que parece ser pensado ou porque é uma questão negativa porque foi um acidente ou então porque é uma questão exemplar e aqui eu penso que há matéria para meditar e depois por vezes na comunicação as pequenas coisas são mais importantes que as grandes coisas e ninguém pode evitar isso.

Por exemplo, nós tivemos ainda há dias as palavras de um Ministro em Albufeira pouco canónicas, acabaram por fazer esquecer aquilo que no fundo foi uma decisão importante, foi o Governo por à disposição daquela gente um fundo de emergência para conseguirem recuperar dos estragos, isto acabou por ser dígamos assim pouco esquecido. Às vezes só se apanha as coisas por pequenos nadas e esses pequenos nadas por vezes são superiores àquilo que é o grande empreendimento. Eu estou a dizer isto porque é preciso ter isto em conta quando se quer de alguma maneira lidar com a comunicação social nós agora devemos de estar a projectar um debate que já tem quarenta anos mas que foi decisivo na nossa vida colectiva e que foi muito importante, foi um debate entre o Mário Soares e o Álvaro Cunhal e se eu perguntasse a toda a gente e inclusivamente a mim próprio que assisti a esse debate todo o que é que eles debateram talvez dissessem uma coisita ou outra mas aquilo que toda a gente sabe é aquela frase que ficou "Olhe que não! Olhe que não!" e o debate demorou quatro horas como se sabe.

Por exemplo ninguém se lembra de uma palavra do Fidel Castro, em determinada altura pronunciou um grande discurso ou que fora considerado um discurso muito importante para a evolução de Cuba, etc. mas o que lhe aconteceu a seguir foi que se retirou de onde estava a falar como eu estou aqui e caiu à frente das Câmaras e aquela imagem correu mundo, a imagem que hoje ainda as pessoas têm é o Fidel Castro a cair à frente das Câmaras ninguém se lembra de uma palavra daquilo que ele pode ter dito.

O Papa João XXIII quando sucedeu a outro de não tão boa memória chamado Pio XII e que fez o Consílio Vaticano II, logo no início foi fazer uma visita, penso que era a antiga diocese dele a Veneza e fez um importante discurso. Esse discurso, mais tarde, foi analisado por professores, mas quando chegou cá fora, houve um miúdo com sete ou oito anos, que avançou direito ao Papa. Ele fez-lhe uma festa na cara e perguntou-lhe: "como te chamas?" e o miúdo disse: "Jesus!" e o Papa que tinha um grande sentido de humor recuou e disse: "ah, eu sou só o Papa".

A verdade é que esta história no outro dia foi a manchete em todos os jornais, grandes jornais Italianos, abriu os telejornais, etc. e ninguém se lembrou mais do que o Papa disse na Catedral sobre este discurso, isto para dar uma ideia da prospeção do caos de que muitas vezes as questões estão ligadas à comunicação.

Quando eu trocava impressões com o vosso Presidente Augusto Flor, que me informava sobre o que pretendia de mim, espero que não se venha a arrepender. Ele contou-me o caso de uma Associação que trabalha com crianças e que tem numa carrinha que teve um acidente, o que pode acontecer, não sei se algumas crianças ficaram feridas e a verdade é que isto foi noticiado, e sobre a Associação, as apreciações que foram feitas foram muito pouco abonatórias para a Associação, ele dizia a Associação tem um trabalho fantástico e nada disto foi noticiado, o que foi noticiado foi o acidente com as crianças. Isto aqui coloca-nos uma situação ou um caso que é realmente a informação, aquilo que é negativo, os acidentes negativos tem normalmente uma prioridade muito grande na informação, mas ai nós, quando eu falo nós, os membros que trabalham nas colectividades e noutros sítios, não podem fazer nada para essas coisas chegarem lá, aquilo que se pode fazer, isso sim, é no outro lado, o outro lado que é, dígamos, levar histórias que têm mérito, aquilo que as pessoas podem fazer. Por exemplo eu ouvi aqui uma intervenção há pouco sobre os jogos tradicionais que estão a ser utilizados com as crianças e de uma forma criativa em Tomar e eu estava-me a perguntar: isto é uma história fantástica. É uma história cheia de imagem, as crianças, porque as crianças é que estão lá, portanto aqui o problema é alguém que a leve aos órgãos de comunicação locais provavelmente nacionais ou regionais porque isto é uma história muito boa, é uma história de televisão, de imagens ou de fotografias para revistas, enfim ilustradas porque ela tem os dados que uma história deste tipo necessita, que são as crianças, é a música e tudo isto é possível conseguir fazer uma história com isto, como é que isto se pode fazer, é preciso fazer chegar às redações e aos conhecimentos, como é que isso se faz, eu acho que se se reunirem 2 ou 3 pessoas e perguntar a si próprios como se faz é simples, contacta-se, põem-se nas redes sociais, vai-se lá. Há muitas maneiras de se fazer isso não é preciso tirar nenhum curso para fazer estas coisas.

A parte que verdadeiramente importa situa-se portanto nas realizações daquilo que se poderia chamar as realizações exemplares isto é, é preciso estar atendo, descobrir na actividade das associações, quais são as histórias exemplares, porque a informação é feita de histórias, quer as notícias, quer as grandes reportagens são feitas a partir de histórias que envolvem pessoas, que envolvem a sociedade e que elas muitas vezes não são divulgadas, justamente por que não são conhecidas. Depois é preciso que as pessoas que estão no terreno, que as olham e que as veem, as reúnam, as recolham e as adaptem aos órgãos a que são destinados, aos locais, aos regionais, aos nacionais, aos blogs, mas também dentro

dos órgãos há órgãos especializados por exemplo nas televisões, agora há várias, há as televisões informativas, há as televisões mais lúdicas e no caso dos jornais, mas também há sobretudo as redes sociais. Hoje qualquer pessoa pode contar uma história na rede social, enfim, no facebook, pode pôr imagens no Youtube, e essas coisas às vezes não podem ser incontornáveis pelas redações, porque eles pesquisam essas redes como fontes. Uma pessoa com o telemóvel, faz um vídeo e coloca no Youtube. Se isso tiver interesse, é pesquisado nas redações para ver, porque às duas por três, pega-se nessa história, porque elas estão lá, porque agora são as pessoas, os cidadãos comuns que fazem uma grande parte da recolha de informação daquela que, os próprios órgãos de comunicação, vão transmitir. Ainda relativamente ao estar no terreno, ao agir, as pequenas coisas que podem ser informação e da qual a partir das pequenas coisas pode falar das grandes. Aqui há algumas semanas, penso que uma ou três, eu vi na televisão uma história que estava relacionada com a Voz do Operário, essa historia era aparentemente muito simples, era a seguinte: a Voz do Operário decidiu que os sem-abrigo passavam a tomar as suas refeições no refeitório da associação, onde comem os professores, os alunos, os dirigentes, toda a gente. Isto motivou uma notícia porque era praticamente um caso único pelos menos conhecido e a partir daqui falou-se um pouco da Voz do Operário, não sei se alguém fez declarações ou não, mas na verdade é que são a partir destas histórias que depois é possível falar das instituições. São estas histórias, estas são as tais que as pessoas podem ser atores, porque as podem recolher porque são as histórias exemplares.

É preciso insistir, é preciso persistir, é preciso pegar nas histórias e colocá-las nas redes sociais, enviar a jornalistas que se conhecem ou para as redacções, uma vez, dez vezes, vinte vezes e fazer pressão. Há bocado o Maestro Costa Pinto falava na necessidade de fazer pressões para que volte um programa com as Bandas de Música à RTP, que já existiu, e que eu acho que deveria de voltar, mas quer dizer, bom, essas pressões são necessárias não acreditem daquela coisa que diz que os jornalistas não devem de sofrer pressões, eu acho que os jornalistas devem sofrer pressões. Eles tem é que estar preparados e estão penso eu, a não ceder a pressões indignas, nem indevidas, agora aquelas que são corretas, quer dizer faça lá um programa de Bandas ou então ponha-me esta história porque está aqui uma data de gente envolvida nisto ou outro tipo de acções, eu penso que isso é absolutamente necessário. Por exemplo esta história que foi aqui contada é natural que eu apanhe estas coisas estou a ouvir porque enfim estou um bocado viciado nisto é um vício profissional, mas esta história que estava aqui a ser contada há bocado em que se paga um imposto de luxo para um instrumento musical, eu não sabia, provavelmente os jornalistas aí das redações também não sabem, quer dizer isto é a pequena história, pequena grande história que pode exatamente ser levada para depois atrás, ver o problema da situação das Bandas e outras coisas assim. Portanto, quer dizer é preciso pegar naquilo, as histórias são as vezes, estas histórias são como as pepitas, as pepitas de ouro, que a gente, que se descobre, são muito pequeninas, mas são muito preciosas e é a partir delas, a partir de muitas pepitas de ouro, naturalmente se fica rico e é partir daqui de muitas histórias, muitas pequenas histórias que se consegue divulgar os grandes movimentos. Ora por isso é para vos dizer que a comunicação social que às vezes é apresentada como uma coisa misteriosa, longínqua, etc. Não, é uma coisa feita de muitas pequenas coisas, muitos pequenos sinais de vida, são as histórias de vida que nós devemos fazer chegar e sobretudo as exemplares, porque são aquelas que nós podemos exatamente trabalhar melhor. Contava-se uma anedota nos cursos de jornalismo que era enfim, contada sobretudo nos cursos americanos, que entretanto também chegou a Portugal.

Começava por uma pergunta.

Porque é que as pessoas comem todas ovos de galinhas e há tão poucas, ou quase nenhumas, a comer ovos de pata?

A resposta era.

É porque as galinhas cantam depois de por os ovos.

E as patas não, ficam em silêncio.

Essa era a diferença, segundo dizem.

Isto era só para dar um exemplo de como, por vezes, a partir de uma história que é de facto importante, às vezes há até histórias interessantes que a gente com o hábito de estar muito próximo etc. não dá muito por elas, mas a verdade é que é preciso fazer um esforço de facto para as encontrar. É claro que é preciso às vezes insistir muito, muito para se fazer passar isso, mas é preciso, não desistir é um pouco como no futebol, é preciso às vezes rematar 20 vezes à baliza para conseguir meter um golo, quem viu o último jogo do Benfica sabe, viu isso perfeitamente e eu acho que aqui é mesmo a persistência que é absolutamente necessária porque para este esforço de pegar em histórias e levá-las, conduzi-las até à comunicação social, não é preciso ser especialista nenhum, não é preciso tirar curso nenhum, a ideia de que às vezes estas coisas precisam de muito saber, o saber é o saber nato que cada um tem. Porque antes dos cursos de comunicação, antes dos cursos de jornalismo, antes disto tudo a comunicação já existia.

Não consta que os índios fossem fazer nenhum um curso para fazer sinais fumo. E não consta também que quem faz sinais com tambores em África e comuniquem informações a partir dos montes altos, tenha feito algum curso. Isto é uma coisa natural a informação. Por outro lado o próprio jornalismo foi aprendido primeiro que tudo nas redações, nos sítios de trabalho, eu próprio sou um jornalista que me formei nas redações, por que os cursos em Portugal só começaram praticamente no final dos anos setenta, mas no final dos anos setenta já havia cem anos de jornalismo moderno em Portugal, que é considerado, que começou quando foi fundado o Diário de Notícias em 1869 e durante esse período todo não havida nenhum jornalista formado nas Universidades e fazia bom jornalismo no meu ponto de vista, não era isso que impedia.

Portanto o elemento de comunicação, cada um tem de que se considerar um especialista de comunicação, especialista até onde deve de ser, pegar numa boa história e levá-la a quem a deve divulgar ou começar por divulgá-la agora com muito mais força, sobretudo nas redes sociais, porque aqui para nós, antigamente o poder de decidir o que devia ser noticiado, cabia apenas às redações dos meios de comunicação.

Isso acabou, agora justamente por causa das novas tecnologias, toda a gente pode recolher informações, toda a gente pode recolher imagens, então há um conjunto de informações muito grande, às vezes mais importantes, que são impostas às redações justamente pelas pessoas que as trabalharam no terreno, tiveram uma primeira divulgação nas redes sociais, portanto é neste sentido que eu digo, todos são especialistas, todos se devem considerar especialistas para levarem boas histórias a quem as deve de divulgar e até começar a divulgá-las directamente.

Tenho dito!

Nota: Texto editado a partir de intervenção espontânea

Eugénio da Fonseca (cont.)

Acho que com esta intervenção, nós iremos sair daqui muito mais motivados. Eu resumiria naquilo que é vulgar dizer-se: o que não se conhece, não existe. Este incentivo que Cesário Borga aqui nos trouxe, devemos todos levá-lo e fazer com que, sem menosprezos nenhuns, sem falta de autoestima que muitas vezes temos naquilo que fazemos e somos. Ou seja, dar muita importância, valorizar mais aquilo que na nossa terra, na nossa localidade, seja ela até uma aldeia, tudo o que se faz em favor do bem estar das comunidades a que pertencemos. Consideremos, a partir do nosso olhar, que ficou mais límpido com a intervenção de Cesário Borga, como é importante a comunicação aplicando estas técnicas que aqui nos foram deixadas. Que ninguém se iniba de mostrar aquilo que faz. Porque um dos argumentos que a comunicação social tem para não publicitar algumas das, muitas realizações que se fazem para criar condições da maior socialização é de que não são vendáveis. E nós temos uma importância incomensurável como pessoas e associados ou associadas, porque jamais colocaremos à "venda" a nossa cidadania. Ela não tem preço, mas tem um grande valor. E por isso, tudo aquilo que fazemos é dum valor imenso transformaria até a opinião que muitos têm, cá dentro e lá fora, sobre o que a realidade do nosso país. Obrigado Dr. Cesário Borga pela sua comunicação.

Durante, este dia, trabalhou-se, incessantemente, e foi tanta e tão rica a reflexão realizadas pelos grupos, que eu vou ter de pedir aos relatores dos 4 painéis, que apresentem as respectivas sínteses.

ADELINO DOMINGUES
Confederação Musical Portuguesa
RELATOR

SÍNTESE DO PAINEL 1
LEGISLAÇÃO, REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PODER LOCAL ASSOCIATIVO E SOCIEDADE CIVIL

Ribeiro e Castro centralizou a sua intervenção na diversidade do associativismo, caraterizado pela sua liberdade civil, onde o apoio das Autarquias é mais relevante que o apoio do Estado Central.
Roque Amaro desenvolveu o conceito de Economia Solidária em contraposição e complementaridade com a Economia Social, esta redutora, dentro do conceito de Economia, por se preocupar especificamente do aspeto económico propriamente dito, na incapacidade de edificar a vida e respeitar o ambiente.
Relevamos nas diversas intervenções que se seguiram uma crítica às políticas de desmantelamento das instituições públicas, a inoperância do Estado face às associações, descurando o papel delas na construção da democracia. Necessidade de implementação do Estatuto do Dirigente Associativo e de um melhor quadro legal para as instituições. Apelo ao reforço da participação das Autarquias nas políticas de cultura, desporto e lazer. Proposta de um "simplex" para o associativismo popular.
O Associativismo é dinamizador da Economia Local, com 87% de receitas próprias, contra 12,5% de receitas públicas provenientes, na maioria, das Autarquias.
As candidaturas a projetos dos fundos "PORTUGAL XXI" têm um grau de exigência em competências que as associações não têm. Necessidade de rever a sustentabilidade das associações em função do IVA, do IMI e do IRC, aliás com propostas concretas, já expressas no Manifesto Associativo. É precisa uma reforma que salvaguarde os apoios financeiros através do Orçamento de Estado. Contraria-se a tendência de o Estado substituir os voluntários por trabalhadores a tempo inteiro.
Roque Amaro expôs a sua oposição à aplicação do conceito de economia de empresas às associações. À lógica do mercado contrapõe a lógica da reciprocidade, numa economia solidária.
Pôs-se em questão a criminalização das associações face aos direitos de autor. Necessidade de acautelar a autorização direta de obras pelos seus autores. Pedem-se tarifas mais favoráveis.
Propõe-se ao Poder Local que crie mecanismos de financiamento das associações. As associações não são credoras de subsídios, mas antes de criação de riqueza. As associações devem estar acima da política partidária. Sem dirigentes associativos, o país seria mais triste e cinzento. As políticas ultra-liberais promoveram cortes de cerca de 75% para as artes, deixando-lhes apenas o valor residual de 0,l%. O Movimento Associativo e o Pode Local estão condenados a entender-se para fazerem um território melhor. Importância das associações em contrariar poderes instalados.
Ouviu-se um apelo sonoro à mobilização contra a Nacionalização das instituições. O Dirigente Associativo não pode estar à mercê do Poder Político. A ideia de empreendedorismo é uma armadilha que tenta fazer dos dirigentes associativos super-homens e super-mulheres, ilibando o Estado de cumprir com as suas responsabilidades. Uma economia saudável da vida deve ser construída de baixo para cima.
Propõe-se o limite do papel do Estado. O financiamento das instituições não pode destruir os objetivos das mesmas.
Propõe-se o princípio de subsidiaridade, com autonomia e altruísmo.

DANIEL CAFÉ
Federação do Folclore Português
RELATOR

SÍNTESE DO PAINEL 2
DIRIGENTES ASSOCIATIVOS, VOLUNTÁRIOS E BENÉVOLOS. MOTIVAÇÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE.

O segundo painel do Congresso Nacional das Coletividades, associações e clubes, realizado a 7 de novembro, de 2015, centrou-se na temática subjacente aos **dirigentes associativos, voluntários e benévolos (concretamente, no que tange às questões da motivação, compromisso e responsabilidade)** na sua ação abnegada ao serviço do movimento associativo popular português (MAPP), frente aos desafios constantes da sociedade hodierna.
Trata-se de uma temática abrangente suscitando inúmeras questões e campos de reflexão e análise, levando os intervenientes a tecer considerações de vária ordem, entre as quais:

a) **o papel da mulher no associativismo:** Tem-se assistido a uma crescente presença feminina no domínio das responsabilidades diretivas. Contudo, parece que há, ainda, algum caminho a trilhar na predisposição da mulher para cargos diretivos. Deverão ser realizados esforços no sentido de criar condições de diversidade e igualdade no âmbito dos dirigentes associativos, sem, no entanto, o recurso às desprestigiantes quotas ou imposições, recorrendo, antes ao fomento do respeito e motivação mútuos enquanto fatores geradores de igualdade de género;
b) **a importância do MAPP na criação de emprego e desenvolvimento da economia através da contratação de colaboradores:** Sendo o dirigente associativo, sobretudo, um voluntário, este poderá encarar os colaboradores qualificados remunerados da associação enquanto ameaça frente à sua autoridade por variados motivos. Por outro lado, verifica-se, muitas vezes, a necessidade de incorporar (nalgumas estruturas associativas) colaboradores com domínio técnico em áreas fora do domínio do dirigente associativo. O recrutamento de trabalhadores técnicos não deverá ser encarado enquanto ameaça, mas, antes, como uma mais-valia libertando o dirigente associativo das questões e dificuldades técnicas possibilitando maior disponibilidade-lhe para um melhor desempenho político institucional;
c) **a necessidade de atrair jovens para o MAPP:** Trata-se de uma preocupação crescente no contexto da contemporaneidade tendo sido largamente debatido em fóruns referentes à problemática do MAPP. O envolvimento de jovens (muitas vezes altamente qualificados) não só nas associações em si, mas também nos seus corpos sociais traduz-se numa mais-valia inegável que importa analisar. Embora a captação de jovens para o MAPP se torna possível através da adoção de variadas estratégias, é a sua integração no tecido diretivo que se encontra maior resistência entre os jovens. Paira uma certa perceção de que existe, efetivamente, uma certa resistência, mais ou menos generalizada entre os jovens, no que tange à assunção de responsabilidades diretivas. Trata-se, pois, de uma área que carecerá de maior reflexão e debate uma vez que a inclusão de jovens dirigentes nas associações traduz-se num garante da continuidade futura da instituição e da renovação de ideias, valores e dinâmicas valorizadores do coletivo e da causa pública;
d) **a formação e qualificação dos dirigentes associativos:** A sociedade de hoje acarreta consigo mais exigência e maior rigor em todos os campos da ação humana. Vivemos, pois, num mundo que, mais que espera, exige competência e excelência. Justiça, equidade, liderança, sustentabilidade e proficiência são, de resto, noções centrais no desígnio do desenvolvimento económico, social e humano. Torna-se, por isso, indispensável a tomada de consciência da necessidade premente de promover formação, a vários níveis, para dirigentes objetivando (a par do conhecimento empírico

adquirido ao longo da história) a aquisição de ferramentas facilitadoras de um desempenho diretivo mais condicente com as características e exigências da nossa sociedade. Para tal, a criação de sinergias com o poder local, a academia e instituições congéneres torna-se basilar;

e) **a modernização administrativa do MAP, enquanto condição essencial para o bom desempenho do dirigente:** Constata-se que a questão da modernização administrativa assume um lugar prioritário no seio do MAPP. O acesso a programas informáticos para a gestão se sócios, para a contabilidade, para a correspondência e a criação e utilização de endereços eletrónicos não só facilitará a tarefa do dirigente associativo como, hoje, se torna uma necessidade quase inultrapassável. Por este motivo, deverão ser envidados os necessários esforços para que tais ferramentas de trabalho possam ser criados/distribuídos/ implementados de modo a que o dirigente associativo possa prestar um serviço de qualidade crescente;

f) **a natureza das relações de trabalho em Portugal e implicações no associativismo:** As alterações no código de trabalho, as novas realidades sociais e laborais que daí advieram e as modificações nos hábitos sociais das populações têm vindo a por em causa muitas das premissas subjacentes àquilo que representa o MAPP e o seu impacto na comunidade local. Trata-se de uma realidade nova que o MAPP terá que saber encarar, procurando encontrar e implementar estratégias remediadoras dos efeitos nefastos da sociedade contemporânea que hoje se fazem sentir nas associações;

g) **os programas comunitários de apoio:** Tem-se vindo, há algumas décadas, a assistir à proliferação de programas de apoio comunitários diversos que a generalidade do MAP não tem sido capaz de capitalizar para seu benefício. Em muito, tal se fica a dever à falta de visão, formação ou conhecimento técnico dos próprios dirigentes associativos. Alguns têm veiculado, a este respeito, a noção de que, sendo o dirigente associativo, por sua natureza, um cargo necessariamente voluntário, que o designado «amadorismo» (no seu sentido menos nobre) deverá dar lugar à «profissionalização dos dirigentes associativos» ao serviço do MAPP. Envolto de muita controvérsia, deverá ser um assunto a merecer profunda reflexão e debate em futuras iniciativas formativas como a que desenvolvemos aqui hoje.

Para além destas questões, vários intervenientes no painel salientaram o facto de que o MAPP possui uma longa história que remonta ao alvorecer do século XIX, atravessando variadas transformações, em consonância com as flutuações sociais, morais e políticas da época. A génese do MAPP lançou, pois, uma forma inovadora de organização social com repercussões que ainda hoje são objeto de estudo e debate, abrangendo (para além das tradicionais áreas da cultura, recreio e desporto) novas áreas, complementares, como o ambiente, o consumo e a juventude.

Como se presenciou nas diversas intervenções ocorridas, o papel dos dirigentes associativos nesta transformação histórica foi ganhando, paulatinamente, novos contornos, novos entendimentos, novas responsabilidades, novos reconhecimentos e renovadas apetências. Nesta perspetiva, refletir sobre o MAPP pressupõe, necessariamente, referenciar o papel do dirigente associativo enquanto elemento central em toda a estrutura associativa pois, tal como aludido pelos oradores, sem o dirigente associativo, não existe associativismo. Por outro lado, o próprio papel do dirigente associativo foi adquirindo novos contornos, novos entendimentos, em consonância com as responsabilidades emergentes das associações ao longo da história. Por isso se entendeu que o dirigente associativo é, simultaneamente, produto e produtor de uma comunidade viva que procura, no seu lugar, na sua comunidade, promover uma sociedade sã, dinâmica, consciente, autónoma e atuante, valorizadora do objeto social que defende. As coletividades e os seus dirigentes são, por assim dizer, dois servidores indissociáveis e complementares da «causa pública». Assim, a noção conceptual de simbiose entre associação e dirigente remete para a necessária análise de questões centrais como o voluntariado, a motivação, o compromisso e a responsabilidade, a vários níveis de razão.

Hoje, o MAPP e os seus dirigentes detêm uma inegável relevância na consolidação social, na construção de elos intergeracionais, na (re)construção identitária, no combate à desertificação e na edificação de uma sociedade mais consciente, fraterna e justa.

LUÍS MENDES
Federação Portuguesa do Teatro de Amadores
RELATOR

SÍNTESE DO PAINEL 3
CULTURA, RECREIO E DESPORTO
CRIAÇÃO, REPRODUÇÃO, EXCELÊNCIA E ÉTICA

No Painel 3, subordinado à temática "Cultura, Recreio e Desporto - Criação, reprodução, excelência e ética", ficaram como principais linhas de força a importância que tem hoje o movimento associativo popular na promoção da prática e formação desportiva e cultural, substituindo-se muitas das vezes ao papel que o Estado Central e Local deve assumir.

De salientar a contribuição do Maestro Jorge Costa Pinto, referindo-se à alteração do paradigma do ensino da música, com o surgimento, nos últimos anos, de um número considerável de escolas, por iniciativa das colectividades.

Na mesma linha, o Prof. José Manuel Constantino, do Comité Olímpico de Portugal, referiu a notável evolução que o apoio das autarquias deu ao desenvolvimento da prática desportiva tem observado, desde o 25 de Abril aos dias de hoje. Não obstante, estamos ainda bastante aquém dos padrões europeus que nos servem de referência.

Em sintonia, Luís Caleia Rodrigues, da Confederação do Desporto de Portugal, faz-nos uma radiografia da prática desportiva atual, alertando para a necessidade de serem criadas condições que dignifiquem e propiciem este trabalho.

Em duas intervenções de carácter mais retrospetivo, tivemos, ainda, uma panorâmica da realidade da atividade associativa no seio das Forças Armadas (Manuel Custódio de Jesus - Clube de Sargentos da Armada) e o que poderíamos chamar "estudo de caso" sobre uma coletividade de Tomar (Augusto Figueiredo - Federação das Colectividades de Santarém).

O Painel terminou com Filipe Parra Martins, sobre políticas públicas para a cultura, desinvestimento no sector por parte dos Governos, a crise que o ensino artístico atravessa e o papel que o movimento associativo tem no minorar destas questões.

JOÃO TEIXEIRA
Confederação Portuguesa do Voluntariado

RELATOR

SÍNTESE DO PAINEL 4

ASSOCIATIVISMO NA EUROPA E NO MUNDO IDENTIDADE E SOBERANIA

Conclusões mais relevantes das intervenções e dos debates:

- Promover o associativismo para preservar e promover a língua e cultura portuguesas, porque o associativismo dá visibilidade a esta herança cultural e social.
- Promover a diversidade das tipologias associativas, que constituem a sua maior riqueza.
- Promover, através do associativismo, a integração social do indivíduo e também das comunidades micro no contexto das comunidades macro:
  - · foi assim nas primeiras vagas de emigração portuguesa;
  - · foi assim nas vagas de migrantes que vieram para Portugal;
  - · será, certamente, possível ser assim com a vaga de migrantes/refugiados que Portugal acolherá.
- Trabalhar mais em rede, em complementaridade, criando sinergias, entre as associações lusas no estrangeiro, mas também entre estas e as de Portugal.
- Promover mais capacitação dos dirigentes associativos e das associações.
- Rejuvenescer e prover o equilíbrio de género nos quadros diretivos associativos, chamando/atraindo mais jovens e também mulheres, unindo a experiência dos mais velhos com os sonhos dos mais jovens, dando-lhes mais espaço.
- Fomentar intercâmbios interassociativos Portugal/Associações Lusas no estrangeiro.
- Dimensionar os consulados portugueses para uma melhor ação na defesa da identidade portuguesa no estrangeiro, em estreita colaboração com as diversas coletividades, associações e clubes, onde quer que exista uma pequena comunidade portuguesa.
- Destacar o reconhecimento internacional dos dirigentes associativos portugueses e o seu papel nas direções de várias plataformas internacionais associativas.

Eugénio da Fonseca (cont.)
Agradeço aos 4 relatores a capacidade de síntese que tiveram, que ajudaram cativar a atenção dos congressistas. Se concordassem, em vez de lermos agora o manifesto que está preparado com as recomendações e as estratégias, porque todos tiveram acesso a esse texto, foram apenas introduzidas as alterações propostas pelos congressistas, nós iriamos apenas ler as alterações, supondo que toda a gente já conhece o resto do texto. Aquilo que foi alterado, poderá ser conhecido, através da leitura que irá ser efetuada do próprio documento. Tudo o que não for referido é, porque fica como estava. Não esqueçam que é o único documento deste congresso, que será sujeito a votação dos congressistas. Serão a Doutora Susana Queiroga e Dr. Paulo Sousa que irão apresentar essas alterações.

SUSANA QUEIROGA
Confederação Portuguesa do Voluntariado

PAULO SOUSA
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

Em representação da Comissão de Redacção, Susana Queiroga da Confederação Portuguesa do Voluntariado e Paulo Sousa da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, apresentaram o conjunto de propostas sugeridas pelos Delegados ao longo do dia, tendo identificado as que foram aceites e as que foram rejeitadas com as respectivas justificações.

Apresentaram de seguida a redacção final do Manifesto - Recomendações Estratégicas de forma a poder ser submetida à votação pelo Presidente da Mesa.

Eugénio da Fonseca (cont.)
Estamos em condições de passar à votação? Agradecia, então, que levantassem, tão alto quanto possível, os cartões.
Temos votado e aprovado, por unanimidade e aclamação, o Manifesto 2015 – Recomendações Estratégicas.

MANIFESTO ASSOCIATIVO 2015
RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objectivo sistematizar o conjunto de recomendações saídas do Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes, após aprofundada e diversificada reflexão ao longo de 7 meses. Inclui os contributos dos Delegados e Convidados da Sessão de Encerramento de 7 de Novembro.

Para além de ser um repositório das preocupações que foram diagnosticadas, apresenta-se como um farol orientador das iniciativas futuras e o compromisso do empenho das organizações promotoras do Congresso e de todos os dirigentes associativos.

Deverá ser considerado como um instrumento de diálogo entre o poder associativo e os restantes poderes, bem como com a sociedade civil organizada. Terá como principal desígnio inverter as tendências negativas existentes, abrir perspectivas de cooperação e reformar o sistema social existente, caminhando para um modelo preventivo em substituição do actual modelo remediativo.

Tratando-se de um documento estratégico, deverá ser assumido como um elemento de trabalho permanente a desenvolver em várias etapas: curto prazo (4 anos); médio prazo (8 anos) e longo prazo (12 anos), data até à qual poderá realizar-se novo Congresso Nacional.

I. Recomendações ao poder associativo
Colectividades, Associações e Clubes

1. Constituir um Conselho Nacional do Associativismo Popular, composto pelas entidades que se reconheçam no projecto de cooperação inter-associativa voluntária das organizações representativas da cultura, recreio e desporto não profissionais;
2. Promover uma campanha de filiação das colectividades, associações e clubes (30.000 - doravante designadas por associações) nas federações e confederações respectivas, de acordo com as suas actividades, no sentido de dar mais força e expressão ao associativismo como poder real da nossa sociedade;
3. Estabelecer relações de cooperação entre associações ao nível local, regional e nacional, criando uma verdadeira rede interassociativa das várias famílias associativas;
4. Estabelecer relações com entidades e movimentos sociais formais e informais de forma a acompanhar, conhecer e intervir a fim de ganhar espaço e visibilidade na vida social do país;
5. Capacitar os dirigentes e qualificar as associações através de formação específica nas áreas associativas, correspondendo às expectativas e exigências dos associados e da sociedade em geral que tem hoje uma oferta mais diversificada;
6. Reforçar e regularizar a componente técnica e administrativa com trabalhadores profissionais contratados e remunerados de forma a apoiar os dirigentes voluntários e benévolos e criar meios de sustentabilidade financeira e associativa a curto prazo, ganhando peso na criação de emprego e no Valor Acrescentado Bruto;
7. Refutar perentoriamente que, em caso algum, o Voluntariado Associativo seja usado por terceiros como meio de substituição de postos de trabalho efectivos e permanentes;
8. Considerar internamente o trabalho voluntário como valor (investimento), para efeitos da valorização do tempo despendido pelos Voluntários;
9. Desenvolver o processo de modernização administrativa associativa de forma a aliviar as tarefas administrativas dos dirigentes e desmaterialização de procedimentos para que estes fiquem mais disponíveis para as funções associativas;
10. Estimular a criação de um programa de simplificação administrativa externa ao associativismo para que os dirigentes possam dedicar-se às iniciativas e estas sejam licenciadas de forma simplificada, centralizada e com custos reduzidos;
11. Promover e dar prioridade às instituições da economia social na aquisição de bens e serviços de forma a contribuir para o processo de realimentação económica e financeira desta;
12. Promover a criação de uma plataforma para aquisição de bens e serviços (central de compras), potenciando a economia de escala e a cooperação efectiva com a economia social;
13. Constituir uma plataforma associativa com capacidade de fomentar e apoiar a apresentação de candidaturas aos fundos comunitários – Portugal 2020.

II. Recomendações ao poder legislativo – Assembleia da República

1. Introduzir um conjunto de alterações ao regime legal e fiscal aplicável ao associativismo popular que assegure o princípio da discriminação positiva, inscrito no artigo 80º da Constituição da República Portuguesa;
2. Rever e actualizar o limite da isenção do IRC consagrado no Art.º 54.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que não é actualizado há mais de 10 anos e que actualmente é de 7.500€, no sentido de isentar todos os rendimentos brutos sujeitos a tributação das colectividades culturais, recreativas e desportivas, desde que não excedam o montante anual de 30.000€;
3. Eliminar todas as obrigações declarativas estipuladas no Código do IRC para as colectividades culturais, recreativas e desportivas, cujos rendimentos brutos anuais sujeitos a tributação não excedam 30.000€, nomeadamente a obrigação de entrega da declaração periódica de rendimentos (vulgo Modelo 22);
4. Atribuir automaticamente às colectividades de cultura, recreio e desporto, sem necessidade da obtenção prévia do reconhecimento de utilidade pública, isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins estatutários, nomeadamente as suas sedes e outras instalações de apoio às suas actividades;
5. Promover alterações efectivas à Lei do Mecenato, permitindo que esta seja acessível a todas as formas de apoio por parte das empresas e vá ao encontro das necessidades das associações, sem pôr em causa os princípios da transparência e equidade fiscal;
6. Alterar o regime legal aplicável às pessoas colectivas de utilidade pública, alterando os requisitos necessários ao reconhecimento do estatuto e aumentando os benefícios, introduzindo um capítulo no diploma sobre as pessoas colectivas de interesse nacional e as pessoas colectivas de interesse municipal;

7. Alterar o artigo 173º do Código Civil, prevendo expressamente que a competência para convocar as assembleias gerais seja do presidente da mesa da assembleia geral e não da administração (direcção);
8. Alterar o Estatuto de Dirigente Associativo Voluntário, face à experiência entretanto acumulada, permitindo uma efectiva aproximação ao estatuto de outros dirigentes com funções associativas (exemplo dos dirigentes sindicais).

III. Recomendações ao poder legislativo e executivo – Governo

1. Reforçar a participação do associativismo no desenho e implementação das políticas públicas para as áreas da cultura, recreio, desporto e seu Voluntariado, através da sua representação no Conselho Nacional da Economia Social; Conselho Nacional do Desporto; Conselho Nacional da Cultura e Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado;
2. Incluir a representação na Comissão de Normalização Contabilística, atendendo à quantidade e diversidade das entidades abrangidas;
3. Dar cumprimento à Lei de Bases da Economia Social através da revisão geral da legislação aplicável ao associativismo;
4. Reforçar as parcerias público-sociais através de regulamentação que equipare as actividades culturais, recreativas e desportivas colectivas associativas ao estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com base em dados (rácios de custo/beneficio) com vista a reforçar a componente preventiva social;
5. Apoiar financeiramente o associativismo através de verbas próprias inscritas no OE e dos Jogos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, canalizadas pela via das estruturas confederativas a fim de fazer face aos projectos desenvolvidos pelas associações;
6. Instituir um Programa Nacional de Emprego Associativo, apoiado financeiramente pela Segurança Social, para técnicos e administrativos em regime de experiência/transição (6+18 meses), com vista à criação de postos de trabalho efectivos e permanentes;
7. Definir uma estratégia inspectiva, a aplicar por todos os órgãos com funções dessa natureza, que passe fundamentalmente pela sensibilização e pedagogia, admitindo a intervenção repressiva como uma excepção e não como regra;
8. Conceder o direito de antena por força do estatuto de parceiro social reconhecido na Lei 34/2003 de 22 de Agosto;
9. Introduzir nos programas escolares de disciplinas com educação cívica a temática do associativismo, nas suas várias vertentes e implicações;
10. Desenvolver políticas públicas nacionais nas áreas da cultura, recreio e desporto com vista a um modelo de prevenção social que paulatinamente substitua o modelo de remediação social existente, promovendo a sua prática por todos considerando os benefícios directos e indirectos que daí podem advir para a economia nacional.

IV. Recomendações ao poder local – Autarquias

1. Promover a auscultação das associações em todos os órgãos de consulta para todos os instrumentos de gestão autárquica através de mecanismos específicos ou integrados de âmbito municipal;

2. Promover a representação das associações nas Redes Sociais (CLAS e CSF) e nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, conforme legislação em vigor;
3. Promover regulamentos municipais com vista a desenvolver o Estatuto de Pessoa Colectiva de Interesse Público Municipal, associando ao mesmo um conjunto de benefícios e regalias concretamente identificados;
4. Assumir todos os licenciamentos obrigatórios e legais, tipo "balcão único", sem encargos para as autarquias, com as respectivas transferências para as entidades representantes: Inspeção Geral das Actividades Culturais; Instituto Português do Desporto e Juventude; Sociedade Portuguesa de Autores; Pass Música, bem como Ruído, Ocupação de via pública, etc;
5. Instituir regulamentos municipais de apoio ao associativismo, de fácil acesso, que assegurem a transparência, objectivos claros, critérios pré-definidos, com base nas parcerias com o movimento associativo, bem como o reforço das dinâmicas e funções associativas;
6. Dar cumprimento aos compromissos assumidos de forma a não ameaçar a sustentabilidade financeira das associações, evitando assim eventuais situações de insolvência.

V. Recomendações ao poder económico – Empresas

1. Reconhecer e valorizar os trabalhadores ao seu serviço (efectivos ou precários) que sejam dirigentes associativos voluntários e benévolos através da aplicação da Lei 20/2004 de 5 Junho, constituindo assim parte da responsabilidade social das empresas;
2. Proporcionar apoio efectivo às associações, em que os seus colaboradores sejam dirigentes, de forma a potenciar a relação bilateral entre empresas e associações;
3. Promover a cooperação activa, técnica, logística e financeira nas iniciativas associativas preventivas com vista à comunidade local, em particular crianças, jovens e idosos, desenvolvidas pelas associações;
4. Facilitar o surgimento de parcerias, entre o Associativismo e o tecido empresarial, com vista à melhoria das condições de vida das populações, colaborando para a existência de comunidades mais saudáveis.

VI. Recomendações às entidades promotoras do conhecimento e investigação

1. Dinamizar e apoiar - através do INE - a conclusão da Conta Satélite da Economia Social contemplando as sub-contas do Desporto, Cultura e Social, demonstrando de forma quantitativa e qualitativa a importância do associativismo para a economia e, consequentemente, para a coesão social e para o regime democrático;
2. Criar disciplinas específicas nos vários ciclos de ensino superior (particularmente licenciatura), bem como pós graduações, mestrados e doutoramentos nas áreas dedicadas ao associativismo;
3. Encetar cooperação com as entidades representativas do associativismo em estudos-caso que se manifestem essenciais para a sua compreensão e monitorização, com vista à criação de um Observatório Nacional do Associativismo Popular.
4. Incentivar a Academia na produção de conhecimento nas áreas envolventes à nossa actividade, potenciando a evidência científica e, desse modo, a adopção de políticas públicas, concernentes a dar resposta às necessidades/satisfação cientificamente abordadas/comprovadas.

Lisboa, 7 Novembro 2015
O Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes

Eugénio da Fonseca (cont.)

A organização deste Congresso fez tudo o que estava ao seu alcance para ter, neste momento, um membro do Governo a participar nesta sessão de encerramento para ouvir de viva voz aquilo que foram as importantíssimas conclusões e sugestões que aqui foram deixadas a partir de um dia de grande e profunda reflexão. Por isso, estamos todos de parabéns. Como nem sequer responderam ao convite eu vou aproveitar só um bocadinho do tempo que estava reservado ao Governo para tecer algumas considerações sobre o que foi aqui apresentado como conclusões dos painéis. E a primeira ideia que eu gostaria de deixar é que falou-se muito em 3.º setor. Que ninguém duvide que, na verdade, fazemos de facto deste setor da organização social, porque não se restringe só à dimensão social, até que não é a mais representativa do setor em referência. Nós estamos aqui num congresso que tem uma parte substancialíssima daquilo que é o 3.º setor em Portugal. Depois, outra ideia é a valorização do trabalho que as coletividades fazem neste país. A valorização passa pela modernização. E ao falar-se de modernização, tornou-se incontornável e referência à profissionalização. Eu defendo que uma coisa é trabalho remunerado, outra coisa é profissionalismo. São complementares, mas distintas. O dirigente voluntário não está dispensado de ser um profissional daquilo que realiza, pelas competências que tem, pelas competências que adquire, pelas competências que partilha. Por outro lado, gostava também de deixar uma nota relativamente à sustentabilidade, outra das abordagens realizadas. Vivemos numa incerteza total no plano económico, que não há hoje encontro em que não se fale de sustentabilidade. E num dos grupos passou esta ideia que, depois também foi aqui trazida, mas não com tanta veemência. É indispensável ter a convicção firme de que as nossas coletividades precisam de sustentabilidade financeira, porque já basta de serem os dirigentes e os associados a serem os únicos a suportarem os encargos financeiros tidos com ações que as coletividades promovem. Dão do seu bolso, do seu tempo, e do sue património. Muitas vezes para porem as coletividades a serem úteis às comunidades humanas em que estão integradas. Mas nunca poderemos olvidar de que a maior sustentabilidade das nossas coletividades são as pessoas. Queremos, por imperativo de consciência, dar valor e o preito da nossa homenagem a todos aqueles que vós aqui representais e que são milhares, que aas pequeninas às grandes coletividades, depois de 8 horas de trabalho nas empresas, escritórios..., e às vezes em condições de trabalho tão duro, ainda vão, às noites, para as suas instituições para colocarem a cultura, o desporto, o lazer ao serviço de todos, evidenciando a democratização da sociedade de que tanto se fala e que tão pouco se pratica. E aqui realço o rejuvenescimento das coletividades. É verdade que se evocou a maravilha de haver coletividades com associados com a idade de 88 anos e há que aproveitar muito da experiência destes cidadãos. Mas é indispensável valorizar os mais jovens. Temos de os trazer para a vida associativa, porque a vida de cidadania dos nossos jovens não pode ser só, as sextas e os sábados à noite, nos bares de qualquer cidade deste país. Também há que valorizar mais o papel das mulheres nas nossas coletividades, porque estas mesas tanto de abertura como de encerramento, só foram constituídas por homens. E não queremos as mulheres nas nossas coletividades para tratarem de adornos ou de tarefas de higiene e de culinária. Queremos que elas sejam também dirigentes. Por último, dou devida nota a constatação feita por quase todos os grupos de trabalho: o acesso de todos os portugueses à cultura. O 25 de abril trouxe-nos a possibilidade de ninguém ficar de fora da oportunidade de acesso à educação. Mas tornar mais fácil a integração na escola não quer dizer que tivesse dado espaço para aproximar a cultura dos cidadãos. E falou-se aqui em jogos tradicionais. Saberão os nossos filhos a riqueza que foi na nossa infância, a importância que tiveram esses jogos? Tantas vezes tenho dito que esta União Europeia tem gasto milhões e milhões de recursos financeiros a recuperar pessoas dependentes de vários tipos de drogas. Os criativos e diversos programas desenvolvidos pelas nossas coletividades poderiam ter sido utilizados como prevenção de comportamentos desviantes que marcam as vidas desprezadas de tantos jovens. Se tivessem dado esse recursos às nossas coletividades, elas poderiam ser (porque são) o instrumento mais eficaz de prevenção desses comportamentos através das ações que desenvolvem. Teriam gasto muito menos dinheiro do que aquele que gastaram até agora. E para terminar, dizer-vos (não querendo ser mal interpretado, mas foi o sentimento que eu tive durante o dia de hoje)... que se costuma apontar o Parlamento como a casa da democracia. A democracia é o poder do povo. Eu hoje senti que a verdadeira casa da democracia esteve aqui no Fórum Lisboa. E julgo que muitos daqueles que, em nosso nome, foram eleitos para dinamizarem o regime democrático, deveriam vir mais vezes a fóruns como este para aprenderem a saber como se vive em democracia, como se a pratica e a importância real que ela tem no desenvolvimento integral de Portugal.

Parabéns a todos vós. Obrigado por terem acedido a este convite. Queria pedir a toda a gente que está lá fora que entrasse. Entrem todos na sala, porque está quase na hora da surpresa. As televisões pouca relevância têm dado às Bandas Filarmónicas, mas este congresso não as dispensou. Portanto vai entrar nesta sala para escutarmos com toda a nossa atenção e acompanharmos com muito entusiasmo a Banda da Sociedade Filarmónica da União Capricho Olivalense, com cerca de 40 elementos, que veio de propósito para nos brindarem com a sua competência musical. Esta é uma surpresa, mas não é a tal surpresa. Vamos ouvir um tema sob a direção do Maestro Luís Ferreira, a quem agradecemos, desde já, a disponibilidade.

Nota: Neste momento a Banda da Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense, dirigida pelo Maestro Luís Ferreira, brindou o Congresso com a peça musical "*Lisboa Menina e Moça*".

Nós pedíamos ao maestro que viesse aqui ao palco e ao Sr. Joaquim Silva, que é o presidente desta Coletividade. Em nome de todos vós, vamos deixar uma recordação à Banda da Sociedade Filarmónica União Capricho Olivalense.

Para estarmos aqui, foram muitos meses de preparação, com o vosso contributo, através das vossas coletividades, na organização do dia de hoje. Tudo parece às vezes fácil, mas não o é. Nos bastidores, e nos dias antecedentes, há muito trabalho, há muita preocupação, há sempre muita expetativa, e por isso eu queria pedir-vos para todos aqueles, que pertencem ao Fórum Lisboa, e neles reiterando o agradecimento à Câmara Municipal de Lisboa; mas, fundamentalmente, para todos os colaboradores da Confederação que permitiram a realização deste evento, uma grande salva de palmas.

A mim ainda me cabe uma honra maior e vou ficar na história da Confederação por anunciar a surpresa. É que partir de agora e já com a ajuda da Banda que nos acabou de brindar com belas peças musicais, vai ser tocado, pela primeira vez, o Hino da Confederação. Passamos a ter um hino, portanto vamos levar longe este hino, porque o hino é sempre o sinal do trabalho que nós realizamos no dia-a-dia. E que ele seja sempre tocado nas nossas coletividades a partir de hoje.

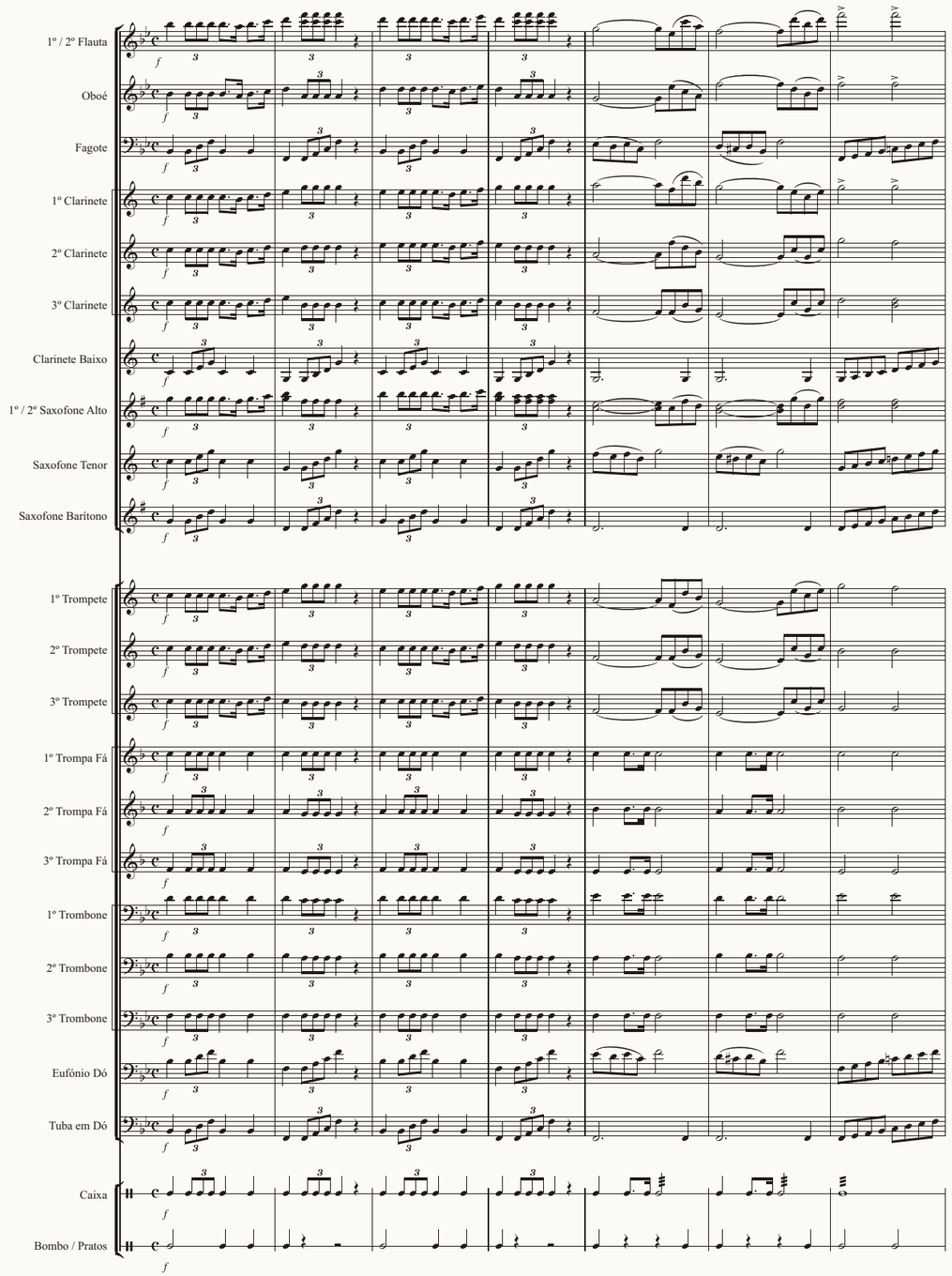
Após encerramento formal do Congresso,
a Banda apresentou pela primeira vez em público,
o Hino da Confederação Portuguesa das Colectividades
em homenagem ao Congresso e ao Movimento Associativo Popular.

Terminou com o Hino Nacional "*A Portuguesa*", cantada por todos.

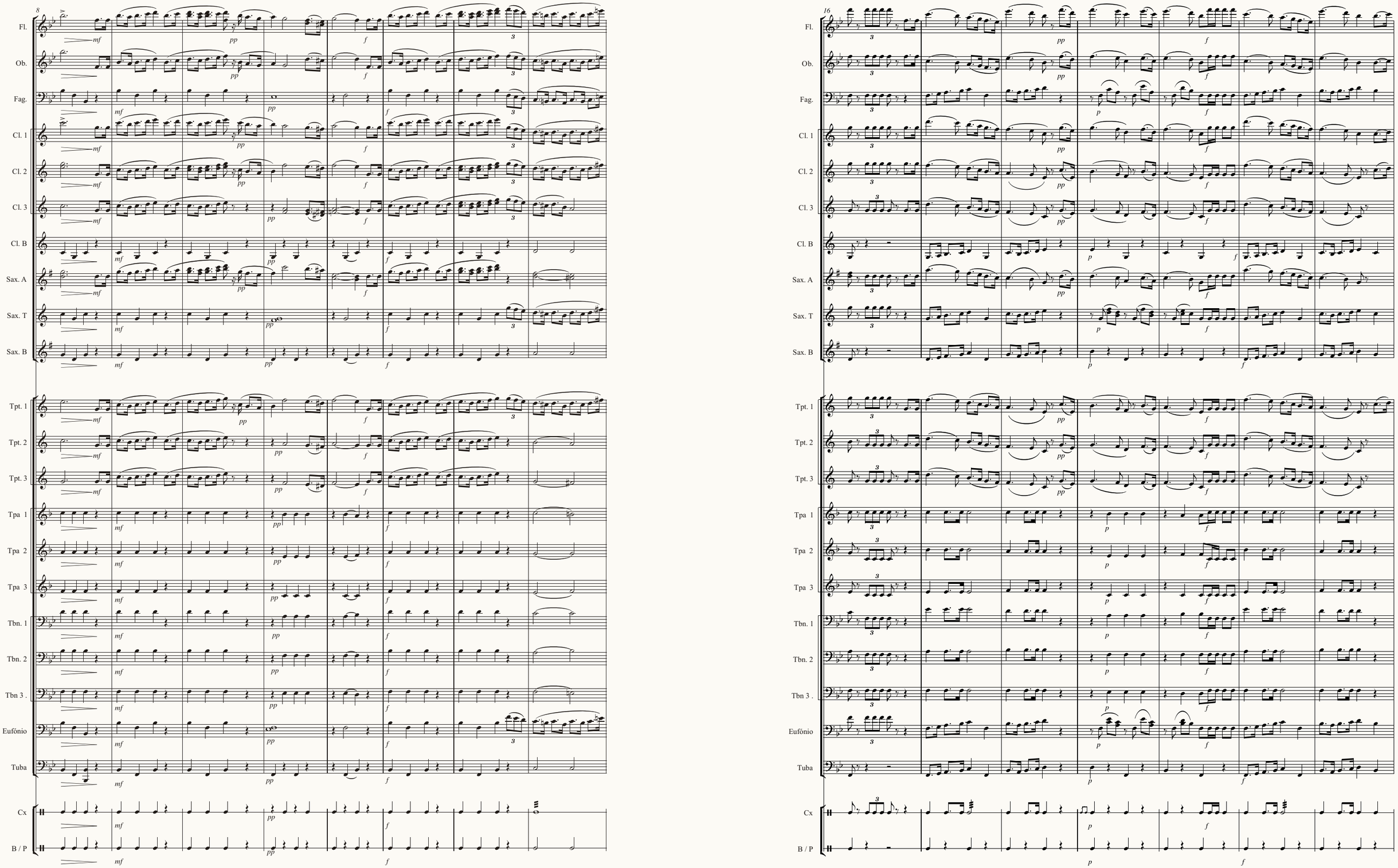
"IDEAL ASSOCIATIVO"

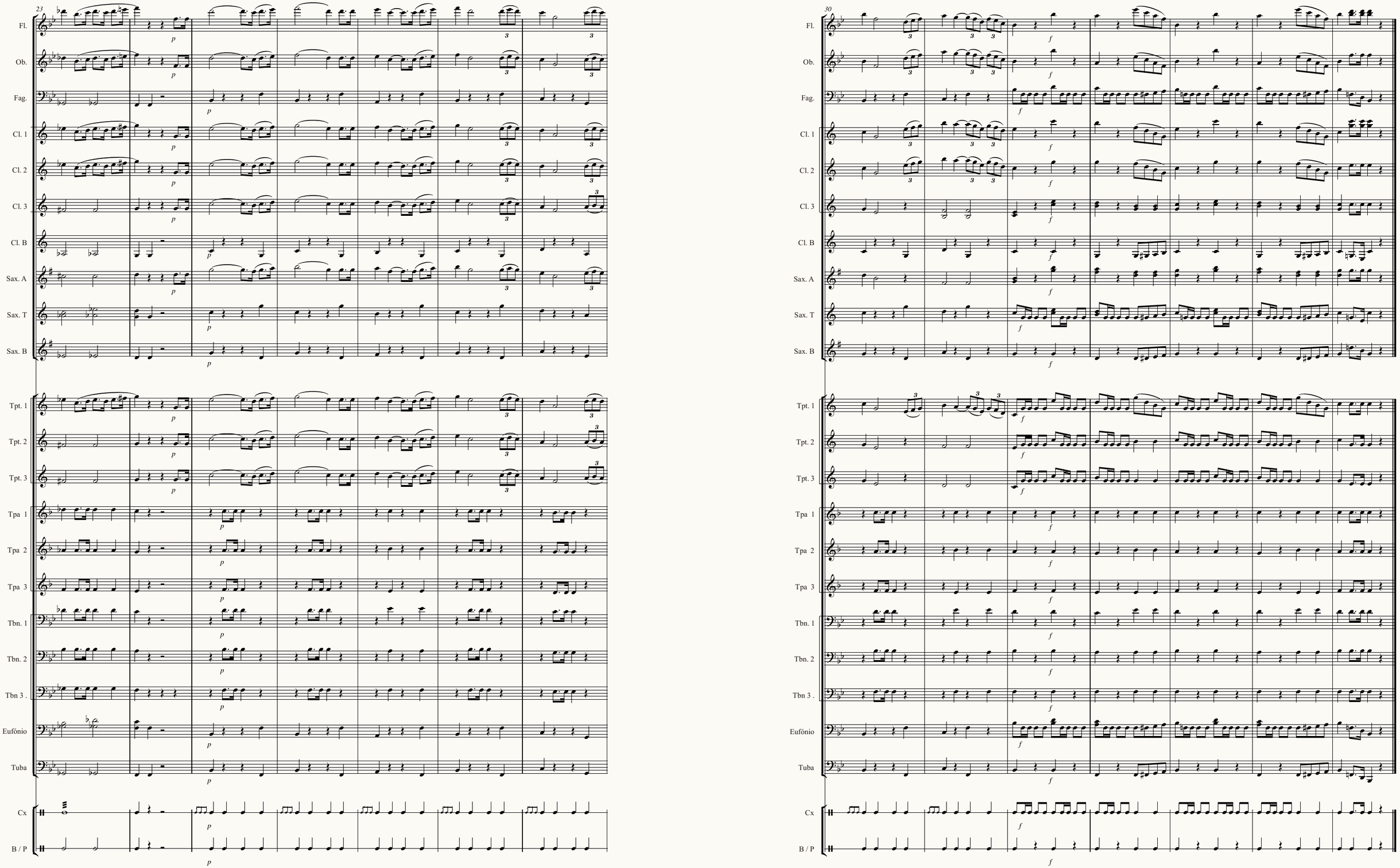
HINO

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Composição de Manuel Gonçalves Batalha
Revisão/Adaptação de Luís Filipe H. Ferreira (Outubro 2015)


8
16
Fl.
Ob.
Fag.
Cl. 1
Cl. 2
Cl. 3
Cl. B
Sax. A
Sax. T
Sax. B
Tpt. 1
Tpt. 2
Tpt. 3
Tpa 1
Tpa 2
Tpa 3
Tbn. 1
Tbn. 2
Tbn 3 .
Eufônio
Tuba
Cx
B / P


23
Fl.
Ob.
Fag.
Cl. 1
Cl. 2
Cl. 3
Cl. B
Sax. A
Sax. T
Sax. B
Tpt. 1
Tpt. 2
Tpt. 3
Tpa 1
Tpa 2
Tpa 3
Tbn. 1
Tbn. 2
Tbn 3 .
Eufônio
Tuba
Cx
B / P
p
30
f

ESTATÍSTICA DO CONGRESSO

CONGRESSO NACIONAL DAS COLECTIVIDADES
ASSOCIAÇÕES E CLUBES EM NÚMEROS

ESTATÍSTICA

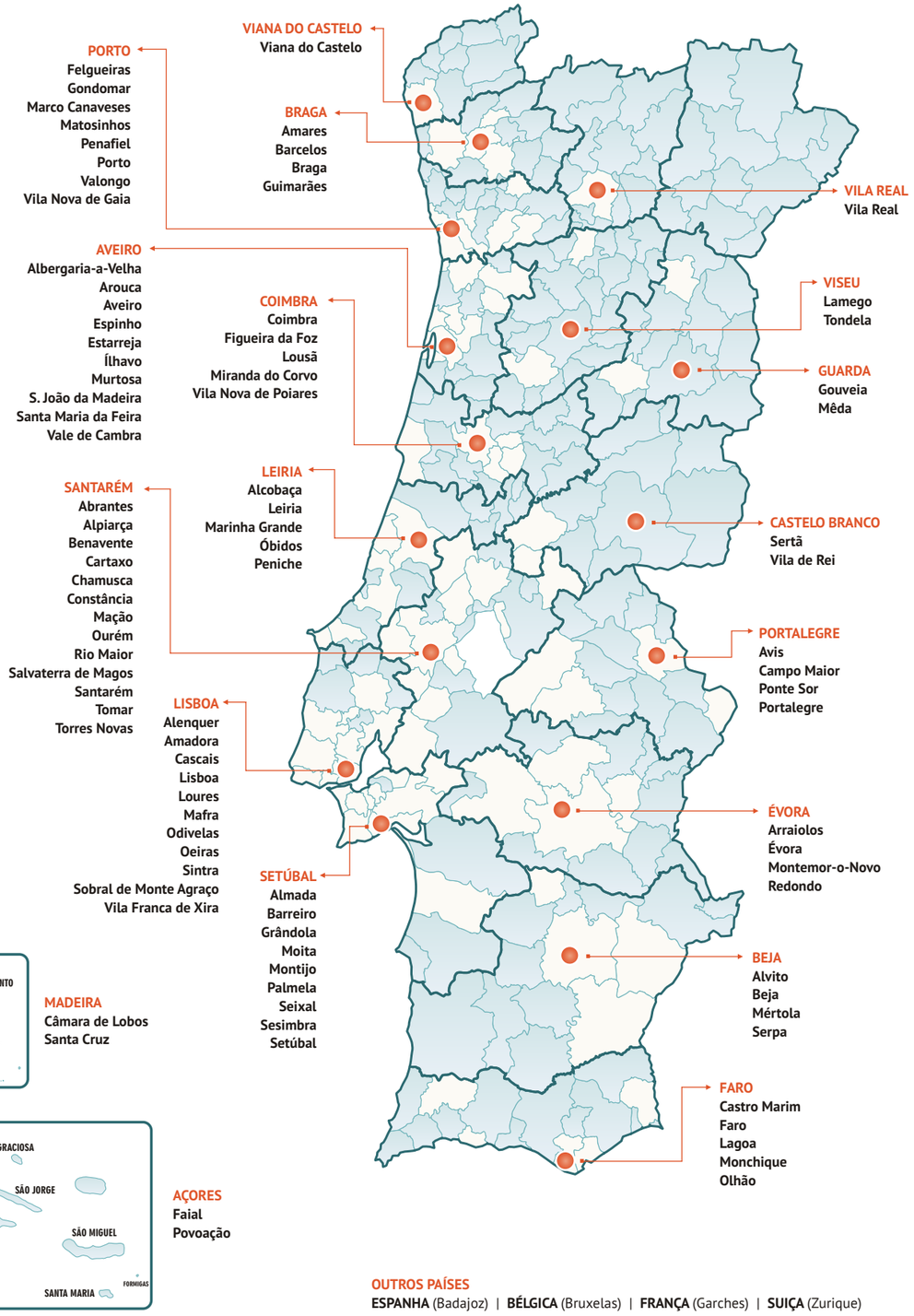
Estima-se que nas várias fases do Congresso (Janeiro/Março, levantamento dos temas e assuntos); (Abril/Outubro, debate e desenvolvimento dos temas) tenham participado cerca de 1.200 dirigentes associativos em dezenas de reuniões, debates e seminários temáticos. Relativamente à representação geográfica, foi abrangido todo o país.

No dia 7 de Novembro no Fórum Lisboa, dia do encerramento do Congresso, participaram Colectividades, Associações e Clubes de 94 concelhos, 17 distritos, 2 regiões autónomas e 4 representações do exterior.

Das 351 instituições representadas, 342 são Colectividades, Associações e Clubes, estimando-se que o número médio de associados é de 446, sendo que cerca de 87% praticam mais de 2 actividades/modalidades, o que vem comprovar o ecletismo associativo. A Colectividade mais antiga presente no Congresso foi a Banda Velha União Sanjoanense do Concelho de Albergaria-a-Velha.

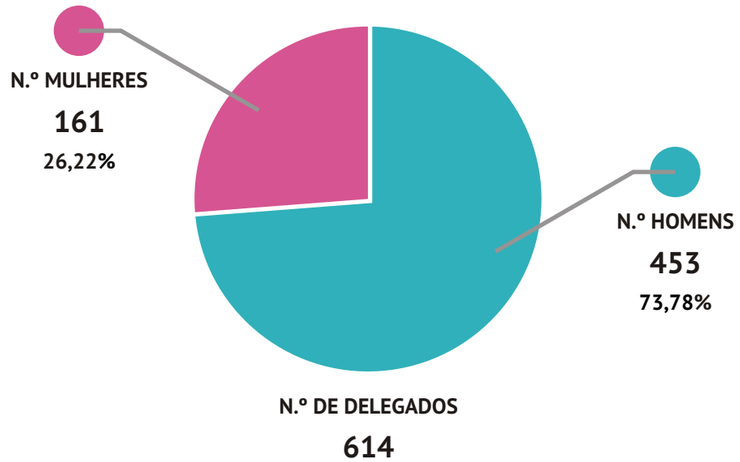
Os Delegados presentes foram 614 e é sobres estes que incide a análise estatística que se apresenta.

ORIGEM DAS COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES, NO CONGRESSO



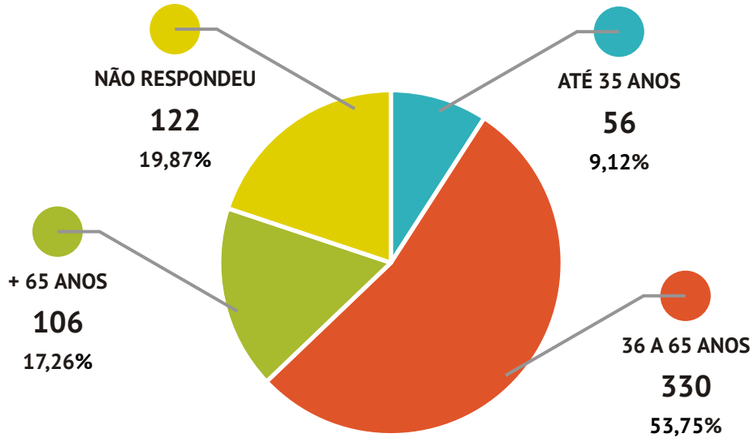
OUTROS PAÍSES
ESPANHA (Badajoz) | **BÉLGICA** (Bruxelas) | **FRANÇA** (Garches) | **SUIÇA** (Zurique)

GÉNERO



A distribuição de género no Congresso vem confirmar a crescente participação de mulheres no Movimento Associativo. Temos a convicção que serão muitas mais as mulheres que participam nos órgãos sociais mas também sabemos que as mulheres enfrentam mais dificuldades em assumir estas funções que os homens, dada a assimetria de funções existentes na família, no emprego e na sociedade.

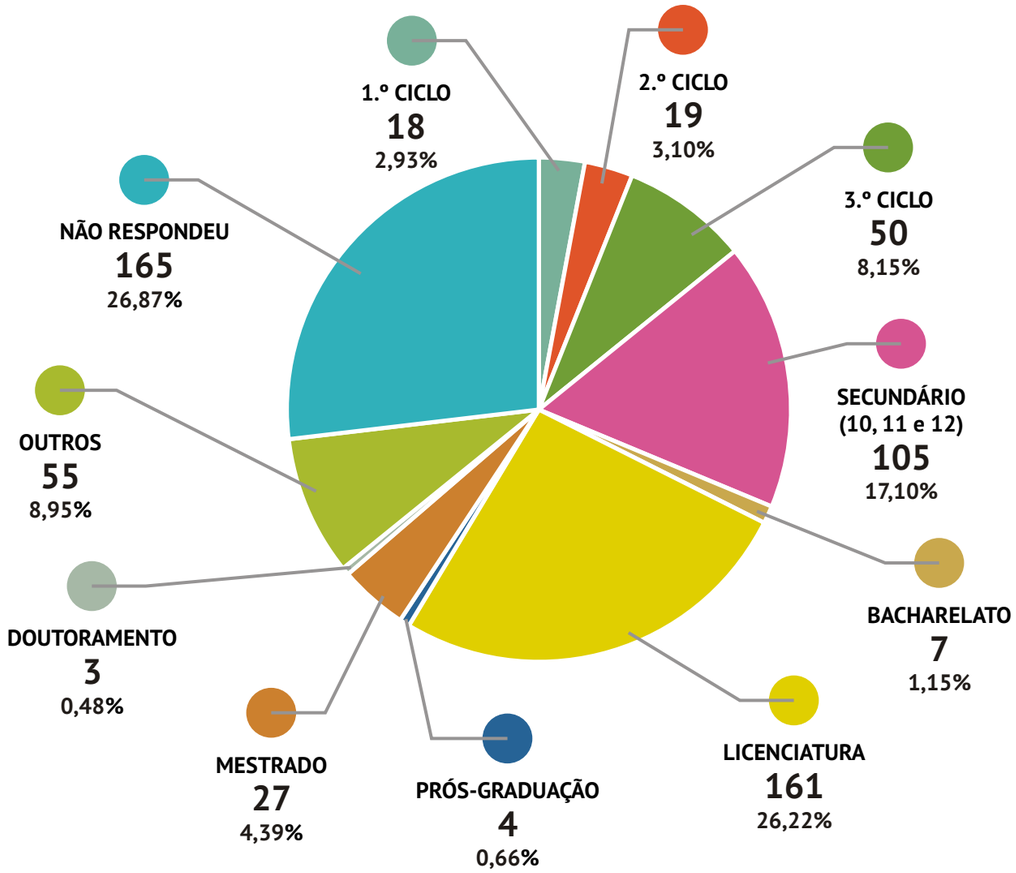
ESCALÕES ETÁRIOS



O mais novo têm 20 anos e o mais velho têm 88 anos

Do ponto de vista etário, a média de idades situa-se nos 52 anos. Os mais jovens têm 20 anos e vêm dos concelhos de Valongo e Seixal. O mais idoso tem 88 anos, é de Lisboa e é o Presidente da Federação portuguesa de Motonáutica. Embora se compreenda que para a participação num Congresso Nacional sejam necessários alguns requisitos como a experiência, é de assinalar positivamente que 56 Delegados tinham até 35 anos de idade. O escalão da idade adulta activa, dos 36 aos 65 anos, é a mais representativa o que condiz com o que se observa diariamente nas colectividades. Já os Dirigentes com mais de 65 anos, são 106 o que confirma a grande importância do associativismo como actividade pós laboral.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

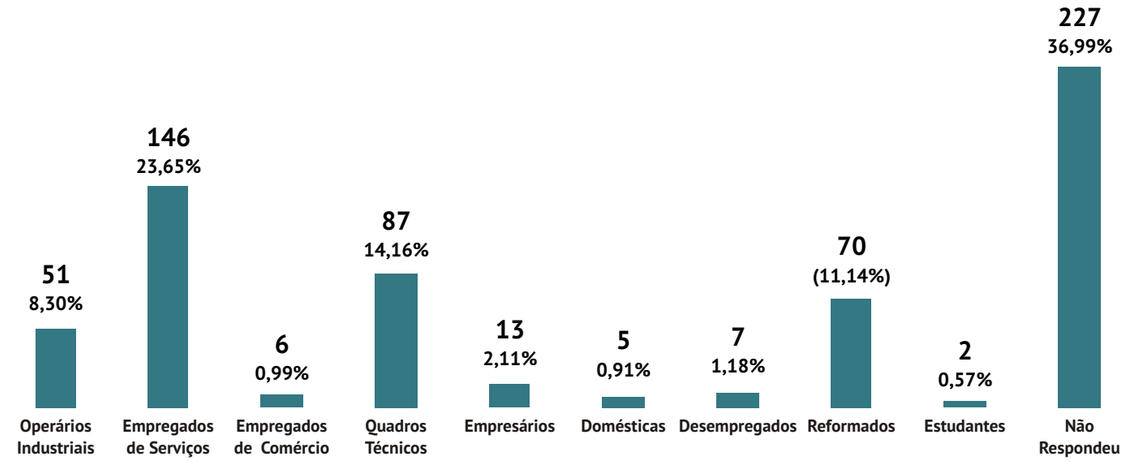


A dispersão das habilitações académicas dos Delegados vem demonstrar que existe uma diversidade de formação e qualificação progressiva e regular que contribui e garante o bom funcionamento das colectividades.

Coincidindo, regra geral, com os mais idosos, os Delegados com o ensino básico são 14,2%. Os Delegados com o Secundário completo são 17%. Existem ainda cerca de 9% dos Delegados que indicaram outras formas de formação técnica e profissional.

Por outro lado, os Delegados que afirmaram ter o ensino Superior são aproximadamente 33% sendo que quase 5% com Mestrado e Doutoramento o que confirma uma crescente qualificação académica dos dirigentes associativos correspondendo a uma melhor gestão das associações.

SÓCIO PROFISSIONAL



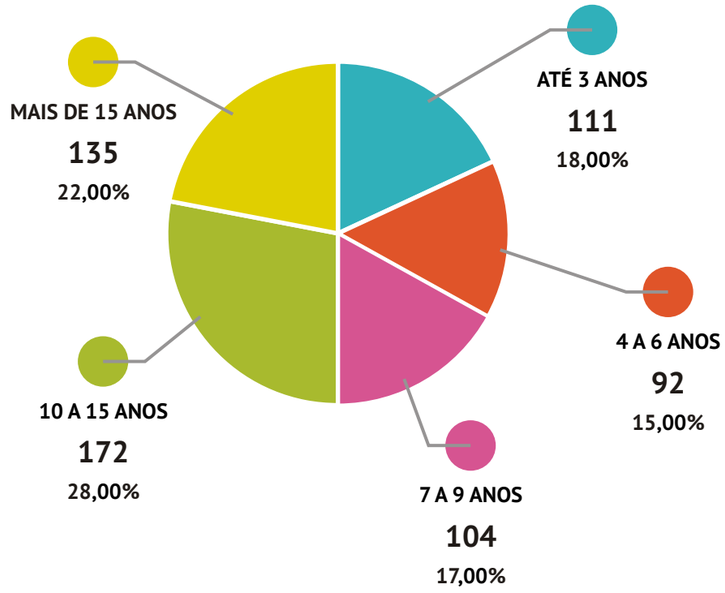
Os dados recolhidos, mostram um elevadíssimo número de trabalhadores por conta de outrem (97%) o que vem justificar as dificuldades na disponibilidade para a aceitação de cargos nas direções enquanto órgãos executivos, dada a natureza das relações de trabalho em Portugal.

Quanto à diversidade de profissões e situações profissionais, é de destacar o facto de estas serem também elas parte do êxito da gestão associativa voluntária e benévola, uma vez que, a juntar à experiência acumulada de muitos dos dirigentes, temos cerca de 14% com formação técnica superior. Os reformados (11,4%) são uma fatia importante dos dirigentes quer pela disponibilidade, quer pela experiência que transportam e transmitem.

EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA

A experiência associativa é muito importante. Aliada à formação associativa e à formação profissional e académica pode ser a solução para enfrentar os muitos problemas que surgem na vida associativa.

Os Delegados presentes no Congresso indicaram que 18% tinham até 3 anos de dirigentes, o que no essencial corresponde a um mandato. Os Delegados com 4 a 9 anos de dirigentes são cerca de 15% o que está em linha com o que se pode observar nos dias de hoje. Cerca de 28% dos Delegados, são dirigentes entre os 10 e os 15 anos o que vem confirmar a dedicação e regularidade. Há ainda 22% dos Delegados que afirmam ter mais de 15 anos de dirigente o que confirma que mais do que uma função, ser dirigente é uma paixão.



ENTIDADES PARTICIPANTES

- A Nossa Terra Associação Ambiental
- Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense
- Academia de Santo Amaro
- Academia do Bacalhau do Porto
- Academia Recreativa de Linda-a-Velha
- Academia Recreativa Leais Amigos
- Aero Club de Portugal
- Aldraba-Associação Espaço Património Popular
- Associação Livre Fotógrafos do Algarve
- Amigos do Museu Naval de Almada
- Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria
- Association des Portugais du Coeur de Seine
- APD - Sintra Associação Portuguesa de Deficientes
- Associação 100% Aventura
- Associação Académica e Cultural de Ermesinde
- Associação Africana
- Associação Amigos do São Marcos
- Associação Boinas Verdes de Valongo
- Associação Burgo Devertido
- Associação Clube Zupper de Ermesinde
- Associação Cultural "Os Amigos de Martinchel
- Associação Cultural Amigos de Gaia
- Associação Cultural Desportiva Bairro Falcão
- Associação Cultural e Recreativa "É Bom Viver"
- Associação Cultural e Recreativa de Rodiz
- Associação Cultural e Recreativa de Vale de Estacas
- Associação Cultural e Recreativa dos Concelhos de Estarreja e Murtosa
- Associação Cultural Recreativa Amigos Vilarenses
- Associação Cutultural Recreativa da Comeira
- Associação da Casa do Bugio e de Sobredo
- Associação das Colectividades do Concelho da Figueira da Foz
- Associação das Colectividades do Concelho da Marinha Grande
- Associação das Colectividades do Concelho de Almada
- Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa
- Associação das Colectividades do Concelho de Loures
- Associação das Colectividades do Concelho de Matosinhos
- Associação das Colectividades do Concelho de Penafiel
- Associação das Colectividades do Concelho de Valongo
- Associação das Colectividades do Concelho de Vila Nova de Gaia
- Associação das Colectividades do Concelho do Porto
- Associação das Coletividades do Concelho do Seixal
- Associação de Dadores de Sangue da Meadela
- Associação de Dança Desportiva do Distrito de Viana do Castelo
- Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares
- Associação de Futebol de Setúbal
- Associação de Jovens Carpe Diem na Aldeia
- Associação de Jovens Voluntários de Gaeiras
- Associação de Judo do Distrito de Viana do Castelo
- Associação de Moradores da Cova
- Associação de Moradores da Zona do Bairro do Matadouro
- Associação de Moradores Zona Norte Baixa da Banheira
- Associação de Recreio e Cultura Bº da Tabaqueira
- Associação de Reformados e Pensionistas da Ameixoeira
- Associação de Reformados e Pensionistas do Campo
- Associação de Residentes de Telheiras
- Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa de Santa Maria de Braga
- Associação de Defesa Pessoal de Portugal
- Associação Desportiva "Os de Baba"
- Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Vila Boa
- Associação Desportiva de Avões
- Associação Desportiva de Constance
- Associação Desportiva e Cultural da Encarnação e Olivais
- Associação Desportiva e Recreativa de Chão de Lopes
- Associação Desportiva Iniciação S. Roque
- Associação Desportiva Quinta de Paramos
- Associação Desportiva Recreativa "Amigos do Atletismo"de AVIS
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alcorochel
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Seada
- Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto
- Associação do Bairro de Campolide
- Associação dos Artesãos do Marco
- Associação dos Moradores de Santo António dos Cavaleiros
- Associação Humanitária da Freguesia de Pontével
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Amadora
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Algueirão - Mem Martins
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vialonga
- Associação Independentes Clube Pesca Desportiva
- Associação Juvenil Aldeia Activo
- Associação Lazer e Desporto Entr'Aventuras
- Associação Lopes Graça
- Associação Médio Tejo Criativo
- Associação Moradores Chaves Oliveira
- Associação Naval Amorense
- Associação Orquestral de Vialonga
- Associação os Columbófilos Campanhã
- Associação Para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mertóla
- Associação Perelhal Solidário
- Associação Recovery IPSS
- Associação Recreativa "As Lavradeiras de Pedroso"
- Associação Recreativa Bernardense
- Associação Recreativa das Aboboreiras
- Associação Recreativa de Canelas
- Associação Recreativa de Perosinho
- Associação Recreativa e Cultural "Os Novinhos de Quebrantões"
- Associação Recreativa e Cultural da Cidade Praia
- Associação Recreativa e Cultural da Serra
- Associação Recreativa e Cultural de Arcozelo
- Associação Recreativa e Cultural dos Músicos
- Associação Recreatvia e Cultural da Azenha
- Associação Regional de Vela do Centro
- Associação Remédios do Riso
- Associação Rio da Fonte
- Associação Teatral Os Filhos do Palco
- Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos do Casal do Marco
- ATA - Ação Teatral Artimanha
- Ateneu Artístico Vilafranquense
- Ateneu de Coimbra
- Atlético Via Rara
- Banda Musical S. Martinho de Campo
- Banda Orquestral de Câmara de Lobos
- Banda Velha União Sanjoanense
- Basquete Clube de Barcelos
- Cabeças no Ar e Pés na Terra - Associação Cultural
- Caixa Central Crédito Agrícola
- Cálculo Troféu - Associação de Setas de Sisal
- Câmara Municipal de Almada
- Câmara Municipal de Loures
- Câmara Municipal de Palmela
- Câmara Municipal de Peniche
- Câmara Municipal de Serpa
- Câmara Municipal de Tomar
- Cantadeiras de Essência Alentejana
- Casa da Comarca da Sertã
- Casa de Espanha
- Casa de Lafões
- Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Casa do Benfica de Algueirão Mem-Martins
- Casa do Benfica no Marco
- Casa do Concelho de Castanheira de Pêra
- Casa do Povo da Meadela
- Casa do Povo de Bucelas
- Casa do Povo de Campo Maior
- Casa do Povo de Corroios
- Casa do Povo de Pias
- Casa do Povo do Concelho de Olhão
- Casa do Povo Pontével
- Centro Cénico e de Bem Estar Social da Cela
- Centro Cultural e Desportivo Arca de Noé
- Centro Cultural e Desporto do Pinhal de Vidal
- Centro Cultural e Recreativo Alto do Moinho
- Centro Cultural Figueira e Barros
- Centro de Arqueologia de Almada
- Centro de Cultura e Desporto 477 Oeiras
- Centro de Cultural e Desporto do Municipio de Loures
- Centro de Recreio Popular Bº Calçadas Mestre
- Centro Humanitário CVP de Rates
- Centro Popular Trabalhadores Alameda Cedro
- Centro Recreativo de Mafamude
- Centro Republicano Democrático de Fânzeres
- Centro S. Rec. e Cult. de Vale do Laço "Os Carvoeiros"
- Centro Social Cultural Meadela
- Centro Social, Recreativo de Cultura e Desporto de Igrejinha
- Centro Sócio Cultural da Coriscada
- CIMO - Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação
- Cine Clube de Arouca
- Cine Clube do Barreiro
- CineCaixote, Clube de Cinema de Almada, Assoc. Cultural
- Círculo Católico de Operários de Barcelos
- Circulo Católico Operários do Porto
- Clube Atlético Aldenovense
- Clube Campismo S. João da Madeira
- Clube da Natureza de Alvito
- Clube de Actividades de Lazer e Manutenção
- Clube de Atletismo de Alpendorada
- Clube de Campismo de Lisboa
- Clube de Campismo de Setúbal
- Clube de Ciclismo Aldeia de Paio Pires
- Clube de Pesca e Caça do Campo
- Clube de Praças da Armada
- Clube de Santo António dos Cavaleiros
- Clube de Tiro de Fervença
- Clube Desportivo "Os Águias"
- Clube Desportivo Cultural e Recreativo "Os Unidos do Montijo"
- Clube Desportivo de Miratejo
- Clube Desportivo do Arneiro
- Clube Desportivo e Cultural do Casal do Marco
- Clube Desportivo e Recreativo Águias Unidas
- Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro
- Clube Desportivo Piedadense
- Clube do Sargento da Armada
- Clube do Sargento da Força Aérea
- Clube Dramático Instrução e Recreio 31 de Janeiro "Os Celtas"

- Clube Escola de Ténis de Leiria
- Clube Fenianos Portuense
- Clube Futebol " Os Avisenses"
- Clube Futebol Varejense
- Clube Independente de Basquetebol da Amadora
- Clube Musical União
- Clube Recreativo "Os Estrelas"
- Clube Recreativo Barroquense
- Clube Recreativo da Cruz de Pau
- Clube Recreativo do Feijó
- Clube Recreativo e Cultural Marvila Jovem
- Clube Recreativo e Desportivo de Miratejo
- Clube Recreio e Instrução
- Clube União Artistico Benaventense
- Clube União Brenhense
- Comissão Organizadora da Feira Festa da Quinta do Conde
- Confraria da Broa de Avintes
- Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 377 de Serpa
- Ensemble Monte Mor
- Escola de Música da Asseiceira
- Esfera Negra Associação
- EVELX- Associação de Estilos de Vida Saudável
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Fanfarra Juvenil de Alpendorada
- FASPortugal
- FEDAPAGAIA - Federação das Associações de Pais de Gaia
- Federação das Colectividades do Distrito de Aveiro
- Federação das Colectividades do Distrito de Lisboa
- Federação das Colectividades do Distrito de Santarém
- Federação Internacional de Campismo, Caravanismo e Autocaravanismo
- Federação Portuguesa de Ciclismo
- Federação Portuguesa de Folclore e Etnografia na Suíça
- Federação Portuguesa de Motonáutica
- Federación Española de Agrupaciones de Folclore
- FIBRO - Associação Barcelense de Fibromialgia e Doenças Crónicas
- Forum Barcelense
- Forvijovem
- Futebol Clube de Lisboa
- Futebol Clube de Serpa
- Futebol Clube Estrelas Susanense
- Futebol Clube Quinta da Lomba
- Ginásio do Alto Pina
- Grito Radical Associação de Música
- Grupo Académico de Danças Ribatejanas - Santarém
- Grupo Alcaides de Faria
- Grupo Coral "Os Arraianos de Ficalho"
- Grupo Desportivo "O Independente"
- Grupo Desportivo "Os Amarelos"
- Grupo Desportivo Chinquilho Sempre Fixe
- Grupo Desportivo de Pontevél
- Grupo Desportivo de Sacotes
- Grupo Desportivo do Castelo
- Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras
- Grupo Desportivo e Recreativo de Manique de Cima
- Grupo Desportivo Escola Maria Alberta Menéres
- Grupo Desportivo Estrela Futebol Clube
- Grupo Desportivo Recreativo Cultural - Leões do Sul F. Clube
- Grupo Desportivo Recreativo Verderena
- Grupo Dramático e Recreativo da Retorta
- Grupo Dramático Ramiro José
- Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Albergaria-a-Velha
- Grupo Folclórico Danças e Cantares de Mafamude
- Grupo Folclórico de Esgueira
- Grupo Folclorico e Etnografico "Os Camponeses de Vale das Mós"
- Grupo Folclórico Etnográfico de S. Pedro de Castelões
- Grupo Instrução e Sport
- Grupo Musical Miragaia
- Grupo Promoção Socio Cultural Montargil
- Grupo Recrativo Santo António
- Grupo Recreativo e Cultural "Os Amigos do Alto do Mocho"
- Grupo Recreativo e Desportivo de Palhais
- Grupo Sportivo Adicense
- Grupo União Lebrense
- GRUTA-CCL
- Horizontes Sociais
- Infantário de Stª Maria da Fontes de Baixo
- Instituto Renascer
- Janas Futebol Clube
- Judo Clube do Sul
- Junta de Freguesia de Vialonga
- Junta de Freguesia São Vicente
- Juventude Cultural e Recreatriva Perelhal
- Juventude Desportiva Monchiquense
- Liga Amigos Mina São Domingos
- Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga
- Lisboa Ginásio Clube
- Mem Martins Sport Clube
- Mirantense Futebol Clube
- MOTABOUT
- Movimento Erradicar a Pobreza
- Município de Vila de Rei
- Novo Estrela Gafanha Encarnação
- Operário Futebol Clube Lisboa

- Orfeão da Madalena
- Plateia Paralela - Associação
- Preservar Memórias-Associação Cultural e Recreativa
- Progresso Clube
- R.F.H.G.A - Associação Cultural do Rancho Folclórico de Arrentela
- Racho Folclórico do Cartaxo
- Rádio Barcelos
- Rancho Foclórico de Santo André do Sobrado
- Rancho Folclórico "As Trigueirinhas do Pisão"
- Rancho Folclorico Bairro Santarém
- Rancho Folclórico Danças e Cantares de Olival
- Rancho Folclórico de Macieira da Lixa
- Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão
- Rancho Folclórico e Cultural Nª Srª do Monte Pedroso
- Rancho Folclórico Os Camponeses da Beira Ria
- Rancho Ilhéu
- Rancho Infantil da Chamusca
- Rancho Regional de Campo
- Rancho Regional do Olival
- Recreios Desportivos do Algueirão
- Redondense Futebol Clube
- Refood Cartaxo
- Remoinhos d'Água
- Ronda Tipica da Meadela
- Sociedade Boa União
- Sociedade Boa União Alhadense
- Sociedade Columbófila de S. João Azenha
- Sociedade de Instrução e Beneficiência "A Voz do Operário"
- Sociedade de Instrução e Recreio 1º Dezembro - Pero Negro
- Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense "Os Penicheiros"
- Sociedade de Instrução e Recreio de Carreço
- Sociedade Filarmónica 10 de Agosto
- Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro
- Sociedade Filarmónica de Serpa
- Sociedade Filarmónica Gaeirense
- Sociedade Filarmónica Humanitária
- Sociedade Filarmónica Incrivel Almadense
- Sociedade Filarmónica Incrível Pontevelense
- Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro
- Sociedade Filarmónica Palmelense Loureiros
- Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense
- Sociedade Filarmónica União Pinheirense - SFUP
- Sociedade Filarmónica União Samorense
- Sociedade Musical 5 de Outubro
- Sociedade Musical Capricho Setubalense
- Sociedade Musical N.ª Sr.ª Penha de França
- Sociedade Musical Odivelense
- Sociedade Recreativa da Granja
- Sociedade Recreativa de Vales Mortos
- Sociedade Recreativa do Camarnal
- Sociedade Recreativa Musical Trafariense
- Sociedade Recreativa União Pragalense
- Solar dos Leões de Almada
- Sport Club Operário Cem Soldos
- Sport Clube Intendente
- Sport Lisboa e Marinha
- Sport Lisboa e Olivais
- Sporting Clube Lagoense
- Sulcena-Associação Cultural e Recreativa
- Teatro Amador Susanense
- Teatro Passagem de Nível
- Ténis Clube de Tomar
- TENTART Grupo de Teatro e Animação
- TIL - Teatro Independente de Loures
- Trevim - Cooperativa Editora e de Promoção Cultural
- Tuna Musical Santa Marinha
- União Artística Vilarealense - Socorros Mútuos
- União Cultural Recreatvia da Chamboeira
- União de Colectividades e Associações do Concelho de Torres Novas
- União Desportiva Cultural e Social Quintanilho
- União Distrital das IPSS de Santarém
- União Recreativa Juventude de Fernão Ferro
- Vilarregense Futebol Clube
- Vitória Clube Quintinhas

AGRADECIMENTOS

GRUPO DE APOIO AOS TRABALHOS

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
Aldina Nunes
Elvira Magusto
Helena Isabel Galhóz
Jorciley Trindade

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL
Diogo Ferreira Monteiro
João Pedro Ferreira da Silva
Rodolfo Bernardo Lopes Costa

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS CASAS DO POVO
Ana Paula Gonçalves
Cristina Rodrigues
Carlos Manuel Vieira Pinto

FEDERAÇÃO DE CAMPISMO E MONTANHISMO DE PORTUGAL
Cristina Ginja
Elisabete correia

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA "A VOZ DO OPERÁRIO"
António Fernandes
Inês Santos
Nuno Agostinho
Paula Pires

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGUEIRÃO-MEM-MARTINS
Filomena Santos
Lucília Loução
Ludmila Gonçalves
Micael Jacinto
Manuela Guia
Patrícia Pinto
Pedro Lopes

ESCOLA PROFISSIONAL BENTO JESUS CARAÇA
Ana Afonso
Carina Carvoeiras
Danilo da Mata
Marco Costa

AMBULÂNCIA PERMANENTE
Micael Jacinto
Pedro Lopes

Agradecimento à Direcção e Trabalhadores do Fórum Lisboa

- CNAP - MANIFESTAÇÃO DE ADESÃO

RECOMENDAÇÕES AO PODER ASSOCIATIVO COLECTIVIDADES, ASSOCIAÇÕES E CLUBES

As Recomendações Estratégicas 2015 aos vários poderes instituídos são muito claras e começam, desde logo, pelo próprio poder associativo onde, enquanto poder real e simbólico, temos que pensar e agir como exemplo para os restantes poderes.

No primeiro ponto das Recomendações ao Poder Associativo pode ler-se:
"Constituir um Conselho Nacional do Associativismo Popular, composto pelas entidades que se reconheçam no projecto de cooperação inter-associativa voluntária das organizações representativas da cultura, recreio e desporto não profissionais".
As Declarações de Adesão para a constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular a quem caberá no presente e no futuro, levar por diante as Recomendações saídas do Congresso Nacional 2015, são um bom exemplo disso.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA RECREIO E DESPORTO

Manifestação de adesão

Considerando a grata experiência organizativa decorrida ao longo do ano 2015 na fase de preparação do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde estiveram envolvidas 9 entidades do Movimento Associativo Nacional;

Considerando o amplo e rigoroso diagnóstico e reflexão desenvolvida ao longo dos 7 meses que conduziram à síntese em 78 pontos traduzida no Memorando Associativo 2015;

Considerando o momento especial que foi o encerramento no dia 7 Novembro no Fórum Lisboa, com a presença de mais de 600 Delegados de todo o país, o debate e reflexão com a participação de cerca de 50 convidados e a aprovação, por unanimidade, das Recomendações Estratégicas aos seis poderes;

Considerando o primeiro ponto das Recomendações Estratégicas, no caso ao Poder Associativo que consiste/aponta para a constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular;

A Direcção Nacional da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, delibera e manifesta:

1. Disponibilidade e empenhamento em contribuir para a composição do CNAP, enquanto plataforma informal que terá por missão a representação de todo o movimento e a execução das Recomendações Estratégicas até ao próximo Congresso Nacional.
2. Destacar de entre os seus dirigentes, dois efectivos e dois suplentes, para fazerem parte do CNAP.
3. Empenhar-se na divulgação do Memorando Associativo e das Recomendações Estratégicas em todas as iniciativas e meios ao seu dispor.
4. Promover a concretização das Recomendações Estratégicas aprovadas no Congresso Nacional 2015, através de iniciativas conjuntas com as restantes entidades.
5. Disponibilizar meios técnicos, logísticos e humanos para apoio às iniciativas que o CNAP venha a levar a cabo.

Lisboa, 16 Maio 2016

A Direcção Nacional

Rua da Palma, 240
1100-394 Lisboa
Tel.: 21 888 26 19
Fax: 21 888 26 60
Tlm.: 91 684 13 15
Site: www.confederacaodascolectividades.com
E-mail: [illegible]
Facebook: Confederação Portuguesa das Colectividades
Contribuinte nº 505 052 240

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Manifestação de adesão

Considerando a grata experiência organizativa decorrida ao longo do ano 2015 na fase de preparação do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde estiveram envolvidas 9 entidades do Movimento Associativo Nacional;

Considerando o amplo e rigoroso diagnóstico e reflexão desenvolvida ao longo dos 7 meses que conduziram à síntese em 78 pontos traduzida no Memorando Associativo 2015;

Considerando o momento especial que foi o encerramento no dia 7 Novembro no Fórum Lisboa, com a presença de mais de 600 Delegados de todo o país, o debate e reflexão com a participação de cerca de 50 convidados e a aprovação, por unanimidade, das Recomendações Estratégicas aos seis poderes;

Considerando o primeiro ponto das Recomendações Estratégicas, no caso ao Poder Associativo, que consiste/aponta para a constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular;

A Direção da Confederação do Desporto de Portugal manifesta:

1. Disponibilidade e empenhamento em contribuir para a composição do CNAP, enquanto plataforma informal que terá por missão a representação de todo o movimento e a execução das Recomendações Estratégicas até ao próximo Congresso Nacional.
2. A intenção de destacar o presidente do Conselho Fiscal da CDP, Senhor Luís Caleia Rodrigues, para representante junto do CNAP.
3. O empenho na divulgação do Memorando Associativo e das Recomendações Estratégicas nos meios ao seu dispor.
4. O apoio à concretização das Recomendações Estratégicas aprovadas no Congresso Nacional 2015, através de iniciativas conjuntas com as restantes entidades.
5. O apoio às iniciativas que o CNAP venha a levar a cabo, eventualmente através de meios técnicos e humanos.

Lisboa, 16 de maio de 2016

O Presidente da CDP

Carlos Paula Cardoso

Manifestação de adesão

Considerando a grata experiência organizativa decorrida ao longo do ano 2015 na fase de preparação do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde estiveram envolvidas 9 entidades do Movimento Associativo Nacional;

Considerando o amplo e rigoroso diagnóstico e reflexão desenvolvida ao longo dos 7 meses que conduziram à síntese em 78 pontos traduzida no Memorando Associativo 2015;

Considerando o momento especial que foi o encerramento no dia 7 Novembro no Fórum Lisboa, com a presença de mais de 600 Delegados de todo o país, o debate e reflexão com a participação de cerca de 50 convidados e a aprovação, por unanimidade, das Recomendações Estratégicas aos seis poderes;

Considerando o primeiro ponto das Recomendações Estratégicas, no caso ao Poder Associativo, que aponta e consiste na constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular;

A Direcção da CMP – Confederação Musical Portuguesa, deliberou e manifesta:

1. Disponibilidade e empenhamento em contribuir para a composição do CNAP, enquanto plataforma informal que terá por missão a representação de todo o movimento e a execução das Recomendações Estratégicas até ao próximo Congresso Nacional;
2. Destacar de entre os seus dirigentes, um efectivo e um suplente, para fazerem parte do CNAP;
3. Empenhar-se na divulgação do Memorando Associativo e das Recomendações Estratégicas em todas as iniciativas e meios ao seu dispor;
4. Promover a concretização das Recomendações Estratégicas aprovadas no Congresso Nacional de 2015, através de iniciativas conjuntas com as restantes entidades;
5. Disponibilizar meios técnicos, logísticos e humanos para apoio às iniciativas que o CNAP venha a levar a cabo.

Lisboa, 21 de Maio de 2016

CMP

O Presidente da Direcção

Martinho Caetano

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS CASAS DO POVO
Pessoa Colectiva: 501 957 618

DECLARAÇÃO

A Confederação Portuguesa das Casas do Povo, dando comprimento ao Manifesto Associativo – Recomendações Estratégicas, aprovado no Congresso Nacional das Colectividades, realizada em Lisboa no dia 7 de Novembro de 2015.

Declara a sua adesão ao CNAP (Conselho Nacional do Associativismo Popular). Indicando como seu representante nesse Órgão o Presidente da Direção da Confederação Portuguesa das Casas do Povo, o senhor Francisco dos Anjos Rodrigues.

Corroios, 18 de Maio de 2016

Francisco dos Anjos Rodrigues

(Francisco dos Anjos Rodrigues)

Rua da Casa do Povo, 14 - 2855-111 Corroios - Tel.: 21 253 24 11 / 21 255 92 64 - Fax: 21 255 92 65 - Tlm.: [redacted] - Email: cpcp21@sapo.pt

Manifestação de adesão

Considerando a grata experiência organizativa decorrida ao longo do ano 2015 na fase de preparação do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde estiveram envolvidas 9 entidades do Movimento Associativo Nacional;

Considerando o amplo e rigoroso diagnóstico e reflexão desenvolvida ao longo dos 7 meses que conduziram à síntese em 78 pontos traduzida no Memorando Associativo 2015;

Considerando o momento especial que foi o encerramento no dia 7 Novembro no Fórum Lisboa, com a presença de mais de 600 Delegados de todo o país, o debate e reflexão com a participação de cerca de 50 convidados e a aprovação, por unanimidade, das Recomendações Estratégicas aos seis poderes;

Considerando o primeiro ponto das Recomendações Estratégicas, no caso ao Poder Associativo que consiste/aponta para a constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular;

A direção da Confederação Portuguesa do Voluntariado delibera e manifesta:

1. Disponibilidade e empenhamento em contribuir para a composição do CNAP, enquanto plataforma informal que terá por missão a representação de todo o movimento e a execução das Recomendações Estratégicas até ao próximo Congresso Nacional.
2. Destacar de entre os seus dirigentes, dois efectivos e dois suplentes, para fazerem parte do CNAP.
3. Empenhar-se na divulgação do Memorando Associativo e das Recomendações Estratégicas em todas as iniciativas e meios ao seu dispor.
4. Promover a concretização das Recomendações Estratégicas aprovadas no Congresso Nacional 2015, através de iniciativas conjuntas com as restantes entidades.
5. Disponibilizar meios técnicos, logísticos e humanos para apoio às iniciativas que o CNAP venha a levar a cabo.

Lisboa, 18 Maio 2016

Pela direção da CPV

(Presidente da direção da CPV, Eugénio Fonseca)

Manifestação de adesão

Considerando a grata experiência organizativa decorrida ao longo do ano 2015 na fase de preparação do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde estiveram envolvidas 9 entidades do Movimento Associativo Nacional;
Considerando o amplo e rigoroso diagnóstico e reflexão desenvolvida ao longo dos 7 meses que conduziram à síntese em 78 pontos traduzida no Memorando Associativo 2015;
Considerando o momento especial que foi o encerramento no dia 7 Novembro no Fórum Lisboa, com a presença de mais de 600 Delegados de todo o país, o debate e reflexão com a participação de cerca de 50 convidados e a aprovação, por unanimidade, das Recomendações Estratégicas aos seis poderes;
Considerando o primeiro ponto das Recomendações Estratégicas, no caso ao Poder Associativo que consiste/aponta para a constituição do CNAP – Conselho Nacional do Associativismo Popular;
A Direcção da FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, delibera e manifesta:

1. Disponibilidade e empenhamento em contribuir para a composição do CNAP, enquanto plataforma informal que terá por missão a representação de todo o movimento e a execução das Recomendações Estratégicas até ao próximo Congresso Nacional.
2. Destacar de entre os seus dirigentes, o Vice-presidente, PAULO SOUSA, para fazer parte do CNAP.
3. Empenhar-se na divulgação do Memorando Associativo e das Recomendações Estratégicas em todas as iniciativas e meios ao seu dispor.
4. Promover a concretização das Recomendações Estratégicas aprovadas no Congresso Nacional 2015, através de iniciativas conjuntas com as restantes entidades.
5. Disponibilizar meios técnicos, logísticos e humanos para apoio às iniciativas que o CNAP venha a levar a cabo.

Lisboa, 31 Maio 2016

O Presidente

João Queiroz

Manifestação de adesão

Considerando a grata experiência organizativa decorrida ao longo do ano 2015 na fase de preparação do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde estiveram envolvidas 9 entidades do Movimento Associativo Nacional;

Considerando o amplo e rigoroso diagnóstico e reflexão desenvolvida ao longo dos 7 meses que conduziram à síntese em 78 pontos traduzida no Memorando Associativo 2015;

Considerando o momento especial que foi o encerramento no dia 7 Novembro no Fórum Lisboa, com a presença de mais de 600 Delegados de todo o país, o debate e reflexão com a participação de cerca de 50 convidados e a aprovação, por unanimidade, das Recomendações Estratégicas aos seis poderes;

Considerando o primeiro ponto das Recomendações Estratégicas, no caso ao Poder Associativo que consiste/aponta para a constituição do CNAP - Conselho Nacional do Associativismo Popular;

A Direcção Nacional da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, delibera e manifesta:

1. Disponibilidade e empenhamento em contribuir para a composição do CNAP, enquanto plataforma informal que terá por missão a representação de todo o movimento e a execução das Recomendações Estratégicas até ao próximo Congresso Nacional.

Avenida João Paulo II, nº857 - 4410-406 Arcozelo - Vila Nova de Gaia
Tlf: 227 624 195 - Tlm: 960 391 612 - Fax: 227 629 495 - E-mail: secretaria@ffp.pt - site: www.ffp.pt - NIPC 500 801 878

FEDERAÇÃO
DO FOLCLORE
PORTUGUÊS
ORGANISMO DE UTILIDADE PÚBLICA

2. Destacar de entre os seus dirigentes, dois efectivos e dois suplentes, para fazerem parte do CNAP.
3. Empenhar-se na divulgação do Memorando Associativo e das Recomendações Estratégicas em todas as iniciativas e meios ao seu dispor.
4. Promover a concretização das Recomendações Estratégicas aprovadas no Congresso Nacional 2015, através de iniciativas conjuntas com as restantes entidades.
5. Disponibilizar meios técnicos, logísticos e humanos para apoio às iniciativas que o CNAP venha a levar a cabo.

Lisboa, 18 de maio de 2016.

Fernando Ferreira
O Presidente da Direção da Federação do Fólclore Português

Avenida João Paulo II, nº857 - 4410-406 Arcozelo - Vila Nova de Gaia
Tlf: 227 624 195 - Tlm: 960 391 612 - Fax: 227 629 495 - E-mail: secretaria@ffp.pt - site: www.ffp.pt - NIPC 500 801 878

Federação Portuguesa de Teatro

FPTA

Manifestação de Adesão

Considerando o valioso trabalho que foi realizado pela Comissão Organizadora do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, refletido nas diversas reuniões e sessões de trabalho levadas a cabo ao longo do ano de 2015;

Considerando a importância do diagnóstico efetuado pela referida Comissão e demais grupos de trabalho, cuja síntese se materializou no Memorando Associativo 2015 e nos seus 78 pontos;

Considerando o momento alto de afirmação do movimento associativo que foi o Encerramento do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado a 7 de novembro de 2015, no Fórum Lisboa, com a presença de 600 delegados de todo o país, no qual foram debatidas as propostas emanadas da Comissão Organizadora e aprovadas as Recomendações Estratégicas aos Seis Poderes;

Considerando, ainda, a importância que o teatro de amadores tem na dinâmica de desenvolvimento cultural das comunidades e o reconhecido papel de agente de intervenção que assume no seio do movimento associativo;

A Direção da FPTA - Federação Portuguesa de Teatro vem manifestar:

a) Total adesão aos princípios e objetivos do CNAP - Conselho Nacional do Associativismo Popular, no espírito do Moderando Associativo 2015;

b) Disponibilidade em contribuir para a constituição do mesmo, empenhando-se na missão de execução das Recomendação Estratégicas, naquilo que lhe diz respeito e nas áreas de atuação a que está vinculada;

c) Designação de dois representantes para integrar o CNAP, sendo um o seu Presidente da Direção e outro um elemento dos Órgãos Sociais ou personalidade de relevo no seio do movimento de teatro de amadores.

Amadora, 2 de junho de 2016.

O Presidente da Direção

Luís Mendes

Federação Portuguesa de Teatro

www.fpteatro.pt * geral@fpteatro.pt

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CINECLUBES

DECLARAÇÃO

A FPCC- Federação Portuguesa de Cineclubes, declara expressamente a adesão ao CNAP enquanto plataforma informal do associativismo e que tem por objectivos e missão levar por diante as recomendações saídas do Congresso Nacional de Colectividades, Associações e Clubes.

Vila do Conde, 8 de Junho de 2016

(Presidente interina demissionária)

FPCC - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CINECLUBES
Rua de S. Pedro, Edifício Carneiro - 2200-398 ABRANTES
Pessoa Colectiva n.º 500 801 452
http://www.fpcc.pt
direcao@fpcc.pt ; fpcc@fpcc.pt

ANEXOS

MATERIAS GRÁFICOS

Cartaz | A3

Cartaz | 100 x 70 cm

Pólo

Tela fachada da CPCCRD | 700 x 85 cm

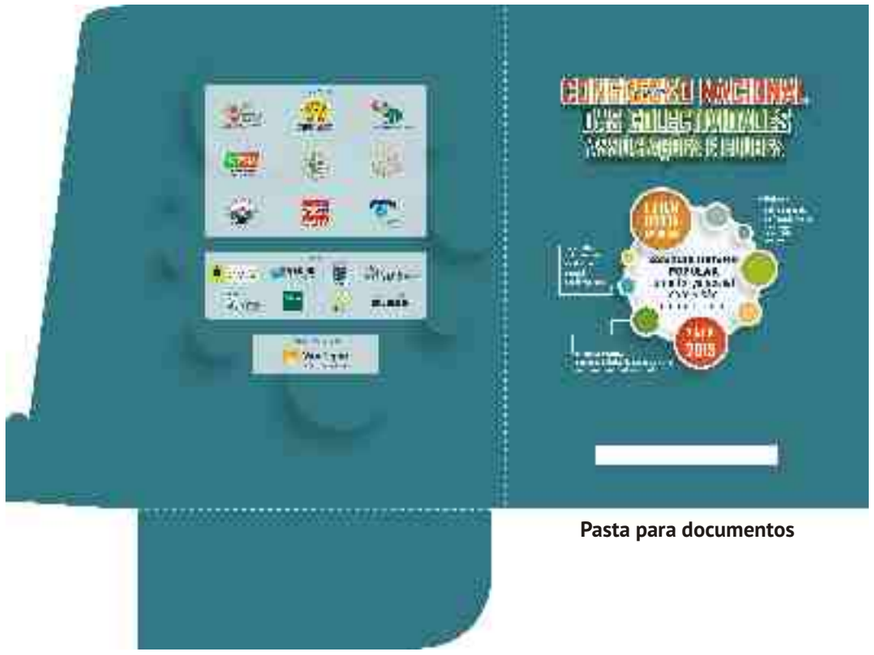
Memorando | 32 páginas - A4

Cartões

Calendário | 32 x 48 cm

Tríptico

Azulejo | 10 x 10 cm



Pasta para documentos

Folha Ofício | A4

Ficha Inscrição + Temas em debate | A4